



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Victória Santos de Faria Veloso

FRONTEIRAS QUE VINGAM:

crise multidimensional do capitalismo entre Teoria Crítica e Teorias feministas

Florianópolis, SC

2025

Victória Santos de Faria Veloso

FRONTEIRAS QUE VINGAM:

crise multidimensional do capitalismo entre Teoria Crítica e Teorias feministas

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestra em Filosofia

Orientadora: Profa. Dra. Franciele Bete Petry

Florianópolis, SC

2025

Santos de Faria Veloso, Victória

FRONTEIRAS QUE VINGAM : crise multidimensional do capitalismo entre Teoria Crítica e Teorias feministas / Victória Santos de Faria Veloso ; orientador, Franciele Bete Petry, 2025.

161 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Nancy Fraser. 3. crise multidimensional. 4. teoria unitária. 5. feminismos. I. Petry, Franciele Bete. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Victória Santos de Faria Veloso

FRONTEIRAS QUE VINGAM:

crise multidimensional do capitalismo entre Teoria Crítica e Teorias feministas

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 14 de março de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

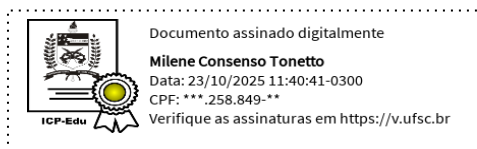
Profa. Dra. Nathalie de Almeida Bressiani

Universidade Federal do ABC

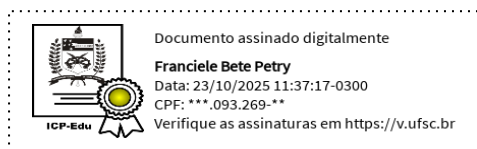
Prof. Dr. José Ivan Rodrigues de Sousa Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Filosofia



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Profa. Dra. Franciele Bete Petry

Florianópolis, SC

2025

AGRADECIMENTOS

Uma recapitulação canina dos acontecimentos nunca é inteiramente possível e talvez nem mesmo adequada para esse espaço. Ainda assim, persiste a dificuldade de expressar, com a justa amplitude, minha gratidão a todos que me concederam um instante de bossa durante a realização deste trabalho. Por isso, de coração, agradeço aqueles/as que cruzaram meu caminho e tornaram a rotina menos árida. Os trejeitos, trabalhos e opiniões mais ou menos impublicáveis seguirão comigo. Assim como as cervejas compartilhadas, o karaokê desafinado, as crônicas de nosso esquisito cotidiano e os sorrisos de Coringa e Medusa, que nos atravessaram nesse período.

Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora, Profa. Franciele Petry, pela paciência e supervisão durante o período do mestrado, em que estive em uma cidade diferente da minha, descobrindo um novo ambiente de trabalho. Juntamente com ela, é justo agradecer à acolhida do PPGFil/UFSC, na figura de seu atual coordenador e vice-coordenador, respectivamente, o Prof. Jerzy Brzozowski — cujo sobrenome sempre confiro para escrever corretamente — e o Prof. Luan Corrêa. À Jacinta Vivien e à Irma Iaczinski, agradeço pela humanidade e excelente trabalho realizado na secretaria da pós-graduação — sem o qual nossas trajetórias não seriam tão despreocupadas quanto à papelada envolvida.

Parte do desenvolvimento deste trabalho foi testada em São Paulo e Recife. A experimentação laboratorial rende frutos quando é possível contar com o olhar crítico dos pares, identificar o que é passível de repetição e ajustes — eis a ciência. Agradeço pelas trocas e pelos frutos gerados nesses ambientes de discussão. Entretanto, devo frisar que esta pesquisa não teria progredido sem a leitura atenta e a imensa generosidade com que me deparei no período de qualificação. Agradeço, portanto, especialmente à Profa. Nathalie Bressiani e ao Prof. Ivan Rodrigues de Sousa Filho, tanto pelo aceite, que se estende à banca de defesa, quanto por serem mais do que amigos do conhecimento.

Devo dizer, nada seria da minha trajetória sem as mulheres fantásticas que encontrei pelo caminho, que me permitiram renovar os votos na contenda pela nossa permanência no *métier* filosófico. Consciente do risco de omitir nomes queridos — e permitindo que me cobrem por isso —, destaco, com gratidão, o apoio e a comunidade cultivada por mulheres como: Ilze Zirbel (parceira de patuscada e de uma generosidade comovente), Janyne Sattler, Maria de Lourdes Borges, Marília Pisani, Virgínia Costa, Nathalie Bressiani e Joice Beatriz da Costa. Não poderia deixar de mencionar também as colegas: Paola Villa, Michelle Belato, Isabela Pereira, Bárbara Walters, Nieve Pavani e Michele Bonote.

Para além das mulheres feministas que me inspiraram, ressalto que minha formação também se deve aos grupos mistos *Uma Filósofa por Mês*, coordenado pela Profa. Janyne Sattler, e ao Grupo da Franciele, sendo este último o espaço onde pude contar com a leitura e a colaboração de meus então colegas de orientação, Filipe Joaquim Kalenguessa e Felipe Ferreira Bertoni. Agradeço a ambos pela acolhida nos momentos bons e ruins, e pelas risadas. Com vocês, a rotina se tornou mais leve.

Aproveito a deixa para lembrar de outro amigo querido, Gustavo Teixeira, presença constante nos bastidores da nossa vida-cinema, filmada com a câmera trêmula de Cassavetes. Entre longos áudios — que você sempre ouvia sem reclamar —, discutimos crises e gastações, enquanto a rotina se dividia entre faxina e parágrafos teimosos. Seu apoio foi inestimável, sobretudo nesta reta final.

Aos amigos de Belém, a quem esta que vos fala nem sempre esteve tão atenta durante o período distante, agradeço por me lembrarem que existe vida inteligente para além do cercadinho da filosofia. À Ariel Lima, Luenne Nina, Ana Rosa, Alexandre Julião, Bernardo Lima e ao Henrique Milhomem, meu carinho e agradecimento.

À Sandy Wanderley, estudiosa do *Banquete* de Platão — e integrante do duo paraense Lento, Distante —, minha profunda gratidão pela escuta e pelas risadas que nos acompanham desde tempos imemoriais, quando o filme 35mm, *Centuria vencido*, custava dez reais. Uma vida cheia de bons ruídos para nós.

À minha psicanalista, Camilla Galvão, agradeço por estar comigo na árdua tarefa de estabilização da minha saúde mental. A barafunda das condições crônicas é sempre pantanosa; sem você, não seria capaz de *chorir* da fina ironia com a qual minha escolha temática poderia ser levada: a crise multidimensional. bell hooks enxerga a teoria como um lugar de cura, com um potencial de engajamento com o mundo e consigo. Essa imagem bonita, se assim quisermos, pode ser invadida por uma abreviação mais espírito de porco, que de algum modo resume a questão. Em uma de suas crônicas, Nelson Rodrigues nos diz: “É melhor cair das nuvens [das amarras do capitalismo contemporâneo, digo eu] do que de um terceiro andar”. Seguimos sem atrapalhar o tráfego.

As iniciativas de acesso livre e gratuito à cultura, artigos e livros científicos sempre serão devidamente creditados por mim como fundamentais, sem as quais este trabalho — e, imagino, muitos outros — não se realizariam. Quanto aos endereços, bem, vocês sabem quais são.

Aos meus avós, Magnólia e Max, agradeço o apoio incondicional e a confiança que sempre depositaram em mim. Nenhuma página poderia conter a grandeza da admiração e gratidão que sinto por vocês. Só me resta dizer: sem vocês, nada disso teria sido possível.

À minha irmã Raphaela, sou grata pelas mensagens trocadas e pelas “chamadas de cara”, que tantas vezes me permitiram recuperar a calma. À minha irmã “bebê”, Maria Clara, agradeço pela visita, por me dar motivo — como canta Tim Maia — e pelos wraps de queijo e tomates, preparados com carinho na madrugada.

À minha mãe, Cássia, e aos meus tios, Anésio e Rodrigo, agradeço pelo apoio, ainda que à distância.

Às minhas gatas, Sun Ra e Onça, um agradecimento especial pelo cotidiano compartilhado. Tal como nas crônicas de contato de Donna Haraway, com vocês vejo ser possível criar parentescos não limitados à consanguinidade ou ao especismo.

Agradeço à CAPES pelo financiamento concedido.

Por fim, para aqueles que talvez tenham sido esquecidos neste churrasco vegetariano de anedotas, um abraço apertado e um agradecimento miúdo pelos momentos partilhados.

*As coisas estão no mundo, só que eu preciso
aprender.*

Paulinho da Viola, 1968

*Vivemos no capitalismo. Seu poder parece
inescapável. Assim também parecia o divino
direito dos reis. Qualquer poder humano pode
ser resistido e alterado por seres humanos.*

Ursula K. Le Guin, 2014

*eu vou [nós vamos] continuar indo / ao que
queima / vingando / os frutos não vingados /
como vingam as folhagens / fíncadas no meu
[em nosso] dorso.*

Danielle Magalhães, 2021

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo mapear os vínculos metodológicos entre a contribuição recente de Nancy Fraser, desenvolvida na última década, e duas tradições críticas ao capitalismo: a Teoria Crítica, sobretudo no campo da teoria das crises, e as Teorias Feministas Marxistas. Partimos da hipótese de que o diagnóstico fraseriano da crise como fenômeno multidimensional evidencia limitações nessas tradições, impulsionando uma reconfiguração teórica por parte da autora, que valoriza seus pontos fortes ao mesmo tempo em que reconhece suas restrições. Buscamos compreender como, a partir dessa reconfiguração, Fraser estrutura uma “teoria unitária” singular, isto é, uma crítica interna ao capitalismo que integra a análise das desigualdades de gênero como componente estrutural desse ordenamento, articulando-a a uma reflexão normativa voltada à transformação social. No primeiro capítulo, aprofundamos o entendimento da crise combinada, que envolve tanto o capitalismo quanto a crítica, por meio da análise dos fatores que resultaram no afastamento dos frankfurtianos da crítica ao capitalismo. Em seguida, examinamos a concepção expandida de capitalismo proposta por Fraser, com ênfase nos conceitos de ordem social institucionalizada e lutas de fronteira. Posteriormente, discutimos o papel da crítica feminista em seu pensamento, evidenciando as tensões entre feminismo e capitalismo. Por fim, apontamos que o diálogo de Fraser com os feminismos fortalece seu projeto anticapitalista abrangente, cuja possibilidade de vingar depende da atuação coordenada de diversos atores sociais nas disputas em torno das fronteiras que sustentam as sociedades capitalistas.

Palavras-chave: Nancy Fraser; crise multidimensional; teoria unitária; feminismos.

ABSTRACT

This research aims to trace the methodological connections between Nancy Fraser's work developed over the past decade and two critical traditions of capitalism: Critical Theory, particularly in the area of crisis theories, and marxist feminist Theories. The study is based on the hypothesis that Fraser's diagnosis of the crisis as a multidimensional phenomenon exposes limitations within these traditions, prompting a theoretical reconfiguration that acknowledges their strengths while addressing their shortcomings. The objective is to understand how, through this reconfiguration, Fraser develops a distinctive "unitary theory" — an internal critique of capitalism that incorporates gender and *race* as fundamental structuring elements of the social order, combined with a normative reflection aimed at social transformation. The first chapter explores the combined crisis affecting both capitalism and critical theory by analyzing the factors that caused the Frankfurt School's disengagement from capitalist critique. It then explores Fraser's expanded concept of capitalism, focusing on the notion of capitalism as an institutionalized social order and boundary struggles. The study concludes by suggesting that Fraser's engagement with feminist thought can reinforce her comprehensive anticapitalist agenda, whose success depends on diverse social actors contesting the borders that uphold capitalist societies

Keywords: Nancy Fraser; multidimensional crisis; unitary theory; feminisms

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PROBLEMAS DE “GÊNERO” NA TEORIA CRÍTICA: NORMATIVIDADE, CAPITALISMO E FEMINISMOS.....	22
2.1	BREVE CONSIDERAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A SEPARAÇÃO ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA	27
2.2	O PARADIGMA COMUNICATIVO DE HABERMAS E SUAS TENSÕES	34
2.3	UMA HISTÓRIA DOS EFEITOS: PROBLEMAS DE GÊNERO CRÍTICO NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO	43
2.4	DA MULTIDIMENSIONALIDADE DA CRISE	49
2.5	UMA CONTRA HISTÓRIA DOS EFEITOS: OS PROBLEMAS DE GÊNERO CRÍTICO ENQUANTO GENERIFICADOS	66
3	POR UMA CONCEPÇÃO EXPANDIDA DE CAPITALISMO	71
3.1	O TERRENO OCULTO DO CAPITALISMO	76
3.2	AS CONDIÇÕES DE FUNDO DO CAPITALISMO	83
3.3	NOVAS FRONTEIRAS DAS LUTAS SOCIAIS	92
4	NANCY FRASER E A FACE DE <i>JANO</i> DA CRÍTICA FEMINISTA.....	101
4.1	FEMINISMO DE SEGUNDA ONDA EM TRÊS ATOS.....	103
4.2	AFINIDADES ELETIVAS ENTRE FEMINISMO E NEOLIBERALISMO	109
4.2.1	Crise Neoliberal: um futuro em aberto?!	114
4.3	UMA QUESTÃO DE APRESENTAÇÃO	118
4.3.1	Casamentos e Divórcios entre Feminismo e Marxismo	120
4.3.2	A Teoria da Reprodução Social (TRS)	127
4.3.3	Fraser e a Reprodução social: perspectivas unitárias	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS.....	152

1 INTRODUÇÃO

Em meio às transformações degenerativas tramadas no recrudescimento capitalista, somos impelidos a reavaliar nossas ferramentas de diagnóstico e prognóstico de modo a enfrentar as exigências do momento histórico que vivemos com suas ameaças iminentes e indigências tantas: endividamento massivo, precarização do trabalho, desmonte das proteções sociais, crise climática, pandemias mortais, violência de gênero e racial entre outras. Esses problemas se agravam quando considerados num contexto político sitiado que gradualmente destrói nossa capacidade de imaginar soluções coletivas viáveis e com perspectiva de futuro. A deflação das expectativas políticas, atualmente exacerbada pela força corporativa do neoliberalismo, remete a uma crítica de Marx em *Miséria da Filosofia*¹, na qual o autor analisa como as relações capitalistas passam a ser percebidas como naturais e imutáveis.

Esse processo de naturalização das estruturas políticas burguesas levou pensadores a proclamarem de forma fatalista o “fim da história”², alimentando um caldo ideológico em que a crítica se limita a realizar pequenos ajustes na paisagem institucional capitalista, sem questionar sua estrutura fundamental. A aceitação desse processo reflete o consenso político forjado com a ascensão do neoliberalismo, especialmente por figuras como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que propagaram a ideia de que não havia alternativa ao capitalismo. Tal resignação foi sintetizada na famosa expressão TINA: *There Is No Alternative* (Não Há Alternativa), reforçando a ideia de que a empresa privada e a democracia representativa, mediada pelo mercado, seriam as formas inevitáveis de organização social.

Os desafios gerados por essa ilusão transcendente são tensionados pela persistência dos movimentos históricos que, por meio de insurreições, rompem com a paisagem conciliatória e

1 Victor Marques, em seu prefácio ao livro de Fraser, *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, retoma justamente esse texto de Marx para refletir sobre os desafios impostos pelo capitalismo na contemporaneidade. Ver: MARQUES, V. O velho está morrendo e o novo sempre vem. In: FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi. São Paulo: Autonomia Literária, 2020c [FRASER, N. *The Old Is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond*. New York: Verso Books, 2019].

2 Nossa autora, na introdução de *Justice Interruptus*, retoma o termo utilizado dois anos antes em *From Redistribution to Recognition?* para denominar esse contexto de “pós-socialista”. A expressão refere-se não apenas ao colapso do socialismo real, mas também ao declínio de visões de mundo alternativas ao capitalismo. Nesse cenário, a autora destaca a influência de pensadores como Francis Fukuyama, cuja tese sobre o “fim da história” proclamava o triunfalismo da democracia liberal e, por extensão, do capitalismo. Para Fukuyama, a humanidade teria alcançado seu ponto final, de modo que as grandes lutas por emancipação estariam superadas por um modelo de governança capaz de lidar com a complexidade e a diversidade das sociedades contemporâneas, destinado, ainda, a se expandir globalmente. Ver: FRASER, N. *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York; London: Routledge, 1997, p.2; FRASER, N. *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in “Postsocialist” Age*. *New Left Review*, v. 1, n. 212, 1995.

contestam na prática a conformidade de arranjos que se pretendem eternos. Essa dinâmica subverte o consenso de que a alternativa socialista estava irremediavelmente derrotada, consenso este alimentado pela retração dos horizontes políticos emancipatórios, pelo enfraquecimento do movimento sindical e pela regressão das lutas por redistribuição em nome de demandas unilaterais por reconhecimento. Nesse contexto, a crise financeira de 2007-2008 gerou um renovado impulso crítico ao capitalismo, ao expor de forma brutal as contradições internas do sistema, como a instabilidade financeira, a exploração desenfreada e o aumento da desigualdade social.

O colapso de grandes instituições financeiras e a subsequente recessão global evidenciaram a falta de mecanismos de regulação eficazes e o comportamento predatório dos mercados financeiros, reforçando a noção de que o capitalismo, especialmente em sua versão neoliberal, é não apenas falho, mas estruturalmente insustentável. Não por acaso, em 2011, uma reação popular tomou forma, alimentada pela crescente insatisfação com as desigualdades geradas. O movimento *Occupy Wall Street*, ao denunciar a concentração de poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite de credores e rentistas, sintetizou: “Nós somos os 99%”. Diante disso, a crise, embora remeta a um cenário profundamente desfavorável, também se mostra terreno fértil, onde energias transformadoras podem ser reavivadas, desafiando a ordem estabelecida e construindo alternativas que rompem com os limites impostos pelo discurso dominante. Em suma, a crise nos impõe vingar, encontrar maneiras de superar a fonte inesgotável de horrores, a fim de canalizar a adversidade em outros termos.

Em contrapartida, as contradições do capitalismo financeirizado vão além das crises econômicas, abrangendo tanto a capacidade de manter os laços sociais — que incluem a assistência pública e o cuidado, frequentemente desempenhados por mulheres e corpos feminizados — quanto questões ecológicas e políticas. A crise multidimensional desafia o pensamento dicotômico entre natureza e sociedade, produção e reprodução, política e economia, e estimula a articulação de conflitos nas fronteiras desses domínios. A pandemia de Covid-19 ilustra a necessidade de ir além de um pensamento dicotômico. Esse evento desocultou, por exemplo, o alto custo da política neoliberal de austeridade e desinvestimento em áreas-chave do Bem-Estar social, expondo a autofagia capitalista que, ao enfraquecer as estruturas responsáveis pela sustentação das sociedades capitalistas, mina suas próprias condições de possibilidade, afetando também as nossas.

A pandemia também trouxe à tona a figura do “trabalhador essencial”³, revelando uma outra face da crise, a precarização do trabalho. Originalmente vinculada a categorias organizadas, como a classe médica, essa noção passou a abranger trabalhadores de serviços gerais, caixas de supermercado, entregadores de aplicativo, entre outros. Essa reconfiguração de classe, composta por cuidadores, trabalhadores temporários e prestadores de serviços de baixa remuneração, caracteriza-se pela ausência de direitos trabalhistas e pela exposição contínua a riscos, fatores intensificados durante a pandemia e que atingem de forma desproporcional mulheres, migrantes e pessoas racializadas. Nesse contexto, a crise escancara uma contradição estrutural, o descompasso entre a importância do trabalho e sua sistemática desvalorização, evidenciando “a incapacidade dos mercados de avaliar corretamente o valor real do trabalho.”⁴

Susan Sontag nos alerta de que a "linguagem da doença" é viral, assim como a linguagem meritocrática neoliberal, que contamina nossas tecnologias de sobrevivência. Seguindo a metáfora pandêmica, parece que sua reflexão pode oferecer pistas para compreender o momento atual. Na introdução de seu livro *A doença como metáfora*, a autora nos conta que todos nascem com dupla cidadania, no reino dos sãos e no reino dos doentes: “Apesar de todos preferirmos só usar o passaporte bom, mais cedo ou mais tarde nos vemos obrigados, pelo menos por um período, a nos identificarmos como cidadãos desse outro lugar.”⁵ Traídos pela cidadania capitalista “natural”, nos deparamos com a angústia gerada por essa segunda cidadania, que não é garantida, mas se manifesta através de sintomas mórbidos. Nesse cenário, como afirma Rahel Jaeggi, em *Capitalismo em debate*: “sem um projeto emancipatório para além das alternativas às quais as pessoas parecem presas agora, as coisas podem ficar feias.”⁶

Virginia Woolf, em seu ensaio *Sobre estar doente*, também nos oferece uma mirada renovada sobre as possibilidades de tal “segunda cidadania”. A autora sugere que o adoecimento pode despontar em uma reestruturação da vida, propondo que ele pode originar não apenas uma nova linguagem, mais primitiva e sensual, mas também uma nova hierarquia

3 Em *Cannibal Capitalism*, Fraser incorpora o evento pandêmico ao epílogo das consequências devastadoras do capitalismo financeirizado e, entre outros pontos, retoma a noção de “trabalhador essencial”, mencionada em nosso texto. Ver: FRASER, N. Epilogue: Macrophage: Why COVID Is a Cannibal Capitalist Orgy. In: FRASER, N. *Cannibal Capitalism: How Our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet — and What We Can Do about It*. New York: Verso, 2022a.

4 Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 164 tradução nossa.

5 SONTAG, S. *Doença como metáfora e Aids e suas metáforas*. Tradução de Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

6 FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em Debate: uma Conversa na Teoria Crítica*. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020a, pp. 241-242.

das paixões: “[...] o amor deve ser deposto em favor de uma febre de quarenta graus [...]”.⁷ Nessa orientação, a crise pandêmica nos permite antever a complexa interseção de múltiplas crises, que se amplificam reciprocamente. Seus efeitos devastadores estão intrinsecamente ligados a uma crise ecológica em constante agravamento. Os impactos sociais, por sua vez, se tornam ainda mais profundos quando acompanhados por uma crise política que, ao priorizar a gestão de dívidas de credores, abandona a seguridade social e a saúde pública. Não obstante, a crise política está enraizada na crise econômica, cujas transformações estruturais contribuíram para a dissolução dos Estados de Bem-estar social, particularmente nos países centrais. Contudo, nenhuma dessas crises, isoladamente, define a totalidade da crise que vivemos. Juntas, porém, elas compõem as tramas de nossa miséria compartilhada.

Para refletir sobre as demandas do tempo presente, talvez seja oportuno abandonar o uso da doença como metáfora, como propõe Sontag, e concentrar-nos na afetação no plano da vida e suas exigências criativas. Isso implica potencializar uma “febre de quarenta graus” voltada à transformação desse novo/antigo impasse: o capitalismo. Na última década, em virtude do quadro contemporâneo de crises e rupturas em diferentes setores do mundo social, as contribuições de Nancy Fraser têm sustentado a necessidade de um retorno enfático à noção de capitalismo. Esse momento pode ser rastreado a uma série de publicações realizadas pela autora nos anos 2010, cujo desenvolvimento está, em parte, no livro publicado em coautoria com Rahel Jaeggi, *Capitalismo em Debate: uma conversa na Teoria Crítica*⁸, e *Cannibal Capitalism: How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet — and What We Can Do About It*.⁹

Seus esforços em direção à análise e à sistematização do capitalismo reabrem a agenda crítica da teoria social de matriz frankfurtiana, abordando não apenas temáticas relativas às invasões do sistema sobre o mundo-da-vida ou às patologias sociais, mas também avançando ao considerar as raízes que sustentam tais distorções. Isso nos conduz ao enfrentamento da relação particular entre economia e sociedade, estabelecida com a ascensão do capitalismo

⁷ WOOLF, V. Sobre estar doente. In: WOOLF, V. *O sol e o peixe: prosas poéticas*. Tradução de Tomaz Tadeu. Edição eletrônica. São Paulo: Autêntica, 2015, p. 186.

⁸ FRASER, N.; JAEGLI, R. *Capitalismo em Debate: uma Conversa na Teoria Crítica*. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020a [FRASER, N.; JAEGLI, R. *Capitalism: a conversation in critical theory*. Medford: Polity Press, 2018].

⁹ Utilizamos como referência a publicação original de *Cannibal Capitalism*, de 2022, destacando que todas as traduções apresentadas neste trabalho são de nossa responsabilidade, considerando que a edição em português só foi publicada em 2024. Ver: FRASER, N. *Cannibal Capitalism: How Our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet — and What We Can Do about It*. New York: Verso, 2022a. [FRASER, N. *Capitalismo Canibal: Como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024].

como formação social, cuja dependência estrutural não se limita à esfera econômica, mas abarca dimensões não imediatamente econômicas. A partir desse ponto, podem ser levantadas questões fundamentais: quais os efeitos dessa relação sobre o tecido social, a natureza, a política e outros domínios da vida social? De que maneira esses efeitos se relacionam com a crise generalizada que permeia o mundo contemporâneo? E quais potenciais emancipatórios podem ser identificados nas formas de resistência à crise? Essas questões situam a tarefa que nossa autora se propõe a realizar nesta fase recente de seu pensamento: a construção de uma crítica expandida ao capitalismo, capaz de abarcar os efeitos degenerativos da crise em uma perspectiva que transcenda o aspecto puramente econômico.

A história oficial da crise hodierna é escrita, sobretudo, a partir do colapso econômico de 2007-2008, que mobilizou esforços renovados no campo teórico dos marxismos e da teoria social. Essa perspectiva indica que os rumores sobre o esgotamento da teorização de larga escala, inspirada em Marx, estão longe de se concretizar em um contexto marcado por escombros. No entanto, as intrincadas teias da dominação social, reveladas pela interseção de categorias como gênero, *raça*, classe e localização geográfica, bem como os impactos devastadores sobre a natureza e a política, demonstram que, além dos desafios de enquadrar as contradições do capitalismo enquanto modo de produção historicamente específico, há inúmeras *estórias* de fundo que demandam investigação.

Diante dessas complexidades, torna-se evidente que seria um equívoco presumir que se pode simplesmente retornar a Marx tal como ele foi tradicionalmente interpretado. Da mesma forma, não é possível garantir um caminho anticapitalista baseado unicamente no legado do “socialismo real”. Em vez disso, é necessário extrair das contradições dessa ordem social as dinâmicas que explicam o estado atual de coisas e as condições de possibilidade de ação social transformadora às quais podemos aspirar. Assumindo essa premissa, Fraser realiza uma investigação que toma o *capitalismo como problema*, a partir de uma seleção heterogênea de autores e autoras, e se direciona para uma teorização ampliada das crises, bem como para uma noção expandida do capitalismo e das lutas sociais contemporâneas. Nesta dissertação, interessa-nos investigar como a Teoria Crítica e as Teorias feministas contribuem para o desenvolvimento ulterior de seu empreendimento teórico.

Certamente, esta dissertação não se propõe a reconstruir exhaustivamente o percurso da teoria social de Nancy Fraser, marcado por sua heterogeneidade e pelo engajamento contínuo

com distintos debates e diagnósticos de época. O foco recai sobre sua teorização mais recente, na qual o capitalismo surge como problema central de suas reflexões críticas. Buscamos sistematizar sua contribuição para a compreensão da crise multidimensional contemporânea, destacando seus desdobramentos em duas dimensões principais, conforme delineado pela própria autora: a estrutural e a da ação social. Parte-se da hipótese de que, a partir da década de 2010, os escritos de Fraser promoveram uma reconfiguração em sua relação com a Teoria Crítica e com os feminismos, redirecionando suas análises para uma abordagem integrada e abrangente das dinâmicas sociais contemporâneas. Nosso objetivo é demonstrar como Fraser articula diálogos entre a Teoria Crítica e as Teorias feministas¹⁰ a fim de desenvolver aquilo que chamamos, seguindo a tradição feminista marxista, de “teoria unitária”. Essa proposta não busca fixar sua crítica como algo definitivo ou atemporal, tampouco realizar um levantamento exaustivo de seus avanços e recuos. Pelo contrário, privilegia as conexões ulteriores que sustentam sua abordagem atual como uma crítica interna ao capitalismo — que incorpora a hierarquização de gênero como elementos constitutivos, e não externos, ao ordenamento social capitalista —, combinada a uma reflexão normativa voltada para os desafios sociais no contexto da crise do capitalismo financeirizado. Ao adotar essa perspectiva, enfatizamos como sua abordagem se recusa a tratar o caráter multidimensional da crise como um fetiche, reconhecendo, ao contrário, as inter-relações que a definem como expressão de um único ordenamento social.

A noção de teoria unitária dialoga com a tradição feminista marxista e socialista que, durante a segunda onda do feminismo, questionou a ideia de que a hierarquização de gênero seria apenas um epifenômeno, propondo-a, ao contrário, como uma contradição estrutural do capitalismo. Com base nessa crítica, essas correntes ampliam o gesto marxiano de investigação dos “terrenos ocultos”, escavando o domínio da produção para alcançar o subsolo da reprodução social e, assim, iluminar os estratos invisíveis que sustentam a dinâmica capitalista. Nessa perspectiva, categorias fundamentais como classe e reprodução da força de trabalho são

¹⁰ Para fins de uniformização textual, estabelecemos neste trabalho que a referência à Teoria Crítica será grafada com iniciais maiúsculas, seguindo a sugestão de Nobre, a fim de indicar especificamente a tradição frankfurtiana. Já os termos “Teorias feministas” ou “teoria feminista” não apresentam uma padronização consolidada quanto à grafia, assim como há variação no uso de “feminismo” no singular ou no plural. Optamos por utilizar “Teorias feministas”, empregando tanto a inicial maiúscula quanto o plural, por duas razões principais: **i.** para afirmar que consideramos a contribuição feminista como crítica, sem hierarquizá-la em relação à tradição frankfurtiana; e **ii.** para enfatizar que existem diversas formas políticas e teóricas de expressão do feminismo. Embora nossa orientação metodológica se aproxime das vertentes marxistas e socialistas, procuramos evidenciar, com o uso do plural, que essas não esgotam o campo. Ademais, cabe ressaltar que a distinção entre as tradições críticas que realizamos é apenas analítica, o que não significa que não exista uma Teoria Crítica feminista. A contribuição de nossa autora, por exemplo, pode ser identificada nesse sentido — como veremos no último capítulo. Ver: NOBRE, M. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

expandidas para abarcar processos essenciais ao funcionamento do capitalismo tal como o conhecemos, ainda que não diretamente vinculados ao setor produtivo ou integrados às cadeias de mercado. A necessidade de uma teoria unitária decorre da compreensão de que contradições estruturais do capitalismo — como a exploração do trabalho assalariado e a subordinação de gênero — não podem ser entendidas nem enfrentadas isoladamente. Sem uma abordagem que articule essas dimensões, corre-se o risco de reduzir a crítica a apenas um aspecto do sistema, como a exploração econômica, negligenciando os processos que a sustentam, entre eles o cuidado e as hierarquizações de gênero e *raça*.

Fraser converge com a amplitude crítica feminista ao desenvolver uma perspectiva ampliada sobre as crises, articulando uma análise estrutural que transcende a esfera econômica para incluir dimensões não imediatamente econômicas, como a reprodução social e, consequentemente, a “crise do cuidado”.¹¹ Do mesmo modo, sua visão expandida do capitalismo permite considerar não apenas a exploração do trabalho assalariado, mas também a expropriação — que envolve o reconhecimento do processo de racialização — como mecanismo essencial para a manutenção do sistema capitalista. Todavia, sua investigação não se limita à reprodução social ou à ampliação das dinâmicas de exploração; abarca igualmente as crises políticas, sociais e ecológicas, partindo de um ideal de institucionalização mais amplo e reconhecendo as contribuições de outros domínios para a estruturação do ordenamento social capitalista. Assim, percebe-se que, embora inspirada pelo feminismo, a abordagem de Fraser não se restringe a essa perspectiva. Sua análise também se ancora na Teoria Crítica, que lhe fornece ferramentas normativas e um pano de fundo politizador para interpretar as lutas sociais e os desejos coletivos de sua época. Além disso, essa tradição contribui de modo decisivo no campo da teoria das crises, oferecendo uma concepção ampliada que não se limita ao aspecto econômico, mas que se ocupa igualmente de seus efeitos no contexto democrático.

Esse diálogo entre Teoria Crítica e feminismos permite à autora elaborar uma teoria que combina uma crítica funcional ao capitalismo com uma reflexão normativa, sem recorrer a parâmetros externos e sem perder de vista a interconexão entre múltiplas formas de sujeição, que demandam explicações e, consequentemente, um combate integrador. Essa combinação confere à sua análise o caráter de crítica imanente, na qual os próprios valores e princípios do capitalismo são interrogados a partir das tensões e contradições internas ao sistema. A opção

¹¹ A referida convergência pode ser observada nas seguintes publicações: FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em Debate: uma Conversa na Teoria Crítica*. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020a; FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. Tradução de J. I. R. de Sousa Filho. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 27, n. 53, 2020b; FRASER, N. *Cannibal Capitalism: How Our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet – and What We Can Do About It*. New York: Verso, 2022a.

pelo termo “teoria unitária”, em detrimento da noção mais tradicional de crítica imanente, justifica-se por dois fatores: **i.** a diversidade de modalidades de crítica imanente entre os frankfurtianos¹², cuja reconstrução teórica seria necessária para alinhá-la à forma de crítica adotada por Fraser no presente; **ii.** a realização dessa operação poderia comprometer a análise aqui proposta, que prioriza uma articulação não hierarquizada entre as tradições críticas mencionadas.

Assim, optamos por preservar a especificidade da referência frankfurtiana, fundamentando-nos na distinção proposta por Rahel Jaeggi em *Capitalismo em Debate*. Jaeggi diferencia duas formas principais de crítica: a interna, que emerge das contradições e tensões imanentes ao próprio sistema; e a externa, que se baseia em parâmetros normativos situados fora do objeto analisado. Embora o termo “teoria unitária” possa parecer menos preciso, consideramos que ele reflete com maior clareza nossa proposta, pois evidencia a natureza da análise necessária para compreender como o capitalismo opera ao integrar, de modo contraditório, múltiplas formas de sujeição e de institucionalização na sustentação de seu funcionamento. Além disso, é justamente esse caráter unificador que nos permite identificar um ponto de partida promissor para conceber estratégias de resistência capazes de conectar e integrar diferentes lutas sociais em torno de uma perspectiva compartilhada.

Até o momento, expusemos nossa visão acerca dos vínculos metodológicos existentes entre as contribuições feministas e frankfurtianas e o pensamento de Fraser. No entanto, ao concentrar sua análise no capitalismo, a autora aponta uma possível tensão na assimilação dessas tradições. No contexto de sua “virada intelectual”, a partir do artigo *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História*, Fraser¹³ argumenta que, em vez de fornecer bases imediatas para repensar o capitalismo e questionar suas estruturas, o movimento feminista acabou por emular sua lógica destrutiva. De modo semelhante, em *Marketization, Social Protection, Emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis*, no qual a crise

¹² Para exemplificar essa afirmação, ainda que sem aprofundar suas minúcias, recorremos à contribuição de Luiz Philipe de Caux. Em *A imanência da crítica*, o autor aponta que a crítica imanente se divide em duas concepções: a reconstrução normativa (positiva) e a dialética (negativa). Em nosso trabalho, por exemplo, identificamos que Fraser recorre a reconstrução normativa como uma ferramenta de tipo particular, que não se realiza propriamente em moldes habermasianos ou honnethianos; no entanto, não avaliamos em profundidade essa escolha, suas tensões ou seus limites em comparação com a crítica imanente negativa. Ver: CAUX, L. P. de *A imanência da crítica*: os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana. São Paulo: Edições Loyola, 2021, p. 21.

¹³ FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História. Tradução de Anselmo da Costa; Sávio Cavalcante. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, p. 11–13, 2009 [FRASER, N. Feminism, capitalism and the cunning of history. *New Left Review*, n. 56, p. 97–117, Mar.–Apr. 2009].

multidimensional ganha centralidade, Fraser¹⁴ observa que a Teoria Crítica se distanciou da radicalidade de suas premissas, encontrando-se afastada do objeto de análise que antes era privilegiado — a saber, o capitalismo. Dessa forma, entendemos que os caminhos que conduzem à teorização de Fraser exigem uma análise das tensões entre capitalismo e Teoria Crítica, e entre capitalismo e feminismos, conforme visualizadas pela autora no contexto da ascensão do capitalismo financeirizado e de suas crises. Com isso, pretendemos elucidar como Fraser reconfigura sua posição frente a essas correntes de pensamento, a fim de avaliar de que maneira elas influenciam sua análise crítica ao capitalismo. Em virtude dessa decisão editorial, a dissertação será estruturada em três momentos: primeiramente, a crise da crítica e seus desdobramentos durante a ascensão e eventual crise do capitalismo financeirizado; em seguida, a visão expandida do capitalismo defendida pela filósofa norte-americana, com destaque para seus principais conceitos, como ordem social institucionalizada e lutas de fronteira; e, por fim, as possibilidades e contradições dos feminismos enquanto movimento político, bem como seu papel enquanto aliado metodológico na crítica ao capitalismo.

Convém salientar que, embora o primeiro e o último capítulo tenham como fio condutor as tensões supracitadas, a sistematização do trabalho segue a ordem adotada pela própria Fraser na exposição de seu pensamento. Iniciamos com sua teoria das crises, que estabelece o horizonte diagnóstico a partir do qual se desenvolvem suas demais contribuições e as possibilidades de ação social reconhecidas nesse contexto. Em seguida, apresentamos sua concepção expandida de capitalismo, que amplia a compreensão do que é estrutural na manutenção da ordem capitalista, redefinindo as lutas fundamentais do sistema para além da tradicional luta de classes centrada no trabalhador assalariado. Por fim, o último capítulo é dedicado à reflexão da autora sobre os feminismos, acompanhando a sequência de críticas que ela propõe e encerrando com nossa própria contribuição. Feito esse esclarecimento, passamos à apresentação do conteúdo desenvolvido nesta dissertação.

Em nosso primeiro capítulo, *Problemas de “gênero” na Teoria Crítica: normatividade, capitalismo e feminismos*, abordaremos os problemas de “gênero crítico” presentes na tradição frankfurtiana, os quais levaram nossa autora a diagnosticar o esmaecimento conceitual do capitalismo. Para isso, realizaremos uma breve consideração histórica sobre a separação entre economia e política entre os frankfurtianos (2.1), analisando seus efeitos à luz do paradigma comunicativo de Habermas que, apesar de suas insuficiências, oferece uma perspectiva

¹⁴ FRASER, N. (2011a) Marketization, social protection, emancipation: toward a neo-Polanyian conception of capitalist crisis. In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (Orgs.). *Business as usual: The roots of the global financial meltdown*. New York: New York University Press, 2011, p. 137.

ampliada das crises, introduzindo a ideia de crise de legitimação (2.2). A crise financeira de 2007–2008, por sua vez, exige uma reconfiguração dos limites do aporte habermasiano (2.3), impondo a necessidade de superar o “separatismo crítico” que caracterizou tal tradição, com o objetivo de afirmar um terreno multidimensional junto à teoria das crises (2.4). Por fim, propõe-se uma contra-história dos efeitos (2.5), sugerindo que os problemas de “gênero crítico” são mais bem compreendidos a partir das gerações pós-habermasianas, nas quais o autor se tornou paradigmático, tornando subterrâneas outras expressões críticas, como a “nova leitura feminista de Marx” que, apesar disso, continuaram a tematizar o capitalismo a partir de uma visão que não se limita a ideais ortodoxos sobre a economia.

No segundo capítulo, *Por uma noção expandida de capitalismo*, buscamos delimitar criticamente a abordagem adotada por Fraser em sua teorização atual, a crítica funcionalista. Além disso, examinamos sua relação com o marxismo, destacando a transição de seu diagnóstico do pós-socialismo para a crise multidimensional (3). Em seguida, apresentamos sua noção expandida do capitalismo, evidenciando como Fraser amplia o gesto marxiano de investigação dos “terrenos ocultos” da produção capitalista. A partir da interlocução entre Marx e Polanyi, a autora revela que o capitalismo não se define apenas por relações estritamente econômicas, mas pela separação institucional entre reprodução social, natureza, política e expropriação (3.2). Para aprofundar essa perspectiva, recorremos à distinção entre plano principal e plano de fundo, evidenciando como Fraser compreende este último como estruturalmente atravessado por tendências de crise (3.3). Por fim, exploramos como essa expansão conceitual impacta a ação social. Nossa autora sustenta que restringir a crítica do capitalismo à luta de classes seria insuficiente; é preciso incluir também as lutas de fronteira, que revelam outras dimensões estruturais das contradições capitalistas. Ao propor uma linguagem anticapitalista compartilhada, o projeto emancipatório de Fraser visa unificar distintos movimentos sociais, possibilitando a formação de alianças e a projeção de um caminho transformador amplo (3.4).

Ao final, em nosso terceiro capítulo, *Nancy Fraser e a face de Jano da crítica feminista*, analisaremos os feminismos em sua fortuna crítica, considerando tanto seu papel como movimento político quanto sua contribuição metodológica para a crítica ao capitalismo. Primeiramente, refletiremos sobre o feminismo da segunda onda, observando-o a partir da periodização proposta por nossa autora em três atos, com o objetivo de destacar as relações tensas entre o referido movimento e o capitalismo (4.1). Em seguida, examinaremos como a atuação do movimento foi moldada pela ascensão do neoliberalismo e as consequências dessa relação para o fortalecimento de uma nova hegemonia política, o “neoliberalismo progressista”

(4.2). A crise neoliberal será abordada com o intuito de examinar o futuro em aberto para os feminismos, diante do aprofundamento das crises e da dissolução do bloco hegemônico anterior (4.2.1). A crítica de face de *Jano* formulada por Fraser, que nos permite visualizar tanto as potencialidades quanto às limitações transformativas de um mesmo movimento político ao olhar para o passado e o presente, também nos leva a revisitar discussões surgidas na segunda onda (4.3), como os “casamentos e divórcios” entre feminismo e marxismo (4.3.1). Isso nos direciona à demanda por uma teoria unitária, representada pela chamada Teoria da Reprodução Social (TRS), que permite ir além do potencial político das lutas feministas para compreender as condições materiais da sociedade capitalista (4.3.2). Finalmente, discutiremos como Fraser constrói uma perspectiva unitária específica ao incorporar e reformular o conceito de reprodução social, buscando esclarecer as consequências dessa escolha para sua proposta crítica (4.3.3).

2 PROBLEMAS DE “GÊNERO” NA TEORIA CRÍTICA: NORMATIVIDADE, CAPITALISMO E FEMINISMOS

As contribuições de Nancy Fraser se destacam pela postura crítica em relação ao presente e às restrições impostas às lutas sociais. Desde antes de 2010, sua teorização dispensa a necessidade de um ideal externo, fundamentando-se em princípios já latentes na própria sociedade capitalista.¹⁵ Nesse sentido, seu trabalho se insere, enquanto crítica imanente¹⁶, como um modelo de Teoria Crítica, tradição à qual a autora subscreve desde, pelo menos, a publicação de *Que é crítico na Teoria Crítica: o argumento de Habermas e o gênero*.¹⁷ Nesse texto, Fraser fundamenta sua concepção de crítica na definição de Marx, entendida como o “autoaclaramento

¹⁵ Para uma recapitulação da trajetória intelectual de Fraser, que abrange desde sua crítica ao capitalismo administrado nas sociedades de bem-estar social até sua análise do capitalismo contemporâneo, sugerimos o verbete *Nancy Fraser*, de Nathalie Bressiani. Ver: BRESSIANI, N. *Nancy Fraser* (verbetes). Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 4, 2024, p. 1-17.

¹⁶ Em síntese, sua crítica não recorre a critérios externos para julgar o existente; ao contrário, parte das fissuras e contradições do social, enfrentando os hiatos entre o objeto — a sociedade — e seu discurso legitimador. Ver mais em: ANTONIO, R. J. Immanent critique as the core of critical theory: its origins and developments in Hegel, Marx and contemporary thought. *British Journal of Sociology*, v. 32, n. 3, 1981.

¹⁷ Vale ressaltar que, embora Fraser fundamente sua crítica a partir de Marx no referido artigo, em trabalhos posteriores, como aquele realizado com Honneth, ela reivindica sua aliança com a ala hegeliana de esquerda, à qual também pertence o pensamento frankfurtiano. Ressaltamos, novamente, que uma investigação aprofundada sobre a crítica imanente formulada pela autora exigiria considerar essas inserções com mais atenção, além de avaliar seu desempenho diante da tradição frankfurtiana e de suas limitações — tarefa que não é o objetivo deste trabalho.

das lutas e desejos de uma época”.¹⁸ Vale destacar que há diferenças relevantes quanto aos modelos críticos¹⁹ mobilizados pela autora ao longo de seus mais de trinta anos de trajetória como filósofa e intelectual pública. A questão pode ser discutida a partir das diferentes visões sobre como uma teoria deve se relacionar com o que é intrínseco à sociedade (imanência) e com o que está além dela (transcendência) para ser considerada crítica. Em suma, trata-se de identificar os aspectos fundamentais para uma análise social que, mesmo partindo de pressupostos presentes na sociedade, seja capaz de questioná-los e criticar suas condições.

Ao remontar-nos aos escritos de Horkheimer, em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, podemos delimitar, ainda que com dificuldade²⁰, o que seria essa tradição de pensamento à qual se vincula Fraser. Em sentido estrito, podemos considerá-la como um conjunto fértil e profundamente heterogêneo de ideias e pesquisas que demarcam um tipo de teoria social de inspiração marxiana — que se pretende autorreflexiva, interdisciplinar e engajada —, elaborada no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Em sentido amplo, sua definição pode se apoiar em dois princípios fundamentais: o comportamento crítico e a orientação para a emancipação.²¹ Desse modo, a Teoria Crítica pressupõe um comportamento engajado²² com o tempo presente, considerando a historicidade de seu contexto e, com isso, o caráter provisório das descrições desse período. Assim, consagra-se o comumente denominado “diagnóstico de época”, pois, conforme mudam as condições sociais, econômicas e políticas, torna-se necessária a reformulação do modelo crítico apresentado. Ademais, reflexões que partem de um diagnóstico de época não podem se apoiar exclusivamente no denunciismo ou na descrição para se estabelecerem enquanto críticas, devendo avançar para um outro passo, o “prognóstico”, que busca apontar os potenciais emancipatórios inscritos em tendências concretas de transformação.

¹⁸ FRASER, N. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Tradução de Nathanael da Costa Ceixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 38.

¹⁹ O modelo crítico que orienta esta dissertação é o desenvolvido por Nancy Fraser a partir da década de 2010. Assim, nosso objetivo não é realizar um estudo comparativo entre esse modelo e suas formulações anteriores. Essa explicação se faz necessária, pois, em alguns momentos, recorreremos a textos anteriores da autora para contextualizá-la no debate e destacar questões argumentativas relevantes. No entanto, não buscamos conduzir uma investigação exaustiva sobre os avanços e recuos de sua trajetória teórica.

²⁰ Amaro Fleck apresenta as dificuldades de delimitar essa tradição de pensamento, que tem sido abordada de diferentes maneiras ao longo da história. Isso pode ocorrer a partir de sua gênese, aqui apresentada no “sentido estrito”; de sua metodologia, compreendida por nós tanto no “sentido amplo” quanto em sua ênfase na crítica imanente; e, por fim, de abordagens que se baseiam em sua história institucional. Esta última, como veremos adiante, apresenta desafios particularmente complexos. Ver: FLECK, A. Afinal de contas, o que é teoria crítica? *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, Natal, v. 24, n. 44, p. 97-127, maio/ago. 2017.

²¹ Marcos Nobre (2004), *A Teoria Crítica*, p. 31.

²² HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. Tradução de Edgard Afonso Malagodi; Ronaldo Pereira Cunha. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 130.

Sua etapa prognóstica estabelece um contraponto essencial em relação aos modos de reflexão característicos das teorias tradicionais, a saber, a teorização meramente descritiva ou a normativa utópica. A Teoria Crítica, portanto, não se limita à simples descrição da realidade, evitando incorrer na naturalização ou na reprodução de estruturas enviesadas que sufocam as possibilidades de emancipação. Tampouco pretende idealizar o social por meio de uma descrição espectral de um “modelo ideal de sociedade”, que, distanciado da concretude e das condições históricas de realização, acaba por obscurecer as estruturas de organização vigentes, as quais afetam desproporcionalmente os dominados. O comportamento crítico, nesse contexto, consiste na atitude de reconhecer as configurações sociais como contingentes, e não irremediáveis, evidenciando assim sua possibilidade de transformação.

Dessa maneira, podemos situar nossa autora em uma tradição que fundamenta seus critérios analíticos em uma visão ampla da realidade social, reconhecendo-a como intrinsecamente conflitiva e estruturalmente hierarquizada. Sua abordagem busca localizar essa realidade em seu contexto histórico, denunciando as formas de dominação existentes e identificando as “pontas soltas” que revelam tendências transformadoras. Nesse sentido, sua análise é socialmente imanente, temporalmente adequada e passível de reformulação. As constantes revisões que Fraser promove em seus modelos críticos refletem um comprometimento profundo com essa premissa. Um marco decisivo em sua trajetória, a partir dos anos 2010, é a identificação da crise multidimensional — econômica, social, política e ecológica — que trouxe à tona a necessidade de uma Teoria Crítica do capitalismo à altura dos desafios contemporâneos.

Nos interessa, neste momento, destacar um aspecto central do pensamento recente de Fraser: a ideia de que o capitalismo se apresenta como um problema em si, não restrito a questões de redistribuição econômica, sofrimento social ou reconhecimento — temas que nunca deixaram de integrar o escopo da referida tradição. Essa perspectiva se afasta de sua célebre contribuição ao debate *Redistribuição ou Reconhecimento?* desenvolvido com Axel Honneth. No contexto de uma teoria da justiça, Fraser²³ busca enfrentar uma tendência crescente que, a seu ver, configura-se como uma falsa antinomia. Essa dicotomia contrapõe, de um lado, a redistribuição de recursos e riquezas — eixo central da crítica socialista — como solução predominante para as injustiças sociais; e, de outro, o reconhecimento social, que atribui aos padrões hierárquicos de dominação o papel fundamental na realização da justiça. Esse debate,

²³ Cf. FRASER, N.; HONNETH, A. (2003) *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York: Verso, 2003.

travado no final dos anos 1990²⁴, tem como pano de fundo o que Fraser denomina condição pós-socialista. Com a derrota do "socialismo real" — que representava uma alternativa ao capitalismo — novas polarizações emergem nas demandas sociais.

Essas reivindicações, agora articuladas no contexto das democracias liberais, multiculturais e globalizadas, denunciam diferentes formas de injustiça: a de redistribuição, de caráter econômico, e a de reconhecimento, predominantemente cultural ou relacionada ao status. Fraser argumenta que uma teoria crítica deve adotar uma abordagem dualista, incorporando, à medida que a discussão avança, um terceiro eixo: o da paridade de participação. Sua perspectiva contrasta com a abordagem monista de Honneth, que, em seu projeto teórico do reconhecimento, não se concentra exatamente nas injustiças culturais, mas nas expectativas morais que orientam as relações sociais. Para Honneth, os conflitos não se reduzem a interesses imediatos, mas envolvem juízos de valor que podem ser normativamente reconstruídos. Assim, sua preocupação recai sobre a fundamentação normativa desses embates e seus desdobramentos, que, em maior ou menor grau, estão ligados a demandas por reconhecimento.

Bem compreendido esse pano de fundo²⁵, observa-se que a preocupação com a concretização da justiça em um contexto democrático surge em oposição a uma visão de mundo marxista, que teria falhado em suas predições efetivas, mostrando-se incapaz de lidar com a complexidade do mundo contemporâneo e de ir além do lugar comum do “economicismo”. Em contraposição à luta travada por uma classe homogênea de trabalhadores assalariados, surgem os novos movimentos sociais. Não é por acaso que, nessa fase do pensamento de Fraser, o debate não partia do paradigma do trabalho²⁶ ou de conceitos mais diretamente vinculados à crítica da economia política de inspiração marxiana, que impulsionou a agenda crítica da “primeira geração” da chamada Escola de Frankfurt — Horkheimer, Adorno, Marcuse, entre outros. A problemática tratada nesses termos, no entanto, parece deixar de lado uma crítica mais elaborada ao capitalismo.

Em *The Philosophy of Recognition*, organizado por Hans-Christoph Schmidt am Busch e Christopher Zurn, que reúne um compilado de leituras atuais sobre o estatuto do projeto de reconhecimento, Emmanuel Renault sustenta que “parece que a teoria do reconhecimento tem

²⁴ Apesar de sua publicação com Honneth ocorrer em 2003, um primeiro momento de sua argumentação sobre a temática pode ser observado em: FRASER, N. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in “Postsocialist” Age. *New Left Review*, v. 1, n. 212, 1995.

²⁵ Não cabe a nós repisar todo o percurso daquele debate; para uma análise mais detalhada das contribuições de Fraser para uma teoria da justiça e seu conteúdo normativo, ver: BRESSIANI, N. *Economia, cultura e normatividade: O debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento*. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

²⁶ Nathalie Bressiani (2010), *Economia, cultura e normatividade*, p. 40.

como principal objeto a experiência da injustiça, e que ela, por si só, não fornece uma teoria das causas sociais da injustiça.”²⁷ Em sua consideração, Schmidt am Busch argumenta que seriam “as ordens neoliberais, mas não as da social-democracia, que são problemáticas do ponto de vista da teoria do reconhecimento.”²⁸ Tais contribuições nos apresentam uma Teoria Crítica²⁹ na qual o capitalismo não é seu objeto primordial; ora, não seria esse justamente o gênero crítico pelo qual a tradição frankfurtiana se tornou reconhecida? Qual o estatuto desse “não-lugar” conceitual em relação ao capitalismo?

A raiz dessa problemática pode ser identificada em um ponto de interseção no debate entre Honneth e Fraser, a saber, o paradigma comunicativo de Jürgen Habermas. O filósofo alemão, em seu projeto crítico, introduz dois aspectos cruciais: **i.** um interesse renovado pelo fundamento normativo da crítica; e **ii.** um afastamento de elementos centrais da crítica da economia política marxiana. Nesses termos, a contribuição de Habermas se volta para a intersubjetividade da prática democrática, que não estaria à mercê nem da saída via luta de classes, nem da razão instrumental totalizante representada na *Dialética do Esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno. Neste capítulo, a partir das tensões diagnósticas e conceituais presentes no paradigma habermasiano, pretendemos explorar as condições que levaram Nancy Fraser a identificar, no contexto da crise do capitalismo financeirizado, o esmaecimento da crítica ao capitalismo em terreno crítico. Nas palavras da autora: “a crítica da sociedade capitalista, fundamental para as primeiras gerações, praticamente desapareceu da agenda da Teoria Crítica.”³⁰ Para compreender essa afirmação, investigaremos como as mudanças nas configurações do capitalismo — associadas às transições históricas do capitalismo concorrencial ao capitalismo de Estado e, posteriormente, ao neoliberalismo — impactaram as orientações e prioridades teóricas da tradição frankfurtiana. Em seguida, definiremos as bases sobre as quais se estabelece a crítica de Fraser à crise multidimensional.

²⁷ RENAULT, E. Taking on the inheritance of critical theory: saving Marx by recognition? In: SCHMIDT AM BUSCH, H.-C.; ZURN, C. F. (org.). *The philosophy of recognition: historical and philosophical perspectives*. Lanham: Lexington Books, 2010, p. 247 tradução nossa.

²⁸ SCHMIDT AM BUSCH, H. C. Can the goals of critical theory be achieved by the theory of recognition? In: SCHMIDT AM BUSCH, H. C.; ZURN, C. F. (org.). *The philosophy of recognition: historical and philosophical perspectives*. Lanham: Lexington Books, 2010, p. 260 tradução nossa.

²⁹ Cabe ressaltar que a compreensão de Fraser não é idêntica à de Honneth no que diz respeito ao reconhecimento. Ver: SOUZA, L. G. da C. de. *Reconhecimento, redistribuição e desreconhecimento: um debate com a Teoria Crítica de Axel Honneth*. Florianópolis: EdUFSC, 2019.

³⁰ Nancy Fraser (2011a), *Marketization, social protection, emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis*, p. 137 tradução nossa.

2.1 BREVE CONSIDERAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A SEPARAÇÃO ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA

A base do paradigma comunicativo habermasiano está enraizada em uma reflexão sobre a história do Instituto de Pesquisa Social nos anos 1940, época em que o capitalismo de Estado e o fascismo, no contexto da Segunda Guerra Mundial, deram origem a interpretações pivotais que moldaram os destinos da Teoria Crítica. O *locus* que providenciou o afastamento de uma Teoria Crítica da economia política é, por vezes, atribuído a Friedrich Pollock³¹, como uma consequência de sua análise sobre os estágios do capitalismo e o papel monopolizador que o Estado assume. Pollock argumenta que o poder político do capitalismo de Estado havia superado as contradições econômicas do capitalismo liberal. A institucionalização dos predicados dominadores do capital pelo Estado, dessa forma, promoveria uma nova forma de estabilização social, resultante da ascensão do político sobre o econômico.

Sua conceituação sobre o capitalismo de Estado representa a cristalização de tendências observadas tanto na Alemanha, sob o regime nazista, quanto nos Estados Unidos, após a Grande Depressão de 1929, com o advento do projeto de recuperação econômica (*New Deal*). A análise de Pollock evidencia uma transformação central nas configurações do capitalismo liberal do século XIX, a saber, o reconhecimento de que as políticas voltadas à gestão das instabilidades econômicas haviam atingido seus limites, provocando uma crise cuja resolução demandava a concentração administrativa em outra esfera. O mecanismo da concorrência, considerado sacrossanto para a “autorregulação” do mercado, é substituído por uma crescente monopolização, na qual o Estado assume funções centrais na coordenação do mercado e da iniciativa privada. Nesse novo arranjo socioeconômico, embora os interesses de lucro não sejam eliminados, eles passam a ser subordinados a uma lógica de planificação estatal.

O controle estatal é implementado sob a justificativa de ser o mecanismo mais eficiente para a distribuição e alocação de recursos, assegurando pleno emprego, crescimento econômico e estabilidade social, diferenciando-se, assim, da regulação anárquica das forças destrutivas do mercado, por meio de um investimento inteiramente novo no controle político. O homem

³¹ O conjunto de ensaios de Pollock, *Crise e Transformação Estrutural do Capitalismo: Artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social 1932–1941*, cujo destaque para nossa discussão é o texto *Capitalismo de Estado: Suas Possibilidades e Limitações (1941)*, foi traduzido para o português em 2019 e está disponível no Nefiponline (UFSC). Nesses escritos, é possível identificar o papel singular que a economia política assume a partir da leitura pollockiana, na qual o Estado emerge como o agente que exerce diretamente o controle sobre a (re)produção capitalista. Ademais, a tradução conta com um posfácio elucidativo de Amaro Fleck e Luiz Philipe de Caux, intitulado *Pollock e os Frankfurtianos*, que aborda as influências de Pollock na tradição frankfurtiana. Para aprofundamento, ver também: TEN BRINK, T. Economic Analysis in Critical Theory: The Impact of Friedrich Pollock's State Capitalism Concept. *Constellations*, v. 22, p. 333–340, 2015.

branco proprietário, assim como os monopólios privados, que anteriormente estavam submetidos às “leis do mercado”, passam a ocupar um espaço determinado pelo plano estatal. Da mesma forma, as expressões econômicas dos conflitos sociais são reduzidas a problemas de administração política. O capitalismo de Estado, segundo Pollock, concebe uma variante tanto democrática quanto autoritária, sendo que, em sua visão, esta última acabaria por prevalecer. Não há garantias antecipadas que possam assegurar, mesmo no caso dos Estados Unidos — visto como o cenário mais desejável —, que a ênfase no controle político estatal não desencadearia efeitos autoritários. Além disso, apesar da premissa de estabilidade, as “disputas administrativas” (escassez de recursos e conflitos entre as elites) tenderiam a “fomentar mais guerras do que incentivar movimentos emancipatórios.”³²

Sua contribuição apresenta uma reestruturação da crise capitalista que, ao contrário do esperado, não deu origem a um modo distinto de produção, mas fomentou uma nova forma de organização, na qual o “reino da liberdade” (*laissez-faire*) do capitalismo liberal é substituído pelo controle centralizado. O advento dessa nova formação social introduz uma problemática que não se insere no campo econômico, mas sim na racionalidade administrativa, que se fundamenta no cálculo e na eficiência. Nesse sentido, o autor sustenta que o problema de uma sociedade planejada “não está na esfera econômica, e sim na esfera política, nos princípios a serem aplicados ao decidir quais necessidades devem ter preferência [...]”.³³

Nessa nova forma de organização, as contradições entre proprietários e não proprietários tendem a se dissolver à medida que a intervenção estatal se intensifica, impondo o planejamento como princípio regulador de toda a estrutura social. Com a redefinição dos problemas como questões administrativas, a dominação econômica, antes centrada nas relações de classe, é transferida para uma esfera política mais ampla, capaz de coordenar as dinâmicas históricas. Os trabalhadores, agora inseridos no sistema controlado pelo Estado, passam a ser geridos pelos representantes políticos, o que leva a uma aceitação interna da coerção social, resultando na submissão às regras estabelecidas pelo poder político. Em um contexto onde os problemas são apresentados como administrativos, a dominação específica que antes era revelada pela economia política passa a ser compartilhada com outra esfera, considerada mais apta a captar os rumos dos acontecimentos históricos em curso.³⁴ Assim, a “economia como

³² Tobias ten Brink (2015), *Economic Analysis in Critical Theory*, p. 335 tradução nossa.

³³ POLLOCK, F. Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações (1941). In: *Crise e transformação estrutural do capitalismo*: artigos na revista do Instituto de Pesquisa Social 1932–1941. Tradução de Amaro Fleck e Luiz Philipe de Caux. Florianópolis: Nefiponline, 2019, p. 94.

³⁴ Para uma crítica ao que se estabeleceu como o “primado do político”, ver: POSTONE, M.; BRICK, B. Friedrich Pollock and the “primacy of the political”: a critical reexamination. *International Journal of Politics*, v. 6, n. 3, p. 3-28, 1976.

ciência social perdeu seu objeto [...] quando a coordenação de todas as atividades econômicas é efetuada pelo planejamento consciente [...]”.³⁵ O fascismo, nessa perspectiva, cumpriu o papel de realizar a herança da irracionalidade capitalista.

A racionalidade calculista e administrativa, conforme delineada por Pollock, adquire contornos mais abrangentes com a *Dialética do Esclarecimento* (DE)³⁶, na qual as contradições do capitalismo liberal desembocam em um fenômeno análogo, denominado "capitalismo administrado". A partir desse cenário, Adorno e Horkheimer diagnosticam o bloqueio dos potenciais emancipatórios, uma vez que o conjunto da sociedade se encontra completamente subordinado à administração. As normas sociais, que antes poderiam servir ao teórico crítico para identificar tendências ou "pontas soltas" emancipatórias, passam a refletir unicamente os interesses e relações de poder que lhes deram origem. Essa assunção leva os autores a deslocar ainda mais o foco do pano de fundo econômico, enquanto a crítica se volta para a razão instrumental. A experiência histórica desvelou o lado oculto³⁷ de tal racionalidade que, ao prometer progresso e esclarecimento — ideais associados à autonomia, liberdade e racionalidade típicos da modernidade iluminista — agora se vê questionada; revelando sua faceta autoritária e coisificadora. Desse modo, a idealização da razão³⁸ se desintegra, tal como as armas químicas que dela decorreram, já que, embora essas sejam vistas como o ápice da produção tecnológica do capitalismo, sua legitimidade surge através dessa racionalidade dessublimada. A aporia desses tempos reside na solução final, tornada possível por sujeitos ordinários.

Não menos aporética, por sua vez, é a crítica de Adorno e Horkheimer à racionalidade instrumental. Em seu prefácio, os autores afirmam investigar a “autodestruição do

³⁵ Pollock (2019), *Capitalismo de Estado*, p. 109.

³⁶ Sobre o diagnóstico da DE e sua relação com as análises de Pollock, que parte das transformações do capitalismo liberal em capitalismo de “Estado” ou “administrado”. Ver: NOBRE, M. “Max Horkheimer. A Teoria Crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio” In: *Curso Livre de Teoria Crítica*. Marcos Nobre (org). Campinas: Papirus, 2008, pp. 35-53.

³⁷ Uma crítica à razão, realizada por autores pós-coloniais, pode ser aproximada daquela empreendida na DE, no contexto do imperialismo e da colonização. Esse período histórico também desempenhou um papel central na consolidação de um “Eu” ocidental, construído à custa da produção de “outros” inimigos, percebidos como incivilizados e sujeitos à expropriação de seus corpos e terras. Esses “outros” foram marcados e racializados pela nova racionalidade moderna. Para uma discussão sobre essa relação, veja: INGRAM, J. Teoria crítica e pós-colonialismo. Tradução de Mariana Fidelis e Simone Fernandes. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020.

³⁸ Estamos utilizando os termos “razão” e “racionalidade” de maneira pouco precisa, em virtude do caráter expositivo que a DE assume em nosso texto. Consideramos que não se faz necessária uma discussão mais extensa sobre se a crítica da razão, nesse contexto, é abordada como unidade ou como forma de mediação social e subjetiva. Ressaltamos, contudo, que comentadores indicam tratar-se desse segundo aspecto. Para uma análise mais detalhada sobre esse ponto, ver: PETRY, F. B. O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, n. 22, 2013.

esclarecimento.”³⁹ Nesse sentido, sua proposta visa não o repúdio à razão, mas uma análise de seu estatuto e das contradições que, à luz das transformações históricas, revelam um aspecto regressivo. A associação entre razão e dominação é descrita como ligada à objetificação da natureza pelo sujeito cognoscente. Esse processo de objetificação não se limita à natureza, mas também atinge as relações humanas, que passam a ser compreendidas por uma lógica dicotômica, separando sujeito e objeto. Dentro dessa concepção de racionalidade, originada da filosofia do sujeito, a razão adquire uma função instrumental, servindo apenas como um meio para calcular as melhores maneiras de atingir objetivos que ela própria não define. A expansão dessa racionalidade leva a uma dominação progressiva tanto da natureza interna (subjetiva) quanto externa (objetiva), com o intuito de assegurar a autoconservação. Assim, a racionalidade instrumental identificada na DE não decorre de “um conceito unitário de razão, mas da expressão de sua dimensão subjetiva.”⁴⁰

Faz-se referência a um momento anterior, em que a experiência racional era mediada por uma unidade prévia, que escapava à formalização da razão em termos instrumentais, observada desde a *Odisséia* de Homero.⁴¹ O rompimento da unidade da razão seria o corolário do capitalismo administrado⁴², reduzindo-a a uma função de satisfação de necessidades parciais e autointeressadas, incompatível com a pretensão de universalidade com a qual a razão se

³⁹ ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 13.

⁴⁰ Franciele Petry (2013), *O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer*, p. 37.

⁴¹ A unidade prévia mencionada, em que a existência humana se reconciliaria com a natureza, permitiria uma relação de não-dominação, superando a modernização da razão iluminista identificada pelos autores desde Ulisses, “o primeiro burguês”. Essa forma de relação teria sido padronizada no contexto do capitalismo administrado, levando-os a um diagnóstico mais amplo sobre a impossibilidade da crítica. Ainda assim, esse não seria, para eles, o único horizonte concebível. Adorno, por exemplo, desenvolve posteriormente os conceitos de “não-idêntico” e “experiência mimética” como possibilidades de expressão não-coercitiva, preservando certa abertura para a reconstrução da crítica. Habermas, em *O Discurso Filosófico da Modernidade*, contudo, argumenta que, em razão do déficit normativo da crítica adorniana, essa saída permanece apenas como um ideal utópico. Ver: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, pp. 53-80; HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*: doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

⁴² Essa interpretação parece alinhar-se ao diagnóstico de Pollock, segundo o qual o desejo pelo lucro, central na economia política, teria sido substituído de forma definitiva pelo poder da política administrativa. Contudo, em *Pollock e os frankfurtianos*, Fleck e De Caux alertam que, embora existam várias passagens que permitam essa associação, seria necessário observar que “Horkheimer nunca afirma o primado do político sobre o econômico da forma cabal que é encontrada em ‘Capitalismo de Estado’, mantendo sempre grande ambiguidade acerca do assunto”. Cf. FLECK, A.; CAUX, L. P. de. Pollock e os frankfurtianos (posfácio). In: *Crise e transformação estrutural do capitalismo*: artigos na revista do Instituto de Pesquisa Social 1932–1941. Tradução de Amaro Fleck e Luiz Philipe de Caux. Florianópolis: Nefiponline, 2019, pp. 140-141. Segundo os comentadores, a posição de Adorno é ainda mais explícita em sua contrariedade ao primado do político, tendo evidenciado a pertinência do econômico, mesmo na *Dialética do Esclarecimento*. Para uma análise sobre a posição de Adorno, ver: FLECK, A. Necessária, mas não suficiente: sobre a função da crítica da economia na teoria crítica tardia de Theodor W. Adorno. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 21, n. 2, p. 13-29, 2016.

inscreveria. Uma vez formalizada, a razão poderia ser utilizada para servir a interesses externos a ela. Dessa maneira, a crítica só poderia existir formalmente, pois o único critério imposto pela administração capitalista é o da operacionalidade e eficiência em termos individuais; “sem um fundamento objetivo [...] sem critérios para a verdade, a crítica da razão subjetiva conduz ao relativismo e à coexistência pacífica de concepções incompatíveis entre si.”⁴³

A DE, à luz das contribuições de Pollock, representa uma etapa significativa das discussões realizadas no Instituto de Pesquisa Social sobre a nova fase pós-liberal do capitalismo. Essa fase caracteriza-se pela transição dos monopólios privados para um controle centralizado, com maior intervenção estatal, em uma tentativa de superar a tendência do sistema às crises. Argumentamos, contudo, que o desenvolvimento dos sujeitos e das novas conformações sociais — correspondendo à crítica da racionalidade instrumental e às transformações das esferas culturais — não está completamente desvinculado da dinâmica econômica da sociedade. O cenário de bloqueio emancipatório, frequentemente mencionado em relação à situação aporética da crítica social, ou seja, como impedimento das condições de possibilidade para a própria crítica, deve ser analisado também sob essa perspectiva.

Nesse sentido, as contribuições de Adorno e Horkheimer não surgem de um “lugar algum”, mas das limitações impostas por essa nova configuração capitalista, na qual “a própria razão se tornou um mero adminículo da aparelhagem econômica que a tudo engloba.”⁴⁴ Ademais, temas centrais para os estudos em que os conflitos sociais ainda podem ser expressos economicamente, como a capitulação do movimento operário pela integração e pela elevação do padrão de vida dos trabalhadores na sociedade (capitalista) administrada — ou seja, a dissolução de uma unidade homogênea de explorados que se reconheciam enquanto tal —, são tratados em sua dubiedade como “materialmente considerável e socialmente lastimável”, sendo devedoras da “difusão hipócrita do espírito.”⁴⁵ O mundo administrado, mesmo quando parece abrir espaço para um debate sobre justiça, considerando as melhores condições proporcionadas pela produtividade econômica estabilizada, continua sendo visto com desconfiança, enquanto estrutura que dota o aparelho técnico em que “o indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos.”⁴⁶

Em outras palavras, nos parece que o conceito de sociedade administrada não aponta necessariamente para a supremacia do político sobre o econômico, mas, sim, para as armadilhas

⁴³ Franciele Petry (2013), *O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer*, p. 45.

⁴⁴ Adorno; Horkheimer (1985), *Dialética do Esclarecimento*, p. 13.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*.

inerentes às dinâmicas de crise e reestruturação capitalista. Quando nos deparamos com um quadro histórico em que os interesses econômicos e políticos convergem a tal ponto que se tornam indistinguíveis, as noções tradicionais de "político" e "econômico" precisam ser reformuladas para se tornarem eficazes — os esforços recentes de Fraser apontam para essa direção. Talvez a lição mais importante seja que o capitalismo é não apenas um modo de produção, mas uma formação social contraditória, propensa a crises, nas quais “não se pode esperar que de sua eclosão decorra a emancipação.”⁴⁷

Em contrapartida, não podemos deixar de reconhecer que, em uma tradição que se pretende interdisciplinar e autorreflexiva, como a Teoria Crítica, os efeitos da abordagem pollockiana acabam por justificar uma negligência pela economia enquanto disciplina e, por consequência, de seu objeto de análise. Da mesma forma, notamos que a amplitude do programa crítico da “primeira geração”, que se concentrou em um diagnóstico de autodestruição da razão e impossibilidade da crítica, gerou um renovado interesse pela fundamentação da crítica e de suas condições de possibilidade. Habermas (2002[1985]) se insere nesse debate, dedicando um capítulo de *O Discurso Filosófico da Modernidade* às problemáticas da DE, que já vinha desenvolvendo em artigos e textos anteriores. Para o autor, a leva de textos provenientes da crítica tardia frankfurtiana representa um momento em que “a crítica atropela a si mesma e perde a direção.”⁴⁸

Desse modo, Habermas se vincula ao projeto da Teoria Crítica sem, no entanto, adotar o diagnóstico de que a dominação teria assumido uma forma totalizante. O filósofo alemão também procura distanciar-se de uma postura crítica cuja aporia teria corroído suas próprias condições de possibilidade, tornando inviáveis os fundamentos normativos dos quais não poderia deixar de se vincular. Sua proposta de um novo paradigma crítico busca, portanto, evidenciar a preocupação com o déficit normativo herdado, ao mesmo tempo em que procura afastar-se dos resquícios da filosofia do sujeito — que resultam na instrumentalização da razão —, apostando na comunicação intersubjetiva, orientada ao entendimento mútuo entre as partes e não à dominação. Diante disso, cabe perguntar: qual é o lugar do capitalismo em seu pensamento?

Os efeitos decorrentes da noção pollockiana de capitalismo de Estado, especialmente em relação à sua variante democrática, ultrapassam as divergências acerca da racionalidade administrativa, às quais Habermas se opõe pela necessidade de fundamentar a crítica da sociedade. A partir de sua contribuição, Pollock antecipa questionamentos que mais tarde

⁴⁷ Fleck; de Caux (2019), *Pollock e os frankfurtianos*, p. 145.

⁴⁸ Habermas (2002), *O Discurso Filosófico da Modernidade*, p. 181.

seriam dirigidos às sociedades capitalistas do pós-guerra, que, naquele momento, estabeleciam novos compromissos nacionais e internacionais voltados à estabilização econômica e à implementação de novos padrões de governança e justiça social. Os diagnósticos de época elaborados por Habermas, nas décadas de 1960 e 1970, tomam como referência o “capitalismo tardio” do pós-guerra, cenário em que o autor desenvolve de forma criativa sua teoria das crises e do Estado. Esse processo ocorre no contexto do Estado de bem-estar social, no qual o imperativo democrático e a sindicalização do trabalho ganham força, resultando na politização da sociedade, perceptível no “processo de valorização e no aumento das negociações corporativistas entre a economia, os sindicatos e o Estado.”⁴⁹

Aspectos que poderiam aproximar sua abordagem da tese da “primazia do político”⁵⁰ manifestam-se na ênfase dada às questões de legitimação, menos voltadas a indagar a capacidade do capital de se autorregular economicamente e mais interessadas em sua aptidão para produzir legitimidade sociocultural, isto é, nos nexos entre integração sistêmica e integração social. A suposição subjacente a essa perspectiva indica que o capitalismo teria se emancipado, ao menos em parte, de suas limitações econômicas mais rígidas, abrindo espaço para uma ampliação do planejamento estatal e mitigando o potencial disruptivo das crises econômicas. Assim, a crise, quando ocorresse, assumiria uma natureza complexa, sem que se pudesse atribuir-lhe uma primazia exclusivamente econômica. A economia política, por conseguinte, já não seria suficiente, isoladamente, para apreender as relações constitutivas dessa formação social.

O paradigma comunicativo habermasiano, como pretendemos explorar na próxima subseção, está ligado não apenas à necessidade renovada de fundamentação normativa da crítica, mas também a uma visão particular das sociedades capitalistas, o que o afasta de elementos centrais da economia política.⁵¹ O distanciamento da totalização diagnóstica exposta

⁴⁹ Tobias ten Brink (2015), *Economic Analysis in Critical Theory*, p. 366 tradução nossa.

⁵⁰ Diferentemente de seu confronto direto com as problemáticas trazidas na DE, as ideias de Pollock ou uma inspiração pollockiana não são explicitadas por Habermas em seus escritos. Apesar disso, alguns comentadores aproximam a posição habermasiana daquele cenário de discussão realizado nos anos 1940 no Instituto de Pesquisa Social. Ver: Fleck; de Caux (2019), *Pollock e os Frankfurtianos*, pp. 145-148, tópico “Habermas”. Em contrapartida, no rodapé de sua consideração sobre o capitalismo tardio em Habermas, Ivan Rodrigues de Sousa Filho pondera que a posição do autor é substancialmente distinta daquela apresentada por Pollock, tendo em vista que interessa-o não apenas as mudanças ocorridas entre Estado e economia, mas culturais e sociais, em um momento onde “ao mesmo tempo que o escopo e a importância do intervencionismo econômico do Estado crescem no capitalismo pós-liberal, também cresce a influência de grupos de interesses socioeconômicos sobre o Estado”. Cf. SOUSA FILHO, J. I. R. de. *A crítica do capitalismo de Jürgen Habermas: história, sistematização, crítica e uma proposta de reconstrução*. Tese (doutorado em filosofia) - PPGFil-USFC. Florianópolis, 2021, p. 34.

⁵¹ Essa problemática foi explorada em detalhe por Ivan Rodrigues de Sousa Filho, desdobrando-a não apenas historicamente, mas refletindo sobre seus efeitos no pensamento habermasiano, suas possíveis limitações e

na DE, por meio de um modelo crítico que privilegia uma racionalidade não instrumental, fundamentada na comunicação intersubjetiva, oferece o benefício de expandir o escopo investigativo das teorias sociais críticas subsequentes. Nesse modelo, não são apenas os bloqueios emancipatórios que se tornam relevantes, mas também o próprio ideal de emancipação, que adquire novos contornos. Além disso, a relativização da centralidade da economia política, ao reconstruir os conflitos sociais para além dos limites tradicionais centrados na disputa entre capital e trabalho, torna a análise crítica mais permeável a outras demandas sociais, formas de coerção e injustiças. Contudo, as dificuldades em definir com clareza os limites da planificação estatal e das transformações na esfera econômica geram um novo paradoxo: torna-se implicitamente necessário escolher entre a economia política e as condições de possibilidade da crítica, apesar dos efeitos restritivos dessa opção para a análise do capitalismo. Na tentativa de delinear brevemente esse panorama, para posteriormente destacar a relevância da contribuição recente de Fraser, passamos à análise do paradigma comunicativo.

2.2 O PARADIGMA COMUNICATIVO DE HABERMAS E SUAS TENSÕES

A reestruturação capitalista, ao promover mudanças substanciais no ideal de economia de mercado liberal do século XIX em direção a formas de controle centralizado, marca uma transformação estrutural tanto do Estado quanto da subjetividade dos indivíduos sob seu domínio. Nas discussões do Instituto de Pesquisa Social, na década de 1940, brevemente reconstruídas no tópico anterior, tais considerações podem ser observadas nos conceitos de “capitalismo de Estado”, formulado por Pollock, e de “sociedade administrada”, desenvolvido por Adorno e Horkheimer. Nesse último, as relações sociais são interpretadas a partir de sua refuncionalização autoritária pela razão instrumental, intensificada na nova configuração social. As crises econômicas capitalistas, por sua vez, teriam perdido seu potencial emancipatório, uma vez que suas contradições foram neutralizadas pela integração social promovida pelo Estado e, ao mesmo tempo, desafiadas pelas inovações tecnológicas e pelo consumismo, celebrados como expressões do êxito produtivo.

As transformações funcionais entre o Estado e a economia não cessam, contudo, após a Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, onde surge um novo

virtudes. Ver: SOUSA FILHO, J. I. R. de. *A crítica do capitalismo de Jürgen Habermas: história, sistematização, crítica e uma proposta de reconstrução*. Tese (doutorado em filosofia) - PPGFil-USFC. Florianópolis, 2021.

dirigismo político em torno de questões “técnicas” e “administrativas”. A tendência de expansão da autoridade pública sobre o setor privado continua no capitalismo tardio, mas segue uma direção em que a alcunha “autoritário”, sugerida na tese do mundo “totalmente administrado”, não é suficiente para descrevê-lo. O arcabouço institucional desse esforço tardio de modernização capitalista passa a ser construído com base em valores universalistas de uma democracia constitucional orientada para as liberdades individuais, o que introduz novos desafios à reflexão sobre o Estado, a economia e, agora, o papel da própria democracia. Para Habermas, a democracia constitucional se apresenta como o terreno que não apenas assegura essa institucionalização, fornecendo uma base incontornável para o exame das relações entre Estado e economia, mas que também impõe novas formas de compreender suas limitações e potenciais superações — elementos decisivos para teorias críticas das crises que pretendem ser responsivas aos problemas do presente.⁵²

Para nossa breve exposição sobre o desenvolvimento do pensamento habermasiano, tomaremos como referência suas contribuições à compreensão das sociedades capitalistas, desde a crítica aos limites do pensamento marxiano até os textos *Legitimation Crisis*⁵³ e *Teoria do Agir Comunicativo*⁵⁴ (TAC). Nosso objetivo é esclarecer sua posição diante do diagnóstico da DE e das transformações históricas do capitalismo, bem como introduzir críticas relacionadas ao aprofundamento da separação entre economia e política, que atravessam sua obra. A inclusão, ainda que de forma limitada, de ambos os aspectos da fortuna crítica habermasiana — ou seja, sua análise da racionalidade comunicativa e sua reflexão sobre o capitalismo — busca corrigir a tendência de leituras que privilegiam o caráter “propriamente filosófico” de sua discussão, tratando como questões de primeira ordem apenas a razão, a esfera pública ou a ética do discurso, sem levar em conta os contextos sociais e econômicos nos quais tais reflexões se inserem. Retratar sua contribuição dessa forma, como se consistisse apenas em

⁵² Para um exame mais detalhado das mudanças que ocorrem no pensamento habermasiano, que resultam em interpretações variadas sobre os limites e possibilidades da democracia constitucional frente à economia no contexto do capitalismo tardio, ver: Sousa Filho (2021), *A crítica do capitalismo de Jürgen Habermas*, pp. 51-81, tópico “Uma mudança de paradigma na Teoria Crítica”. Como sugerido no texto principal, as considerações de Habermas não são estáticas, tendo passado por diversas modificações que são não apenas filosoficamente relevantes, mas também impactam no diagnóstico de tempo realizado pelo autor. Assim, tendo em vista que nossa intenção é apresentar esse pano de fundo e suas tensões para situar a contribuição recente de Fraser, as sutilezas trazidas por uma leitura cuidadosa correm o risco de serem perdidas na tradução. Portanto, para uma compreensão aprofundada da contribuição de Habermas para uma crítica ao capitalismo, consideramos relevante indicar, para além do já citado trabalho de Sousa Filho, também os estudos de Leonardo da Hora Pereira (2015), Pinzani (2022) e David F. L. Gomes (2023).

⁵³ HABERMAS, J. *Legitimation crisis*. Tradução de Thomas McCarthy. Cambridge: Polity Press, 1992 [HABERMAS, J. *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973].

⁵⁴ HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. 1. ed. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981].

esforços teóricos abstratos articulados dentro da tradição frankfurtiana, a partir do legado da DE, tornaria pouco convincente considerá-la paradigmática em uma “[...] corrente de pensamento conhecida como teoria crítica da sociedade.”⁵⁵ Assim, buscamos reiterar os marcos distintivos de sua experiência intelectual, de modo a evitar o problema apontado neste capítulo, ou seja, o esmaecimento conceitual do capitalismo.

No período que antecede a elaboração de seu *magnum opus*, TAC, Habermas busca articular previsões sobre a democratização do processo de formação da vontade política, a partir dos Estados de Bem-estar, com uma abordagem crítica ao capitalismo. Observa-se, nesse contexto, um desvio significativo em relação à tradição marxista, que, em sua visão, se limita à crítica da exploração da força de trabalho e às crises econômicas, especialmente a partir da “queda tendencial da taxa de lucro”. Sua análise considera, de forma particular, o novo papel organizativo desempenhado pelo Estado, o que impõe um desafio corretivo à Teoria Crítica, exigindo que esta seja capaz de abarcar as transformações estruturais em curso na esfera pública. Essa mudança tem implicações teóricas, na medida em que o problema se inscreve em uma realidade na qual a “sociedade que administra a si mesma – que, por meio de uma legislação planejada, programa todas as esferas da vida, inclusive sua reprodução econômica – deveria ser integrada pela vontade política do povo soberano.”⁵⁶

De maneira simplificada, a lei da queda tendencial da taxa de lucro⁵⁷ ilustra como o desenvolvimento do capitalismo cria as condições para as suas próprias crises. Essa explicação, apresentada na terceira seção do *Capital*, livro III, baseia-se na lógica da acumulação incessante, na qual os capitalistas, para enfrentar altos níveis de competitividade, aumentam a produtividade por meio de investimentos em infraestrutura produtiva e tecnologia, reduzindo proporcionalmente o peso do trabalho assalariado (capital variável). Como o lucro provém da exploração do trabalho, especificamente da porção não remunerada do tempo de trabalho, a diminuição relativa do capital variável tende a reduzir a lucratividade. Em níveis críticos, essa dinâmica gera superacumulação de capital, que não pode ser absorvida pela demanda de consumo, resultando em destruição de capital e desemprego em massa. Habermas, contudo, aponta limitações nessa leitura, como lembra Gomes.⁵⁸ O autor argumenta que, no capitalismo

⁵⁵ PEREIRA, L. da H. A tensão entre capitalismo e democracia em Habermas: do pós-guerra aos dias de hoje. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 22, n. 38, 2015, p. 282.

⁵⁶ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2014, p. 67.

⁵⁷ MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. Edição eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 249-269.

⁵⁸ GOMES, D. F. L. A Hesitação de Jürgen Habermas: Capitalismo, democracia e crise. *Revista Dissertatio*, Pelotas, v. Suplementar, n. 13, 2023, pp. 183-184.

tardio, as contradições entre produção e forças produtivas não estão mais subordinadas exclusivamente à lógica de mercado, uma vez que o Estado intervém como mediador, atenuando os impactos sociais — como desemprego e pauperização — e políticos — como crises econômicas — que poderiam se tornar insustentáveis. Em *Entre Filosofia e Ciência: O Marxismo como Crítica*, Habermas afirma que:

Se, contrariamente, partirmos da suposição de que do aumento da produtividade per se nasce valor, é possível mostrar que no interior de um sistema capitalista em expansão a mais-valia alimentada da dupla fonte pode, sob certas circunstâncias, ser suficiente para assegurar simultaneamente uma taxa de lucro adequada e um nível crescente dos salários reais.⁵⁹

Habermas, ao revisitar a contradição entre valor e trabalho, propõe uma nova interpretação das dinâmicas do capitalismo, sugerindo uma crítica onde o capital não se sustenta apenas pela coerção econômica. No contexto de sua modernização tardia, o capitalismo passa a contar com o suporte político do Estado, que assume um papel ativo na resposta às necessidades produtivas e humanas, superando, virtualmente, a lógica da escassez. Essa abordagem amplia o escopo tradicional das análises marxistas, ao reconhecer que os processos institucionais intervêm nas relações de produção de maneira transversal, possibilitando a formação de acordos entre classes, por exemplo. Nesse novo cenário, a contradição entre capital e trabalho também se transforma, pois os trabalhadores, em grande parte, já não se veem como proletários no sentido clássico. Essa mudança enfraquece a teoria revolucionária marxista, uma vez que seu destinatário histórico — o proletariado — é substituído por sujeitos cada vez mais diferenciados e heterogêneos. Assim, uma análise centrada apenas na exploração do trabalho se revela insuficiente para entender as novas formas de subjetivação e motivação dos indivíduos, que não podem ser explicadas unicamente pela posição que ocupam no processo produtivo. Em outras palavras, com a repolitização da relação entre as classes, a economia deixa de ser o único fator responsável pela integração social.

Nesse sentido, as contradições do capitalismo tardio emergem da coexistência entre a afirmação de valores universalistas e a prevalência de uma formação tecnocrática da vontade política, que limita a participação ativa dos cidadãos nas decisões coletivas. Embora haja uma maior inclusão das massas nas esferas políticas, essa participação permanece, em grande parte, superficial, sendo restringida por um processo de despolitização que desloca a atenção das questões coletivas para interesses individuais. Além disso, o papel do Estado, que deveria mediar entre as demandas sociais e a dinâmica do mercado, torna-se cada vez mais opaco,

⁵⁹ HABERMAS, J. Entre filosofia e ciência: marxismo como crítica. In: HABERMAS, J. *Teoria e práxis: estudos de filosofia social*. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2013, p. 402.

dificultando a responsabilização pública. Esse cenário cria uma crescente necessidade de legitimação do Estado, uma vez que suas decisões sobre investimentos e a apropriação da produção socializada não são amplamente debatidas, gerando uma tensão entre as demandas por maior democracia e as forças que buscam preservar o *status quo*. No cerne dessa contradição estrutural, as elites políticas enfrentam o desafio de equilibrar o caráter de classe do Estado com a exigência de coesão social, enquanto as massas permanecem, em grande parte, alheias às decisões políticas fundamentais. Essas implicações levam Habermas, em *Legitimation Crisis*, a afirmar que as crises do capitalismo não se manifestam mais como crises propriamente econômicas.⁶⁰ De igual modo, a clivagem de classe deixa de se expressar como um conflito estritamente econômico.⁶¹

Para Habermas, o capitalismo tardio exige uma compreensão da crise como um fenômeno abrangente⁶², pois uma crise econômica isolada não se transforma automaticamente em uma crise política e social capaz de gerar mudanças estruturais. Segundo o autor, os problemas sistêmicos de regulação tornam-se verdadeiramente ameaçadores apenas quando afetam a integração social, ou seja, quando o consenso em torno das normas e valores que sustentam a ordem social começa a se desmoronar. Assim, a insuficiência da capacidade regulatória dos sistemas econômico e político para lidar com problemas de forma eficaz deve coincidir com o enfraquecimento das estruturas normativas que garantem a coesão social. No cerne das crises de legitimação estão as chamadas crises de motivação, discutidas na terceira parte de *Legitimation Crisis*. Essas crises ocorrem porque indivíduos e grupos sociais constroem suas identidades e relações por meio de interações mediadas simbolicamente, que dependem de sentidos compartilhados para justificar suas práticas cotidianas. Quando essas justificativas deixam de ser convincentes no nível intersubjetivo — o espaço das relações humanas e sociais — e são substituídas por explicações baseadas exclusivamente na lógica funcional dos sistemas econômico e burocrático-administrativo, surge uma ruptura. Essa ruptura reflete a ausência de sentido ou de justificativas aceitáveis capazes de sustentar a coesão social e motivar os indivíduos a participarem da ordem existente. Para Habermas, a crise de motivação é, portanto, um indicador de que o sistema não consegue mais oferecer justificativas compatíveis com a experiência vivida dos sujeitos, comprometendo tanto a estabilidade social quanto a capacidade do sistema de se legitimar perante seus membros.

⁶⁰ Habermas (1992), *Legitimation crisis*, p. 68.

⁶¹ *Ibidem*

⁶² Seu modelo aponta quatro tendências distintas, a saber, as tendências à crise econômica, à crise de racionalidade política, à crise de legitimação política e à crise de motivação sociocultural.

Em *Legitimation Crisis*, Habermas desenvolve uma teoria das crises interna ao capitalismo, esboçando uma concepção capaz de indicar tanto as contradições sistêmicas quanto as normativas das sociedades contemporâneas. Na TAC, o autor consolida a dupla conceitual de sistema e mundo-da-vida, considerando-os, como afirma no prefácio da primeira edição, os alicerces de uma “sociedade em dois níveis”.⁶³ Nesse modelo, o sistema é subdividido em dois subsistemas principais: o Estado e o mercado, regulados pelos meios não linguísticos do poder e do dinheiro, respectivamente.⁶⁴ O mundo-da-vida, por sua vez, corresponde ao aspecto sociocultural e intersubjetivo da vida social.⁶⁵ Além disso, Habermas amplia o espaço destinado a uma crítica da modernidade, expandindo o conceito de racionalidade. O primeiro indício de um enfraquecimento da crítica ao capitalismo pode ser percebido na mudança de abordagem entre os planos teóricos. Em TAC, a questão da razão, articulada às interseções entre teoria social e ciência, ganha destaque inicial. A preocupação com a necessidade de fundamentação normativa da crítica “reaparece”, levando o filósofo alemão a expandir não apenas a ideia de racionalidade, mas também a de racionalização, com o intuito de pensá-la para além de seu aspecto reificador — afastando-se, assim, da perspectiva de Adorno e Horkheimer.

Esse enfoque parece refletir a assimilação, por parte de Habermas, da tese da neutralidade sistêmica weberiana, que considera os âmbitos sistêmicos — como o mercado e a administração burocrática — dotados de um valor funcional intrínseco. Esses âmbitos são vistos como vantajosos em termos de eficácia para a reprodução material da sociedade, mas não traduzidos em termos normativos. Sob essa ótica, qualquer interferência direta no funcionamento interno dessas esferas seria considerada um retrocesso no processo de evolução social, traindo o avanço desejado das estruturas sociais modernas.⁶⁶ Em termos diagnósticos, enquanto em *Legitimation crisis* Habermas identifica a relação entre democracia efetiva e capitalismo como intrinsecamente problemática — especialmente devido à despolitização das massas, vista como um pressuposto estrutural do sistema político-econômico —, na TAC o autor passa a enfatizar os excessos do sistema como o principal obstáculo à formação de uma vontade política verdadeiramente democrática, desenvolvendo a tese da “colonização do

⁶³ Habermas (2012), *Teoria do Agir Comunicativo*, p. 10

⁶⁴ Habermas (2012), *Teoria do Agir Comunicativo*, pp. 589-591.

⁶⁵ Habermas (2012), *Teoria do Agir Comunicativo*, p. 485.

⁶⁶ Leonardo Pereira (2015), *A tensão entre capitalismo e democracia em Habermas*, pp. 296-297.

mundo-da-vida.”⁶⁷ Michael Löwy, ao evidenciar tais mudanças no pensamento habermasiano, questiona:

Para Habermas, a economia de mercado capitalista e a burocracia são portanto formas “normais” da modernidade: só se pode falar de “patologia” quando a racionalidade instrumental transgride as fronteiras dos sistemas e penetra na esfera da reprodução simbólica, isto é, quando o dinheiro e o poder entram nos domínios que implicam a compreensão mútua, ou, em outras palavras, quando os imperativos dos subsistemas autônomos “colonizam” o mundo vivido da comunicação [...]. *Quais conclusões políticas se pode tirar desta crítica?* Trata-se simplesmente de proteger o mundo da vida – a esfera da interação simbólica humana – das invasões da racionalidade instrumental ou é preciso que as questões econômicas, elas mesmas, sejam submetidas ao controle do mundo vivido, enquanto objeto de um livre debate público e de decisões democráticas? Esta questão – de fato, o núcleo racional do socialismo, como planejamento democrático – recebe uma resposta positiva no trabalho mais “radical” de Habermas, *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1973), que esboça uma crítica muito pertinente dos limites da democracia no capitalismo [...]. Entretanto, encontramos uma abordagem bastante diferente dessas questões no seu *opus major* mais sistemático, *A teoria da ação comunicativa* [...]. Isto leva a uma diminuição considerável do radicalismo da primeira Teoria Crítica, e a um tipo de reconciliação com as normas da modernidade “realmente existente”.⁶⁸

O jovem Habermas, ao retomar a crítica ao capitalismo sem se restringir aos paradigmas tradicionais atribuídos ao pensamento marxiano, como o "economicismo" e a centralidade da luta de classes, inaugura novas perspectivas para uma teoria das crises e do capitalismo. Em seus próprios termos, o autor contribui para o sentido de multidimensionalidade da vida social que pretendemos destacar em nosso trabalho. O filósofo alemão, ao enfatizar não apenas a exploração do trabalho, mas também as contradições entre capital e democracia, expande a gramática em torno de concepções diversas de vida emancipada e de possibilidades de transformação efetiva, desvinculando-se de um ideal estático de proletariado e da burocratização totalitária vista nas experiências do socialismo real. Sua principal contribuição para o sentido unitário que visualizamos no trabalho recente de Nancy Fraser reside na articulação entre análise estrutural e possibilidades concretas de transformação; em outras palavras, o autor oferece bases para uma crítica interna ao capitalismo que leve em consideração uma reflexão normativa. Entretanto, as tendências mais conservadoras de sua obra, representadas na TAC, demonstram a necessidade de ir além daquela reformulação pretendida no diagnóstico do “capitalismo tardio” e da ascensão da linguagem sistêmica.

⁶⁷ Essa visão contrasta com o pensamento marxiano na medida em que o mundo-da-vida não corresponde a “uma estruturação classista [...] em vez da classe capitalista e da classe trabalhadora, a cultura, a sociedade em sentido estrito e a personalidade; b) o funcionamento essencial do sistema não é dependente dos interesses antagônicos de capitalistas e trabalhadores, ou seja, não é dependente da luta de classes, mas primordialmente do imperativo anônimo e objetivado de autoconservação do próprio sistema [...]”. Cf. Sousa Filho (2021), *A crítica do capitalismo de Jürgen Habermas*, p. 272.

⁶⁸ LÖWY, M. Habermas e Weber. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 9, 1999, pp. 81-82 grifo nosso.

Nancy Fraser, como muitos teóricos contemporâneos da Teoria Crítica, tem sua trajetória intelectual profundamente marcada pela influência de Habermas, cuja contribuição se revela central em diversas questões abordadas ao longo de seu percurso. Todavia, essa adesão não é incondicional, tendo nossa autora estabelecido uma relação crítica ao pensamento habermasiano desde pelo menos seu artigo *Que é crítico na Teoria Crítica? O argumento de Habermas e o gênero*. Naquele momento, Fraser procura revelar os limites da tese da "colonização do mundo-da-vida" no que diz respeito às patologias sociais experienciadas nas sociedades de Bem-estar.⁶⁹ Tendo considerado como "patologia" apenas a colonização de mecanismos sistêmicos nas esferas de reprodução simbólica, Habermas teria negligenciado⁷⁰ formas de dominação e subordinação presentes no próprio mundo-da-vida, como a dominação masculina — que afeta a família, os significados socioculturais, e as competências socialmente atribuídas a homens e mulheres. Uma inflexão dessa crítica no pensamento recente da autora pode ser visualizada a partir da contribuição de Rahel Jaeggi, em *Capitalismo em debate*, onde o que é enfatizado a respeito da tese da "colonização do mundo-da-vida" é sua própria externalidade, nos oferecendo um modelo crítico que faz referência a “patologização” dos avanços da commodificação apenas externamente, ou seja, se traduz em termos de efeitos na medida em que nos afasta da causa, isto é, o capitalismo.

A tensão entre economia política e as condições de possibilidade da crítica, que envolve as gerações futuras e os intérpretes pós-habermasianos da Teoria Crítica, pode ser analisada à luz da contribuição de Rúrion Melo⁷¹. Em seu artigo *Teoria Crítica e os sentidos da emancipação*⁷², o autor propõe uma descrição desse dilema a ser superado, denominado "revolução versus reforma", que se manifesta na conceituação do capitalismo, seja com vistas à sua supressão, seja à sua reformulação. Melo argumenta que a orientação revolucionária,

⁶⁹ Em nosso terceiro capítulo, veremos que a recapitulação recente de Fraser abarca essa fase a partir da crítica feminista ao capitalismo organizado pelo Estado, destacando suas ambivalências quando da ascensão do neoliberalismo.

⁷⁰ Cabe notar que, contemporaneamente, realiza crítica similar ao conceito de “proteção social” de Polanyi. Ao analisar os movimentos entre mercado e proteção social, o autor tenderia a romantizar as demandas de proteção, não sendo capaz de realmente traduzir as intenções dos novos movimentos sociais, que não apenas tendem à integralidade das instituições sociais, mas também a sua transformação. Ver: FRASER, N. Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis. *FMSH-WP-2012-18*, Paris, 2012; FRASER, N. Por que dois “Karls” é melhor do que um: integrando Polanyi e Marx numa teoria crítica da crise atual, 2019.

⁷¹ MELO, R. Teoria Crítica e os sentidos da emancipação. *Caderno CRH*, v. 24, n. 62, 2011.

⁷² Este artigo não apenas antecipa o subtítulo, mas também estabelece o tema central do livro *Marx e Habermas: Teoria Crítica e os sentidos da emancipação*. O interesse pelo artigo de Melo reside no fato de ter sido publicado em 2011, no mesmo período que o trabalho de Fraser, *Marketization, Social Protection, Emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis*, que chega a conclusões bastante distintas sobre o papel da crítica. Nossa intenção é mostrar que os significados de crítica e emancipação continuam a ser atualizados dentro dessa tradição, assim como seu aparente problema de gênero crítico, qual seja, a referência ambígua ao capitalismo.

influenciada por um "paradigma produtivista" e marcada pela desconfiança em relação à democracia, a base de ação reformista, deveria ser reconsiderada em favor de uma concepção de democracia radical, capaz de abarcar os conflitos sociais guiados, em sua visão, não mais por um ideal emancipatório totalizante, mas pela autorrealização de formas de vida emancipada.

Ainda que a referida publicação tenha sido veiculada em um momento onde já se estabeleciam, no horizonte diagnóstico, os efeitos nefastos da financeirização capitalista sobre a política e a democracia, uma conceituação expandida do capitalismo contemporâneo não se impõe prioritariamente na visão de Melo. Ao contrário, o autor prioriza as disputas em torno da autonomia e autorrealização promovidas por grupos sociais. Nesses termos, Melo delimita, em repertório similar àquele apresentado quando do debate entre Honneth e Fraser, por onde começamos este capítulo: “não cabe à teoria crítica preencher a lacuna criada pela ausência desse projeto [revolucionário] e reescrever sua história, mas sim investigar criticamente essa proliferação de conflitos e reconstruir seus sentidos.”⁷³ Dessa forma, a crítica deveria se voltar às diversas demandas sociais, sem se ater particularmente às relações materiais que as sustentam, como se fosse uma questão de encontrar a melhor maneira de reagir a uma catástrofe natural.⁷⁴ Como podemos observar, os problemas de gênero crítico persistem e são atualizados nessa tradição de pensamento. O que se destaca desse impasse é a necessidade de reformular a relação entre Teoria Crítica e economia política, indo além das disputas sobre a primazia do econômico ou do político. A solução, por sua vez, não pode vir às custas de uma conceituação enfática do capitalismo. De fato, como Fraser afirma, este é "o momento para um novo marxismo redefinido."⁷⁵

A reconstrução que propusemos do paradigma comunicativo tem como objetivo demonstrar que a intervenção de Habermas busca resgatar o que restou da crítica social, tanto para si quanto para as gerações futuras, após o diagnóstico devastador da DE, que evidenciava o bloqueio da ação transformadora e a totalização da dominação. Diante disso, torna-se

⁷³ Rúrion Melo (2011), *Teoria Crítica e os sentidos da emancipação*, p. 259.

⁷⁴ Emprestamos essa expressão de Alessandro Pinzani que, em seu *Habermas and Capitalism: An historic overview*, ao analisar a acusação de desaparecimento conceitual do capitalismo no pensamento de Habermas, assente que “o principal foco de Habermas é encontrar uma forma de lidar com as consequências negativas do capitalismo globalizado, como se fosse uma questão de encontrar a melhor maneira de reagir a uma catástrofe natural.” Cf. PINZANI, A. Habermas and capitalism: an historic overview. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 27, n. 2, 2022, p. 16 tradução nossa. É certo que a extensão dessa conclusão a leituras de inspiração habermasiana, aqui representada pela publicação de Melo, é de nossa responsabilidade.

⁷⁵ Essa declaração foi feita por Fraser em entrevista concedida a Estelle Ferrarese, intitulada *Pour une imagination radicale*. Para Fraser, esse “novo marxismo redefinido” surge da combinação criativa entre Karl Marx e Karl Polanyi. Esses dois pensadores são centrais para sua crítica ampliada do capitalismo, que vai além do economicismo ao considerar não apenas a crise econômica, mas também suas dimensões política, social e ecológica. Ver: FRASER, N.; FERRARESE, E.; SAGRADINI, L.; NEUMANN, A. *Pour une imagination radicale*. *Variations*, n. 18, 2013c, p.4.

necessário adotar uma nova perspectiva — ou uma orientação normativa renovada — entre teoria e *práxis*, de modo a preservar as condições de possibilidade de uma Teoria Crítica frente ao capitalismo tardio e às sociedades democráticas multiculturais. Nesse contexto, a ênfase na instrumentalidade da razão deve ser substituída pela interação e pela comunicação, elementos da vida social que revelam a capacidade de descentralização, ultrapassando os limites autorreferenciais da categoria sujeito. A crítica, portanto, precisa ser fundamentada em uma base normativa derivada dos padrões de racionalidade presentes nas relações comunicativas.

Em si mesmo, tal paradigma não elimina a possibilidade de uma conceituação sobre as sociedades capitalistas, com o autor permanecendo comprometido com a elucidação dessa formação social. No entanto, o afastamento de uma teoria crítica da sociedade da economia política, ao eliminar suas categorias centrais em favor de uma reformulação através da linguagem sistêmica, constitui o aspecto polêmico dessa herança. As sociedades capitalistas, assim, passam a ser interpretadas pela relação dual entre sistema e mundo-da-vida, a partir de um diagnóstico temporal em que as classes socioeconômicas e a "sociedade do trabalho" são solapadas pela investida tecnocrática fomentada pela nova relação entre Estado e economia. Essa acepção, quando confrontada com a realização histórica do capitalismo financeirizado, se mostra incapaz de identificar propriamente os imperativos econômicos que o capitalismo globalizado impõe, não apenas ao mundo-da-vida, mas também à própria política e burocracia estatal.⁷⁶ Essa limitação sugere que, para pensarmos o capitalismo hodierno, é necessário ir além dos rastros deixados pelo legado habermasiano.⁷⁷

2.3 UMA HISTÓRIA DOS EFEITOS: PROBLEMAS DE GÊNERO CRÍTICO NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Nancy Fraser⁷⁸, em seu artigo *Marketization, Social Protection, Emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis*, que pode ser considerado o marco de seu

⁷⁶ STREECK, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Tradução de Marian Toldy; Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 62.

⁷⁷ Para uma visão detida das limitações da crítica habermasiana, ver: Sousa Filho (2021), *A crítica do capitalismo de Jürgen Habermas*, pp. 258-356, tópico "As limitações da crítica."

⁷⁸ A ideia de uma recuperação conceitual do capitalismo, a partir da "crise multidimensional" que vivemos, foi explorada de maneira similar em pelo menos dois textos subsequentes, que têm Polanyi como interlocutor central: FRASER, N. (2012). Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis. *FMSH-WP-2012-18*, Paris, 2012; FRASER, N. (2013a). A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. *New Left Review*, n. 81, 2013. Outro marco inicial pode ser identificado, caso se queira destacar a temática do neoliberalismo e sua relação tensa com os feminismos, como abordaremos em nosso último capítulo: FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, 2009.

pensamento recente sobre as crises multidimensionais do capitalismo, apresenta ao leitor os princípios para uma reorientação do “gênero crítico”, que não pode mais subestimar os aspectos econômicos nos quais está inserido. Para Fraser, a crescente especialização acadêmica, capaz de se ater aos mínimos detalhes dos aspectos morais, jurídicos ou culturais da vida social, afastou os teóricos sociais da crítica abrangente e interdisciplinar que uma teorização de larga escala, de inspiração marxiana, convida a realizar. Na visão da autora, a crítica ao capitalismo e de suas crises:

[...] foi declarada reducionista, determinista e ultrapassada. Hoje, no entanto, tais certezas encontram-se em frangalhos. Com o sistema financeiro global à beira do colapso, a produção e o emprego em queda livre em todo o mundo e a iminência de uma recessão prolongada, não se pode mais negligenciar a importância da dimensão econômica da crise capitalista.⁷⁹

O aspecto econômico da crise repercute no estágio financeirizado a que se refere essa nova fase do capitalismo, caracterizada pelo desinvestimento estatal em áreas-chave da sociedade e pelo aumento do endividamento público-privado, representando a dissolução do bloco hegemônico da “era de ouro” do pós-guerra. Anteriormente, as benesses sociais asseguraram, ao menos no norte global, expectativas de estabilização econômica e social, a partir de uma interação vantajosa entre Estado e economia. No entanto, como analisa o sociólogo alemão Wolfgang Streeck, em *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*, o que parecia uma relação duradoura entre capitalismo e democracia era, em realidade: “compra de tempo”. Nos anos 1970 e 1980, com a crise do modelo de Bem-estar social e a desaceleração do crescimento econômico, iniciou-se a implementação de uma nova tentativa de “comprar tempo” por meio das reformas neoliberais, lideradas por figuras como Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Essas reformas foram marcadas pelo afrouxamento das regulações corporativas, que limitavam a atuação das empresas, especialmente em relação à distribuição de lucros, controle de preços e condições de trabalho. Além disso, esse período foi acompanhado pela desregulamentação dos mercados, permitindo que grandes investidores e bancos operassem com maior liberdade, o que aumentou a especulação financeira e o fluxo de dinheiro, sem a devida fiscalização governamental. Isso, em grande parte, facilitou a concentração de riquezas e ampliou as desigualdades sociais em meio à crise.

Para Streeck, a guinada neoliberal provocou uma transformação crucial no modelo de Estado social do pós-guerra. Essa mudança ocorre quando o Estado democrático de bem-estar, antes financiado diretamente pelos impostos de seus cidadãos, se torna um Estado democrático

⁷⁹ Nancy Fraser (2011a), *Marketization, social protection, emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis*, p. 137 tradução nossa.

devedor. Sua sobrevivência passa a depender não apenas das contribuições públicas, mas também, e de forma significativa, de credores privados, o que limita sua autonomia política e reforça a influência dos mercados financeiros. Ainda, ao contrário do que o diagnóstico do “capitalismo tardio” habermasiano previa, além das crises econômicas persistirem como pontos nodais de contradição, o caráter classista das sociedades complexas não fora neutralizado, visto que a saída para inflação também foi acompanhada “de ataques aos sindicatos por governos e empregadores.”⁸⁰ Assim, a resposta à crise também configura uma vitória da classe capitalista à custa da classe trabalhadora, que sofreu os impactos combinados do aumento do desemprego, do aumento do encargo individual quanto a manutenção da vida, e da restrição à liberdade de organização sindical.

A “saída” encontrada, por sua vez, levaria a crise econômica de 2007-2008, pois, em determinado momento, os “credores estrangeiros e nacionais começariam a se preocupar em recuperar seu dinheiro”; a partir desse instante, as “pressões dos ‘mercados financeiros’ pela estabilização dos orçamentos públicos e pela retomada da disciplina fiscal se fariam sentir.”⁸¹ Esse processo reflete o poder político e de barganha do capital, pois, à medida que os Estados acumulam mais dívidas para adiar uma crise, uma parcela crescente de suas receitas é direcionada ao pagamento dessas dívidas, enquanto os investimentos em políticas públicas são reduzidos. Nesse contexto, o mercado — representado pelos credores — assume a posição de demanda prioritária, enquanto o Estado se reduz a um instrumento de gestão da dívida, a serviço de uma elite global de investidores. Como consequência, observa-se a privatização de serviços públicos e a transferência da responsabilidade pela seguridade social para o indivíduo. Além disso, há uma queda na participação política nas eleições, nos partidos e nos sindicatos, restringindo as possibilidades de mobilização popular. O conteúdo da disputa distributiva tradicional também se altera com a desregulamentação dos mercados, favorecendo o chamado keynesianismo privado. Nesse modelo, a austeridade fiscal, o desemprego e as necessidades básicas são compensados pelo crédito privado amplamente acessível aos indivíduos, que, expostos a altas taxas de juros, acabam presos à dívida.

Ao destacar as limitações das teorias da crise diante das transformações do capitalismo, Streeck apresenta três objeções às abordagens que “circulavam em Frankfurt nos anos 1960 e 1970”, nos interessando a de Habermas.⁸² Primeiramente, essas teorias não foram capazes de compreender a ascensão do neoliberalismo, ou seja, não captaram os frágeis contornos que

⁸⁰ Streeck (2018), *Tempo comprado*, p. 43.

⁸¹ Streeck (2018), *Tempo comprado*, p. 45.

⁸² Streeck (2018), *Tempo comprado*, pp. 51-53.

sustentavam a dinâmica do capitalismo organizado pelo Estado, nem os imperativos de acumulação de capital que possibilitaram a nova fase do capitalismo, caracterizada por mercados “autorregulados”. Em segundo lugar, negligenciaram a aceitação social significativa de formas de vida moldadas pelo mercado, visível especialmente entre as mulheres, no entusiasmo pela busca de trabalho remunerado. Isso evidenciou não apenas uma pertinência normativa em torno da categoria do trabalho, mas também mudanças importantes nos padrões culturais e de consumo. Por fim, essas teorias não deram a devida atenção às crises econômicas concretas, como a inflação nos anos 1970 e o endividamento estatal nos anos 1980, concentrando-se em questões de legitimação política e motivação. As omissões apontadas por Streeck ajudam a delimitar a contribuição de Habermas e, sobretudo, a compreender os desafios que Fraser enfrenta em sua análise da crise do capitalismo financeirizado. Em 1996, no prefácio do clássico *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais*, Martin Jay antecipa a crítica de Streeck:

[...] o sistema que começou a cristalizar-se em 1973 parece produzir crises que não são controláveis por um mecanismo consciente (como a política fiscal e monetária do Estado) nem capazes de gerar um ator social coletivo, um herdeiro do proletariado marxista, apto a questioná-lo por dentro. [...] Nem a teoria marxista tradicional da crise, defendida por Henryk Grossmann, nem a concepção de Franz Neumann de uma mistura de capitalismo monopolista e economia dirigida, tampouco a ideia de Friedrich Pollock sobre um capitalismo de Estado e a ‘primazia do político’ se coadunam com o novo paradigma. Até a tese posterior de Claus Offe sobre o ‘capitalismo desorganizado’ talvez seja deficiente, se é que [David] Harvey tem razão [...] *No trabalho do Institut sobre questões econômicas, há pouca coisa que esclareça a reestruturação do capitalismo posterior a 1973.*⁸³

Em *Capitalismo e Debate*, encontramos uma elaboração mais ampla sobre as dificuldades de pensar o capitalismo a partir de visões que não são capazes de pôr em relevo o estatuto econômico das crises e suas disfunções. Assim, realiza-se um gesto contrário àqueles esforços que tornaram a economia capitalista “um ‘tigre’ que precisa ser ‘domesticado’ por meios políticos ou outros meios, mais externos, porém não temos mais acesso crítico à própria economia.”⁸⁴ Não ter acesso crítico à economia, ou seja, à fonte material que agudiza os desenlaces existentes, representa o que as autoras denominam de “visão caixa-preta.”⁸⁵ A visão da economia como uma caixa-preta sugere uma compreensão que não questiona suficientemente as bases estruturais, como as relações de produção econômica — e não apenas de distribuição —, antes de se ater a um juízo de valor, o índice normativo, para estabelecer sua

⁸³ JAY, M. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais*, 1923-1950. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016, pp. 17-18 grifo nosso.

⁸⁴ JAEGGI, R; FRASER, N. *Capitalismo em Debate: uma Conversa na Teoria Crítica*. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020a, p. 17.

⁸⁵ Rahel Jaeggi (2020a), *Capitalismo em debate*, p. 16.

reflexão acerca das injustiças e patologias sociais. Essa perspectiva, também chamada de “normativismo independente”, acaba por sublimar a disfunção estrutural da ordem social que vivemos. Ao segmentar os problemas sociais e propor soluções reativas para a intrusão da lógica econômica em outras esferas da vida, essa abordagem evita confrontar a raiz do problema, isto é, a própria lógica de funcionamento do capital.

Os desafios impostos pelo presente indicam que tais saídas não são capazes de dimensionar as imbricações entre crise e economia, assim como a escala global em que esse evento se desenrola. Tal compreensão limitada do econômico pode ser atribuída a diversas tradições do pensamento ético e político, como a do liberalismo igualitário, que, ao enfatizar a complexidade da saída distributiva com base em noções amplas e heterogêneas de justiça social, pouco questiona a forma destrutiva com que se produzem as riquezas da sociedade. A garantia da justiça distributiva, nessa tradição, apoia-se em um esforço normativo (independente) e procedimental, assegurando regras gerais para sua aplicação, mediadas por uma visão ampla da sociedade. Por outro lado, nossa autora sinaliza que o pós-estruturalismo⁸⁶ também contribui para o afastamento da economia política. Essa tradição de pensamento não apenas se distancia da economia, mas também introduz no debate acadêmico uma desconfiança em relação a análises holistas da sociedade, privilegiando a valorização de “narrativas locais”. Apesar de negar a normatividade, sua ambiguidade em relação ao capitalismo revela um problema semelhante ao identificado no liberalismo igualitário.

A acusação de unidimensionalidade crítica, por sua vez, não se restringe a essas tradições de pensamento. Na visão das autoras, a Teoria Crítica tem se prostrado a uma esfera “prescritiva”, abandonando o que outrora fora o epicentro de seus esforços em favor de uma compreensão limitada da economia, tratada como esfera não-normativa, passível de ser domesticada por imperativos externos, como a política democrática. Tal crítica, direcionada a Habermas, busca apontar os limites do olhar mecânico que a relação dual entre sistema e mundo-da-vida estabelece à crítica social, restringindo-se a “nos proteger da invasão do econômico em outras áreas da vida.”⁸⁷ Essa herança problemática, que concebe a relação com a economia a partir de sua domesticação por meios externos, obscurece as fronteiras que antes separavam teoria tradicional e Teoria Crítica, aproximando-as em sua imprecisão ao tratar da

⁸⁶ Fraser estabelece uma crítica recente que já fora amplamente discutida na sua fase do final dos 1990 com os debates sobre redistribuição e reconhecimento. Na época, Butler respondia às limitações apontadas pela autora, contrapondo-se a descrição usual que despojou as demandas dos novos movimentos sociais de concretude, tomando-os como “meramente culturais”. Ver: BUTLER, J.; BRETAS, A. Meramente cultural. *Ideias*, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 227–248, 2017.

⁸⁷ FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em Debate: uma Conversa na Teoria Crítica*. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020a, p. 17.

fonte de nossa não-liberdade, notadamente o capitalismo. Repensar essas fronteiras exige um esforço renovado de compreensão da ordem social capitalista. Como afirma Fraser, “temos de revelar os fundamentos estruturais das múltiplas tendências de crise numa única e mesma totalidade social: a sociedade capitalista.”⁸⁸

Ao introduzir a noção das múltiplas tendências de crise, nossa autora estabelece um outro problema a ser posto diante da tradição frankfurtiana, na medida em que nota que suas abordagens não são capazes de ir além de um “separatismo crítico”, concentradas exclusivamente em uma dimensão por vez, como, por exemplo, as tensões entre capitalismo e democracia. Nesse contexto, as dificuldades em estabelecer uma relação adequada com a crise econômica estão indissociavelmente ligadas às limitações em se compreender o aspecto ecológico da crise, que abrange “[...] o aquecimento global, o agravamento da poluição, a exaustão dos recursos e as novas formas de biomercantilização”. Além disso, uma análise à altura do presente deve também abordar sua dimensão social, incluindo “vizinhanças devastadas, famílias deslocadas, comunidades assoladas pelas guerras [...]”. Da mesma forma, não deve ignorar a crise política, como a do Estado territorial moderno e das instituições de governança global.⁸⁹

Ainda, em *A Triple Movement? Parsing the Politics of Crisis After Polanyi*, Fraser não apenas demonstra sua preocupação com as tendências de crise que permeiam diversas esferas da vida social, mas assinala que as próprias lutas sociais estão em crise. A autora destaca fatores como a desorganização do movimento dos trabalhadores, a dificuldade de articular demandas contra a mercantilização em um mundo globalizado, além da incapacidade dos movimentos sociais, de maneira geral, de criar uma alternativa comum entre as várias demandas que emergem no contexto da crise. Em seu artigo *Por trás do laboratório secreto de Marx - por uma concepção expandida do capitalismo*, Fraser identifica uma relação entre a proliferação de contradições e crises, visualizadas por diferentes perspectivas teóricas, e o interesse renovado pela temática do capitalismo.⁹⁰ Em suas palavras:

O que toda essa conversa sobre capitalismo indica, sintomaticamente, é a intuição crescente de que os males heterogêneos – financeiro, econômico, ecológico, político, social – que nos cercam podem ter uma raiz comum; e de que as reformas que se recusarem a lidar com os profundos alicerces estruturantes destes males inevitavelmente falharão. Igualmente, o ressurgimento do termo aponta para o anseio, em vários campos, por uma análise capaz de iluminar as relações entre as distintas

⁸⁸ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, p. 22.

⁸⁹ Nancy Fraser (2011a), *Marketization, social protection, emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis*, pp. 137-138.

⁹⁰ Examinaremos mais detalhadamente no segundo capítulo a concepção expandida de capitalismo desenvolvida pela autora, tema central deste artigo de 2014, assim como seus conceitos de ordem social institucionalizada e lutas de fronteira.

lutas sociais de nosso tempo e de fomentar uma cooperação organizada, até mesmo completamente unificada, de suas correntes mais avançadas e progressistas em um bloco antissistêmico.⁹¹

Assim, Fraser estabelece os horizontes de sua preocupação como ancorados em uma realidade marcada não apenas por uma crise econômica persistente, mas por uma “policrise” que, à sua maneira, revela dinâmicas contraditórias internas às sociedades capitalistas. Nesse sentido, sua abordagem convida a uma reflexão profunda sobre as tensões que emergem da interação entre esses múltiplos domínios, destacando como os atores sociais enfrentam, simultaneamente, condições de dominação e de resistência dentro de um sistema capitalista cada vez mais contraditório. Convém salientar que, como as tendências de crise estão associadas às dificuldades de reconhecimento dos diversos processos de sujeição que afetam os atores sociais, é fundamental mobilizar uma crítica que os compreenda a partir de suas experiências contraditórias com o ordenamento social vigente.

2.4 DA MULTIDIMENSIONALIDADE DA CRISE

O desafio enfrentado por Fraser na atual fase de seu pensamento é o de desenvolver uma crítica ao capitalismo que consiga abarcar simultaneamente suas dinâmicas internas, tendências à crise e conflitos sociais, sem cair em um economicismo que interprete os males heterogêneos do presente como meros acasos ou epifenômenos de uma crise econômica. A autora busca responder a essa questão por meio de sua formulação expandida das sociedades capitalistas, aliada a uma análise que incorpora a complexidade e a interconexão das crises e dos conflitos sociais. Em termos sistemáticos, Fraser divide sua análise acerca da crise hodierna em dois momentos: o “estrutural” e o da “ação social”. No âmbito estrutural, devemos identificar e compreender as profundas contradições que perfazem a ordem social capitalista; e, igualmente importante, é “apresentar uma perspectiva de mundo da vida e de ação social que esclareça as lutas sociais que surgem em resposta a essas contradições.”⁹²

Neste momento de nossa dissertação, interessa-nos explorar sua abordagem na chave estrutural da crise e dos conflitos dela provenientes, levando em conta não apenas suas novas interlocuções, mas também suas antigas coalizões, como aquela com Habermas.⁹³ Essa linha

⁹¹ FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx. *Direito & Práxis*, v. 6, n. 10, 2015, p. 705.

⁹² FRASER, N. Por que dois “Karls” é melhor do que um: integrando Polanyi e Marx numa teoria crítica da crise atual, 2019, p. 2.

⁹³ Nessa perspectiva, ver também: BRESSIANI, N. Crítica do Capitalismo em Nancy Fraser: Retomando a Perspectiva da Teoria da Ação a partir de Jürgen Habermas? In: Claiton Silva da Costa; Lara A. Sosa Márquez;

temática parece pertinente na medida em que nossa autora, em artigos como *Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado*⁹⁴ e *Por que dois “Karls” é melhor do que um: integrando Polanyi e Marx numa teoria crítica da crise atual*⁹⁵, não apenas cita diretamente Habermas, como também faz uso ocasional de sua gramática conceitual, como mundo-da-vida. Embora a contribuição marxiana seja um exemplo fundamental de teorização em larga escala, capaz de superar o “separatismo crítico” imposto pela divisão disciplinar, essa abordagem, isoladamente, não seria suficiente para captar toda a complexidade da crise capitalista. Segundo Fraser, isso ocorre porque tal tradição tende a focar exclusivamente nas contradições internas ao sistema econômico, sem conferir centralidade a outros domínios da vida social. Assim, para apreender a crise em toda a sua complexidade, é preciso adotar uma perspectiva que vá além das contradições puramente intraeconômicas. É justamente nesse ponto que se dá o encontro fecundo entre Fraser e o economista austro-húngaro Karl Polanyi.

Em *A Grande Transformação*, Polanyi analisa o desenvolvimento do livre mercado após a Revolução Industrial, descrevendo o processo que denomina de “grande transformação”, visto que o mercado passa a assumir uma posição de centralidade frente às relações sociais. Um processo análogo pode ser observado com a ascensão do neoliberalismo⁹⁶, o que leva nossa autora a interpelar a teorização de Polanyi não apenas como uma crítica ao “mercado autorregulado”, mas como uma análise profunda das disputas entre os domínios da sociedade e do mercado. No entanto, seria um erro concluir que se pode assumir um dos enfoques em desfavor do outro. Fraser argumenta que as “contradições ‘entre domínios’ não desmente a ideia de que o subsistema econômico do capitalismo propriamente dito abriga (também) contradições internas.”⁹⁷ Nesse sentido, sua concepção de crise articula as contribuições dos dois “Karls” — Marx e Polanyi —, “tendo em mente preservar os *insights* e corrigir os pontos cegos de ambos.”⁹⁸

Patricia Radmann Zucco; Ricardo Luis Reiter (Org.). *Habermas 90 Anos: Ensaios*, Porto Alegre: Editora fundação Fenix, 2020.

⁹⁴ FRASER, N. (2018) Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. Tradução de J. I. R. de Sousa Filho. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 23, n. 2, p. 153–188, 2018[FRASER, N. Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism. *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 2, p. 157-189, 2015].

⁹⁵ FRASER, N. Por que dois “Karls” é melhor do que um: integrando Polanyi e Marx numa teoria crítica da crise atual, 2019[FRASER, N. Why two Karls are better than one: integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the current crisis. Jena: DFG-Kollegforscher*innengruppe Postwachstumsgeellschaften, Universität Jena, 2017 (*Working Paper*)].

⁹⁶ FRASER, N. Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis. *FMSH-WP-2012-18*, Paris, 2012, p. 5.

⁹⁷ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, p. 4.

⁹⁸ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, p. 3.

De forma assumidamente simplificada, Fraser associa a contribuição de Marx sobre as crises do capitalismo à lei da pressão descendente sobre a taxa de lucro.⁹⁹ No entanto, diferentemente de Habermas, a autora não busca propor uma nova perspectiva sobre a relação entre valor-trabalho. Seu objetivo é delinear os limites de uma análise focada exclusivamente nas contradições decorrentes da acumulação ilimitada baseada na exploração do trabalho assalariado. Na perspectiva de nossa autora, essa abordagem apresenta ao menos duas limitações significativas: **i.** concentra-se apenas nas relações estabelecidas no setor produtivo, diretamente vinculadas ao que é estritamente econômico; **ii.** restringe-se às lutas sociais de caráter classista em seu sentido tradicional, desconsiderando outras formas de resistência e conflitos que emergem nos limites institucionais das sociedades capitalistas, como a crise de legitimação política e a atuação dos novos movimentos sociais.

Ainda assim, Fraser reconhece em Marx uma contribuição essencial para a compreensão de um dos aspectos da crise, o econômico. Afinal, “sem considerar a tendência inerente do sistema de superacumular o capital e de subproduzir a ‘demanda’”, seria difícil entender a crise global de 2007-2008.”¹⁰⁰ De modo amplo, a contribuição de Marx é assimilada por nossa autora, especialmente por ele ter estabelecido as bases teóricas para abordar as “tendências inerentes” do sistema. Em outras palavras, o autor tematiza o fundamento “sistêmico” das crises capitalistas em dois aspectos principais: **i.** as crises não são acidentais, mas fruto de contradições internas ao capitalismo **ii.** existe um imperativo de constante “autovalorização” do capital, sem o qual “não é mesmo possível entender por que os ‘mercados autorregulados’ abrem feridas cada vez maiores na vida social.”¹⁰¹

Podemos entender a relevância da contribuição marxiana à luz do contexto atual, no qual os imperativos do mercado assumem um papel central no poder público¹⁰², não para emular qualquer instância de satisfação social, mas para consolidar seu controle por meio da especulação financeira. Nesse processo de reestruturação, as instituições financeiras, sobretudo as de alcance internacional, assumem o papel de principais motores do crescimento econômico e da geração de riqueza, transformando de maneira decisiva as dinâmicas de criação, distribuição e controle do capital. Apesar dos elevados custos sociais, tal fenômeno não se

⁹⁹ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, p. 2.

¹⁰⁰ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, pp. 4-5

¹⁰¹ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, p. 5.

¹⁰² A utilização de termos como “gestão pública” ou “poder público” passa a ser sugerida por Fraser em seu artigo *Crise de legitimação: sobre as considerações políticas do capitalismo financeirizado*. Essa mudança pode ser interpretada como um afastamento dos diagnósticos de “capitalismo organizado pelo Estado” ou “capitalismo tardio”, os quais, de distintas maneiras, projetavam a possibilidade de controlar os impulsos sistêmicos do capital por meio de intervenções externas.

configura como uma crise episódica, mas como a intensificação das próprias contradições intraeconômicas do capitalismo. A busca incessante por novos mercados e por formas de autovalorização do capital torna-se, então, condição indispensável para acompanhar as constantes mudanças nos padrões de oferta e demanda.

Essa dinâmica evidencia o caráter sistêmico das crises nas sociedades capitalistas, revelando que elas são inerentes à própria lógica de funcionamento do capital e possuem um caráter dinâmico e estruturalmente irresolúvel. Problemas que, a princípio, parecem restritos ao setor imobiliário — e que posteriormente se transformam em déficits estatais, desencadeando novas crises — são, na verdade, manifestações visíveis dessas contradições estruturais. Ademais, tais fenômenos refletem diretamente a ilusão de um crescimento econômico ilimitado e perpétuo, que ignora os limites intrínsecos ao sistema. David Harvey, que participa da mesma coletânea em que se encontra o artigo inaugural de Fraser sobre a crise multidimensional, *Business as Usual: The Roots of the Global Financial Meltdown*, sintetiza essa dinâmica ao afirmar: "O capital, insiste Marx, é um processo de circulação [...] em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro."¹⁰³

Embora essa explicação seja valiosa para o entendimento de como esses males são sistemicamente gerados, a partir da questão levantada por Albena Azmanova¹⁰⁴, em seu artigo *Crisis? Capitalism is doing very well. How is Critical Theory?* podemos questionar: se partimos do pressuposto de que a formação social capitalista é intrinsecamente defeituosa e propensa à crise, por que seria necessária uma teoria da crise? Afinal, ao considerar a crise contemporânea exclusivamente pela dimensão econômica, esta pareceria apenas uma demonstração da contínua vitalidade dos imperativos do capital em sua busca incessante por autovalorização. Com base nesse questionamento, podemos destacar a contribuição frankfurtiana — e, mesmo com suas limitações diagnósticas e adesão à teoria dos sistemas, também a habermasiana — por demonstrar que uma explicação restrita à esfera econômica é insuficiente. Isso se deve ao fato de que os fardos impostos pelo capitalismo às massas não podem ser suportados indefinidamente de forma controlada, a menos que a própria dinâmica política do sistema ofereça alguma forma de mediação normativa. Essa mediação deve ser capaz de promover

¹⁰³ HARVEY, D. The enigma of capital and the crisis this time. In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (ed.). *Business as usual: the roots of the global financial meltdown*. New York: New York University Press, 2011, p. 90 tradução nossa.

¹⁰⁴ É importante destacar que Albena Azmanova aborda o estatuto da crise e da crítica ao capitalismo com o objetivo de fundamentar sua própria contribuição, que não será explorada diretamente aqui. Assim como Fraser e Rahel Jaeggi, Azmanova integra uma geração da Teoria Crítica empenhada em revitalizar a crítica ao capitalismo no contexto contemporâneo. Para uma introdução dessa discussão, ver: SOUSA FILHO, J. I. R. de. Para uma crítica política do capitalismo – a partir de Rahel Jaeggi. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, 22(4), 63-83, 2017.

imperativos de proteção aos sujeitos contra os extremos funcionais do sistema, de modo a tornar esse modelo de sociabilidade — ao menos em aparência — minimamente sustentável.

Para compreender as experiências concretas dos sujeitos nesse ordenamento social, é essencial não apenas identificar as contradições econômicas internas ao sistema, mas também confrontá-lo com suas promessas não cumpridas e com os valores hegemônicos distorcidos que permanecem irrealizados. Isso implica que a crítica funcional deve ser complementada por uma perspectiva normativa¹⁰⁵, capaz de evidenciar como essas contradições frustram os ideais proclamados pelo próprio sistema — como liberdade e prosperidade —, revelando a forma pela qual esses valores são desvirtuados e convertidos em fontes de injustiça. Ao adotar essa abordagem, a crítica transcende a mera análise estrutural, conectando-se às expectativas normativas e às experiências concretas dos indivíduos, tornando visíveis não apenas as disfunções econômicas, mas também as condições que impulsionam a luta consciente por transformações sociais.

Portanto, uma crítica ampliada das crises, como sumariza Azmanova, demanda “um diagnóstico das antinomias centrais do capitalismo contemporâneo e do dano social generalizado que estas [antinomias] geram, para além da crescente desigualdade e instabilidade financeira.”¹⁰⁶ Dessa interlocução, emergem duas implicações significativas para a análise da crise em Fraser. Primeiramente, a nível estrutural, é fundamental identificar uma base teórica que permita compreender as dinâmicas interconectadas entre diferentes domínios, sendo a contribuição de Polanyi especialmente relevante para essa tarefa. Em segundo lugar, é necessário ir além da visão da crise como mera expressão do dinamismo da acumulação capitalista, atentando-se para como essas dinâmicas são vivenciadas pelos sujeitos, com o objetivo de identificar possíveis aberturas emancipatórias. Nesse contexto, Fraser revisita a noção habermasiana de crise de legitimação para avaliar se as contradições vivenciadas no ordenamento capitalista têm o potencial de gerar conflitos que transcendam os limites impostos pelo próprio sistema.

Para um diagnóstico mais amplo das antinomias da crise, capaz de revelar as condições não imediatamente econômicas que ensejam a perpetuação capitalista, temos na figura de Polanyi um interlocutor de primeira ordem para nossa autora. O autor de *A Grande Transformação* entende a propensão à crise das sociedades capitalistas não por sua

¹⁰⁵ Essa posição pode ser visualizada com maior amplitude em: JAEGGI, R. O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, 20(2), 13-36.6, 2015.

¹⁰⁶ AZMANOVA, A. Crisis? Capitalism is Doing Very Well. How is Critical Theory? *Constellations*, v. 21, n. 3, 2014, p. 352 tradução nossa.

disfuncionalidade econômica endêmica, mas pela contradição suscitada entre os domínios da economia e seus entornos naturais e sociais.¹⁰⁷ Segundo Polanyi, a "economia de mercado" depende de elementos não econômicos para se realizar. Assim, tanto a sociedade quanto a natureza fornecem as bases para seu funcionamento e são pontos de contradição. No entanto, as relações entre economia e sociedade não são estáticas, tendo sido transformadas, de acordo com o autor, pela industrialização capitalista.

Em períodos anteriores, os mercados eram apenas um elemento lateral da vida econômica, organizados por instituições "não econômicas" — como relações de parentesco ou o Estado — e regidos por normas não econômicas — como normas comunitárias e legais —, que limitavam o alcance da mercantilização.¹⁰⁸ Logo, o ideal de um "mercado autorregulado", sujeito apenas à oferta e à demanda, não fazia parte de tais experiências sociais, como ocorre no contexto atual, em escala global. Não obstante, com a industrialização, surge a perspectiva de uma "economia de mercado", que rejeita a institucionalização anterior, avançando em direção à fantasia da autorregulação, caracterizada por um ideal econômico "autofundante", que define seus próprios limites.

A economia de mercado, por sua vez, fundamenta a perspectiva de uma sociedade de mercado, na qual não apenas os bens comuns são permeados pela lógica da mercantilização, mas "todos os insumos da produção, incluindo trabalho humano, matérias-primas e crédito, seriam negociados nesses ‘mercados autorreguladores.’"¹⁰⁹ Nessa abordagem, a contradição que fundamenta os processos de crise em Polanyi não está vinculada ao contexto da contradição entre valor-trabalho, mas às transformações no posicionamento da economia em relação à sociedade. Esse é o ponto de partida de Fraser, no seu artigo *Can society be commodities all the way down?* que acredita que o neoliberalismo pode ser lido como um processo de liberalização dos mercados daquele regime de governança estabelecido no pós-segunda guerra mundial.¹¹⁰

Polanyi avança em direção à multidimensionalidade ao oferecer uma explicação capaz de ir além do "separatismo crítico" a respeito das crises, abordando não apenas os desenlaces econômicos, mas também seu potencial destrutivo para meios de subsistência e habitats. Sua abordagem, ainda, nos oferece um horizonte unitário ao integrar as crises não apenas pela perspectiva historicamente situada da mercantilização, mas principalmente ao apontar a imbricação de fenômenos distintos que, ao serem expostos à exploração do mercado, têm sua

¹⁰⁷ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 4.

¹⁰⁸ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 6.

¹⁰⁹ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 6.

¹¹⁰ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 5.

integralidade comprometida, afetando também a base de sustentação do ordenamento social vigente. Sua explicação integrada desse processo passa pela análise do fenômeno denominado "mercadorização fictícia"¹¹¹ (*fictitious commodification*), que designa a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias.

Esses elementos são considerados fictícios porque, embora sejam comercializados no mercado, não foram criados com esse propósito e, portanto, não podem ser completamente reduzidos ao destino imposto pela mercantilização.¹¹² A mercadorização fictícia afeta dimensões além do mercado, precarizando a vida dos trabalhadores, degradando o meio ambiente e prejudicando a organização econômica e produtiva. Esse processo gera instabilidades e contradições entre os domínios da esfera econômica e seus contextos de fundo, promovendo a desintegração dos laços sociais e suas formas de institucionalização. Como consequência, aqueles afetados por essas perturbações são impulsionados a resistir contra a dinâmica imposta pelo capitalismo, que tende a obstruir, simultaneamente, suas próprias condições de possibilidade, que também são as de sociabilidade. Nesse sentido, os conflitos sociais em Polanyi não seguem a direção marxiana, que assume as contradições entre capital-trabalho como centrais, mas são concebidos a partir dos efeitos destrutivos da mercadorização fictícia.

Apesar dos avanços atribuídos a Polanyi, cabe ressaltar que a adesão de Fraser a sua teorização não é acrítica.¹¹³ No já citado texto, *Can society be commodities all the way down?*, nossa autora considera que a leitura polanyiana dos eventos, ao focar apenas na crítica à mercantilização, flerta com um comunitarismo que não percebe processos de hierarquização e coerção social internos às comunidades, nem os benefícios, em termos de liberdade negativa,

¹¹¹ Quanto à tradução desses conceitos, estudiosos de Polanyi sugerem que o termo "mercantilização" (*marketization*) é mais adequado para se referir ao período histórico e aos desdobramentos gerais da dinâmica capitalista. Já o neologismo "mercadorização" pode ser usado para diferenciar a abordagem específica de Polanyi, especialmente em relação ao seu conceito de *fictitious commodification*. O termo "comodificação" (ou "mercantilização", em alguns casos), utilizado, por exemplo, em *Capitalismo em Debate*, indica o fenômeno da "inserção da lógica do mercado" ou da "transformação de bens comuns em mercadorias" de maneira genérica, não capturando a especificidade do gesto teórico de Polanyi. Assim, ao abordar a posição de Polanyi, adotaremos uma terminologia mais precisa, utilizando o termo mais geral para situar o trabalho de nossa autora, seguindo a indicação de sua tradução oficial.

¹¹² Nas palavras da autora, "Nem o trabalho nem a terra são produzidos, afirma ele [Polanyi]; e embora o dinheiro seja uma criação humana, ele possui *status* de convenção social, semelhante à linguagem, e não o de um objeto produzido para a venda. Quando trocados, portanto, nenhum dos três se comporta como uma verdadeira mercadoria" Cf. Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p.7 tradução e grifo nosso.

¹¹³ Embora, em seu texto de 2012, Fraser considere a perspectiva de Polanyi útil para identificar três tendências de crise nas sociedades capitalistas, em trabalhos posteriores, como *Por que dois "Karls" são melhor do que um*, torna-se evidente que a autora adota essa visão a partir de uma ampliação própria do conceito de "sociedade". Para delimitar de forma mais precisa a institucionalização capitalista e suas crises, Fraser propõe desmembrar o conceito de sociedade em três dimensões: a política, a reprodução social e a natureza.

que podem surgir com a mercantilização.¹¹⁴ Tal assunção leva Fraser a classificar a perspectiva de Polanyi como uma "interpretação ontológica"¹¹⁵, pois o autor tende a essencializar a dinâmica do “mercado ruim” em contraste com a “boa sociedade”, sem abordar de forma abrangente as formas de dominação que perfazem não apenas as sociedades capitalistas. Sua principal limitação seria concentrar-se excessivamente nos efeitos desintegradores da mercantilização, negligenciando seus possíveis efeitos emancipatórios, como a criação de novas solidariedades, mais inclusivas e igualitárias. Isso leva a autora a considerar que, embora o enquadre do economista austro-húngaro ofereça “uma base promissora a uma análise estrutural integrada da crise atual, essa abordagem precisa ser reconstruída de modo a ser sensível e crítica às dinâmicas de dominação.”¹¹⁶

Nesse âmbito, a utilização do termo habermasiano "mundo-da-vida"¹¹⁷ parece-nos especialmente sugestiva. Em primeiro lugar, porque o filósofo alemão destacou-se ao oferecer bases para uma crítica em que a reificação capitalista não é totalizante, permitindo vislumbrar, nas próprias dinâmicas institucionais, demandas sociais potencialmente emancipatórias, mesmo que estejam situadas em um cenário marcado pela comodificação.¹¹⁸ Além disso, sua contribuição permite uma compreensão mais aguda de "sociedade", ao incorporar em sua teorização as esferas cultural, social e intersubjetiva como terrenos cruciais onde os processos de integração ou desintegração social se manifestam, especialmente durante as crises capitalistas. Portanto, no que diz respeito à ação social, Habermas oferece ferramentas para avaliar as reações coletivas que emergem em resposta a essas crises, permitindo investigar se essas respostas caminham na direção contrária à comodificação, promovendo um alargamento democrático, ou se, ao contrário, reforçam e legitimam a hegemonia neoliberal. Essa perspectiva possibilita uma análise mais detalhada e crítica das potencialidades e limites das mobilizações sociais, que em Polanyi são apresentadas de forma automática como opostas à

¹¹⁴ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 5

¹¹⁵ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 7

¹¹⁶ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 5 tradução nossa.

¹¹⁷ Com base nas críticas anteriormente delineadas, fica evidente que Fraser não adota a relação dual entre sistema e mundo-da-vida em sua teorização. A autora rejeita tanto que a economia seja normativamente neutra quanto a noção de que a sociedade seja um polo passivo frente à colonização do mundo-da-vida. Inspirada por Polanyi, Fraser concebe a sociedade como um agente ativo e enxerga uma institucionalização mais ampla das contradições internas ao capitalismo. No entanto, parece-nos que termos como mundo-da-vida e sistema, assim como sociedade e mercado, possuem um caráter heurístico para a autora, sugerindo a existência de âmbitos distintos, com dinâmicas próprias, mas interconectadas.

¹¹⁸ Amaro Fleck identifica que Fraser não concebe Polanyi como crítico do mercado em si, mas, sim, do "mercado autorregulado". Ainda, o comentador destaca que Polanyi é retomado menos como um opositor ao avanço da mercadorização e mais como alguém que antecipa a inviabilidade de um mercado autorregulado. Nesse contexto, Fraser revela sua ambiguidade ao transitar entre a noção de um "mercado ruim" e um "mercado bom". Ver: FLECK, A. Revisitar Polanyi? Notas sobre uma tentativa de atualização crítica. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, [S. l.], v. 21, n. 36, p. p. 295–316, 2015

mercadorização fictícia. Diante disso, coloca-se a questão: qual é o papel desempenhado pela política na formação dos mecanismos coercitivos do capitalismo? E de que modo ela pode se tornar uma ferramenta para superá-los?

A peculiaridade da ordem capitalista, conforme analisado por Ellen Wood no artigo *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism*, reside no senso de “autonomização” da esfera econômica, que se apresenta como dissociada de qualquer controle ou justificativa social. Somente em sociedades capitalistas o “mercado” adquire uma dinâmica própria, impondo seu ritmo de acumulação e maximização de lucros tanto aos trabalhadores quanto aos capitalistas. Ao desincrustar a economia das demais dimensões da realidade social, o capital estabelece uma (des)articulação específica entre os domínios político e econômico. A partir dessa tecnologia de controle social, identificada como a “esfera econômica”, emanam os ditames que moldam as demais esferas “não econômicas”. No entanto, a rígida separação conceitual entre economia e política, herdada dos economistas clássicos, obscurece o fato de que o capital possui, efetivamente, um conteúdo social e político.

Wood historiciza essas inter-relações ao recuar às sociedades feudais, nas quais os poderes político e econômico estavam interligados. Nesse contexto, a coerção era direta e exercida de forma explícita, com o controle sobre o trabalho, a terra e a força militar concentrado nas mãos dos senhores feudais. Em contraste, nas sociedades capitalistas, essas relações são fragmentadas, com os poderes político e econômico deslocados para esferas aparentemente distintas. O controle sobre a produção é privatizado e delegado à abstração do “mercado”, de modo que a organização de recursos e do trabalho não ocorre “em seu conjunto, através da direção política, deliberação comum [...]”; mas sim através de mecanismos de troca de mercadorias.”¹¹⁹ O mercado, por meio de sua coerção muda, recorre unicamente a sanções “não-políticas”, delegando ao poder público a responsabilidade de agir em seu nome por meio do uso “legítimo” da violência.

Sob esse prisma, a autora identifica na separação entre economia e política tanto um aspecto concreto quanto uma dissimulação. A separação é concreta na medida em que, nas estruturas do capitalismo liberal, a esfera econômica se apresenta como apartada da política, especialmente da deliberação estatal, sua principal instituição. No entanto, ela também é uma dissimulação, pois torna opaco a origem política das instituições liberais, que só vieram a existir após a ascensão da burguesia ao poder estatal e a imposição do controle coercitivo do Estado sobre a sociedade. Esse arranjo esconde a coerção política que, historicamente, foi essencial

¹¹⁹ WOOD, M. E. *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism*. *New Left Review*, v. I, n. 127, May–June 1981, p. 81 tradução nossa.

para estabelecer as relações sociais e jurídicas que sustentam o mercado. Além disso, a fragmentação dessas esferas fornece bases ideológicas para apoiar a ideia do mercado como uma entidade natural e autossuficiente. O núcleo político da dominação capitalista, oculto pela abstração da separação entre as esferas, deve ser abordado e devidamente analisado por meio de instrumentos conceituais e ações sociais que destacam o caráter social e político do capitalismo, não somente o econômico.

A consideração de Ellen Wood, retomada por Fraser¹²⁰ em seu *Crise de legitimação? sobre as considerações políticas do capitalismo financeirizado*, nos introduz questões de primeira ordem: **i.** uma teoria crítica do capitalismo, responsiva aos problemas do presente, não pode descrevê-lo em termos estritamente econômicos; fazê-lo é naturalizar a fragmentação das esferas política e econômica; **ii.** considerar as relações políticas e o papel do poder público, a partir de sua relação com o capital, permite compreender que as contradições internas produzem efeitos para além do que a alcunha “crise econômica” é capaz de articular. Daí se tratar de múltiplas tendências de crise, que devem ser analisadas por “uma compreensão alargada do capitalismo que abarque tanto sua economia oficial como as condições ‘não econômicas’ de fundo.”¹²¹

Em seus próprios termos, Fraser reage à separação ingênua entre economia e política ao localizar a contradição capitalista não na economia em sentido estrito, mas na fronteira que separa a economia da política, estabelecendo uma crítica social que não é nem intraeconômica, nem intrapolítica. A contradição que interessa à autora se encontra “entre aquelas duas importantes partes constitutivas da ordem social capitalista — ou, melhor, entre suas respectivas dinâmicas e bases normativas [...]”¹²² Essa abordagem possui uma dupla virtude: além de tematizar a separação entre economia e política, ela também revela a dependência mútua entre essas esferas. Dessa forma, a ideia de “autonomização” do capital se mantém no nível descritivo, sem ser tomada como a base normativa da qual parte a crítica. Assim, o dinamismo e a adaptabilidade que caracterizam o capitalismo, juntamente com suas “crises” de reestruturação, coexistem em um arranjo que leva em consideração sua dependência de outras esferas “não econômicas”, estrutural e normativamente diferenciadas.

Neste arranjo, a tendência de crise adquire características fronteiriças, abrangendo não apenas diferentes impulsos, mas também níveis distintos de realização. O capital se organiza em torno de uma lógica desmedida de acumulação e apropriação privada do mais-valor (lucro).

¹²⁰ Nancy Fraser (2018), *Crise de legitimação?* p. 159.

¹²¹ Nancy Fraser (2018), *Crise de legitimação?* p. 156.

¹²² Nancy Fraser (2018), *Crise de legitimação?* p. 160.

O poder público, por sua vez, tem a dupla responsabilidade de facilitar os processos de autovalorização do capital e, simultaneamente, garantir a estabilidade e a preservação do tecido social, assegurando o apoio público necessário à sua legitimação. Contudo, os efeitos de longo prazo da acumulação ilimitada ameaçam comprometer os próprios poderes públicos, nacionais e internacionais dos quais o capital depende para sua concretização. Diante dessa problemática, a crise política e democrática converge, no quadro analítico de Fraser, a partir das tendências identificadas como crise “administrativa” e de “legitimação”. A crise administrativa diz respeito às consequências da ascensão do neoliberalismo, quando o aumento dos encargos impostos pelo “mercado” torna as agências públicas incapazes de governar de maneira eficaz e de implementar políticas de estabilização necessárias à sustentação da acumulação de capital.

A crise de legitimação diz respeito às reações populares contra um sistema que opera em favor do mercado, abandonando o compromisso com o interesse público. Isso gera crescente desconfiança nas instituições, uma vez que políticas públicas orientadas por interesses privados minam o bem-estar coletivo. O jovem Habermas, contudo, argumenta que nem toda crise se transforma em crise de legitimação; em outras palavras, nem todas as crises resultam na ruptura dos acordos sociais e políticos estabelecidos. Para que uma crise assuma esse caráter, é indispensável que ela seja percebida e vivenciada pelos sujeitos sociais como uma ameaça concreta aos pactos que sustentam o sistema. Dessa forma, a crise precisa ser internalizada coletivamente para provocar mudanças nas bases de legitimidade. Em face disso, cabe perguntar: os eventos de 2007-2008, marcados pela crise financeira e administrativa, podem ser interpretados como catalisadores de uma crise de legitimação?

Embora haja uma percepção crescente sobre os limites do capitalismo, especialmente diante de crises econômicas e ambientais, as reações populares permaneceram isoladas e de alcance limitado. O slogan dos Indignados espanhóis, *Não somos contra o sistema. O sistema é contra nós!* ilustra como movimentos sociais orientam suas demandas para uma maior participação no sistema, em vez de propor sua transformação.¹²³ Esse mesmo padrão foi observado no campo político, onde partidos de esquerda adotaram políticas neoliberais sem enfrentar rejeição substancial dos eleitores. O resultado é um cenário caótico, caracterizado por reações fragmentadas e pela aceitação tácita da ordem estabelecida. Nesse contexto, observou-

¹²³ Mesmo enfrentando uma taxa de mais de 20% de desemprego e políticas de austeridade, o movimento 15M foi descrito como “apartidário, não sindicalista e pacífico”. Ver: TARDÁGUILA, C. Protestos se espelham no Movimento 15M da Espanha. *O Globo*, 15 maio 2014. Já Fraser, em *A triple movement?* cita o movimento dos Indignados como um exemplo da desorganização das lutas sociais daquele momento, “cujos protestos geralmente carecem de conteúdo programático.” Cf. FRASER, N. A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. *New Left Review*, n. 81, 2013a, p. 30 tradução nossa.

se não uma crise de legitimação ou de motivação, mas o aprofundamento da anomia social, que carece de formas concretas de oposição. Esses desafios são discutidos por Fraser, em seu artigo *A Triple Movement?* no qual a autora questiona:

Embora a crise atual parece seguir uma lógica estrutural polanyiana, fundamentada nas dinâmicas da mercadorização fictícia, ela não manifesta uma lógica política polanyiana [...]. Por que as elites políticas hoje falham em defender projetos regulatórios destinados a salvar o sistema econômico capitalista — quanto mais a sociedade e a natureza — das devastadoras consequências de mercados descontrolados? E por que os movimentos sociais não se unem em torno de um projeto contra-hegemônico voltado para a defesa dos meios de subsistência ameaçados, das comunidades afetadas e dos habitats em perigo?¹²⁴

A fragmentação das lutas sociais e a falta de uma gramática comum de oposição diante da crise têm implicações importantes para a teorização de Fraser. Em primeiro lugar, o neoliberalismo não pode ser reduzido a uma simples doutrina econômica, mas precisa ser abordado como um fenômeno abrangente que permeia também as esferas políticas, culturais e intersubjetivas. Esse entendimento mais amplo do neoliberalismo permite que se analisem as transformações nas relações de poder e nos modos de governança, além da ênfase nas lógicas de mercado que invadem diferentes áreas da vida social. Em segundo lugar, precisamos de uma ampliação das ferramentas analíticas para os movimentos sociais. O método reconstrutivo habermasiano, permite que Fraser reconstrua a normatividade presente nas práticas políticas e sociais, identificando suas possibilidades e limitações em termos de emancipação social.

A compreensão mais abrangente do neoliberalismo pode ser observada na apropriação, por parte da autora¹²⁵, do trabalho dos sociólogos franceses Luc Boltanski e Ève Chiapello, *O novo espírito do capitalismo*, no qual os autores investigam como o capitalismo contemporâneo, caracterizado pela flexibilização dos mercados e das relações laborais, se torna paradoxalmente devedor das críticas "artísticas" da nova esquerda ao mundo corporativo. Neste enquadramento, as promessas institucionalizadas do capitalismo — como o aumento da liberdade individual — têm a capacidade de deslocar a crítica, criando uma nova teia motivacional, ultraindividualizante, que se justifica pela ideia do *self-made man*, ao mesmo tempo que oculta suas falhas em organizar a sociedade de maneira estável.

¹²⁴ Nancy Fraser (2013a), *A Triple Movement?* p. 13 tradução nossa.

¹²⁵ Essa apropriação pode ser observada em Fraser desde a publicação de seu artigo de 2009 *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Além de deixar claro que a autora, de fato, não entende a economia como normativamente neutra, a partir das contribuições dos sociólogos franceses, Fraser também reconta as tensões entre feminismo e capitalismo e a ascensão do “neoliberalismo progressista”. Veremos essa interlocução com mais detalhes em nosso último capítulo.

Em suma, o neoliberalismo não se limita a mudanças estruturais visíveis, mas se apresenta também como uma doutrina ética.¹²⁶ Com isso, temos a internalização das promessas de liberdade social, criando um ambiente no qual o sujeito é levado a acreditar que seu sucesso ou fracasso depende exclusivamente de sua iniciativa pessoal. A exigência de "empreender em si mesmo" torna-se, assim, o principal componente motivacional, em que a autossuficiência e a disposição para trabalhar de maneira "flexível" atuam como a força propulsora desse novo espírito do capitalismo. Embora os efeitos da força criativa do capital, que busca estabilizar-se diante da crise, sejam devastadores — ao permitir que falhas sistêmicas sejam tratadas como meros problemas administrativos a serem resolvidos internamente —, a verdadeira força política desses tempos é evidenciada por Fraser, que observa que as lutas sociais começam a se alinhar à gramática neoliberal, resultando na formação de um bloco hegemônico denominado "neoliberalismo progressista". Em seu livro *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, nossa autora caracteriza o conteúdo do neoliberalismo progressista:

O bloco progressista-neoliberal combinou um programa político expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. O componente distributivo dessa amálgama era neoliberal. Determinadas a libertar as forças do mercado da pesada mão do Estado e da moeda dos "impostos e gastos", as classes que lideraram esse bloco visavam liberalizar e globalizar a economia capitalista. O que isso significava, na realidade, era a financeirização: desmantelamento das barreiras e das proteções à livre circulação do capital; desregulamentação bancária e ampliação das dívidas predatórias; desindustrialização; enfraquecimento dos sindicatos e difusão de trabalhos precários e mal remunerados.¹²⁷

Anne Reichold, em seu artigo *Structures of Normativity in Nancy Fraser's Critical Theory of Crisis*, identifica três níveis de estruturas normativas na contribuição recente de Fraser: a diagnóstica, a avaliativa e a transformativa.¹²⁸ A autora enfatiza a importância da abordagem reconstrutiva no nível diagnóstico, que serve como uma ferramenta da Teoria Crítica para reconstruir normas e valores dos movimentos sociais a partir de suas próprias práticas. Esse processo visa compreender as reivindicações, "justificativas, expressões de atitudes reativas e as emoções que fundamentam esses movimentos", os quais são, então, "analisados e trazidos para uma estrutura sistemática."¹²⁹ Nesse sentido, a recuperação da noção habermasiana de legitimação introduz um espaço de agenciamento diante da magnitude da criatividade capitalista, realizando a promessa de uma teorização social comprometida tanto

¹²⁶ Veja: PINZANI, A. Uma vida boa é uma vida responsável: o neoliberalismo como doutrina ética. In: RAJOBAC, R.; BOMBASSARO, L. C.; GOERGEN, P. *Experiência formativa e reflexão: homenagem a Naja Hermann*. Caxias do Sul: Educs, 2016.

¹²⁷ Nancy Fraser (2020c), *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, p. 40.

¹²⁸ REICHOLD, A. Structures of Normativity in Nancy Fraser's Critical Theory of Crisis. In: SMAIL, R. (Org.). *Wege aus dem Kapitalismus? Autorengespräche mit Colin Crouch, Nancy Fraser, Claus Offe, Wolfgang Streeck und Joseph*. Munich: Verlag Karl Alber, 2023, p. 66.

¹²⁹ *Ibidem*.

com o esclarecimento das origens da crise quanto com a indicação de horizontes emancipatórios. É certo que as disfunções “sistêmicas”, para usar o termo de Habermas, não estabelecem uma relação direta entre crise e emancipação, mas, ao menos, oferecem uma espécie de termômetro para a correlação de forças que atuam sobre os corpos.

Em nossa visão, Fraser introduz um elemento significativo para a herança pós-habermasiana da Teoria Crítica ao realizar esse resgate, que parecia estar confinado a um dilema entre modelos críticos “prescritivos” — que identificam problemas independentemente de uma investigação enfática de suas bases materiais — e modelos “descritivos”, os quais, ao se comprometerem com uma ampla descrição da ordem social capitalista, limitam seu engajamento crítico nos debates públicos e teóricos acerca de cenários conjunturais, especialmente em contextos onde os novos movimentos sociais desempenham um papel central. Assim, a autora consegue preservar o elemento prescritivo sem, contudo, sobredeterminar os destinos da crítica, alcançando uma teorização de larga escala sobre o capitalismo. Apoiamos nossa perspectiva nas palavras de Fraser, em *Crise de Legitimação?* que afirma que “tal disposição [capacidade de justificação normativa dos arranjos sociais], ainda que forte, não é suficiente” para garantir uma crise de legitimação. Essa crise exige “algo substantivo e distintivamente político.”¹³⁰ Esse “algo mais” diz respeito à ampliação da ideia de legitimidade, fundamentada no par conceitual, de inspiração gramsciana, hegemonia e contra-hegemonia. É a disputa por uma outra forma de hegemonia política que permite à autora delinear um projeto anticapitalista com contornos abrangentes e integradores.

Nossa autora caracteriza a hegemonia como uma “dimensão discursiva da dominação”¹³¹, ou seja, o mecanismo pelo qual uma classe dominante consolida sua autoridade, naturalizando as premissas de sua própria visão de mundo como “senso comum” da sociedade em geral. Em contraposição, a contra-hegemonia emerge como a força que desafia essa visão dominante, questionando e subvertendo as narrativas que sustentam a ordem vigente. Dessa forma, o que realmente importa para transformar uma crise administrativa ou de governamentalidade em uma crise de legitimação não é meramente a capacidade abstrata de justificação normativa, mas sim a existência concreta de uma forma histórica de oposição. Essa oposição deve ser capaz de apontar para alternativas desejáveis, colocando em xeque a estabilidade da ordem sistêmica. Ao destacar esse aspecto, Fraser distancia-se das visões que proclamam o “fim da história”, reconhecendo que, mesmo diante das restrições impostas pelo

¹³⁰ Nancy Fraser (2018), *Crise de legitimação?* p. 169.

¹³¹ *Ibidem*.

capitalismo, há espaço para imaginar e construir formas de organização social que transcendam os seus limites.

A noção de hegemonia em Gramsci é indispensável para o horizonte de um socialismo democrático concebido pela autora¹³², pois oferece uma compreensão ampliada de como mudanças estruturais e culturais podem ser articuladas em um projeto transformador. Para Gramsci, a hegemonia não se limita ao domínio coercitivo exercido pelo Estado, mas assume uma posição transversal diante da sociedade civil, permitindo que uma classe ou grupo social estabeleça suas concepções como o senso comum. Esse enfoque é crucial para Fraser, que almeja uma transformação socialista capaz de superar as desigualdades capitalistas sem ignorar as dimensões culturais e discursivas da política. Considerando essa inclinação, a construção de uma nova hegemonia exigiria a articulação de distintos grupos sociais em torno de uma gramática comum, capacitando-os a desafiar os valores hegemônicos da cultura política capitalista.

Assim como Fraser, o sociólogo britânico Michael Burawoy¹³³ revisita as obras de Polanyi e Gramsci para desenvolver uma abordagem abrangente que examine as relações de poder nas sociedades capitalistas, posicionando a sociedade como um terreno de luta. Para Burawoy, esses autores se complementam, pois, entre outros fatores, a teoria de Polanyi carece de “uma noção forte de hegemonia capitalista.”¹³⁴ Polanyi propõe que a sociedade reagiria automaticamente à mercadorização fictícia, sem levar em conta, de forma mais cuidadosa, a capacidade da classe dominante de se reproduzir institucional, cultural e politicamente. Diante dessa limitação, a noção de hegemonia introduzida por Gramsci revela-se indispensável, pois descreve um poder que combina coerção e consentimento para consolidar um consenso arrasador em torno de valores dominantes. Gramsci, assim, oferece uma explicação para a persistência do capitalismo, destacando a dinâmica classista na qual o poder político permanece concentrado nas mãos dos capitalistas, perpetuando os conflitos sociais e a reprodução das relações de dominação.

Nossa breve exposição da contribuição de Burawoy busca destacar uma releitura pertinente de Polanyi, que fornece ferramentas para analisar as reações à mercadorização de forma realista, ao mesmo tempo em que considera os entraves a essa reação, sem recorrer necessariamente à perspectiva da crise de legitimação ou a conceitos como intersubjetividade

¹³² Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 109.

¹³³ BURAWOY, M. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, p. 193–261, jun. 2003.

¹³⁴ Burawoy (2003), *For a Sociological Marxism*, p. 239.

ou normatividade. Além disso, tanto Polanyi quanto Gramsci oferecem bases para refletirmos sobre um horizonte socialista: seja aquele que rejeita a mercadorização fictícia, na linha de Polanyi, ou aquele que projeta a superação da distinção entre governantes e governados, como idealizado por Gramsci. Por outro lado, a ênfase de Fraser na discursividade da hegemonia, nas injustiças subjacentes e no déficit democrático a aproxima de Habermas, cuja perspectiva destaca os procedimentos comunicativos, nos quais a construção de consensos e a circulação do poder político são elementos centrais para a ampliação da democracia.

Como vimos anteriormente, Fraser critica os aspectos mais conservadores da contribuição habermasiana, posição essa evidenciada em *Crise de Legitimação?*¹³⁵, ao esclarecer que a dimensão política da crise não é um fenômeno autônomo nem pode ser resolvida exclusivamente por ações políticas específicas. Pelo contrário, trata-se de uma manifestação direta das contradições estruturais do capitalismo. Contudo, permanece indefinido o papel que o mercado e o Estado desempenham em sua abordagem: seriam instituições a serem preservadas, como sugere Habermas? Quais as bases dessa preservação? Ou, para delinear um horizonte socialista, bastaria que as funções atualmente atribuídas ao mercado fossem transferidas para sujeitos políticos participativos, sem uma rejeição completa do mercado e da forma-mercadoria? Essas são questões que permanecem em aberto na teorização de nossa autora. De todo modo, a noção de consenso nos ajuda a compreender que, por não se tratar de uma coalizão natural, mas fabricada, é possível encontrar brechas no senso comum oficial, que, de acordo com Fraser, abriga “elementos latentes que poderiam ser ativados por um esforço contra-hegemônico.”¹³⁶ Essa previsão se materializa em textos subsequentes, nos quais a autora passa a identificar de forma concreta uma crise de legitimação em relação ao bloco hegemônico do "neoliberalismo progressista". Tal crise abre espaço para questionamentos coordenados ao *status quo*, ampliando as possibilidades de formação de uma frente unificada contra o aprofundamento das crises multidimensionais do capitalismo.

Essa inflexão no diagnóstico crítico de Fraser, que amplia as possibilidades de contestação social antes percebidas como bloqueadas, pode ser observada em uma série de eventos distintos, com destaque para a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia, em virtude de seu forte simbolismo. Esses fenômenos não se restringem a ocorrências isoladas, mas se inserem em um processo mais amplo, associado ao "enfraquecimento dramático, senão ao colapso, da autoridade dos partidos

¹³⁵ Nancy Fraser (2018), *Crise de legitimação?* p. 186.

¹³⁶ Nancy Fraser (2018), *Crise de legitimação?* p. 181.

e das classes políticas estabelecidas."¹³⁷ Além disso, a crise é marcada pelo fortalecimento de discursos sexistas, racistas e xenofóbicos, que ganham visibilidade em várias esferas políticas, assim como pelo surgimento de forças autoritárias em regiões onde se tinha um registro político progressista, como a América Latina.

Seguindo uma linha semelhante àquela apresentada neste capítulo, Fraser sustenta que a crise em questão não se limita às suas consequências políticas ou econômicas, mas constitui, de fato, uma crise de múltiplas facetas, que impacta as estruturas sociais e envolve questões centrais como justiça social, identidade e relações de poder, profundamente enraizadas no ordenamento capitalista e intensificadas no contexto do neoliberalismo. Em síntese, Fraser interpreta esses fenômenos como sinais de uma crise de legitimação daquilo que anteriormente garantiu a coesão da ordem política e social neoliberal. A variedade de eventos observados indica que o neoliberalismo já não se sustenta, que "há algo profundamente errado com a forma atual de organizar a vida e fazer negócios, sendo necessário substituí-lo por algo substancialmente diferente."¹³⁸

A multidimensionalidade da crise, conforme diagnosticada por Fraser, está intrinsecamente vinculada à sua compreensão abrangente das sociedades capitalistas. Nesse sentido, a teorização da autora não se limita a investigar os impactos econômicos, como a queda nos padrões de vida, a precarização das relações laborais e a crescente atribuição de responsabilidades privadas sobre a sobrevivência. Em sua visão, tais fenômenos são manifestações de uma contradição mais profunda que reside na estrutura do capitalismo. Para compreendê-la, é preciso ir além das aparências, levando em consideração não só o plano imediato de realização do capitalismo, a produção, mas também suas condições de fundo. A complexidade da crise exige, por um lado, uma crítica interna ao capitalismo e, por outro, uma reflexão normativa que, ao desmistificar a persistência do sistema, tenha condições de indicar as possibilidades emancipatórias que permanecem abertas. A unificação desses elementos, proposta por nossa autora, pode ser sintetizada a partir de sua contribuição em *Capitalismo em debate*:

Estamos preocupadas não só com as desigualdades distributivas, mas também, e mais fundamentalmente, com os mecanismos estruturais e os arranjos que as geram. Em outras palavras, visamos conectar o aspecto normativo da crítica teórico-social. Essa é a marca da teoria crítica.¹³⁹

¹³⁷ Nancy Fraser (2020c), *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, p. 36.

¹³⁸ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 213.

¹³⁹ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 142.

Se a tese de Fraser estiver correta e o capitalismo for, de fato, um problema inescapável, é essencial realizarmos um diagnóstico abrangente desse ordenamento social. Neste primeiro momento, buscamos delinear as principais contribuições da autora, considerando as relações complexas entre Teoria Crítica e economia política, a fim de entender como seu atual modelo crítico se insere na tradição da teoria crítica da sociedade. Além disso, procuramos demonstrar como Fraser vai além da disputa sobre o "primado do político" ou do econômico, enquanto razão solitária, avançando para as fronteiras que separam essas esferas. Sob essa perspectiva, o capitalismo não é um simples subsistema econômico, mas uma ordem social abrangente que organiza as relações sociais, regulando valores, práticas e estruturas de poder para garantir sua continuidade. Seu caráter dependente implica que, para além das relações de mercado, as instituições e as condições não econômicas exercem um papel decisivo. São essas condições de fundo que possibilitam identificar tendências de crise que não se restringem ao âmbito econômico, mas assumem um caráter verdadeiramente multidimensional, afetando simultaneamente a política, a reprodução social e a natureza, ao mesmo tempo em que abrem espaço para formas de resistência unificada diante do desgaste dessas esferas.

2.5 UMA CONTRA HISTÓRIA DOS EFEITOS: OS PROBLEMAS DE GÊNERO CRÍTICO ENQUANTO GENERIFICADOS

Ao longo deste capítulo, discutimos o legado problemático dos frankfurtianos em relação à economia política e, em última instância, à própria concepção de capitalismo pelas gerações pós-habermasianas. Essa discussão abre espaço para uma reflexão crítica sobre a ideia de “gerações”, fundamentado na perspectiva institucional do Instituto de Pesquisa Social. A recepção da Teoria Crítica no mundo anglófono foi amplamente influenciada pela noção de “herdeiros vivos”, como se fosse uma “história de dinastias monárquicas”¹⁴⁰, em que Habermas se tornou o último elo de conexão direta com os grandes nomes da primeira geração. Como assistente de Adorno, Habermas continuou o trabalho de teorizar motivos emancipatórios, incorporando contribuições das novas ciências sociais, com ênfase, particularmente, em sua

¹⁴⁰ Utilizo aqui uma expressão de Chris O’Kane (2024), que observa como, a partir do final dos anos 1970, a recepção anglófona da chamada Escola de Frankfurt deixou de estar diretamente vinculada ao pensamento da primeira geração (Marcuse, Adorno, Horkheimer, etc.), passando a ser predominantemente interpretada sob a ótica de Habermas. Nesse contexto, O’Kane diferencia, a partir de interlocução com William Scheuerman, Teoria Crítica e a Teoria Crítica habermasiana. Esta última, segundo o autor, teria sido responsável por institucionalizar uma “invenção de tradição”, que afasta as gerações subsequentes de um projeto crítico capaz de se articular com a economia política. Para mais detalhes, ver: O’KANE, C. On Frankfurt School, Critical Theory, and Political Economy. *Journal of the History of Ideas*, 10 jan. 2024.

concepção de racionalidade comunicativa. Seus sucessores, por sua vez, aprofundaram e/ou criticaram a abordagem habermasiana, mantendo, no entanto, elementos essenciais de sua contribuição. Essa seria a história institucional capaz de esclarecer a problemática que trabalhamos até aqui.

Nancy Fraser, nossa autora principal, rompe com o que chamou de “virada liberal à esquerda”¹⁴¹ dessa tradição, por meio de uma série de publicações que culminam em *Capitalismo em debate: uma conversa na Teoria Crítica*, em coautoria com Rahel Jaeggi. Entretanto, essa suposição seria mais bem elaborada à luz da ideia de uma “invenção de tradição”, que expõe a parcialidade da narrativa institucional herdada — aquela que nos conduz de Horkheimer a Adorno, de Adorno a Habermas e, mais recentemente, de Habermas a Honneth. Com isso, poderíamos entender que, ao “salvar” as condições de possibilidade da crítica social após o diagnóstico da DE, Habermas promoveu não apenas mudanças de conteúdo — como o renovado interesse normativo ou a ênfase na racionalidade comunicativa —, mas também uma mudança de abordagem. Tal movimento acabou tornando subterrânea outras expressões intelectuais, sobretudo aquelas que mantiveram diálogo com a economia política de matriz marxiana, limitando sua influência no campo da teoria social e na tradição frankfurtiana. Reconsiderar essa trajetória nos dá a chance de redescobrir aspectos ocultos da Teoria Crítica, enquanto abre caminho para novas leituras das intervenções recentes de Fraser, em especial no contexto de sua interlocução com os feminismos.

Duas vertentes intelectuais silenciadas no processo de institucionalização da Teoria Crítica merecem destaque: a *Neue Marx-Lektüre* (NM-L)¹⁴², encabeçada por Hans-Georg Backhaus e Helmut Reichelt, e as abordagens feministas de inspiração marxiana, que promoveram uma espécie de “nova leitura feminista de Marx”.¹⁴³ A NM-L conseguiu algum

¹⁴¹ Nas palavras da autora: “a Teoria Crítica se tornou a ala de esquerda do liberalismo”. Cf. Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 18.

¹⁴² Essa corrente tem atraído a atenção do público internacional e nacional, ainda que de forma modesta, ao promover um retorno às obras maduras de Marx, enfatizando a forma-valor como elemento central para uma compreensão aprofundada das sociedades capitalistas. Frank Engster observa que “a primeira geração da NM-L poderia ser entendida como a segunda geração ‘não oficial’ da Teoria Crítica.” ENGSTER, F. Subjectivity and its crisis: commodity mediation and the economic constitution of objectivity and subjectivity. *History of the Human Sciences*, v. 29, n. 2, 2016, p.78 tradução nossa. Para uma introdução, veja: MORTARI, C. A “Nova Leitura de Marx”: Um mapeamento de suas premissas e desenvolvimentos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 62, p. 11-40, 2022.

¹⁴³ Bruna Della Torre, em seu *As Frankfurtianas: Regina Becker-Schmidt e a teoria crítica feminista*, destaca-se ao aproximar o público brasileiro dos relatos em primeira mão da socióloga alemã sobre seu trabalho e sua relação com a teoria crítica da sociedade e a crítica feminista, por meio da tradução de uma entrevista concedida à pesquisadora Hannah Schmidt-Ott. Além disso, Della Torre situa essa contribuição na história da Teoria Crítica como pertencente a uma “segunda geração não oficial” e defende uma leitura da tradição que ultrapasse seus limites institucionais. Vale notar que o papel das mulheres no Instituto nem sempre foi devidamente reconhecido, inclusive em análises amplas de sua história, como a de Martin Jay. Ver: DELLA TORRE, B. As frankfurtianas: Regina Becker-Schmidt e a teoria crítica feminista. *Blog da Boitempo*, 28 out. 2021.

reconhecimento ao estabelecer diálogos com a chamada teoria da forma-valor e tornar-se objeto de análise sistemática por estudiosos que combinam Teoria Crítica e Marxismos. Em contrapartida, as abordagens feministas, que contribuíram para a ampliação de categorias como “trabalho” e “classe”, não obtiveram a mesma visibilidade nos debates sobre a tradição frankfurtiana ou na historiografia crítica. Entre as intelectuais de destaque está Regina Becker-Schmidt, que foi aluna de Adorno e Horkheimer durante os anos 1960. Sua obra teve papel crucial ao conectar a Teoria Crítica às Teorias feministas¹⁴⁴, contribuindo para os campos da teoria social e da psicologia social na Alemanha. Noções como a de reprodução social e a crítica que articula gênero e capitalismo, que são importantes para este trabalho, podem ser rastreadas em seus escritos, ao menos desde a publicação de seu *Arbeitsleben, Lebensarbeit: Konflikte und Erfahrungen von Fabrikarbeiterinnen*.¹⁴⁵

No artigo *Kritische und feministische Theorie: Plädoyer für eine neue Liaison*, Sarah Speck faz um apelo por uma colaboração renovada entre os feminismos e a Teoria Crítica, considerando-a crucial para enfrentar os desafios do presente. A autora argumenta que a especialização desses campos resultou em um distanciamento mútuo: o feminismo, em alguns casos, abandonou os fundamentos da Teoria Crítica, enquanto esta última não conseguiu integrar de forma satisfatória as questões de gênero em suas análises.¹⁴⁶ Essa separação pode ser observada na crescente desconfiança das feministas em relação às “grandes arquitetônicas teóricas”, não raro vistas como insensíveis às questões de gênero. A base dessa desconfiança pode ser rastreada a críticas concretas, como as dirigidas a Horkheimer¹⁴⁷, que, em alguns de seus textos, idealiza a família e a maternidade, tratando as esferas da intimidade e do doméstico como refúgios contra a desintegração imposta pelo capitalismo. A teoria habermasiana, como apontado anteriormente, também perpetua a dicotomia entre público e privado. A ênfase na esfera pública, frequentemente apresentada como autossustentável pelas capacidades gerenciais masculinas, omite o papel do âmbito privado e do trabalho doméstico em sua sustentação.¹⁴⁸

¹⁴⁴ Para uma crítica à recepção de Marx pelas feministas, que contempla a posição de Becker-Schmidt, e ao texto de Sarah Speck (2018), veja: SCHOLZ, Roswitha. Marxismo – Feminismo – Teoria Crítica hoje... e a Crítica da Dissociação-Valor: Sobre a problemática insistência em experiência, práxis, empiria, sujeito, classe e "realidades vividas" das mulheres na decadência do patriarcado capitalista. *Obeco Online*, 2022.

¹⁴⁵ O livro não possui tradução para o português ou para o inglês. Seu título, em tradução livre, pode ser lido como: *Vida de Trabalho, Trabalho de Vida: Conflitos e Experiências de Trabalhadoras de Fábrica* (1983).

¹⁴⁶ SPECK, S. *Kritische und feministische Theorie: Plädoyer für eine neue Liaison*. *Feministische Studien*, v. 36, n. 1, 2018, p. 60.

¹⁴⁷ Sarah Speck (2018), *Kritische und feministische Theorie*, p. 61.

¹⁴⁸ Nosso comentário refere-se à contribuição de Fraser em *Que crítico na Teoria Crítica?* brevemente delineada no tópico “O paradigma comunicativo de Habermas e suas tensões”. Sobre a dicotomia público-privado, ver: YOUNG, I. O ideal da imparcialidade e o público cívico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 9, p. 1-22, dez. 2012.

Nesse contexto, as críticas feministas têm sido fundamentais para expor a divisão sexual do trabalho e as dinâmicas sociais ocultas, ampliando a análise crítica dos processos de sujeição que estruturam as sociedades capitalistas.

Cumprir notar que, bem compreendido esse aspecto, mesmo no cenário do capitalismo tardio, marcado pela assimilação da classe trabalhadora ao ordenamento vigente, a questão da classe e do trabalho não seria totalmente passível de ser marginalizada ou necessariamente vinculada a uma visão produtivista da realidade social, como sugere Habermas. Nessa perspectiva, as teorias feministas desempenham um papel crucial ao reivindicarem o reconhecimento do trabalho doméstico, do cuidado e da família como componentes essenciais para a reprodução social nas sociedades capitalistas, inclusive daqueles que atuam no setor produtivo. Ao mesmo tempo, surgem vozes feministas que reinterpretem o compromisso de cuidado, entendendo-o como “trabalho pela boa vida”¹⁴⁹, o que desafia o conceito de trabalho criticado pelo autor, que estaria restrito às ações instrumentalizadas voltadas para a produção econômica.

Além das tensões teóricas, o ambiente institucional da chamada Escola de Frankfurt foi marcado pela invisibilização do trabalho e da participação de mulheres fundamentais para seu estabelecimento e manutenção, como Helge Pross, Elisabeth Lenk e a já mencionada Regina Becker-Schmidt.¹⁵⁰ Em uma entrevista, Susan Buck-Morss relembra o papel ativo de Gretel Adorno, que datilografou os escritos de Theodor Adorno, auxiliou na elaboração de vários de seus livros, mas nunca teve reconhecido “seu papel como interlocutora [*Gesprächspartner*], que ela certamente era.”¹⁵¹ Essa invisibilização não apenas marginalizou as contribuições femininas, como também levou ao distanciamento das mulheres da teoria crítica da sociedade. No entanto, essa desconexão pode refletir um afastamento de uma abordagem politicamente orientada, cujo objetivo é promover uma transformação ampla das estruturas sociais. Em tempos de crise multidimensional, é crucial superar o separatismo crítico e repensar o

¹⁴⁹ Veja: BECKER-SCHMIDT, R. Abstraktionsprozesse in der kapitalistischen Ökonomie – Ausblendungen in der Selbstrepräsentation von Männlichkeit. Dunkelfelder in der Kritik herrschender Care-Ökonomie. In: AULENBACHER, Brigitte; RIEGRAF, Birgit; THEOBALD, Hildegard (Hrsg.). *Sorge: Arbeit, Verhältnisse, Regime*. Soziale Welt, Sonderband 20. Baden-Baden: Nomos, 2014. p. 89–106.

¹⁵⁰ Convém ressaltar que seguimos os nomes mencionados na entrevista de Buck-Morss. A documentação detalhada sobre o trabalho e a atuação das mulheres no instituto ainda carece de delimitação por meio de investigações sobre sua historiografia pregressa. Nesse sentido, Sarah Speck desenvolve uma pesquisa voltada para mapear a contribuição das mulheres no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Ver: SPECK, S. Una historia feminista del Instituto de Investigación Social de Frankfurt. *Constellations*, n. 16, Dossiê: Relaciones de género, sexualidad y capitalismo en la teoría crítica de la sociedad, pp. 72-96, 31 dez. 2024.

¹⁵¹ DELLA TORRE, B. As frankfurtianas: “A crítica imanente continua sendo uma ferramenta analítica inestimável” – entrevista com Susan Buck-Morss. *Blog da Boitempo*, 24 mar. 2022.

ordenamento social capitalista, com foco não apenas na hierarquização de gênero, mas também nas demais implicações estruturais que esse sistema estabelece.

Dentro desse quadro, a proposta de Sarah Speck se destaca ao afirmar que a Teoria Crítica, com seu enfoque interdisciplinar — que integra economia, sociologia, filosofia e psicologia —, oferece um ponto de partida robusto para a análise de gênero. Sua relevância surge não apenas pela crítica às patologias sociais geradas pelas sociedades capitalistas, mas por sua ênfase nas relações sociais globais. Speck aponta três razões que justificam o potencial dessa aliança: **i.** a orientação para a teoria social, **ii.** a capacidade de refletir sobre tensões e contradições e **iii.** crítica imanente. Dessa maneira, a autora pretende destacar como a Teoria feminista pode vir a se beneficiar de um aparato analítico robusto, expandindo suas ferramentas críticas para confrontar as novas formas de exclusão e opressão que surgem com a ascensão do neoliberalismo.

A relevância da aproximação com a teoria social¹⁵² torna-se evidente diante das rápidas transformações nas relações de trabalho, impulsionadas pela expansão das finanças, que não apenas reconfiguram as relações de gênero, mas também introduzem novas formas de hierarquização social. Essas mudanças demandam uma análise que vá além de perspectivas isoladas, contemplando as dinâmicas interligadas do capitalismo contemporâneo. Tal abordagem enriquece os diagnósticos feministas ao possibilitar a compreensão da coexistência de processos contraditórios, como o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho formal — que as afasta do espaço doméstico —, tensionado, simultaneamente, por uma onda conservadora em relação às questões de gênero. Ademais, a magnitude dessas transformações, em escala global, requer análises que articulem classe, raça, gênero e fluxos migratórios para além dos limites do Estado nacional, acrescentando uma camada adicional de complexidade ao cenário.

A segunda razão apresentada pela autora¹⁵³ reside na capacidade da Teoria Crítica de tematizar contradições e paradoxos, características intrínsecas às dinâmicas sociais contemporâneas. Essa abordagem permite superar explicações simplistas, destacando que as desigualdades não surgem apesar dos avanços emancipatórios, mas sim porque esses avanços geram novas dinâmicas sociais, incluindo novas formas de exclusão e hierarquização. Nesse sentido, a ideia de paradoxo ou contradição oferece uma perspectiva crítica das transformações estruturais da sociedade, mostrando como ideais de emancipação podem, de maneira contraditória, resultar em efeitos opostos. É importante notar que as transformações advindas

¹⁵² Sarah Speck (2018), *Kritische und feministische Theorie*, pp. 61-63.

¹⁵³ Sarah Speck (2018), *Kritische und feministische Theorie*, pp. 63-65.

da ascensão do neoliberalismo também se estabeleceram “sob o ‘disfarce’ da igualdade de gênero”¹⁵⁴, sendo crucial que a crítica feminista identifique o caráter regressivo desse “avanço”. Por fim, um retorno à Teoria Crítica pode fornecer fundamentos mais robustos para a Teoria feminista, especialmente no que diz respeito à reflexão normativa.¹⁵⁵ Ambas as tradições compartilham o compromisso com a análise e a crítica das relações de poder e dominação, buscando a transformação social. No entanto, a Teoria Crítica se destaca por sua crítica imanente, que extrai suas normas do interior da realidade social, em vez de impor valores externos. Essa abordagem não só fortalece a compreensão feminista das dinâmicas de poder, mas também oferece um registro político mais sólido e sistemático para sua teorização. Isso permite que a teoria feminista vá além das discussões restritas a grupos políticos, articulando um conhecimento normativamente orientado que se posiciona de forma clara diante das contradições da sociedade contemporânea, apontando para uma direção emancipatória.

Retomamos essa discussão para ilustrar como as perspectivas da Teoria Crítica e dos feminismos podem contribuir mutuamente, enriquecendo e ampliando suas bases analíticas, sem impor hierarquias entre elas. Essa reflexão se torna particularmente relevante para nosso trabalho, que busca delinear as contribuições dessas duas tradições no pensamento recente de Nancy Fraser. Seguindo a linha de Fraser, podemos abordar a complexidade da crise contemporânea não apenas com diagnósticos abrangentes sobre o capitalismo, mas também com um chamamento à transformação social que envolva coalizões criativas, novos consensos e um senso comum renovado. O “senso comum” que orienta nossa investigação é o de que uma teoria crítica da sociedade deve necessariamente considerar as tensões e desdobramentos apontados pelas críticas feministas, raciais, anticoloniais e ecológicas. Em consequência, podemos afirmar que essa abertura é recíproca: Teorias feministas e outras correntes críticas também precisam estar dispostas a analisar as dinâmicas sociais em um contexto mais amplo, sem se limitar a visão fragmentada de sua perspectiva disciplinar.

3 POR UMA CONCEPÇÃO EXPANDIDA DE CAPITALISMO

Em *O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo*, Rahel Jaeggi reflete sobre a crítica ao capitalismo, que descreve como permeada por um “estado de ânimo” contraditório. Segundo a autora, as críticas, por vezes, são difusas, carecendo de maior complexidade, ou responsabilizam o capitalismo por questões que estão

¹⁵⁴ Sarah Speck (2018), *Kritische und feministische Theorie*, p 65 tradução nossa.

¹⁵⁵ Sarah Speck (2018), *Kritische und feministische Theorie*, pp. 65-66.

além de sua alçada imediata. Esse cenário, portanto, demanda um esforço meta-crítico capaz de estabelecer claramente o que está sendo criticado ao se abordar o capitalismo. Nesse sentido, Jaeggi apresenta três dimensões centrais de crítica a esse ordenamento social¹⁵⁶: *i. a funcional*, que denuncia as disfunções inerentes ao capitalismo, destacando sua tendência estrutural a crises; *ii. a moral*, voltada à justiça, evidenciando a exploração e a desigualdade como pilares do sistema; *iii. e a ética*, que critica a forma de vida capitalista, caracterizando-a como alienada, desprovida de elementos essenciais para uma existência plena e verdadeiramente livre. Sendo a crítica funcional o registro pelo qual Fraser conduz sua investigação sobre o capitalismo e suas crises, nos parece pertinente considerar seus principais aspectos e problemas.

A crítica funcional, conforme exposta por Jaeggi¹⁵⁷, visa destacar as disfunções estruturais do capitalismo, argumentando que, por sua própria lógica interna, esse sistema tende inevitavelmente à crise. Esse modelo analítico examina o capitalismo de forma englobante, identificando falhas em garantir as condições mínimas para sua sustentação. Na abordagem dialética dessa crítica, o não-funcionamento é visto como uma parte integrante do funcionamento do sistema: o funcionamento e a falha coexistem, pois a operação do sistema mina, ao mesmo tempo, as condições que permitem sua continuidade. Um exemplo clássico dessa análise, na tradição marxiana, é a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que argumenta que a dinâmica capitalista tende a se autodestruir devido à crescente substituição do trabalho por máquinas, alterando a composição orgânica do capital e comprometendo sua base produtiva. Além disso, a crítica funcional pode se estender para além da esfera econômica, apontando disfunções também na destruição sistemática das "disposições psíquicas e cognitivas necessárias ao seu desenvolvimento e conservação."¹⁵⁸

Uma das vantagens dessa linha de argumentação é sua simplicidade: o que não funciona refuta a si mesmo, dispensando justificativas normativas complexas. No entanto, a ideia de uma disfunção estrutural pode carregar a suposição equivocada de que, a longo prazo, o problema se resolverá por si só. Essa suposição não é capaz de explicar, por exemplo, o sucesso histórico do capitalismo em se reestruturar diante de suas crises. Desse modo, podemos delimitar que sua principal problemática reside na tentativa de representar um sistema dinâmico que, ao mesmo tempo, é visto como eficaz e disfuncional. O capitalismo, por exemplo, pode gerar prosperidade no presente, mas comprometer as condições ecológicas futuras. Além disso, é importante

¹⁵⁶ JAECCI, R. O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 20, n. 2, 2015, pp. 15-16.

¹⁵⁷ Rahel Jaeggi (2015), *O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo?* pp. 16-18.

¹⁵⁸ Rahel Jaeggi (2015), *O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo?* p. 17.

considerar que a riqueza gerada não beneficia igualmente a todos. Quando essas questões são analisadas em detalhes, a premissa enxuta do déficit funcional se torna mais complexa, uma vez que muitas das demandas não estão necessariamente interligadas, como o desempenho econômico e a redistribuição justa.

A crítica funcional, portanto, reúne aspectos que, quando isolados, apontam para diferentes objetivos e funções do capitalismo¹⁵⁹, de modo que se torna “dependente de um horizonte normativo, isto é, de posições sobre de que maneira algo deve funcionar.”¹⁶⁰ A destruição das condições futuras de vida humana só é vista como um déficit funcional quando se atribui ao sistema socioeconômico atual a responsabilidade de garantir a vida futura; em outras palavras, seu funcionamento ou não-funcionamento é sempre definido por objetivos e normas estabelecidas pelos envolvidos. Dessa premissa, podem ser extraídas outras implicações, uma vez que, se o colapso não se limita à disfuncionalidade econômica de forma automática, torna-se necessário compreender suas estruturas internas, bem como as instituições que facilitam os possíveis acordos, regulações e artifícios sob os quais a função social do capitalismo é historicamente definida.

Os problemas derivados da crítica funcional envolvem uma questão comum a todas as outras vertentes — moral e ética —, reconhecidas por Jaeggi como abordagens que podem, sim, contribuir para a crítica ao capitalismo, mas que também carregam desafios próprios. A principal dificuldade reside na ausência de uma definição universal das funções sociais do sistema capitalista, visto que elas não estão previamente fixadas. Nos países centrais, por exemplo, antes da ascensão neoliberal, prevalecia um modelo de capitalismo voltado para o bem-estar, ilustrando como esse processo varia conforme interpretações contextuais. Entretanto, mesmo com a ascensão das finanças e a disfuncionalidade econômica evidenciada, não podemos perder de vista que o capitalismo continua a se apoiar na exploração e expropriação do trabalho, além de dividir injustamente seus lucros — âmbito da crítica moral —, e a manter os sujeitos sob seu jugo, como participantes de uma vida não autêntica e não livre — âmbito da crítica ética. A interação entre esses fenômenos leva Jaeggi a argumentar que somente ao analisar essas dimensões críticas em conjunto, em vez de tratá-las como vertentes isoladas, é possível estabelecer critérios adequados para uma crítica ao capitalismo.¹⁶¹

¹⁵⁹ Rahel Jaeggi (2015), *O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo?* pp. 19-20.

¹⁶⁰ Rahel Jaeggi (2015), *O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo?* p. 21.

¹⁶¹ Rahel Jaeggi (2015), *O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo?* p. 34.

Embora Fraser não siga a premissa eticamente carregada de Jaeggi, que entende o capitalismo como uma “forma de vida”¹⁶², a crítica funcional à qual se filia é ampla, não apenas devido à multiplicidade de crises e conflitos, mas também porque a própria noção de funcionalidade e disfuncionalidade exige uma abordagem capaz de identificar e oferecer critérios para lidar com demandas heterogêneas. Esse é um dos pilares que orientam a expansão de sua crítica ao capitalismo. Sua análise não pressupõe uma economia autônoma destinada a se autoimplodir, tampouco considera uma única forma de crise ou dominação prioritária. Além disso, como Fraser ressalta em entrevista, as sociedades capitalistas não se reduzem aos mecanismos de dominação; elas também produzem uma profunda infelicidade. Ainda que a felicidade não seja o foco central de sua análise, essa observação evidencia a existência de “algo profundo na ordem social que provoca uma luta.”¹⁶³

A partir das pistas apresentadas na seção anterior, é possível afirmar que Fraser reconhece o aporte conceitual de Marx para compreender as dimensões sistêmicas das sociedades capitalistas. No entanto, é pertinente considerar de que maneira essa tradição crítica se manifesta em seu pensamento. Em *Um futuro para o marxismo*, Fraser questiona se há lugar para o marxismo em um contexto pós-socialista.¹⁶⁴ A partir desse cenário, a autora realiza uma reflexão crítica sobre o lugar do marxismo, as relações de classe e as novas lutas sociais, enfatizando a necessidade de uma análise mais ampla das estruturas de injustiça, para além daquelas informadas pelas desigualdades provenientes do setor produtivo. Primeiramente, em relação ao marxismo, a autora reconhece a importância da contribuição de Marx para a análise das relações materiais de produção, mas questiona o caráter totalizante e metanarrativo do marxismo clássico.¹⁶⁵ Para Fraser, o marxismo não pode mais ser entendido como a única lente para a crítica ao capitalismo. Além disso, seu discurso totalizante sobre a sociedade capitalista perdeu eficácia como referência exclusiva para as políticas de oposição, sobretudo por não conseguir abarcar a complexidade das novas lutas sociais.

No que se refere às relações de classe, a crítica incide sobre a concepção tradicional marxista que distingue a “classe em si” da “classe para si”. Essa distinção identifica dois grupos, respectivamente: um composto por indivíduos que compartilham uma condição objetiva de exploração e outro por aqueles que possuem consciência coletiva dessa condição. Entretanto,

¹⁶² Rahel Jaeggi (2015), *O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo?* p. 35.

¹⁶³ BUENO, A.; BRESSIANI, N.; SILVA, F.; TEIXEIRA, M.; CYFER, I; MARIN, I. “Para uma Crítica das Crises do Capitalismo: entrevista com Nancy Fraser”. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, jan./jun. 2017, p. 172.

¹⁶⁴ FRASER, N. UM FUTURO PARA O MARXISMO. *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, n. 29, 2022b [FRASER, N. A future for Marxism. *New Politics (New Series)*, v. VI, n. 4, p. 95-98, 1998].

¹⁶⁵ FRASER, N. UM FUTURO PARA O MARXISMO. *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, n. 29, 2022b, p. 4.

tal separação não consegue abarcar a complexidade das lutas e das identidades sociais contemporâneas, que vão além da posição no setor produtivo e são moldadas por processos culturais e discursivos. Em vez de ver a classe como algo que se torna “para si” apenas quando adquire uma “verdadeira” autoconsciência, a autora propõe que as identidades de classe se constituem a partir das experiências vividas, dos conflitos e das interações sociais, onde fatores econômicos, culturais e políticos estão entrelaçados. Assim, todo ator social é simultaneamente marcado por gênero, *raça* e classe, e mesmo que uma demanda ganhe destaque, isso não faz com que as outras se tornem irrelevantes.¹⁶⁶ Em suma, a nível estrutural, Fraser argumenta que a noção de classe deve ser expandida para incluir as questões de gênero e *raça*, destacando, por exemplo, que o trabalho não remunerado contribui ainda que “indiretamente para a realização da mais-valia.”¹⁶⁷

De fato, o cenário descrito por Fraser muda com o diagnóstico atual.¹⁶⁸ Marx não é resgatado apenas por seu apoio teórico aos aspectos redistributivos da justiça, mas sobretudo por sua capacidade de propor critérios que analisam o sistema capitalista em sua tendência à autovalorização e acumulação. O caráter “metanarrativo” do marxismo também surge como um ponto de partida para superar o “separatismo crítico” que resulta da especialização acadêmica. A abordagem crítica da autora, centrada nas crises multidimensionais, parece mais próxima de uma visão pós-capitalista do que propriamente pós-marxista. Em uma entrevista, ocorrida em 2023, a própria autora afirma: “Eu não sou pós-marxista: sou neo-marxista.”¹⁶⁹ Entretanto, as reflexões que fundamentam seu neo-marxismo nos remetem a elementos que permanecem constantes em seu pensamento desde o texto de 1998 até os dias atuais. No presente, o marxismo não é a única chave associada a crítica ao capitalismo de nossa autora, sendo relevante a aliança com Karl Polanyi para idealizar sua teorização expandida do capitalismo, que leva em conta a economia capitalista e suas condições de fundo (*background condition*).

Do ponto de vista da ação social, Fraser atribui um novo peso às noções de classe e trabalho, preservando, contudo, o apelo à ampliação do entendimento das lutas sociais — como já fazia em relação às injustiças sociais. Em sua formulação mais recente, tais lutas englobam

¹⁶⁶ Nancy Fraser (2022b), *Um futuro para o marxismo*, pp. 5-6.

¹⁶⁷ Nancy Fraser (2022b), *Um futuro para o marxismo*, p. 6.

¹⁶⁸ Podemos ilustrar essa acepção com o apoio de Nathalie Bressiani e Felipe Silva, que afirmam: “sua obra aos termos de uma crítica da crise parece vir acompanhada se não do abandono, ao menos da perda de centralidade de sua reflexão normativa anterior.” BRESSIANI, N. A.; SILVA, F. G. A teoria da justiça de Nancy Fraser: reflexão normativa e diagnóstico do capitalismo. In: WEBER, T.; CARVALHO COSTA, J. de (Orgs.). *Filosofia do direito: teorias modernas e contemporâneas da justiça*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2021, p. 216.

¹⁶⁹ A entrevista recebe como título essa afirmativa da autora, podendo também ser encontrado em seu conteúdo tal auto descrição. Ver: FAZIO, G.; TARABORRELLI, A. “I am not a Post-Marxist: I am a Neo-Marxist”: Interview with Nancy Fraser. *Rivista Italiana Di Filosofia Politica*, (4), p. 99–122, 2023.

não apenas os conflitos de classe, mas também, inspiradas em Polanyi, as chamadas *lutas de fronteira* (*boundary struggles*). Essas mobilizações buscam reconfigurar as divisões entre economia e política, produção e reprodução, natureza e sociedade, a partir do aporte institucional que sustenta a ordem social capitalista. É importante ressaltar que essas lutas não reproduzem uma “falsa consciência” por não dialogarem diretamente com o setor produtivo. Pelo contrário, Fraser reconhece nelas a legitimidade de expressar tanto os desajustes funcionais do capitalismo quanto a urgência de redesenhá-lo em novos termos. Assim, a autora evita a noção de uma “alteridade pura” do capitalismo, representada exclusivamente pelo conflito de classe *per se* e pela figura estática do proletariado, identificada ao trabalhador assalariado fabril. No artigo *Por trás do laboratório secreto*¹⁷⁰, Fraser destaca o feminismo, o ecossocialismo e o pós-colonialismo como experiências fundamentais para expandir a análise marxiana, propondo a incorporação dessas tradições à investigação dos “terrenos ocultos” da produção. Desse modo, a partir do “chão de fábrica” que compartilhamos, Fraser desenvolve sua crítica expandida do capitalismo, a qual será examinada ao longo deste capítulo.

3.1 O TERRENO OCULTO DO CAPITALISMO

Na análise das possibilidades de produção nas sociedades capitalistas, Marx ultrapassa a esfera da troca ao investigar o “terreno oculto” da produção, desvelando os segredos que sustentam a economia oficial. Tendo como pano de fundo a crise do capitalismo financeirizado, Fraser retoma esse gesto crítico, mas o expande, ao incorporar dimensões que, em sua avaliação, Marx não contemplou: “gênero, ecologia e poder político como princípios estruturantes e eixos de desigualdade nas sociedades capitalistas”¹⁷¹. Nesse contexto, no artigo *Por trás do laboratório secreto: por uma concepção expandida de capitalismo*, a autora busca delinear as quatro características fundamentais do capitalismo identificadas por Marx: **i.** a propriedade privada dos meios de produção; **ii.** o trabalho “livre”; **iii.** a acumulação incessante de capital e o **iv.** papel central dos mercados nas sociedades capitalistas. Em seguida, Fraser propõe expandir essa análise, apontando os aspectos que permanecem inexplorados e que vão além

¹⁷⁰ FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx. *Direito & Práxis*, v. 6, n. 10, p. 704–728, 2015[FRASER, N. *Behind Marx's hidden abode: for an expanded conception of capitalism*. *New Left Review*, n. 86, p. 55-72, Mar./Apr. 2014].

¹⁷¹ FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx. *Direito & Práxis*, v. 6, n. 10, 2015, p. 706.

dessa concepção “mais ortodoxa”¹⁷², visando uma abordagem abrangente das sociedades capitalistas.

A *primeira característica* do capitalismo, conforme Marx, é a consolidação da propriedade privada dos meios de produção, que estabelece uma divisão estrutural entre quem produz e quem detém a posse. Tal divisão não decorre de uma condição natural ou inevitável da vida social, mas resulta de um processo histórico específico, marcado pela dissolução das comunidades campesinas e pela apropriação dos bens comuns. Tal transformação, ao invés de preservar formas coletivas de organização e uso da terra, converteu “os recursos compartilhados em propriedade privada de uma reduzida minoria.”¹⁷³ Fraser, em sua leitura de Marx, ressalta que essa transição não se deu de forma espontânea, mas esteve atrelada a processos de violenta expropriação e de reorganização social, os quais favoreceram a ascensão de uma classe proprietária e relegaram as massas à condição de trabalhadores, desprovidos de meios próprios de subsistência. Desse modo, a divisão entre proprietários e produtores constitui um fundamento central do capitalismo, sustentando a dinâmica de exploração que caracteriza esse modo de produção.

A *segunda característica* do capitalismo é o mercado de trabalho “livre”, que se configura pela exclusão dos trabalhadores do acesso direto aos meios de subsistência. Esse sistema hierarquizado obriga os indivíduos a venderem sua força de trabalho como mercadoria para assegurar sua sobrevivência, consolidando uma dependência estrutural do mercado. Nesse contexto, como sustenta Michael Heinrich¹⁷⁴, “as pessoas podem reconhecer totalmente que sua ação deve seguir uma determinada lógica coisal [*Sachlogik*] se elas desejam sobreviver economicamente.”¹⁷⁵ Fraser destaca que essa liberdade é ambígua, manifestando-se em dois sentidos.¹⁷⁶ Primeiramente, no âmbito jurídico, o trabalho é considerado “livre” porque, formalmente, o trabalhador não se encontra em condição servil nem vinculado a um proprietário

¹⁷² Tal abordagem pode parecer, segundo a autora, “muito ortodoxa, mas pretendo ‘desortodoxizá-la’ [...]”. Para Fraser, essa operação é delineada pela inclusão das “condições de fundo” que englobam o gênero — relacionado à reprodução social —, a ecologia e o poder político. Cf. Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 707.

¹⁷³ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 707.

¹⁷⁴ Trazemos a contribuição de Michael Heinrich por seu caráter ilustrativo quanto aos limites dessa “liberdade”, embora seja importante destacar que sua abordagem difere profundamente da de nossa autora. Para o intelectual alemão, o que define as sociedades capitalistas não é a institucionalização ou a dependência de domínios não econômicos, mas a dominação econômica de caráter impessoal, descrita por Marx como “coerção muda” (*Stummer Zwang*). Essa forma de coerção emerge com a universalização da forma-mercadoria, constituindo uma sociabilidade específica. Ver: HEINRICH, Michael. Indivíduo, personificação e dominação impessoal na crítica da economia política de Marx. *Zero à Esquerda*, 2 dez. 2021; MAU, Søren. O Poder Econômico do Capital: Sobre Valor e Classe. *Zero à Esquerda*, 1 fev. 2022.

¹⁷⁵ Heinrich (2021), *Indivíduo, personificação e dominação impessoal*, p. 18.

¹⁷⁶ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 708.

específico. No entanto, essa liberdade formal é acompanhada por uma segunda dimensão: a privação da posse dos meios de produção e de subsistência. Tal condição coloca os trabalhadores sob coerção econômica, obrigando-os a negociar suas capacidades laborais no mercado. Essa liberdade apenas aparente, portanto, oculta uma relação de dominação, na qual os trabalhadores permanecem subordinados às exigências do capital.

A *terceira característica* do capitalismo, na linha de Marx, refere-se à compulsão do sistema por uma expansão contínua, subordinando as necessidades individuais e coletivas dos seres humanos a um plano secundário. Fraser observa que, nas sociedades capitalistas, “o capital em si torna-se o sujeito. Os seres humanos são seus peões e apenas lhes resta descobrir, nos intervalos, como podem conseguir o que precisam.”¹⁷⁷ Já a quarta característica refere-se ao papel central desempenhado pelo mercado, que não apenas organiza a circulação de mercadorias, mas também exerce funções estruturais essenciais para a sustentação do ordenamento social vigente. Fraser destaca duas particularidades: *i.* o mercado é responsável pela alocação dos insumos básicos da produção — terra, trabalho e capital —, que, no capitalismo, são tratados como mercadorias e regulados pela lógica da oferta e da demanda.¹⁷⁸ ; *ii.* essa mediação pelo mercado não se limita à produção, mas permeia todas as esferas sociais, orientando-as para a forma mercadoria como princípio dominante. Sob essa lógica, o capitalismo aparece, em sua dimensão visível, como “um sistema para ‘produção de mercadorias por meio de mercadorias.’”¹⁷⁹ No entanto, a função do mercado vai além da simples troca de mercadorias, desempenhando um papel central na determinação da utilização do excedente de produção. Para Marx, esse excedente representa a energia social coletiva que supera o necessário para manter a vida e repor os recursos consumidos. Dessa forma, o mercado orienta as prioridades sociais e econômicas em prol da acumulação de capital, ao mesmo tempo em que redefine continuamente as relações sociais sob sua influência.

A forma como uma sociedade distribui seu excedente reflete suas prioridades fundamentais. Nas sociedades capitalistas, essas decisões são entregues às “forças do mercado”, o que perpetua a busca incessante pela valorização do capital, que se torna o protagonista histórico, responsável por questões essenciais, como “como as pessoas querem viver [...] como propõe equilibrar ‘trabalho produtivo’, vida familiar, lazer e outras atividades [...]”.¹⁸⁰ Embora ainda não trate diretamente do que enxerga como sendo o “terreno oculto” da produção, nossa

¹⁷⁷ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 708.

¹⁷⁸ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 709.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

autora destaca o que Marx revela sobre a consolidação da ordem social capitalista, ressaltando que sua análise se concentra em desdobramentos intraeconômicos, especialmente os novos papéis que o trabalho e o mercado assumem dentro dessa estrutura social.¹⁸¹ Contudo, Fraser argumenta que é necessário escapar das tendências totalizantes de certas interpretações marxianas, que tendem a sobrestimar o princípio da mercadoria, associando o capital a uma “entidade” autossuficiente. Um recurso teórico para essa reorientação encontra-se no próprio pensamento marxiano. Segundo Fraser, Marx busca desmistificar o senso comum burguês ao destacar que a expansão do capital não ocorre simplesmente pela troca de mercadorias, mas pela “não-remuneração de uma porção do tempo de trabalho dos trabalhadores”.¹⁸² É por meio dessa não-remuneração que se torna possível extrair o mais-valor e o lucro, gerado pela contradição existente entre a mais-valia e o capital variável. Daniel Bensaïd, em *Marx, o intempestivo: Grandezas e misérias de uma aventura crítica*, oferece uma caracterização perspicaz da crítica marxiana, dizendo:

Sob o severo chicote do dinheiro, o mundo fica enraivecido. Para trazer à luz seus prodígios, é preciso, diz Marx no fim da segunda seção [do Livro I do Capital], *dar as costas à gritaria do mercado*, abandonar “essa esfera barulhenta onde tudo se passa na superfície”, *descer ao “laboratório secreto da produção”*¹⁸³, surpreender e desvelar “a produção da mais-valia, esse grande segredo da sociedade moderna.”¹⁸⁴

Portanto, ao dar as costas à *gritaria do mercado* — reconhecendo o princípio da mercadoria como definidor da aparência do capital, mas não de sua essência — a crítica marxiana revela importantes segredos. Um deles é a constatação de que a expansão do capital ocorre pela exploração do trabalho, concretizada na extração do mais-valor. Outro movimento igualmente significativo, para nossa autora, é a identificação da expropriação de terras e riquezas como condição fundamental para a exploração do trabalho, evidenciando que “por trás da coerção sublimada do trabalho remunerado, há evidente violência e roubo de fato”.¹⁸⁵ Assim como a ideia de “tempo excedente” nos mostra que tendências aparentemente intraeconômicas afetam profundamente a vida social, a expropriação destaca as condições estruturais que

¹⁸¹ Assim como Polanyi, Fraser aponta que os mercados não são exclusivos das sociedades capitalistas, tendo existido também em contextos não capitalistas. No entanto, o funcionamento dos mercados nessas sociedades possui características distintas que garantem sua centralidade nas sociedades capitalistas, como é evidenciado especialmente pela quarta característica.

¹⁸² Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 711.

¹⁸³ Os termos “laboratório secreto”, “morada oculta”, “terreno oculto” (*Hidden Abode*) representam traduções distintas do gesto investigativo marxiano. Enquanto nos livros de Bensaïd e na tradução do artigo de Fraser utiliza-se a expressão “laboratório secreto”, as traduções dos textos de Marx publicadas pela Boitempo, bem como a tradução de *Capitalismo em debate*, também pela mesma editora, adotam o termo “terreno oculto”. Optamos por seguir, em nosso texto, a nomenclatura empregada na tradução oficial do livro de Fraser.

¹⁸⁴ Bensaïd, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica* (séculos XIX-XX). Tradução de Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 334 grifo nosso.

¹⁸⁵ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 712.

possibilitam os movimentos socioeconômicos. Em Marx, a narrativa histórica do capitalismo está associada à "assim chamada acumulação primitiva", apresentada no capítulo vinte e quatro de *O Capital*, livro I. A acumulação primitiva refere-se ao processo histórico de expropriação de terras e meios de produção, que forneceu à classe capitalista emergente os recursos materiais e a força de trabalho indispensáveis para a consolidação do sistema capitalista. Rosa Luxemburgo¹⁸⁶ expande essa análise ao interpretar o fenômeno como um movimento recorrente nas crises do capitalismo, desencadeando novos ciclos de espoliação e violência em massa.¹⁸⁷ Essa visão complementa e vai além da de Marx, que entendia a acumulação primitiva como um fenômeno específico ao período de consolidação do capitalismo.

A articulação das condições de fundo, que transcendem as categorias intraeconômicas necessárias à realização do capital, representa um giro epistemológico fundamental na análise de Fraser. Esse movimento não se limita a acompanhar o “terreno oculto” da produção, ancorada na exploração do trabalho, mas expande-se para revelar aquilo que se encontra “além” dela, expondo as condições estruturais que tornam possível a consolidação do trabalho assalariado nas sociedades capitalistas. Para Fraser, compreender o capitalismo do século XXI exige uma investigação dos estratos mais profundos desse terreno, indo além da acumulação primitiva descrita por Marx. Nessa perspectiva, a associação com a gramática de Polanyi é particularmente reveladora, pois o autor considera simultaneamente os domínios do mercado e da sociedade. Tal perspectiva complementa as lacunas deixadas por Marx ao evidenciar os mecanismos estruturais que transcendem o mercado. Em *Capitalismo em debate*, essa aliança é explicitada:

Na realidade, zonas e aspectos mercantilizados da vida coexistem com zonas de aspectos não mercantilizados da vida [...] Uma expressão adequada seria “imbricação funcional” ou, ainda melhor e mais simples, “dependência”. Karl Polanyi nos ajuda a compreender por quê. A sociedade, ele nos diz, não pode ser “mercadoria até o fim” – essa é uma paráfrase minha. A ideia de Polanyi é que os mercados dependem, para a própria existência, de relações sociais não mercantilizadas, que fornecem condições de possibilidade de fundo.¹⁸⁸

Podemos entender, portanto, que Polanyi, além de fornecer bases para uma abordagem multidimensional da crise, inspira Fraser a conceber o capitalismo não apenas como um subsistema econômico, mas como uma "ordem social institucionalizada"¹⁸⁹, organizada entre

¹⁸⁶ Veja: MARTINS, M. O "A Acumulação do Capital de Rosa Luxemburgo" e a sua teoria da reprodução do capital social total : apontamentos sobre método e revolução. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, v. 15, n. n.esp, p. 1–39, 2022

¹⁸⁷ Autores e autoras contemporâneos, como David Harvey e Silvia Federici, dão continuidade a essa linha ampliada de análise da acumulação, enfatizando que a expropriação é uma estratégia contínua do capital, que caminha lado a lado com seu mecanismo oficial de exploração do trabalho.

¹⁸⁸ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, pp. 36-37.

¹⁸⁹ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, pp. 721-722.

zonas mercantilizadas e não mercantilizadas. Como discutido anteriormente, por meio do conceito de “mercadorização fictícia”, Polanyi examina a consolidação do ideal de mercado autorregulado a partir das interações entre sociedade e mercado. A noção de “sociedade” e sua oposição ativa à mercadorização é entendida por Fraser como a percepção de que “os mercados dependem, para a sua existência, de relações sociais não mercantis que fornecem suas condições de possibilidade de fundo”.¹⁹⁰ A especificidade conceitual dessa categoria pode ser visualizada através de Michael Burawoy, que, ao analisar as obras de Gramsci e Polanyi, identifica na introdução do conceito de “sociedade” uma inovação teórica “destinada a explicar a persistência do capitalismo e sua recusa em sucumbir às leis que Marx havia estabelecido”.¹⁹¹ Para Burawoy, o termo “sociedade” não se limita a seu significado corrente, sendo apresentado como um espaço institucional intermediário entre a economia e o Estado, configurando um fenômeno específico, a saber, o desenvolvimento de um capitalismo organizado, capaz de assegurar sua própria continuidade. Embora a ideia de “capitalismo organizado” possa remeter a valores historicamente contingentes, tomemos essa noção a partir de um entendimento mais geral: o capitalismo, enquanto ordem social, não é autofundante, mas depende da institucionalização de diversos domínios e processos sociais para se consolidar e persistir.

Essa perspectiva contrasta com certas interpretações marxistas que enfatizam excessivamente a categoria da mercadoria — e, conseqüentemente, seu caráter reificador¹⁹² —, não raro recorrendo à metáfora do capital como “sujeito automático”, apresentada por Marx na segunda seção de *O Capital*. Essas abordagens tendem a tratar o capitalismo como um “quase-objeto” autossuficiente, minimizando a importância de fatores externos em sua dinâmica. Embora critiquem a realização capitalista, tais interpretações acabam, paradoxalmente, reforçando a fantasia burguesa do “mercado autorregulado”. Isso ocorre porque privilegiam o estatuto sistêmico do capital, em detrimento das práticas sociais, dos conflitos e das mediações institucionais que efetivamente o sustentam. Ao adotar uma abordagem institucionalista, Fraser se distancia da tendência totalizante e “normativamente ressecada”¹⁹³ da crítica sistêmica, a qual pode ser imputada um déficit sociológico, buscando desenvolver sua teorização de forma a realizar uma crítica estrutural, mas sem perder de vista

¹⁹⁰ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 711.

¹⁹¹ Burawoy (2003), *For a Sociological Marxism*, p.198 tradução nossa.

¹⁹² Nesse sentido, a autora se afasta da perspectiva lukacsiana de que a forma mercadoria seria capaz de colonizar toda a vida, em suas palavras: “Na minha visão, a commodificação é um fenômeno que está longe de ser universal numa sociedade capitalista. Ao contrário, onde está presente, ela depende para a sua própria existência de zonas de não-comodificação.” Cf. Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 720.

¹⁹³ BRESSIANI, N. Crítica do capitalismo em Nancy Fraser: retomando a perspectiva da teoria da ação a partir de Jürgen Habermas? In: COSTA, C. S. da; SOSA MÁRQUEZ, L. A.; RADMANN ZUCCO, P.; REITER, R. L. (Orgs.). *Habermas 90 anos: ensaios*. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020, p. 136.

a ação social e as "pontas soltas" emancipatórias a serem avaliadas no presente. No entanto, embora o conceito de sociedade seja significativo para a autora, a intenção de associar Marx e Polanyi sugere uma incorporação parcial da utilidade explicativa do aspecto sistêmico da crítica ao capitalismo.¹⁹⁴

Adicionalmente, como costuma ocorrer em sua obra, a noção de "sociedade", conforme exposta por Polanyi, é abordada de maneira crítica, sendo necessário, para Fraser¹⁹⁵, ultrapassar seu caráter de “caixa-preta”.¹⁹⁶ No já citado *Por que dois “Karls” é melhor que um*, a autora faz um balanço sobre as potencialidades de utilizar não apenas a perspectiva marxiana para a crítica ao capitalismo, mas também a contribuição de um pensador não imediatamente associado a essa tradição, como Polanyi. Nesse cenário, somos apresentados às limitações do conceito de sociedade como associadas a seu caráter englobante, no qual o economista austro-húngaro “mistura tudo o que não é ‘economia’” e, assim, confunde importantes distinções como, por exemplo, “Estado e sociedade civil; família e esfera pública; nação e comunidade subnacional”.¹⁹⁷ Desse modo, Fraser sustenta que as separações institucionais não podem ser reduzidas à mera dicotomia entre economia e sociedade. Embora essa divisão binária revele contradições “entre domínios”, fundamentais para compreender a dinâmica das sociedades capitalistas, ela, por si só, não é suficiente para esclarecer a forma característica dessas sociedades, que, segundo a autora, se organiza a partir de uma “triade de separações institucionalizadas”¹⁹⁸: a política, a reprodução social e a natureza. Essa separação institucional, que constitui as condições de possibilidade de fundo (*background conditions*) do capitalismo, é tratada, em seu artigo *Por trás do laboratório secreto*, como uma ampliação do pensamento marxiano, incorporando giros epistemológicos que ultrapassam a abordagem tradicional dessa tradição de análise.

¹⁹⁴ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, p. 5.

¹⁹⁵ Em *Por que dois “Karls” são melhores do que um* (2019), Fraser explora a combinação entre Marx e Polanyi, destacando sua potencialidade estrutural e de ação social, ainda sem o mesmo nível de detalhamento presente em textos como *Can society be commodities all the way down?* (2012), no qual aprofunda aspectos centrais de sua leitura de Polanyi, e *Por trás do laboratório secreto de Marx* (2014), que inaugura um desenvolvimento análogo no campo marxiano. Essa distinção é relevante porque, no texto principal, refiro-me à triade de separações institucionalizadas sem recorrer ainda ao conceito de expropriação, o quarto elemento, desenvolvido de modo mais explícito em escritos posteriores, como *Por trás do laboratório secreto de Marx* (2015), *Capitalismo em Debate* (2020a) e *Cannibal Capitalism* (2022a). Neles, Fraser procura delinear uma concepção ampliada de economia capitalista, que abrange o espaço produtivo, mas também seu plano de fundo — o terreno oculto — formado por dinâmicas não imediatamente econômicas, como a acumulação primitiva, que constituem sua condição de possibilidade.

¹⁹⁶ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, p. 5.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

3.2 AS CONDIÇÕES DE FUNDO DO CAPITALISMO

Para Nancy Fraser, o capitalismo deve ser compreendido como uma ordem social institucionalizada, estruturada por uma intrincada rede de práticas, normas e divisões institucionais que asseguram sua reprodução. Essa perspectiva supera a visão tradicional do capitalismo como mero subsistema econômico, ao revelar as condições de possibilidade de fundo — econômicas, sociais, políticas e ecológicas — que sustentam sua continuidade histórica. Fraser enfatiza, ainda, uma característica específica do capitalismo, que se manifesta essencialmente como um fenômeno intraeconômico¹⁹⁹: sua capacidade de moldar as relações sociais que o estruturam como se fossem exclusivamente econômicas. No entanto, o “giro epistemológico” proposto em sua teorização reconhece que, embora essas condições de fundo estejam imbricadas nos processos de comodificação, elas também possuem um potencial efetivo de resistência. Essa resistência decorre do caráter ambíguo dessas condições, que, apesar de inseridas no contexto capitalista, preservam “gramáticas normativas e ontológicas próprias.”²⁰⁰ Em outras palavras, essas zonas não-mercantilizadas são fundamentais tanto para a sustentação do capitalismo quanto para a expressão de formas de organização e valores que transcendem a racionalidade mercantil.²⁰¹ Essa compreensão permite à autora afirmar que a topografia normativa relevante para sua crítica ao capitalismo emerge “das relações entre primeiro plano e [plano de] fundo”.²⁰²

Nesse contexto, o esquema teórico proposto por Fraser envolve uma análise das fronteiras entre o primeiro plano e o plano de fundo — ou condições de fundo²⁰³: *i.* o *primeiro plano* refere-se à economia formal, produção, exploração e sociedade humana; *ii.* já o *plano de fundo* abrange dimensões frequentemente invisibilizadas, como a reprodução social, a política, a expropriação e a natureza não humana. Esses dois níveis não são independentes; ao contrário, o plano de fundo fornece as condições essenciais para a existência do primeiro plano. Essa relação dinâmica revela que o capitalismo depende de uma base mais ampla e diversificada para seu funcionamento, mesmo que frequentemente esses domínios sejam marginalizados ou

¹⁹⁹ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 719.

²⁰⁰ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 720.

²⁰¹ Em *Por trás do laboratório secreto*, Fraser apresenta exemplos que ilustram sua posição. Como vimos anteriormente, o poder econômico está fragmentado do poder político nas sociedades capitalistas, sendo este último responsável, ao mesmo tempo, por atender às demandas do mercado e por garantir a estabilização social. Apesar de estar marcado pela lógica da mercantilização, o domínio político também abrange práticas e valores que se orientam para a ampliação democrática e a autodeterminação coletiva. Esses elementos, que divergem da racionalidade estritamente mercantil, carregam um potencial transformador. Cf. *Ibidem*.

²⁰² Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 721.

²⁰³ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, p. 44.

submetidos ao esgotamento — gerando novas formas de contradição e crises. Ao articular essas dimensões, a autora revela como o capitalismo se apropria de domínios como a reprodução social e o meio ambiente, fragmentando suas relações enquanto as unifica funcionalmente para manter sua hegemonia. Assim, cabe a nós investigar os “giros epistemológicos”, que se configuram na realização das condições de fundo do capitalismo.

Um dos giros epistemológicos explorados por Fraser²⁰⁴ decorre da separação institucional entre produção e reprodução social. Essa divisão não é arbitrária, pois, assim como a distinção entre proprietários e trabalhadores, ela resulta da ruptura com um mundo anterior, onde o trabalho feminino era reconhecido como parte essencial da sociedade.²⁰⁵ Essa cisão histórica é profundamente marcada pelo gênero, uma vez que a reprodução passa a ser associada às mulheres e ao âmbito doméstico, enquanto a produção, associada ao mercado formal, é vinculada aos homens, trabalhadores assalariados. No entanto, a leitura feminista amplia a compreensão sobre a reprodução, reconhecendo-a como uma dimensão essencial nas sociedades capitalistas, uma vez que o trabalho assalariado — estimado por gerar valor e permitir a extração de lucro pelo capitalista — não seria possível sem os trabalhadores, que não surgem de forma espontânea, mas dependem do cuidado, da subjetivação e da manutenção de seus lares, tarefas essas realizadas por meio do labor não remunerado de mulheres e corpos feminizados.

Fraser também ressalta que as fronteiras institucionais entre produção e reprodução não são imutáveis, mas se modificam conforme o contexto histórico do capitalismo.²⁰⁶ No período do Estado de bem-estar social, por exemplo, os serviços públicos desempenhavam um papel central nas áreas de educação, saúde e seguridade social nos países centrais, contribuindo para a divisão do ônus do cuidado e da manutenção dos sujeitos e de suas famílias. Com o advento do neoliberalismo, observou-se uma transformação significativa: os investimentos públicos nessas áreas foram progressivamente reduzidos, ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a integrar com maior intensidade o mercado formal de trabalho. Esse processo resultou na reconfiguração dos serviços de cuidado, que se tornaram mercantilizados para facilitar a inserção das mulheres na economia formal, mantendo, porém, a premissa de que alguém precisaria realizar esse trabalho pouco remunerado. A partir desse cenário, evidencia-se uma

²⁰⁴ FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx. *Direito & Práxis*, v. 6, n. 10, p. 704–728, 2015; FRASER, N. *Cannibal Capitalism: How Our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet – and What We Can Do About It*. New York: Verso, 2022a.

²⁰⁵ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 10.

²⁰⁶ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 714.

outra ordem de contradições nas sociedades capitalistas, capazes de gerar crises não de natureza intraeconômica, mas entre domínios — no caso específico, entre produção e reprodução.

O segundo giro epistemológico refere-se à separação entre sociedade e natureza, frequentemente abordada, em função da divisão disciplinar, pelas teorias ecossocialistas, que visam explicitar essa outra condição de fundo, agora centralizando o "parasitismo do capitalismo em relação à natureza".²⁰⁷ Para nossa autora, o estabelecimento do capitalismo exige a cisão entre dois domínios²⁰⁸: **i.** a sociedade humana, orientada para a produção de valor e para a satisfação das necessidades; **ii.** e a natureza, que é considerada uma fonte ilimitada de recursos, além de servir de “aterro sanitário” dos resíduos gerados pela produção. Essa dicotomia sustenta a concepção de que a natureza é um recurso disponível para exploração irrestrita, sendo apropriada sem a necessidade de reparação ou reposição, tratada como um elemento material e atemporal, enquanto a humanidade é vista “dignamente” em sua especificidade sociocultural e histórica. Além disso, essa institucionalização hierárquica rompe com um mundo anterior, no qual as relações entre a vida social e natural estavam mais integradas. De maneira análoga à reprodução social, a cisão entre sociedade e natureza é apropriada de forma peculiar no contexto neoliberal.²⁰⁹ Esse processo ultrapassa a mera mercantilização de recursos naturais preexistentes, como observado anteriormente a partir dos cercamentos de terras, e avança sobre os processos internos da natureza, mediante o emprego de novas tecnologias e mecanismos de mercado. Até mesmo iniciativas destinadas à proteção ambiental, como as compensações ambientais e as permissões de carbono, são transformadas em instrumentos de mercantilização, aprofundando as contradições e tendências de crise nas fronteiras entre sociedade e natureza.

Outro giro epistemológico apontado pela autora reside na investigação das bases políticas e normativas que viabilizam a consolidação do capitalismo como uma ordem social institucionalizada, dado que “o capitalismo é inconcebível, afinal, na ausência de um marco legal que estruture a iniciativa privada e a troca de mercado.”²¹⁰ Esse enfoque revela uma característica central que distingue o capitalismo de formas sociais anteriores: a separação formal entre política e economia. Essa divisão institucional cria fronteiras entre o “poder público e o privado, assim como entre a coerção política e a econômica.”²¹¹ Nesse arranjo, o capitalismo depende ativamente do Estado para assegurar os pilares de sua estrutura, como a

²⁰⁷ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p.715.

²⁰⁸ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 11.

²⁰⁹ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 12.

²¹⁰ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p.717.

²¹¹ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 715.

proteção da propriedade privada, a execução de contratos e a repressão a movimentos anticapitalistas. O Estado, portanto, não se limita a um papel de espectador, mas constitui uma peça indispensável na engrenagem do ordenamento social vigente. Sob a influência crescente do neoliberalismo, essa separação é ressignificada e aprofundada, uma vez que o poder estatal passa a ser mobilizado para expandir a mercantilização, por meio de privatizações e desregulamentações que favorecem o mercado, enquanto o discurso neoliberal reforça a ideia de que a economia é autônoma e desvinculada de intervenções políticas.

A dependência estrutural do mercado em relação ao Estado é feita opaca por essa narrativa, que redefine o papel estatal como um mero facilitador do capital, uma dinâmica que se torna ainda mais desafiadora quando se reconhece que, nessa fase do capitalismo, a economia se organiza de maneira global, transcendendo os limites de um Estado nacional. Como resultado, o neoliberalismo não apenas intensifica a divisão entre política e economia, mas também a instrumentaliza para consolidar o poder de barganha do mercado, aprofundando desigualdades e exacerbando crises. Vale frisar que, na teorização de Fraser, a crise política é uma espécie de “animal estranho”, pois a erosão do poder público gera repercussões nas demais condições de fundo. Para compreendermos esse efeito, é fundamental destacar que as contradições entre diferentes domínios alimentam “focos de conflito, conforme os atores se mobilizam para desafiar ou defender os limites estabelecidos.”²¹² Assim, podemos perceber que tais contradições se expressam politicamente e, portanto, são passíveis de superação democrática. Contudo, a erosão do poder público compromete as capacidades institucionais de mediar conflitos, dificultando a resolução desses arranjos de forma democrática e favorecendo, assim, que o mercado assuma a tomada dessas decisões.

O último giro epistemológico examina a expropriação, que se conecta diretamente à ampliação da teoria marxiana da acumulação primitiva.²¹³ Esse conceito abrange os processos históricos que transformaram os meios de produção em propriedade privada, possibilitando a concretização da acumulação baseada na exploração. Fraser caracteriza esse processo como “um relato um tanto violento, perpassado por roubo, desapropriação e expropriação.”²¹⁴ Cabe notar que a expropriação não figurava inicialmente no horizonte diagnóstico da autora em relação à crise multidimensional, sendo incorporada posteriormente na análise das condições de fundo, em contraste com o primeiro plano econômico, no qual categorias como “exploração”

²¹² Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 722.

²¹³ FRASER, N. Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson. *Critical Historical Studies*, v. 3, n. 1, 2016, pp. 166-169.

²¹⁴ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 44.

são destacadas. A inclusão da expropriação como condição estrutural do capitalismo decorre do esforço de conectar áreas não imediatamente associadas ao setor produtivo, ao mesmo tempo em que amplia a caracterização do ordenamento social vigente. Essa ampliação abrange, além da exploração do trabalho assalariado, uma forma de coerção que se manifesta nos corpos racializados e em uma geografia desigual que constitui o capitalismo globalizado. Vale ressaltar, ainda, que a autora examina a racialização no capitalismo a partir da perspectiva do marxismo negro, com ênfase nos diálogos estabelecidos com Michael Dawson, Robin Blackburn e W.E.B Du bois.²¹⁵

Assim como a separação entre produção e reprodução social é sustentada pela hierarquização de gênero, que adquire um caráter estrutural, o capitalismo também reforça a racialização e as geografias desiguais²¹⁶. Nessa linha, Fraser propõe que a estratégia de acumulação não seja compreendida apenas como um artefato da fase inicial do capitalismo, mas como um processo contínuo, dependente da expropriação para sua realização.²¹⁷ Como afirma a autora: “Marx penetrou por baixo do terreno oculto da exploração para escavar um domínio ainda mais obscurecido, ao qual denominei de expropriação.”²¹⁸ Em Marx, a exploração encapsula um processo no qual o capitalista extrai valor, o lucro, do trabalho humano por meio de contratos de trabalho que se apresentam como transações “livres”. Embora o trabalhador seja remunerado, sua atividade gera um valor superior à compensação pelo tempo de trabalho que lhe é pago, sendo essa diferença apropriada. Por outro lado, a expropriação é um processo que não incorpora as sutilezas ideológicas da troca contratual, sendo caracterizada pela brutalidade com a qual diferentes elementos como terra, trabalho e até corpos humanos são confiscados, fornecendo os meios de produção e os recursos necessários para realização da exploração. Consequentemente, para nossa autora, tanto a expropriação quanto a exploração são “indispensáveis à acumulação de capital, e a primeira depende da segunda, de modo que não se pode ter exploração sem expropriação.”²¹⁹

Nesse sentido, a expropriação configura uma violência direta contra aqueles despojados de suas condições de vida e trabalho — não remunerado —, enquanto os trabalhadores assalariados explorados, embora subjugados, ainda preservam uma proteção jurídica formal.

²¹⁵ Em nosso trabalho, enfatizamos as influências da Teoria Crítica e das Teorias feministas no pensamento recente de Fraser. Por essa razão, não abordaremos detalhadamente a influência do marxismo negro em sua teorização, embora seu destaque tenha aumentado em artigos recentes e na publicação de *Cannibal Capitalism*, dedicada a Rahel Jaeggi e Robin Blackburn.

²¹⁶ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 57.

²¹⁷ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 36.

²¹⁸ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 57.

²¹⁹ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 58.

No entanto, a autora sustenta que a expropriação não se limita a uma questão econômica, mas assume uma dimensão política. Aqueles sujeitos submetidos à expropriação estão envolvidos em um processo de coerção ou dependência que os torna vulneráveis, sem direitos efetivos, suprimindo as condições de possibilidade de reivindicação de proteção ao Estado, ou seja, de participação política adequada, resultando em marginalização social e maior exposição a violência.²²⁰ No quadro histórico do colonialismo, nas sociedades escravistas, as populações negras e indígenas foram privadas não apenas de seus recursos e terras, mas também de seus direitos.²²¹ Essa distinção de *status* é reforçada politicamente, pois a expropriação direta de certos grupos é legitimada por sistemas de poder que racializam a sociedade.²²² Assim, a *raça*²²³ surge como um marcador social e político, empregada para distinguir aqueles que estão sujeitos à exploração dos que são permanentemente expropriados. Nesse processo, a ideia de *raça* torna-se parte operativa da hierarquização entre diferentes formas de opressão, ocupando uma posição central na organização das relações sociais dentro do capitalismo.

Sob esse ângulo, a expropriação destaca a necessidade de uma “subclasse” de indivíduos expropriados, desprovidos do *status* de “sujeitos de direitos”, para sustentar o reconhecimento de uma classe trabalhadora explorada.²²⁴ Contudo, as dinâmicas de racialização vão além “do quadro nacional”²²⁵, constituindo-se como uma “linha de cor global.”²²⁶ Historicamente, essa lógica se materializou nas periferias do sistema capitalista, com as potências centrais — coloniais e imperialistas — lucrando com a exploração. Entretanto, a divisão entre centro e periferia não se reduz à economia, mas também envolve uma “geografia racializada”, onde *raça* e classe estão profundamente conectadas. Na contemporaneidade, marcada pelo capitalismo financeirizado, essas relações se modificam²²⁷: as indústrias migram para a periferia em busca de custos mais baixos, transferindo a lógica de exploração para essas regiões, onde os trabalhadores, antes expropriados, passam a estar sujeitos aos baixos salários da economia

²²⁰ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 58.

²²¹ BLACKBURN, R. Debates on slavery, capitalism and race: old and new. In: BARGU, B.; BOTTICI, C. (org.). *Feminism, capitalism and critique: essays in honor of Nancy Fraser*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017, p. 49.

²²² Nossa autora enfatiza que o Estado desempenha um papel crucial nesse processo, evidenciando as imbricações institucionais ao destacar que a racialização da sociedade constitui um elemento essencial para a acumulação capitalista, que também afeta normativamente a crítica, vide a diferenciação de *status*. Cf. Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 59.

²²³ Em seus textos, Fraser (2015, 2016, 2020a, 2022a) utiliza *raça* entre aspas para destacar que esse termo não se refere a uma demarcação ou hierarquização natural, mas sim a uma construção fabricada nos termos de uma dominação que se desdobra na economia, na política e na geografia desigual global. Nós utilizamos *raça* em itálico, ao longo do trabalho, para emular esse gesto.

²²⁴ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 61.

²²⁵ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 59.

²²⁶ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 36.

²²⁷ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 127-128.

formal. Simultaneamente, elementos típicos da expropriação são transferidos para os países centrais, por meio de um “conjunto estonteante de empréstimos destinados a engordar investidores e a expropriar trabalhadores-cidadãos de todas as cores.”²²⁸

O percurso de Fraser em relação à expropriação nos possibilita reavaliar algumas implicações dessa noção em sua teorização, tanto em termos heurísticos, no que concerne à crise, quanto explicativos, no que diz respeito à perspectiva estrutural e de ação social em seu pensamento. Podemos observar a imbricação entre as crises política, ecológica, social e reprodutiva a partir da expropriação racializada, uma vez que o capital depende de poderes públicos nacionais e transnacionais para garantir acesso a recursos e trabalho explorado em zonas racializadas pelas “linhas de cor”. Há também uma dependência em relação a zonas “periféricas” para o despejo de resíduos tóxicos e o fornecimento de trabalho de cuidado mal remunerado, frequentemente realizado por mulheres racializadas e imigrantes. Essa sequência de exemplos, apresentados pela própria autora em *Cannibal Capitalism*²²⁹, afirma que a crise não pode ser compreendida em sua profundidade por meio de uma crítica monovalente, seja ela ecológica, racial ou feminista. É necessário integrar perspectivas outrora fragmentadas em um quadro analítico amplo, capaz de revelar suas implicações, que são impulsionadas por uma única ordem social institucionalizada: o capitalismo.

Em termos estruturais, a expropriação e a reprodução social evidenciam que as hierarquizações de *raça* e de gênero são componentes indispensáveis à sustentação do capital. Essa perspectiva permite compreender que, embora Fraser, seguindo a linha habermasiana, destaque que as sociedades capitalistas organizadas exigem uma mobilização teórica que vá além da posição dos sujeitos frente ao setor produtivo, não se pode ignorar as clivagens e hierarquias que estruturam o ordenamento capitalista. Nesse contexto, sua análise não se limita à dominação de uma classe por outra, mas também abarca formas de coerção vinculadas ao gênero e à *raça*, ampliando a compreensão das relações de poder no capitalismo.²³⁰ Em palestras realizadas em 2022, em homenagem a Walter Benjamin, Fraser explorou as dinâmicas complexas do trabalho nas sociedades capitalistas. Segundo a autora, essas sociedades dependem de três faces do trabalho: o explorado, o expropriado e o domesticado.²³¹

²²⁸ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 127.

²²⁹ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 16.

²³⁰ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 130-131.

²³¹ O conteúdo da ampliação de Fraser das categorias “trabalho” e “luta dos trabalhadores” ainda não foi formalmente publicado, tendo sido abordado em comunicações — há em *Capitalismo em debate* já uma preocupação com a ampliação de sentido da “luta de classes”. As *Benjamin Lectures* nos apresentam essas ideias em desenvolvimento, inspiradas por Du Bois, por meio de uma comunicação dividida em três partes, intitulada *Three Faces of Capitalist Labor: Uncovering the Hidden Ties among Gender, Race and Class*.

Partindo de questões como o que conta como trabalho? O que conta como luta de trabalhadores? Fraser desafia a visão tradicional do trabalho, que se limita ao setor produtivo. Em seu argumento, o foco crítico deve deslocar-se para a coerção e a violência que permeiam formas de trabalho não livre (*unfree labor*), frequentemente invisibilizadas pelas análises convencionais. Essas três faces do trabalho revelam dimensões interseccionais cruciais para a sustentação do capitalismo. O trabalho explorado, central na lógica produtiva, está relacionado à extração de mais-valor; o trabalho expropriado, associado a marcadores raciais, evidencia o espólio e a violência estrutural dirigidos a grupos racializados; e o trabalho domesticado, vinculado a marcadores de gênero, é naturalizado e frequentemente remunerado de forma simbólica, na “moeda do amor”.²³² Com isso, Fraser expõe como as sociedades capitalistas se estruturam a partir de relações interligadas de gênero, *raça* e classe, enquanto ocultam as dinâmicas subjacentes que poderiam ser reconhecidas como formas de luta dos trabalhadores. No livro *Capitalismo em Debate*, Fraser sublinha a importância de compreender a dependência do capitalismo em relação às hierarquias de gênero e *raça*, argumentando que essas dinâmicas devem ser analisadas como partes integrantes do sistema capitalista, e não como fenômenos autônomos:

Embora a “diferença racial”, como a compreendemos agora, possa ter algumas afinidades com formas anteriores de preconceito por cor, só tomou sua aparência supremacista branca moderna e imperialista no capitalismo, por meio da separação entre exploração e expropriação. Sem essas duas divisões e as formas de subjetivação que as acompanham, nem a dominação racial nem a de gênero existiriam de modo parecido com as atuais [...] a conclusão parece inescapável: se o capitalismo requer que produção e exploração sejam respectivamente separadas da reprodução e da expropriação, bem como que as funções destas sejam atribuídas a classes separadas e distintas de pessoas, designadas para esse propósito, ele não pode ser desvinculado das opressões de gênero e racial.²³³

Embora seja um ponto importante, a relação entre expropriação e reprodução social ultrapassa a análise do trabalho ou da exploração/expropriação do trabalho não livre.²³⁴ Para

²³² FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. Tradução de J. I. R. de Sousa Filho. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 53, 2020b, p. 265.

²³³ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 130-131.

²³⁴ Essa semelhança no tratamento da reprodução social e da expropriação pode gerar confusão, especialmente porque, em outro momento, destaquei que a expropriação — concebida por Fraser como um quarto “terreno oculto” — não fazia parte de seus esforços iniciais, que indicavam uma estruturação institucional triádica (reprodução social, política e natureza). Neste segundo capítulo, abordamos a teoria do capitalismo da autora, na qual a referência a essa quarta esfera se torna explícita. Assim, a similaridade entre reprodução social e expropriação tem razão de ser: ambas revelam uma estratificação entre tipos de trabalho e trabalhadores, cada qual com suas especificidades. Há, no entanto, uma diferença crucial. A reprodução social pode ser vista como uma divisão historicamente determinada das sociedades capitalistas, que, embora artificial, constitui a condição de possibilidade dessas formações. Além disso, ela é tomada como mundo-da-vida devido sua dimensão intersubjetiva, de modo que mesmo em sociedades emancipadas é necessário refletir sobre seu estatuto, sem eliminá-la. Esse contraponto positivo não se aplica à expropriação, que não possui equivalente afirmativo em sociedades emancipadas.

compreendê-la de forma mais ampla, é necessário recorrer a uma crítica interna ao capitalismo, associada à reflexão normativa, a fim de identificar como essas hierarquias se refletem em papéis sociais e formas de injustiças que perpassam o ordenamento social capitalista. Nesse sentido, a contribuição de Fraser inclui a análise da “tendência de que grupos de pessoas sejam “feminilizados e/ou racializados, sujeitos à dominação de gênero ou racial”.²³⁵ Em *Capitalismo em Debate*, Nancy Fraser e Rahel Jaeggi introduzem a reflexão ético-estrutural como uma ferramenta analítica destinada a superar as limitações do “normativismo independente”. Essa abordagem propõe que as injustiças sociais, como as relacionadas ao gênero e à *raça*, não são fenômenos isolados, mas estão profundamente enraizadas nas estruturas do capitalismo. Embora o capitalismo promova uma aparente diversidade e amplie liberdades individuais, ele falha estruturalmente em garantir igualdade, seja em termos distributivos ou de participação política. Esse “pluralismo vazio”²³⁶ reforça hierarquias sociais e perpetua papéis predeterminados, como a socialização de corpos feminizados para o cuidado ou a expropriação e superexploração de corpos racializados. Os estigmas e estereótipos impostos a esses grupos não podem ser resolvidos exclusivamente por meio da crítica à dominação cultural; é necessário investigar as causas materiais que sustentam essas desigualdades e superar o separatismo crítico.

Em síntese, nossa autora demonstra que, ao longo das distintas fases históricas do capitalismo, a sociedade foi institucionalmente organizada de forma a favorecer e perpetuar os interesses da classe capitalista. Essa configuração não apenas assegurou à classe dominante o controle sobre o trabalho produtivo assalariado, mas também possibilitou a apropriação, de maneira exploratória, do trabalho reprodutivo, assim como de estratégias de racialização. Tal organização estrutural foi respaldada juridicamente, a partir do suporte estatal e aceitação social, consolidando amplas redes de dominação. Nas palavras de Fraser, em *Capitalismo em Debate*:

Todo o objetivo de expor terrenos ocultos adicionais, para além daquela enfatizada por Marx, foi mostrar que as formas de opressão que eles englobam – subordinação de gênero e de *raça*, imperialismo e dominação política, depredação ecológica – são características estruturais inerentes à sociedade capitalista, tão profundas quanto a dominação de classe. Todo o objetivo de meu argumento é refutar a visão de que só a classe é estrutural.²³⁷

O desafio, portanto, está em expandir não apenas as categorias de “trabalho” e “exploração”, mas também a própria compreensão da dominação e das diversas formas de sua

²³⁵ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 131.

²³⁶ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 206.

²³⁷ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 128.

institucionalização. Essa ampliação tem implicações significativas para a ação social, uma vez que a coerção não se limita à subordinação de uma classe por outra, baseada na contradição intraeconômica do capital. É igualmente crucial enfrentar as formas de coerção que decorrem da institucionalização cisionada das condições de fundo, entre sociedade e natureza; produção e reprodução social; política e economia; exploração e expropriação. Dessa forma, delineia-se uma abordagem mais ampla e profunda das contradições que sustentam a ordem social capitalista, ao mesmo tempo em que se abrem novas possibilidades de articulação entre diferentes atores sociais, capazes de desafiar e reconfigurar as formas hegemônicas de organização social.

3.3 NOVAS FRONTEIRAS DAS LUTAS SOCIAIS

As transformações associadas à globalização neoliberal têm reconfigurado o debate em torno da crítica ao capitalismo. Embora a teoria marxista das lutas de classes continue a oferecer uma base sólida para a compreensão dos conflitos estruturais do capitalismo, tornou-se imperativo revisitar seus pressupostos e dialogar com outras tradições teóricas. Nesse quadro, ideias oriundas de Karl Polanyi, especialmente sua crítica à comodificação, voltaram ao centro das análises, sendo amplamente mobilizadas para interpretar os impactos da expansão desregulada dos mercados sobre as diversas esferas da vida social.²³⁸ Essa reapropriação do pensamento polanyiano reflete um esforço mais amplo de Nancy Fraser, que busca articular a crítica marxiana intraeconômica a novas formas de conflito social, explorando as interseções entre economia e sociedade. O horizonte ampliado que orienta sua abordagem alinha-se, em termos de ação social, à recusa de perspectivas teóricas que postulam uma “contradição primária”²³⁹ como eixo exclusivo da crítica.

Uma das grandes contribuições do autor de *A Grande Transformação*²⁴⁰ é sua crítica às falácias economicistas perpetuadas pelos economistas clássicos, que atribuem naturalidade ao mercado ao “projetar as relações sociais mais modernas sobre o passado remoto.”²⁴¹ Polanyi desafia essa concepção ao desobliterar a ideia do mercado como uma entidade espontânea e

²³⁸ Além de Fraser (2011a; 2012; 2019), o já mencionado sociólogo Michael Burawoy também desenvolve uma reflexão recente sobre a crise, suas imbricações e o resgate do pensamento de Polanyi. Ver: BURAWOY, M. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies. *Global Labour Journal*, v. 1, n. 2, maio de 2010.

²³⁹ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 128.

²⁴⁰ POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

²⁴¹ FLECK, A. Revisitar Polanyi? Notas sobre uma tentativa de atualização crítica. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 21, n. 36, 2015, p. 300.

autorregulada, recorrendo à perspectiva antropológica das trocas econômicas. Sua análise procura demonstrar que, embora os mercados tenham existido em contextos históricos anteriores, a sociedade de mercado, tal como configurada no capitalismo liberal-concorrencial do século XIX, representa uma formação social inédita. Nesse contexto, seu mérito está em investigar essa transformação não sob uma ótica econômica, mas através das tensões entre o mercado e a sociedade. Nas sociedades pré-capitalistas, o mercado permanecia subordinado a instituições e normas sociais; já no capitalismo, o mercado adquire uma autonomia progressiva, desarticulando formas tradicionais de organização e assumindo uma posição central na vida social.

Esse processo reverbera a distinção polanyiana entre duas tendências do mercado: a da incrustação (*embeddedness*) e a da desincrustação ou desenraizamento (*disembeddedness*).²⁴² No primeiro caso, o mercado opera dentro de limites estabelecidos pela sociedade, sujeitando-se a regulações que preservam certos princípios sociais e produtivos. No segundo, o mercado busca emancipar-se dessas restrições, promovendo uma mercadorização cada vez mais ampla das relações sociais, em um comportamento autômato. Para Polanyi²⁴³, a regulação eficaz do mercado não depende de mecanismos externos, mas deve emergir da própria ação coletiva da sociedade, de modo a reabsorver a economia dentro de um contexto social mais amplo e orientado pelo motivo da subsistência. O que fundamenta a desincrustação, por sua vez, é a “mercadorização fictícia” de elementos que não estavam subsumidos à lógica da troca de mercadorias, como discutido anteriormente. Contudo, o processo de mercadorização não abrange toda a vida social; à medida que avança, surge uma resposta ativa da sociedade, dando início ao que o autor conceituou como “duplo movimento”: mercado e proteção social. Esse conceito busca englobar as tensões entre sociedade e mercado, nas quais, de um lado, o mercado tende a desestabilizar a sociedade, enquanto, do outro, a sociedade reage para se proteger do avanço da commodificação.

²⁴² Amaro Fleck oferece uma contribuição importante sobre a tradução do conceito polanyano (*disembeddedness*), que utilizamos, sugerindo que a tradução mais adequada seria “desincrustação” ao invés do corrente “desenraizamento”. Além disso, o comentador identifica uma ambiguidade conceitual no próprio Polanyi em relação ao termo “desincrustação/desenraizamento”. Em um sentido, Polanyi poderia estar defendendo a regulamentação da economia, o que não implica um abandono do mercado e do lucro, mas sim a priorização das necessidades humanas. No segundo sentido, Polanyi estaria propondo uma crítica mais ampla e anticapitalista, argumentando que o mercado deve ser subordinado democraticamente a uma instância externa, que não a do lucro. Cf. Fleck (2014), *Revisitar Polanyi?* pp. 298; 303-305.

²⁴³ Como pode ser observado a partir da identificação de Fleck sobre a ambiguidade no pensamento de Polanyi, as interpretações de sua obra podem variar. Aqui, destacamos uma interpretação que pode ser chamada de “Polanyi rígido” (*hard Polanyi*), a qual enfatiza o comprometimento do autor com um destino anticapitalista mais amplo. Ver: DALE, G. Social democracy, embeddedness and decommodification: on the conceptual innovations and intellectual affiliations of Karl Polanyi. *New Political Economy*, v. 15, n. 3, p. 369–393, set. 2010.

Na perspectiva marxiana, as classes trabalhadoras são conectadas pela exploração comum de seus corpos e relações sociais, procurando dar conta dessas implicações nas fábricas, cidades e nações distintas. Em contraste, Polanyi nos apresenta a visão de um “sujeito histórico” que vai além da simples imposição das dinâmicas do setor produtivo e da exploração econômica. Para o autor, esse “sujeito” engloba a sociedade que vivencia as contradições sociais e ambientais geradas pela comodificação da vida. Sob esse ponto de vista, o contramovimento em torno da proteção social inova ao revelar uma “experiência do mercado como distinta da experiência da produção.”²⁴⁴ Essa contribuição de Polanyi permite que nossa autora adote uma abordagem funcionalista de um tipo particular, assim como permite a consideração de uma nova forma de conflito, as “lutas de fronteira” (*Boundary Struggles*).

Em *Por trás do laboratório secreto*, Fraser estabelece as condições de possibilidade de fundo — política, natureza, reprodução social e expropriação — como elementos fundamentais que sustentam a “história econômica oficial” do capitalismo, sendo, portanto, funcionais para a acumulação de capital. Não obstante, esse momento estrutural coexiste com outro, que emerge desses mesmos terrenos ocultos enquanto “reservas de normatividade não econômica.”²⁴⁵ Embora esses domínios viabilizem a produção de mercadorias, eles não estão inteiramente subordinados à forma-mercadoria, preservando características próprias que podem entrar em tensão com a lógica da comodificação. Em vista disso, os sujeitos, atravessados por essas múltiplas dimensões do capitalismo, podem “confrontar diferentes sistemas de valores e princípios”²⁴⁶ a partir de sua posição frente à economia. Assim, é possível perceber que nossa autora amplia o escopo das lutas sociais, pois o confronto entre o mercado e os domínios não mercantilizados pode, ou não, estar vinculado ao conflito intraeconômico. Isso ocorre porque a experiência com o mercado não se restringe ao setor produtivo, onde se manifesta, por exemplo, a exploração do trabalho — e, portanto, a extração do lucro e o desemprego.

Em tempos de crise, as contradições entre diferentes domínios se intensificam, tornando-se catalisadoras de novas perspectivas críticas e políticas. À medida que as barreiras institucionais, que mantêm as distintas normatividades dos terrenos ocultos fragmentadas, se enfraquecem, abre-se espaço para a contestação das fronteiras que estruturam a ordem social capitalista. Essa forma de crítica, embora enraizada no sistema, pode apontar para alternativas que escapam à lógica da mercantilização. Entretanto, como adverte Fraser, é preciso evitar uma

²⁴⁴ POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 306.

²⁴⁵ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p.724.

²⁴⁶ *Ibidem*.

visão idealizada da normatividade diferenciada das condições de fundo, como se elas fossem externas ao sistema, pré-capitalistas ou inerentemente anticapitalistas.²⁴⁷ Mesmo iniciativas progressistas que reivindicam uma economia mais solidária, baseada nos comuns ou ecologicamente situada remetem a ideais normativos presentes nas condições de fundo que, além de seu potencial crítico, fazem parte da organização social capitalista. Ignorar essa dupla qualificação — ou seja, o fato de que as condições de fundo são normativamente diferenciadas, mas, ao mesmo tempo, integradas à institucionalização capitalista — pode obscurecer a compreensão de que, mesmo projetos com aspirações emancipatórias, podem acabar “reciclando estereótipos capitalistas”²⁴⁸, de modo que, em vez de desafiar a ordem social instituída pelo capitalismo, acabam por reproduzi-la.

Compreender a crise em sua multidimensionalidade — e, por extensão, a própria lógica do capitalismo — requer uma reflexão crítica que combine a análise interna do sistema com uma abordagem normativa das condições de fundo. Esse exercício, ao tensionar as contradições existentes e superar a fragmentação imposta pela institucionalização, permite uma visão mais ampla da complexidade capitalista.²⁴⁹ Afinal, “nenhum desses reinos ‘não econômicos’ consegue sustentar um ponto de vista completamente externo” por si só.²⁵⁰ As lutas que ocorrem nos “terrenos ocultos” do capitalismo são, por sua vez, denominadas pela autora como lutas de fronteira.²⁵¹ No já citado *Por que dois “Karls” é melhor que um*, Fraser afirma que essas lutas emergem dos conflitos que surgem ao redor da “existência, caráter e localização”²⁵² das fronteiras institucionais que estruturam o capitalismo, como as divisões entre Estado e mercado, produção e reprodução, e sociedade e natureza. Esses limites não são fixos; ao contrário, são constantemente (re)definidos tanto por interesses do mercado, quanto pelos atores sociais, especialmente em períodos de crise.

Nesse sentido, o conceito de duplo movimento, formulado por Polanyi, contribui para a compreensão dos conflitos sociais em torno das fronteiras institucionalizadas do capitalismo. Embora o autor não tenha utilizado o termo “lutas de fronteira”²⁵³, sua análise evidencia que a expansão do mercado nunca ocorre sem resistência. O avanço da comodificação — que não é autônomo, mas respaldado institucionalmente, assumindo diferentes formas conforme o contexto histórico e as necessidades de reestruturação capitalista —, ao ameaçar distintos

²⁴⁷ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, pp. 724-725.

²⁴⁸ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 725.

²⁴⁹ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 727.

²⁵⁰ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 725.

²⁵¹ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 187.

²⁵² Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, p. 7.

²⁵³ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, p. 7.

domínios da vida, gera mobilizações que contestam essas transformações e, em certos casos, conseguem redefinir o próprio arranjo institucional do sistema. Essas lutas vão além da disputa pela redistribuição de recursos, pois questionam a própria organização do capitalismo. Por isso, longe de serem secundárias, elas desempenham um papel tão fundamental quanto as lutas de classe.

A recusa de Fraser à noção de uma “contradição primária”, conforme abordado no início desta seção, é central para sua proposta de ampliar a compreensão das lutas sociais. Para a autora, o reconhecimento das lutas de fronteira não significa um afastamento das contribuições cruciais da análise sistêmica das dinâmicas de exploração e acumulação presentes na luta de classes.²⁵⁴ No quadro teórico de nossa autora, essas lutas não são antitéticas, mas se complementam. Em *Capitalismo em Debate*, Fraser defende uma visão “biperspectiva”²⁵⁵ das lutas sociais, pois elas não se expressam de forma linear, mas refletem a complexidade do capitalismo, manifestando características tanto da luta de classes quanto das lutas de fronteira. A separação entre essas duas formas de contestação, portanto, é essencialmente analítica.

O uso do termo “lutas de fronteira” busca enfatizar as disputas amplas que surgem a partir das separações institucionais. A luta de classes²⁵⁶, à qual Fraser subscreve, não se limita aos contornos distributivos do trabalho assalariado, mas se expande para incluir o trabalho não pago e expropriado, abrangendo também a reprodução social. Essas lutas se entrelaçam institucionalmente com as lutas de fronteira, especialmente na contestação das hierarquias de gênero, *raça* e opressão imperial. Para a autora, portanto, prevalece um conceito expandido de luta de classes, que, por sua vez, foca nas hierarquizações sociais e nas assimetrias de poder. Portanto, assim como a multidimensionalidade da crise exige uma abordagem que vá além da crítica monovalente, também não podemos compreender os “desejos e as lutas de uma época”²⁵⁷ tomando apenas uma forma de contestação como suficiente. Nas palavras da autora:

Em muitos casos, senão em todos, uma mesma luta social pode ser vista produtivamente das duas perspectivas [...] vê-la exclusivamente pelas lentes da classe (ou mesmo das de gênero ou de *raça*) é não enxergar as características estruturais-institucionais subjacentes das sociedades capitalistas, com as quais a dominação está entrelaçada e por meio das quais é organizada. Mas o inverso também é verdadeiro. Ver tal luta apenas da perspectiva de fronteira é não enxergar as linhas sociais problemáticas e as relações de dominação originadas por essas divisões institucionais.²⁵⁸

²⁵⁴ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, p. 8.

²⁵⁵ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 188.

²⁵⁶ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 188-189.

²⁵⁷ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 188.

²⁵⁸ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 188.

A visão ampliada das lutas sociais proposta por Fraser, apesar de ser promissora para compreender as complexidades do capitalismo, enfrenta desafios significativos. Isso ocorre porque os dois “Karls” — Marx e Polanyi — não fornecem um guia claro para integrar as duas formas de luta identificadas como fundamentais nas sociedades capitalistas: a luta de classes e as lutas de fronteira.²⁵⁹ De um lado, temos a identificação plural de conflitos sociais com raízes estruturais, que podem responder à crise e contribuir para uma análise de possibilidades emancipatórias. Porém, essas lutas não se alinham de maneira harmoniosa em torno de uma gramática comum, como a luta de classes sugeriria.²⁶⁰ Esse desafio é particularmente relevante quando analisado a partir da penúltima subseção de nosso primeiro capítulo, onde destacamos que o potencial contra hegemônico das lutas sociais identificado pela autora envolve a construção de um “senso comum” capaz de confrontar a hegemonia capitalista.

Embora seu diagnóstico tenha apontado para uma crise de legitimidade do “neoliberalismo progressista” como corrente política e, em última instância, do próprio neoliberalismo, as dificuldades em estabelecer essa conexão permanecem. Ainda não contamos com uma análise sistemática sobre como efetivar essa integração, mas nossa autora sugere que as lutas de classes, assim como as de fronteira, são “lutas no [capitalismo], ao redor do [capitalismo] e, em alguns casos, contra o próprio capitalismo”, e que, nesse último caso, “se compreenderem [a si mesmas] nestes termos, estas lutas podem de fato cooperar.”²⁶¹ Nesse sentido, a comunhão entre a luta de classes e a luta de fronteiras exige a construção de uma gramática comum que permita articular suas diferentes reivindicações em torno de um horizonte anticapitalista. Isso implica não apenas reconhecer suas interseções estruturais, mas também fomentar alianças capazes de traduzir demandas plurais em um projeto político compartilhado. Sem essa elaboração conjunta, corre-se o risco de fragmentação, dificultando a consolidação de uma alternativa contra hegemônica. A chave, portanto, está em articular essas lutas de modo que sua convergência não seja apenas circunstancial, mas orientada por um propósito transformador.

A urgência da construção de uma coalizão anticapitalista pode ser compreendida a partir da análise de Fraser em *Cannibal Capitalism*, onde a autora sustenta que as crises contemporâneas resultam da canibalização das próprias bases que sustentam a vida social. Diante da multidimensionalidade da crise, enfrentar as contradições do capitalismo exige não apenas reformas econômicas pontuais, mas uma reavaliação abrangente do sistema e de suas

²⁵⁹ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, p. 8.

²⁶⁰ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 187.

²⁶¹ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto*, p. 728

relações estruturais.²⁶² Nesse sentido, Fraser caracteriza o capitalismo canibal como um sistema que vai além da esfera econômica, operando por meio de uma lógica predatória que corrói suas próprias bases. Ainda que o sistema dependa de arranjos sociais e institucionais para sua reprodução, ele os degrada continuamente, comprometendo sua funcionalidade e inviabilizando qualquer estabilidade duradoura. Para romper esse ciclo destrutivo, a autora defende a superação da ilusão da economia autorregulada — reforçada pelo neoliberalismo — e sua reintegração às dinâmicas políticas e sociais, garantindo que esteja submetida à deliberação coletiva e democrática.

A crise de legitimação do modelo neoliberal, embora ofereça alguma esperança no que tange à perspectiva emancipatória, também gera um cenário de grande incerteza sobre a substituição desse modelo capitalista e os rumos políticos a seguir, podendo, inclusive, conduzir a caminhos regressivos, como evidenciado pelo fortalecimento da extrema direita. No entanto, a autora propõe uma visão renovada de socialismo para o século XXI, com o desafio de superar um sistema que, tal como "o ouroboros, devora a própria cauda."²⁶³ O socialismo que defende, tanto em sua análise crítica quanto como intelectual pública, vai além da superação da dominação de classe e da exploração, abrangendo também as desigualdades de gênero, *raça* e outras formas de opressão, bem como as estruturas institucionais que as sustentam. Para sua viabilidade, é essencial transformar as dinâmicas de poder e ampliar o conceito de democracia, não apenas democratizando o espaço político, mas também as próprias bases do que é considerado "político".²⁶⁴ Isso implica, de forma concreta, estabelecer um controle coletivo e democrático sobre os recursos e a riqueza gerada pela sociedade, rompendo com a lógica dos mercados que concentram poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite, enquanto negligenciam as necessidades da maioria.²⁶⁵

Até o momento, analisamos a ampliação do conceito de lutas sociais, suas possíveis imbricações e os termos nos quais a autora pretende desenvolver sua teorização, ancorada em um horizonte socialista democrático. Resta, portanto, questionar quais são as perspectivas emancipatórias vislumbradas nas lutas sociais e qual o papel da crítica nesse contexto. Nesse sentido, se anteriormente identificamos deficiências na formulação do conceito de "mercadorização fictícia" em nível estrutural, também devemos reavaliar os limites do duplo movimento no que concerne à ação social. Fraser adverte que, embora o duplo movimento de

²⁶² Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 148.

²⁶³ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 150 tradução nossa.

²⁶⁴ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 151.

²⁶⁵ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 154.

Polanyi forneça uma base para compreender a dinâmica da mercantilização capitalista, a caracterização de um embate entre mercado e sociedade ativa não é suficiente para abarcar a complexidade das lutas sociais contemporâneas. As limitações do duplo movimento residem, em parte, em suas implicações normativas problemáticas.²⁶⁶ Ao contrapor mercantilização e proteção social, a teoria de Polanyi sugere uma oposição entre uma economia predatória e uma sociedade acolhedora, desconsiderando que a própria sociedade abriga formas arraigadas de opressão, como o sexismo e o racismo. A aceitação dessas hierarquizações revela que uma sociedade aparentemente autônoma, orientada por seus próprios interesses, falha em captar a complexidade dos vínculos e das persistências hierárquicas que estruturam seu tecido.

Assim, o que se apresenta como “próprio” ao interesse social dialoga com uma heterogênea gama de fatores que não apenas devem ser desdobrados em suas especificidades, mas também teorizados em suas contradições — seus ganhos e limites. Para explicar essa persistência, podemos considerar diversas implicações, que vão desde a influência de formas pré-capitalistas de organização e a internalização das dinâmicas mercantis, até as limitações das lutas sociais em articular um horizonte unificado de oposição à mercantilização. Nossa autora, logo em seus primeiros escritos sobre a temática, se ocupou desses dois últimos fatores, respectivamente, no artigo *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*²⁶⁷ e em *A triple moviment? Parsing the politics of crisis after Polanyi*. Além disso, a ênfase na estabilidade social pode obscurecer o potencial emancipatório da mercantilização, que, em alguns contextos, contribui para desestabilizar estruturas tradicionais de opressão. Um exemplo disso é que, com a ascensão do neoliberalismo, a inserção das mulheres no mercado formal tornou mais evidente a importância de seu trabalho, rompendo, ao menos parcialmente, com sua restrição ao âmbito privado.²⁶⁸

Outro fator relevante refere-se à dificuldade de tradução dos novos movimentos sociais pelo duplo movimento, visto que muitas lutas não se encaixam bem na dicotomia entre mercantilização e proteção social. Fraser utiliza como exemplo os movimentos abolicionistas, feministas e anti-coloniais²⁶⁹, que desafiavam formas hierárquicas de proteção social que restringiam determinados grupos, ao mesmo tempo em que rejeitavam as dinâmicas opressivas

²⁶⁶ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, p. 8.

²⁶⁷ FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História. Tradução de Anselmo da Costa; Sávio Cavalcante. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, p. 11–13, 2009[FRASER, N. Feminism, capitalism and the cunning of history. *New Left Review*, n. 56, Mar./Apr. 2009].

²⁶⁸ Esse avanço não é sem ambivalência, como veremos em nosso último capítulo.

²⁶⁹ Se considerarmos a expansão do terreno oculto marxiano realizada pela autora, que leva em conta a reprodução social e a expropriação, veremos que esses movimentos são estruturalmente relevantes, mas não receberam muita atenção de Polanyi. Cf. Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, pp. 8-9.

do mercado autorregulado. Em vez de se alinharem aos polos singulares do duplo movimento, as lutas sociais adotaram uma terceira posição, voltada para a emancipação e a superação da dominação em ambos os polos. Desse modo, ao oscilar suas alianças táticas entre abordagens protecionistas e mercantilizadoras, as lutas contemporâneas revelam os limites da análise de Polanyi, que não captura plenamente a complexidade de suas reivindicações. A proposta aventada pela autora, portanto, é transformar o duplo movimento em um triplo movimento, compreendendo: a mercantilização, a proteção social e a emancipação.²⁷⁰ Nas palavras de Fraser:

Os conceitos de lutas de fronteira e do movimento triplo oferecem correções aos pontos cegos de ambos esses autores [Marx e Polanyi]. Ao introduzir as lutas de fronteira, supera-se o essencialismo de classe de Marx e se valida a compreensão mais expansiva de Polanyi sobre a luta anticapitalista. Ao introduzir o movimento triplo, supera-se as tendências comunitárias de Polanyi e se valida a concepção mais robusta de emancipação de Marx.²⁷¹

No já citado artigo de Anne Reichold, *Structures of Normativity in Nancy Fraser's Critical Theory of Crisis*, a autora identifica que a tarefa emancipatória, na teorização recente de Fraser, não está apenas no nível da ação social, mas também é atribuída à própria Teoria Crítica.²⁷² No nível transformativo, as estruturas normativas da contribuição de nossa autora correspondem à necessidade de reunir reivindicações fragmentadas dentro dos movimentos sociais em um *corpus* teórico unificado, capaz de ir além da “fragmentação normativa.”²⁷³ No artigo *Can Society Be Commodities All the Way Down?* Fraser afirma que uma teoria crítica atenta à crise multidimensional exige uma “perspectiva normativa complexa que integre os valores de cada polo do movimento triplo.”²⁷⁴ Para Reichold, o que alinha a proposta normativa complexa de Fraser não é nem a mera reconstrução de valores existentes nos movimentos sociais²⁷⁵, nem a tarefa avaliativa de justificar exigências normativas a partir de uma referência

²⁷⁰ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, p. 9.

²⁷¹ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor que um*, p. 9 grifo nosso.

²⁷² Anne Reichold (2023), *Structures of Normativity in Nancy Fraser's Critical Theory of Crisis*, p. 71.

²⁷³ Procuramos resumir o argumento de Reichold a partir da ideia de “fragmentação normativa”. No trecho a seguir, podemos observar como a autora apresenta sua contribuição: “Fraser busca não apenas analisar e reconstruir as lutas de fronteira, mas também discute normativamente a fragmentação dos movimentos sociais e procura maneiras de utilizar a crítica para transformar a sociedade, de modo a alcançar uma compreensão mais ampla de justiça” (Reichold, 2023, p. 68 tradução nossa).

²⁷⁴ Nancy Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 12 tradução nossa.

²⁷⁵ Vimos no primeiro capítulo, no tópico “Da multidimensionalidade da crise”, que a autora insere na herança reconstrutiva habermasiana uma preocupação eminentemente política, que envolve não a celebração de demandas específicas, mas a construção de um bloco contra-hegemônico capaz de imprimir um novo “senso comum” em contraste com aquele oferecido pela classe dominante.

à injustiça²⁷⁶, mas o próprio “chamado normativo para ‘integrar’ os movimentos” em uma luta mais ampla, que se configura como “uma concepção abrangente de justiça.”²⁷⁷

Reichold destaca que, para Fraser, a justiça não é apenas um ideal teórico, mas o eixo central de sua busca por novas formas de resistência ao neoliberalismo.²⁷⁸ Nesse contexto, a normatividade não surge de fora das crises, mas das próprias contradições do capitalismo, que tanto geram conflitos quanto impulsionam respostas sociais. Em vez de existir separadamente, ela evolui junto com as crises e contribui para moldá-las. Isso significa que a crítica ao sistema não se baseia em princípios fixos e externos, mas emerge das próprias lutas sociais. Ao analisar essas lutas por meio do conceito de movimento triplo, nossa autora mostra que cada uma delas já carrega uma dimensão normativa. No entanto, um dos desafios é que esses movimentos frequentemente enxergam sua própria concepção de justiça como a única legítima, sem perceber que ela representa apenas um aspecto da questão. Para Fraser, a tarefa fundamental é integrar essas diferentes perspectivas em uma visão mais ampla, capaz de articular múltiplas demandas dentro de um horizonte emancipatório, que não é somente protetivo contra a mercantilização. Uma concepção robusta de justiça social é, portanto, recuperada como elemento essencial do horizonte emancipatório que Fraser busca traçar em sua teoria das crises e do capitalismo.

4 NANCY FRASER E A FACE DE *JANO* DA CRÍTICA FEMINISTA

Em nosso primeiro capítulo, destacamos a relevância da “nova leitura feminista de Marx” para uma recepção ampliada da tradição crítica frankfurtiana. Essa abordagem permite revelar, no imaginário subterrâneo da referida tradição, *insights* que dialogam com a necessidade de reapropriação da crítica ao capitalismo, tal como proposto por Fraser contemporaneamente. A perspectiva feminista invocada possibilita retirar a questão de gênero das “sombras superestruturais” — posição frequentemente atribuída à cultura em leituras materialistas que se valem da metáfora infraestrutura/superestrutura — e elevá-la a um *status*

²⁷⁶ Vale ressaltar que, como vimos ao longo deste capítulo e do anterior, a questão da normatividade serve, por exemplo, para caracterizar o tipo específico de crítica funcional realizada pela autora. Embora se faça menção à injustiça sofrida devido à hierarquização de gênero e *raça*, a partir de um ponto de vista ético-substancialista, esse não é o ponto final nem a tarefa única a ser realizada por uma teoria das crises atenta ao presente. Fraser também não recorre a valores normativos externos para estabelecer critérios de justiça em um sentido forte, o que, novamente, reforça a leitura de Reichol, segundo a qual a particularidade normativa da autora reside no princípio da “integração” de modo geral. Subscrevemos a essa interpretação.

²⁷⁷ Anne Reichold (2023), *Structures of Normativity in Nancy Fraser's Critical Theory of Crisis*, p. 71 tradução nossa.

²⁷⁸ Anne Reichold (2023), *Structures of Normativity in Nancy Fraser's Critical Theory of Crisis*, p. 72.

de ferramenta analítica capaz de desvelar aspectos ocultos não apenas do capital, mas da própria crítica. Ainda, tal abordagem é responsável por apontar para as condições de possibilidade que estruturam o capitalismo e sua esfera produtiva, conduzindo-nos a elementos que transcendem o estritamente econômico.

Não nos parece mera casualidade que Fraser, ao analisar a crise multidimensional do capitalismo financeirizado, busque ir além do “viés produtivista”, construindo uma abordagem expandida que contemple sua complexa estrutura e seus impactos político-sociais — algo que uma visão economicista acerca do capitalismo e de suas crises não daria conta de abarcar.²⁷⁹ Embora a própria Teoria Crítica nos forneça ferramentas para politizar o déficit democrático da crise e a complexidade normativa do capitalismo — e, conseqüentemente, os conflitos gerados por suas contradições internas —, é igualmente relevante considerar a amplitude da herança não economicista à qual nossa autora se vincula. Ao serem revelados os terrenos ainda mais ocultos da produção, vimos que a autora dialoga com o ecossocialismo, o marxismo negro e os feminismos. Nossa intenção ao abordar sua relação com essa última fortuna crítica é explicitar um dos elos que possibilitam a inovação teórica recentemente realizada pela autora, a qual não se restringe à teoria crítica da sociedade.

Como sustenta Felipe Gonçalves Silva, o diagnóstico de tempo de Fraser é orientado sobretudo para identificar os potenciais de rearticulação política que podem emergir em contextos de crise. Nesse sentido, interessa-nos examinar neste capítulo o papel dos feminismos no seu pensamento recente, na medida em que sua contribuição se revela tanto como **i.** um referencial concreto dos potenciais emancipatórios inscritos no presente, sendo importante para a rearticulação política referida; **ii.** se mostra relevante para a crítica estrutural do capitalismo realizada. Assim, para a teorização da autora, os feminismos possuem uma dupla relevância, sendo lidos, ao mesmo tempo, como um movimento político e uma tradição crítica de pensamento. A Teoria feminista marxista, nesse contexto, não só oferece uma nova abordagem das leituras de Marx, mas também se compromete com a explicação das raízes estruturais da opressão, a partir de uma perspectiva generificada; ampliando nossa compreensão das relações entre teoria e *práxis* nas sociedades capitalistas. Além disso, as relações entre feminismo e capitalismo, enquanto movimento político, serão analisadas à luz da ascensão do neoliberalismo, destacando o diagnóstico de Fraser sobre a apropriação de seu viés transformador pelo discurso hegemônico. Essa herança crítica é vista de forma ambivalente por

²⁷⁹ SILVA, G. F. Nancy Fraser e um drama feminista em três atos. In: *Vozes Femininas na Filosofia*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2018, pp. 15-16.

nossa autora, que, ao olhar para o passado e o presente, faz um registro de *Jano*, refletindo sobre as possibilidades de um futuro anticapitalista compartilhado.

4.1 FEMINISMO DE SEGUNDA ONDA EM TRÊS ATOS

O ponto de partida “não oficial” da incorporação dos feminismos à teoria crítica da sociedade foi, em um momento anterior, situado na recepção dos escritos de Marx por teóricas feministas alemãs, como Becker-Schmidt, sendo também notável nas contribuições de Sarah Speck. No entanto, a consolidação formal do vínculo entre Teoria Crítica e feminismos é comumente atribuída ao trabalho de figuras como Iris Young e Seyla Benhabib, que, ao lado de Nancy Fraser, foram influenciadas pela efervescência política feminista da nova esquerda norte-americana²⁸⁰ — as autoras integram a chamada “terceira geração”. De diferentes maneiras, as filósofas em destaque buscaram tematizar a exclusão das mulheres em formulações filosóficas que aspiram ser tanto universalistas quanto críticas, evidenciando as distorções conceituais geradas por essa ausência. Ao negligenciar a experiência e a perspectiva de gênero, essas teorizações limitam a pretensão de entendimento que propugna, refletindo uma visão fragmentada da realidade social, econômica e política, o que compromete sua capacidade de oferecer uma análise verdadeiramente abrangente e transformadora das relações e instituições que estruturam as sociedades capitalistas. Foi nesse contexto que, a partir da década de 1980, nossa autora reivindicou sua filiação à tradição da Teoria Crítica, idealizando um modelo crítico próprio, com o objetivo de superar as lacunas decorrentes da “cegueira de gênero” [*gender blind*] de seus principais expoentes, notadamente Habermas.

De modo geral, Fraser busca evidenciar os limites da crítica, especialmente no que tange ao alcance das injustiças de gênero e ao caráter androcêntrico da sociedade capitalista. Para isso, retoma os compromissos fundamentais de uma teoria crítica da sociedade, cujo propósito essencial é a superação das diversas formas de dominação presentes na realidade social, incluindo as de gênero. Sua concepção sobre as tarefas a serem cumpridas por uma teoria crítica da sociedade nos remete ao seu célebre artigo *Que é crítico na Teoria Crítica? O argumento de*

²⁸⁰ A emblemática recepção anglófona da Teoria Crítica deve-se principalmente ao fato de que os Estados Unidos foram o destino dos principais intelectuais dessa tradição, exilados em razão da ascensão do nazismo. No contexto do pós-guerra, a influência dessa corrente de pensamento se consolidou, sobretudo, com o crescimento do movimento estudantil e a ascensão da nova esquerda norte-americana na década de 1960. Veja mais em: SILVA, G. Felipe. Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos. In: NOBRE, M. *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas: Editora Papirus, 2008; CYFER, Ingrid. Teoria Crítica e Feminismo: discutindo a relação. In: VITALE, D., and NAGAMINEM R., eds. *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 16-35.

*Habermas e o gênero*²⁸¹, publicado pela primeira vez em 1985 na revista *New Left Review*, no qual Fraser estabelece:

A meu ver, ninguém aperfeiçoou ainda a definição de Marx, de 1843, de Teoria Crítica como “o auto-aclaramento das lutas e desejos de uma época”. O que é tão atraente nessa definição é seu caráter francamente político. Não reivindica qualquer status epistemológico, mas, de preferência, insinua que com respeito à justificação não há absolutamente diferença interessante, do ponto de vista filosófico, entre uma teoria crítica da sociedade e uma teoria acrítica. Mas há, de acordo com essa definição, uma importante diferença política. *Uma teoria social crítica projeta o seu programa de pesquisa e a sua estrutura conceptual com um olho nos objetivos e atividades daqueles movimentos sociais opositores com os quais tem uma identificação partidária embora não acrítica. As questões que ela coloca e os modelos que projeta são constituídos por aquelas identificações e aquele interesse.* Assim, por exemplo, se as lutas contestadoras da subordinação das mulheres figurassem entre as mais significativas de certa época, a teoria social crítica para aquele tempo teria por objetivo, entre outras coisas, esclarecer o caráter e as bases dessa subordinação. Empregaria categorias e modelos explanatórios que revelassem, em vez de ocultar, a relação de dominância masculina e a subordinação feminina. E desmistificaria como rivais ideológicos os enfoques que ofuscassem ou justificassem aquelas relações. Nesse caso, pois, um dos padrões para avaliar uma teoria crítica, uma vez que tenha sido submetida a todos os testes costumeiros de suficiência empírica, seria: até que ponto ela teoriza a situação e as perspectivas do movimento feminista? A que ponto ela serve para o esclarecimento das lutas e dos desejos das mulheres contemporâneas?²⁸²

Essa longa citação oferece acesso aos pressupostos fundamentais que sustentam a orientação geral dos modelos críticos da autora. Apesar de se basearem em diagnósticos de tempo distintos, suas análises partem dessa “importante diferença política” que enxerga na Teoria Crítica. Para Fraser, essa perspectiva viabiliza reflexões que respondem às transformações do capitalismo, mantendo o compromisso com uma política transformadora e aberta ao diálogo interdisciplinar. Em consonância com Felipe Gonçalves Silva, podemos destacar três aspectos distintivos do posicionamento de nossa autora em relação às tarefas da crítica: **i.** *A distinção entre teoria crítica e outras teorias existentes é, sobretudo, política.* Dessa forma, ao adotar como horizonte o “autoentendimento”²⁸³ das lutas e desejos de uma época”, a Teoria Crítica deve pautar-se em diagnósticos de tempo capazes de capturar os anseios e demandas dos movimentos contestatórios mais significativos de cada período histórico; **ii.** *A rejeição de um status epistemológico privilegiado à Teoria Crítica.* Esse posicionamento

²⁸¹ Tendo em vista que o artigo citado conta com várias traduções ao português, é importante destacar que estamos utilizando como referência a tradução de 1987: FRASER, N. “Que é Crítico na Teoria Crítica? O Argumento de Habermas e o Gênero”. In *Feminismo como Crítica da Modernidade*, BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.), Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987. Esse texto é frequentemente revisitado, não apenas para sinalizar a aliança de Fraser com o movimento feminista, mas também para demarcar sua posição diante da formulação habermasiana e das apostas da autora em relação à tarefa da crítica. Recentemente, o texto foi incluído na coletânea de artigos que formam seu livro, publicado em 2013, *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*, que comentaremos a seguir.

²⁸² Nancy Fraser (1987), *Que é Crítico na Teoria Crítica?* p. 38 grifo nosso.

²⁸³ Realizamos um ajuste na citação original, que fala em “auto-aclaramento”, para “autoentendimento” — que é o termo utilizado em traduções mais recentes deste artigo.

implica um afastamento dos debates acerca da fundamentação normativa da crítica e de suas condições de possibilidade. Em vez disso, Fraser prioriza o aspecto político-programático de seus modelos críticos, tomando a realidade social e suas tensões como ponto de partida central; iii. *A pluralidade de lutas que caracterizam cada época*. Diferentemente da concepção tradicional marxista, que atribui à classe trabalhadora assalariada o papel central nas ações transformadoras, Fraser reconhece a multiplicidade de lutas e demandas políticas que emergem em momentos históricos específicos. Assim, cabe à teoria crítica da sociedade adotar uma abordagem integrativa, capaz de articular interesses contestatórios diversos e de problematizar as limitações de outras abordagens, especialmente no que se refere às contribuições advindas das lutas sociais.

Tendo em vista esses aspectos gerais, voltemos à passagem destacada, que define a Teoria Crítica como aquela que delimita, de forma engajada, “seu programa de pesquisa e sua estrutura conceitual” com base nos movimentos sociais contestatórios aos quais se vincula de maneira partidária, embora não acrítica. Ao enfatizar tanto a exigência política de engajamento com essas forças contestatórias, no que diz respeito à organização da investigação, quanto a influência dessas mesmas forças na construção da arquitetura conceitual pretendida, Fraser propõe uma dupla qualificação para a crítica. Essa dupla qualificação exige que o diálogo com as questões emergentes dos movimentos sociais seja, simultaneamente, produtivo e reflexivo; político e teórico. Se a identificação *partisan* entre feminismo e crítica social é de fato programática no já citado texto de 1987, cabe perguntarmos pelo modo como essa relação se desenvolve na obra recente de Nancy Fraser. Qual o papel atribuído aos feminismos em sua teorização? Como nossa autora estabelece sua postura crítica diante do movimento feminista? E qual a relação produtiva que este nos oferece diante da crise multidimensional do capitalismo?

Para compreender a relação de Nancy Fraser com o movimento feminista, adotaremos uma abordagem sugerida pela própria autora em sua obra *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Nesta coletânea, a filósofa norte-americana propõe uma divisão triádica de seu percurso intelectual, refletindo sobre as transformações em sua interpretação dos feminismos à luz dos desafios e problemas advindos das mudanças estruturais do capitalismo. Esse balanço teórico permite identificar as oscilações temáticas e conceituais que marcam sua trajetória, evidenciando o caráter não sistemático de sua produção. Apesar de tal falta de sistematicidade, um denominador comum emerge de seus escritos: o vínculo com

um imaginário feminista identificado com a chamada segunda onda.²⁸⁴ Esse imaginário não apenas informa o horizonte crítico de Fraser, mas também orienta seu esforço teórico em situar o feminismo como força analítica e política fundamental para a compreensão e a contestação das dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

A metáfora da onda exerce uma forte influência na catalogação dos principais períodos de mobilização feminista, situando as diversas gerações de lutas feministas dentro de uma trajetória contínua de resistência contra a opressão e a exploração. O termo “segunda onda” é amplamente utilizado para distinguir as lutas feministas que surgiram na segunda metade do século XX, em comparação com o movimento sufragista anterior. Nesse contexto, Fraser se distancia das limitações comumente associadas a uma agenda política vinculada à igualdade formal dos direitos liberais clássicos, alinhando-se ao potencial insurrecional mais amplo representado pela segunda onda, que foi capaz de expandir sua agenda política e crítica. Essa expansão incluiu aspectos estruturais que precisam ser superados, a partir de sua “crítica ao androcentrismo capitalista, à análise sistêmica da dominação masculina e revisões da democracia e da justiça atentas às questões de gênero.”²⁸⁵

A terceira onda, identificada a partir de meados dos anos 1990, tem como característica central a contestação da unidade da categoria “mulher”. A ênfase na desconstrução das rígidas categorias sexuais e culturais visa, por um lado, complexificar a análise das opressões sociais que uma mesma pessoa pode vivenciar, e por outro, aprofundar a compreensão sobre a diversidade interna do movimento feminista. Embora a premissa antiessencialista seja parcialmente compartilhada por Fraser, a unidade política negativa construída em torno das injustiças compartilhadas permanece sendo um elemento fundamental para sua teorização. Nesse quadro, a recapitulação de nossa autora sobre o movimento feminista se afasta de uma das limitações frequentemente associadas à metáfora das ondas, isto é, a ideia de um “progresso” contínuo no pensamento ou comportamento do movimento. Esse entendimento linear sugere que o movimento feminista evolui de forma constante, partindo de conceitos sólidos e caminhando em direção a um progresso contínuo. Esse progresso seria particularmente evidente no alinhamento do feminismo à transformação social, ofuscando possíveis alianças regressivas.

²⁸⁴ Para uma visão panorâmica das “ondas feministas” e algumas críticas com relação às limitações dessa forma de registro, ver: ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. *Blogs de ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n.2, 2021.

²⁸⁵ FRASER, N. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. New York: Verso, 2013b, p. 1 tradução nossa.

Em contraposição à caracterização tradicional, Fraser se propõe a tematizar não três ondas do movimento feminista, mas uma segunda onda que persiste historicamente em “três atos”: o “capitalismo organizado pelo Estado”, o “neoliberalismo nascente” e a “crise neoliberal”. Essa periodização procura se distanciar de uma narrativa que se tornou predominante acerca da segunda onda, especialmente nos Estados Unidos, onde o movimento é descrito como inicialmente limitado, composto majoritariamente por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, mas que, com o tempo, se tornou mais diverso e inclusivo, incorporando a luta de mulheres negras, lésbicas e trabalhadoras.²⁸⁶ Para Fraser, é necessária uma história do movimento feminista que leve em consideração suas transformações internas a partir de sua relação com as transformações históricas mais amplas. Essas transformações incluem desafios político-sociais e econômicos, como a ascensão da ideologia neoliberal, a crise do Estado nacional e o processo de globalização.

Essa divisão temporal é introduzida por Fraser em um de seus primeiros artigos sobre os desenlaces impostos pelo neoliberalismo, *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, com o objetivo de realizar o balanço histórico-político legado pelo feminismo de segunda onda. No entanto, o marco triádico é ampliado na introdução de *Fortunes of Feminism*, assumindo uma função organizativa capaz de delinear os diferentes diagnósticos temporais que orientam seu pensamento²⁸⁷, além de seu posicionamento em relação ao próprio movimento feminista — ponto que nos interessa mais diretamente —. Os três atos do feminismo de segunda onda, segundo a autora, são: *i. O primeiro ato* confunde-se com o surgimento dos novos movimentos sociais no pós-guerra, que desafiaram o contexto de domesticação dos conflitos por meio da ampliação das demandas políticas para além da chave distributiva. O imaginário hegemônico desse período, datado entre 1960 e 1980, refletia a força burocrática do aparelho estatal, que fomentava uma ideia de justiça na qual a responsabilidade recairia sobre o Estado nacional (*Welfare State*). Esse modelo, embora incorporasse um assento democrático e solidário entre classes, não conseguia responder a outras formas de dominação, como o sexismo, o racismo e o colonialismo. Nesse contexto, a segunda onda do feminismo emergiu como uma resposta, desafiando as exclusões de gênero dentro do modelo social-democrata de bem-estar. A crítica

²⁸⁶ Essa análise retoma um artigo anterior, publicado originalmente em 2005, intitulado *Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação*. Nesse texto, Fraser já procura avaliar o movimento feminista à luz do imaginário da segunda onda e das transformações estruturais do capitalismo global. Ver: FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2007.

²⁸⁷ Para entender como essa estruturação acompanha o pensamento da autora, veja: BRESSIANI, N.; SILVA, F.. A Teoria da Justiça de Nancy Fraser: Reflexão Normativa e Diagnóstico do Capitalismo. In: *Filosofia do direito: teorias modernas e contemporâneas da justiça*. Editora Fundação Fênix, Porto Alegre, 2021.

ao economicismo, ao estatismo e ao sexismo não resultou na rejeição das políticas de bem-estar, mas na busca por ampliá-las para superar suas limitações; **ii.** *O segundo ato*, situado em meados da década de 1980, ocorre no contexto que Fraser denomina de "pós-socialismo". Neste momento, surge uma concepção culturalista nos movimentos sociais, em que a crítica a padrões hierárquicos de dominação ganha autonomia em relação ao antigo projeto de transformação econômica e redistributiva. Assim, o imaginário feminista desloca-se de um ideal expandido de justiça — que buscava ampliar o *ethos* igualitário de classe para o gênero — para uma crítica monovalente em termos culturais. Em sua visão, a partir desse ponto, o feminismo sai de um paradigma crítico ao economicismo associado à herança marxiana e passa a adotar o culturalismo do reconhecimento, na medida em que o gênero passa a ser tratado primordialmente em termos de padrões culturais de dominação dissociado da economia política; **iii.** *O terceiro ato*, ainda em curso, reflete as transformações geopolíticas decorrentes do avanço da globalização e da hegemonia neoliberal. Fraser destaca que as feministas dessa etapa reconhecem que o caminho para uma vida digna para as mulheres depende tanto de dinâmicas globais quanto de processos internos aos Estados-nação. A promessa desse contexto histórico é a superação da separação rígida entre redistribuição e reconhecimento, economia e política, característica da etapa anterior. À medida que o neoliberalismo enfraquece o Estado social e a globalização limita as possibilidades de garantir justiça dentro de suas fronteiras, é necessário não apenas recuperar, mas também ampliar a aposta da primeira etapa, que leva em conta tanto classe quanto gênero. Além disso, deve-se ultrapassar os limites do enquadramento *westfaliano*, sem desconsiderar seus avanços em termos de seguridade social e responsabilidade compartilhada na estruturação da vida social.

A análise dos três atos da segunda onda feminista revela aspectos centrais da construção teórica de Fraser, especialmente relevantes para sua abordagem mais recente sobre a crise multidimensional do capitalismo financeirizado. Primeiramente, sua relação com os feminismos se fundamenta na identificação do potencial transformador desse movimento diante de diferentes desafios históricos. Nesse sentido, sua perspectiva historicista evidencia a dimensão estrutural que atravessa as manifestações feministas, ao mesmo tempo em que destaca o papel crucial da produção de diagnósticos temporais distintos na elaboração de sua teoria. O objetivo de Fraser é, assim, contestar as interpretações dominantes sobre a natureza e a extensão dos conflitos político-sociais. Embora as lutas feministas atuem como catalisadoras contra hegemônicas em seu pensamento — sensível aos potenciais de autodeterminação —, a autora recusa uma adesão acrítica aos seus pressupostos. Esse último aspecto consiste no prelúdio

dramático²⁸⁸ da relação entre política e teoria, feminismo e capitalismo, que será dissecado em sua perversidade na próxima subseção.

4.2 AFINIDADES ELETIVAS ENTRE FEMINISMO E NEOLIBERALISMO

No já mencionado *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, Fraser descreve o vínculo insuspeito entre neoliberalismo e feminismo como uma “afinidade eletiva perversa”.²⁸⁹ Nossa autora argumenta que a ascensão do neoliberalismo, caracterizada pelo desinvestimento estatal e pelo aumento do endividamento privado, está intimamente ligada à separação das demandas de reconhecimento das reivindicações por redistribuição econômica. A partir de uma perspectiva retrospectiva, a autora revela como o feminismo, ao invés de oferecer bases críticas ao capitalismo, acaba por reforçar e ampliar o discurso hegemônico neoliberal. A crítica desenvolvida por Fraser está na esteira dos estudos de Luc Boltanski e Ève Chiapello, em *O novo espírito do capitalismo*, que apontam não apenas para as crises e rupturas históricas do capitalismo, mas também sua habilidade de se adaptar às críticas, utilizando-as para se legitimar. Esse processo de apropriação seletiva de críticas progressistas permite ao capitalismo neoliberal se reinventar e se fortalecer, expandindo sua capacidade de mobilizar e absorver as demandas sociais. Nesse sentido, os autores sintetizam o “espírito” do capitalismo neoliberal:

O objetivo continua sendo, claro, obter a colaboração dos assalariados para a realização do lucro capitalista. Mas, enquanto no período anterior esse resultado fora buscado (especialmente sob pressão do movimento operário) por intermédio da integração coletiva e política dos trabalhadores na ordem social e por meio de uma forma do espírito do capitalismo que unia o progresso econômico e tecnológico a uma visão de justiça social, agora ele pode ser atingido com o desenvolvimento de um projeto de autorrealização que vincula, por um lado, culto ao desempenho individual e exaltação da mobilidade e, por outro, concepções reticulares do vínculo social. No entanto, essa evolução foi acompanhada por forte degradação da situação econômica, da estabilidade profissional e da posição social (em comparação com as gerações mais velhas) de numerosas pessoas, em especial daqueles que estavam chegando ao mercado de trabalho.²⁹⁰

Uma das principais inovações do neoliberalismo reside na centralidade que a dívida assume, possibilitando a subordinação da política ao mercado e invertendo, assim, os princípios protecionistas que caracterizavam a era dourada do pós-guerra. Nesse novo cenário, as instituições financeiras globais passam a pressionar os Estados a reduzir os investimentos

²⁸⁸ Ao chamarmos atenção para um “drama”, estamos referenciando a primeira parte de seu livro, *Fortunes of feminism*, no qual a autora nomeia de *Prologue to a Drama in Three Acts*.

²⁸⁹ Nancy Fraser (2009), *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, pp. 23, 30.

²⁹⁰ BOLTANSKY, L.; CHIAPELLO, E. *O Novo Espírito do Capitalismo*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 239.

sociais e a adotar políticas de austeridade, permitindo que os investidores extraiam valor de populações que, cada vez mais, são submetidas à lógica de maximização do lucro e monetização. A neoliberalização do sistema socioeconômico, entretanto, não se realiza de forma homogênea. No Sul global²⁹¹, a privatização e a desregulamentação, típicas de um Estado enxuto e subordinado aos interesses de curto prazo das empresas privadas, se materializam como um forçado “ajuste estrutural”; nesse contexto, a dívida externa subverte os princípios do *desenvolvimentismo*, que antes priorizava o fortalecimento das estruturas econômicas internas, nos revelando Estados que agora vendem seus ativos, abrem seus mercados e restringem os investimentos sociais. Nas regiões centrais, por sua vez, a operação é implementada de forma gradual, refletindo estratégias heterogêneas em comparação com a periferia do capitalismo, mas preservando a relação estreita entre neoliberalismo, desregulamentação econômica e a privatização das responsabilidades que garantem a estabilidade do setor público. Ainda, há deslocamentos importantes no mundo do trabalho nesse período, que fortaleceram o individualismo e enfraqueceram instrumentos coletivos como sindicatos. A lógica competitiva do neoliberalismo exige do trabalhador não apenas eficiência, mas também características como criatividade e flexibilidade, vinculando o sucesso à sua capacidade individual. Essa nova conformação enfraquece a solidariedade entre os trabalhadores, deslocando a percepção de trabalho como coletivo para centrado no indivíduo. Um dos resultados da disseminação de ideais competitivos é a deflação de um senso agregador de justiça e proteção social, mesmo em face à ascensão da precarização.

Nesse contexto, a contribuição de Boltanski e Chiapello destaca que as críticas às injustiças estruturais geradas pela nova organização das fronteiras entre economia e sociedade, ocasionadas quando da ascensão neoliberal, não podem deixar de considerar que a expansão da mentalidade empresarial, um traço organizativo do capitalismo hodierno, se origina de uma adaptação da “crítica artística” da nova-esquerda sobre o conformismo da cultura corporativa dos Estados Unidos. Seus resultados, longe de empoderar a criatividade viva dos sujeitos e fomentar a desconstrução de hierarquias arraigadas, intensificam a precarização, ao adotar estratégias de flexibilização da produção e das relações de trabalho. Ainda que Fraser assuma que o neoliberalismo passe a se valer da narrativa masculinista do indivíduo livre e autofundante, sua argumentação tende a destacar uma parte ainda não contada dessa história: a aliança entre o feminismo e o neoliberalismo — que, ao ser inserida em um diagnóstico mais

²⁹¹ Como vimos anteriormente na análise da expropriação, a dimensão global do capitalismo leva Fraser a estabelecer diálogos entre “centro” e “periferia” em seus escritos mais recentes, considerando que a hegemonia neoliberal assume contornos distintos conforme a localidade.

abrangente, passa a ser associada ao fenômeno denominado por nossa autora como "neoliberalismo progressista".

De acordo com Fraser, o feminismo do primeiro ato apresenta objetivos que contrastavam profundamente com o modelo neoliberal. Em vez de reduzir a importância da esfera econômica, as feministas buscavam integrá-la às dimensões cultural e política, ampliando seu alcance. Não propunham a substituição do "salário familiar" pelo modelo da "família de dois salários" como forma de enfrentar o rebaixamento das condições de vida, mas sim a eliminação da divisão de trabalho baseada em gênero, abrangendo tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado. Seu foco não era liberar o mercado da regulação estatal, mas democratizar o poder do Estado com uma premissa ampla de justiça. Todavia, ao ser contrastada a habilidade do capitalismo de se apropriar das críticas de seus opositores para legitimar suas contradições, podemos entender como as críticas às limitações do Estado de bem-estar podem ser absorvidas pela retórica neoliberal em torno de um Estado mínimo. Da mesma forma, a crítica à divisão sexual do trabalho pode ser atualizada para refletir processos de autonomia e liberdade, que estão diretamente interligados à flexibilização do trabalho. Esses elementos exemplificam uma aproximação entre movimentos sociais contestatórios e o vocabulário neoliberal.²⁹²

Em seu livro *Feminismo para os 99%*, Fraser concebe duas espécies do feminismo como referência a essa aliança perversa, pois capazes de impulsionar elementos-chave do discurso neoliberal hegemônico, como a privatização e a austeridade: o “feminismo liberal” e o “feminismo do microcrédito”. O primeiro, ao enfatizar certa noção de igualdade de gênero, centraliza suas demandas em questões de identidade e reconhecimento cultural, sem abordar a base material da opressão das mulheres, desconsiderando, portanto, o papel do capitalismo na perpetuação de sua subordinação. Esse feminismo polemiza apenas a dominação masculina no espaço público e doméstico, incentivando, no campo neoliberal, o rompimento do "teto de vidro" e promovendo o acesso igualitário das mulheres — especialmente brancas de classe média — ao mercado de trabalho, com ênfase na busca por cargos de destaque. O “feminismo do microcrédito”, por sua vez, é idealizado por mulheres que ocupam espaços de prestígio nas instituições financeiras internacionais, combinando a agenda neoliberal de financeirização com uma proposta feminista progressista. Esse modelo promove o combate às desigualdades

²⁹² O que aqui destacamos como exemplos aparece primeiramente no artigo de Fraser, *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, e passa a ser ampliado em seus textos posteriores, já assumindo o contexto da crise do neoliberalismo, como *Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo* (2011b); *Contradições entre Capital e Cuidado* (2020b) e no livro *Feminismo para os 99%: Um manifesto* (2019), escrito com Cinzia Arruzza e Tithi Battacharya.

sistêmicas por meio de um empoderamento esvaziado, centrado na “autonomia” das mulheres, que, na prática, as torna ainda mais vulneráveis às instituições financeiras ao facilitar empréstimos de “[...] pequenas somas de dinheiro para começarem o próprio negócio.”²⁹³

O aparente progressismo de suas premissas oculta as pressões sociais exacerbadas pela financeirização da vida, que expropria e privatiza, de maneira sistemática, nossas capacidades de sustentação dos laços sociais. As transformações que possibilitaram a massiva inserção das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, ocorreram em um momento de desinvestimento estatal em setores essenciais da sociedade, resultando em uma desresponsabilização em relação à garantia das condições necessárias para a estabilidade e manutenção da força de trabalho. Consequentemente, a manutenção das relações sociais passa a ser centralizada nas famílias, que são deixadas à própria sorte; ou seja, individualmente responsáveis por aquilo que, no modelo *westfaliano*, era compartilhado com o Estado, que fornecia, por meio de salário e assistencialismo, as condições para manter a integralidade dos trabalhadores. Esse modelo dá origem a uma nova configuração familiar, a “família de dois salários”, que depende da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho — frequentemente sujeitas a baixos salários e crescente informalização — para compensar a deterioração das condições de vida em geral.²⁹⁴ Assim, a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, longe de garantir a autonomia financeira prometida, reduz a perspectiva de igualdade, via ascensão a cargos de destaque, a um pequeno grupo de mulheres privilegiadas.

A concessão de “microcrédito” está diretamente ligada à continuidade da estratégia de comodificação própria do capitalismo financeirizado ou neoliberalismo, funcionando como uma forma privada de gestão da pobreza — keynesianismo privado. Essa estratégia atua como uma plataforma individualizada de acesso a recursos básicos, como alimentos e serviços essenciais. A “inclusão” das excluídas, por meio de programas de distribuição de renda que possibilitam acesso a linhas de crédito, ao ser comparada com a queda dos salários e da qualidade dos empregos formais, limita as chances de eliminação da dívida. Assim, acaba vulnerabilizando as mulheres de forma dupla: **i.** impondo-lhes altas taxas de juros, o que favorece um ambiente de austeridade que permite a extração de valor por investidores; **ii.**

²⁹³ ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 61.

²⁹⁴ Algumas autoras, como Veronica Gago (2020), denominam tal fenômeno de “feminização da economia”, retratando a expansão de relações precárias de trabalho desenvolvidas na fronteira entre a informalidade e a economia oficial para além do doméstico. Além disso, a feminização do trabalho acarreta o aumento da presença das mulheres na economia formal o que, paradoxalmente, reflete a “feminização” de tarefas desenvolvidas por homens — submetidos a baixa remuneração, falta de proteção trabalhista, desvalorização do trabalho, informalização por exemplo.

impulsionando a informalização crescente das relações de trabalho, já que, endividadas, elas precisam se submeter a condições de trabalho precárias para cumprir seus compromissos financeiros.

Em seu artigo *Contradições entre capital e cuidado*, Fraser alude que as mudanças nas relações de trabalho, que incentivam a entrada das mulheres no mercado formal em um cenário de retração do investimento estatal, podem sinalizar um fenômeno mais amplo: a crise do cuidado. A crise do cuidado, também chamada de crise da reprodução social, é detectada pela crítica feminista em face ao declínio do suporte à assistência social e aos serviços públicos, de modo que a responsabilidade por prover cuidados essenciais para manutenção da vida social passa a ser transferido para o lar. De maneira contraditória, a intensa privatização dessa atividade se dá em um contexto de desconstrução dos papéis tradicionais associados à divisão sexual do trabalho, que separava fortemente o *locus* do trabalho assalariado masculino, do trabalho “afetivo” e de “cuidado”, socialmente atribuído às mulheres. Essa contradição seria responsável por produzir o que Fraser denomina como “lacuna do cuidado”.

A “lacuna do cuidado” evidencia, por um lado, a importância do trabalho de cuidado para a subjetivação humana no capitalismo, visto que, através dele, somos capazes de formar os sujeitos para a vida social e para o trabalho, formando o *habitus* e o *ethos* cultural no qual eles se movem²⁹⁵; por outro lado, essa realidade evidencia a insustentabilidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho formal no contexto neoliberal, uma vez que não existem redes de proteção social coletivas adequadas — que não se limitem às famílias e comunidades dentro dos Estados-nação, mas que envolvam investimentos em serviços públicos de qualidade, como creches, escolas e hospitais, em uma escala global — capazes de atender a essas necessidades essenciais. A consequência prática dessa contradição é o surgimento de novas divisões entre mulheres. Mulheres brancas de classe média nos países centrais, atuando como empregadoras, delegam os cuidados a mulheres vulnerabilizadas, frequentemente imigrantes racializadas, para sustentar a ideia de empoderamento individual e a superação do “teto de vidro”. Por sua vez, essas mulheres vulnerabilizadas precisam repassar parte de sua renda a outras mulheres, em condições igualmente precárias, para cuidar de suas próprias famílias. Fraser chama esse fenômeno de “cadeias globais de cuidado”. Em suas palavras:

A fim de preencher a “lacuna de cuidado”, o regime importa trabalhadores emigrantes dos países mais pobres para os mais ricos. De modo típico, são mulheres racializadas, amiúde camponesas e de regiões pobres que assumem o trabalho de cuidado e reprodutivo que, antes, era desempenhado por mulheres mais privilegiadas. Mas, para fazer isso, as imigrantes devem transferir suas próprias responsabilidades familiares e comunitárias para outras cuidadoras ainda mais pobres, que devem, por sua vez, fazer

²⁹⁵ Nancy Fraser (2020b), *Contradições entre capital e cuidado*, p. 264.

o mesmo – e assim por diante, em “cadeias globais de cuidado” cada vez mais compridas.²⁹⁶

Para Fraser, a conexão entre neoliberalismo e a deflação do potencial contra hegemônico do discurso feminista não é fortuita, mas está relacionada ao fenômeno por ela descrito como “neoliberalismo progressista.”²⁹⁷ Essa noção refere-se à legitimação do *establishment* por meio do sequestro parcial de críticas progressistas, utilizadas para “[...] encobrir suas depredações debaixo de um véu carismático [...]”.²⁹⁸ Embora sua análise se concentre no movimento das mulheres, Fraser reconhece que essa dinâmica também se aplica a outros movimentos sociais que adotam discursos de meritocracia e diversidade no mercado de trabalho, sem questionar as desigualdades estruturais ou o sistema capitalista subjacente. Porém, nossa autora ressalta que essa ressignificação é especialmente significativa no campo feminista, pois subverte críticas centrais à divisão sexual do trabalho e ao modelo do “salário-família” — entendido como uma institucionalização da desigualdade de gênero, que tornava as mulheres economicamente dependentes dos homens, limitando-a ao âmbito do doméstico. Nesse sentido, o sonho de libertação das mulheres acaba sendo cooptado pelo discurso neoliberal.

Entretanto, a discussão sobre a “crise do cuidado” permite abordar a possível falência dessa coalizão, ao evidenciar a insustentabilidade gerada pela comodificação desenfreada das relações sociais no neoliberalismo.²⁹⁹ Nesse contexto, surge uma nova oportunidade para a luta das mulheres, conectando-as à estrutura social e econômica em larga escala, destacando as necessidades vitais — que envolvem corpos, ecologia e relações sociais — como um contraponto ao modelo de acumulação do capitalismo financeirizado. Além disso, ao enfatizar o agravamento da exploração das mulheres negras, imigrantes e pauperizadas, abre-se a possibilidade de uma renovação da tarefa crítica feminista, voltada para diferentes formas de dominação, que afetam classe, *raça*, gênero e localização geográfica — sem negligenciar o subtexto econômico. A crise do neoliberalismo, assim, cria um espaço para reconectar os sonhos de libertação das mulheres a uma visão solidária de sociedade, compondo um novo capítulo na história dos feminismos, que ainda está por ser construído.

4.2.1 Crise Neoliberal: um futuro em aberto?!

²⁹⁶ Nancy Fraser (2020b), *Contradições entre capital e cuidado*, p. 280.

²⁹⁷ Nancy Fraser (2020b), *Contradições entre capital e cuidado*, p. 279.

²⁹⁸ Nancy Fraser (2013b), *Fortunes of Feminism*, p. 223 tradução nossa.

²⁹⁹ Nancy Fraser (2020b), *Contradições entre capital e cuidado*, pp. 283-285.

Segundo Fraser, a crise do capitalismo financeiro iniciada em 2007-2008 acelerou a queda do neoliberalismo progressista como corrente política, marcando o início de um período conflituoso que permeia todas as esferas da vida social. Essa conjuntura, no entanto, abre possibilidades para um futuro incerto e disputado, permitindo questionar as forças que cooptaram a crítica feminista e expor a lógica estrutural que sustenta o capitalismo. Fraser propõe uma renovação feminista pós-neoliberal fundamentada em quatro eixos interligados: anti-economicismo, anti-androcentrismo, anti-estatismo e anti-*westfalianismo*.³⁰⁰ O anti-economicismo exige uma crítica ao capitalismo que integre as dimensões socioeconômica, cultural e política. O anti-androcentrismo busca superar a divisão sexual do trabalho, historicamente centrada no trabalhador assalariado masculino, sem desvalorizar o cuidado e a reprodução social. O anti-estatismo amplia as críticas ao burocratismo estatal, mas almeja uma democracia radicalmente participativa e solidária. Por fim, o anti-*westfalianismo* propõe uma crítica feminista internacionalista, adaptada à era da globalização capitalista, sem ceder à lógica mercantil que enfraquece a seguridade social.

O diagnóstico de Fraser sobre a crise do neoliberalismo e sua visão futurista para o feminismo se tornam mais profundos por meio de seu diálogo com Karl Polanyi, desenvolvido em *Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo* e em outros textos, como vimos anteriormente. Neste artigo, a autora sugere uma releitura do conceito polanyiano de “duplo movimento” entre proteção social e mercadorização, para lidar com o contexto atual. Para Fraser, Polanyi representa um interlocutor teórico de primeira ordem, pois o economista austro-húngaro não só fornece bases para a crítica ao ideal de mercado autorregulado, que ganha força no contexto neoliberal, mas também apresenta a crise capitalista como um fenômeno que não se limita à economia, afetando a sociedade como um todo. Nesse sentido, a crise não se restringe às contradições internas à economia, mas está diretamente vinculada à desintegração das comunidades, ao enfraquecimento das solidariedades e à destruição ambiental.

Como vimos em outro momento, Polanyi trata de duas relações entre sociedade e economia: o “mercado incrustado” e o “mercado desincrustado”. Sua consideração acerca da incrustação apresenta um modelo de formação social em que o intercâmbio econômico e comercial está subordinado às instituições que regem a vida social, salvaguardando a integralidade do setor produtivo e das demais relações não econômicas. O modelo de desincrustação, por sua vez, concebe um processo em que a economia se autonomiza em relação

³⁰⁰ Nancy Fraser (2009), *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, p. 32.

às demais esferas da vida social, assumindo como *telos* a busca pelo lucro desenfreado, a despeito dos desenlaces impostos à subsistência. O aspecto fundamental de sua noção abrangente de crise reside na perda do controle social diante do processo de mercadorização imposto pelo mercado autorregulado, a menos que um contramovimento emergja para interromper esse avanço. O duplo movimento polanyiano consiste na dinâmica entre o avanço da mercadorização da sociedade e as resistências a esse processo, manifestadas em demandas por proteção social.

Para Fraser, a concepção de Polanyi sobre os conflitos sociais oferece um bom ponto de partida para compreender os potenciais de ação transformadora diante da crise do neoliberalismo, mas também apresenta limitações. Para responder a esse incômodo, nossa autora propõe expandir o duplo movimento polanyiano, transformando-o em um movimento triplo, onde o terceiro elemento constitui-se como: a emancipação. Nesse esquema, a mercadorização se opõe à regulação social da economia, enquanto a proteção social busca conter os efeitos desintegradores dos mercados desregulados. A emancipação, por sua vez, presta contas contra todas as formas de dominação, sejam elas originadas na economia ou na própria sociedade. Desse modo, a emancipação “não busca suprimir nem defender as proteções sociais existentes, mas, sobretudo, procurar transformar o modo de proteção.”³⁰¹ Embora sua reinterpretação vá além das questões feministas, Fraser dedica sua atenção ao papel dos movimentos feministas da segunda onda, que foram essenciais para expor as assimetrias de poder que o autor de *A Grande Transformação* deixou de lado, desvelando a face oculta dos “mercados enraizados”³⁰² em uma direção potencialmente emancipatória.³⁰³

Ao tomar a emancipação como uma possibilidade e não um destino predestinado, nossa autora recupera as ambivalências entre o movimento feminista e o capitalismo onde, por um lado, pode-se acabar por seguir no sentido da comodificação, minando a própria proteção social em nome de uma afinidade eletiva com o capital; por outro lado, pode-se seguir no sentido de transformar o modo de proteção social. A promessa futurista está nesta última, pois ela sugere que os movimentos contestatórios podem ajudar a estabelecer um modelo de enraizamento/incrustamento realista, onde a economia passa a ser domesticada politicamente.

³⁰¹ FRASER, N. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. *Revista Direito GV*, n. 7, 2011b, p. 623.

³⁰² Nancy Fraser (2011b), *Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo*, p. 622.

³⁰³ Fraser cita ainda outros exemplos de lutas emancipatórias que questionam o sistema de proteção social, como os movimentos anti-imperialistas, que denunciam o amparo oferecido nos países centrais à custa da exploração das populações colonizadas, e os movimentos multiculturalistas, que contestam políticas voltadas à maioria religiosa ou etnocultural em detrimento das minorias. Em comum, esses movimentos expõem as desigualdades produzidas por formas de proteção social que perpetuam os privilégios dos grupos dominantes.

Esse processo não só busca estabilizar os efeitos da economia na sociedade, mas também fortalecer as estruturas sociais para promover mudanças em resposta às injustiças mais amplas de gênero e *raça*, por exemplo. Em um sentido normativo, o movimento triplo incorpora as lutas feministas em um enquadramento distinto daquele oferecido pela dupla conceitual redistribuição e reconhecimento — que ainda integrava o léxico de Fraser em sua tentativa inicial de mapear os avanços do capitalismo globalizado sob uma perspectiva feminista. Sem negar a existência de diferentes demandas por justiça, acompanhadas de um renovado interesse nas lutas estruturais contra o capitalismo, como a luta de classes e as lutas de fronteira, Fraser as integra de forma unitária, na medida em que a emancipação revela tanto um caráter anticapitalista mais tradicional, vinculado ao impulso anti-comodificação, quanto um caráter transformador das hierarquias sociais, englobando demandas voltadas à reorganização dos padrões hierárquicos. Dessa forma, a autora enfatiza a necessidade de uma crítica feminista que transcenda as reformas neoliberais e se articule a um projeto anticapitalista mais amplo.

Convém observar que os desafios colocados por nossa autora ao feminismo pós-neoliberal ecoam sua própria teorização crítica ao capitalismo e à sua crise recente, buscando inserir-se não fora dos impasses desse movimento, mas dentro deles. Dessa forma, a filósofa norte-americana reivindica tanto o feminismo como horizonte programático de seu projeto teórico recente, quanto oferece pistas para sua integração na estrutura conceitual pretendida, atendendo à dupla qualificação para a crítica vista na primeira subseção, a partir de seu artigo *Que é crítico na Teoria Crítica?* Parece-nos que as críticas ao uso de “parâmetros externos” — a autora refere-se constantemente às mudanças histórico-sociais e econômicas — “para julgar os movimentos sociais como insuficientes”³⁰⁴ são melhor balanceadas à luz deste seu artigo de 1985, na medida em que expõe uma vinculação reflexiva e não acrítica, atribuindo-lhes um “momento prescritivo” capaz de apontar as limitações e distorções nos projetos políticos progressistas aos quais os feminismos estão inseridos. Esse “momento prescritivo”, por conseguinte, não deve ser tomado como o ponto final de sua relação com os movimentos contestatórios, mas como o início de uma relação viva, inscrita a partir das urgências do

³⁰⁴ Refiro-me à crítica de Jonas Medeiros (2024), publicada na revista *QuatroCincoUm*, intitulada A Teoria de Tudo. É interessante notar que, para a autora, não apenas o caráter reflexivo é fundamental, mas também a reconstrução normativa interna aos movimentos sociais, anteriormente mencionada, que constitui um aspecto central daquilo que, não sem ironia, considera crítico na Teoria Crítica. No entanto, observamos que a reconstrução, assim como o “momento prescritivo” proporcionado, são acompanhados por um movimento politizador mais amplo, que, segundo Fraser (2018), seria melhor captado pelo par conceitual gramsciano de hegemonia e contra-hegemonia. Essa composição é justaposta pela autora a uma nova leitura do socialismo para o século XXI. Medeiros, por sua vez, enxerga esse gesto como uma tentativa frustrante de antecipar a forma que o socialismo deveria assumir na contemporaneidade. Em nossa visão, a perspectiva socialista de Fraser (2020a; 2022a) permanece deliberadamente vaga, abrindo espaço para que a imaginação política atue sem restrições — o que pode ser tanto um mérito quanto uma limitação.

presente. Em vista disso, nos interessa explorar no próximo tópico as contribuições feministas que parecem informar seu enquadramento conceitual sobre o capitalismo no presente.

4.3 UMA QUESTÃO DE APRESENTAÇÃO

Na mitologia romana, *Jano* é a divindade bifronte da transformação, representada com uma face voltada para o futuro e outra revisitando o que passou. Sua imagem simboliza a dualidade entre passado e futuro, que, embora apontando para direções opostas, coexistem simultaneamente. A postura de Fraser, como delineado nas subseções anteriores, parece refletir essa dualidade em relação aos feminismos. De um lado, nossa autora reconhece os avanços de sua crítica ao androcentrismo “no passado”; por outro, sua ambivalência é apontada quando do foco unidimensional na crítica cultural e o desprezo pelo subtexto econômico à medida que o neoliberalismo avança. No presente imediato, da crise do neoliberalismo, somos novamente confrontados pela tensão entre passado e presente, com uma abertura para a ação potencialmente emancipatória, desde que se superem as “relações perigosas” entre o feminismo — particularmente os ligados a ideais burgueses, como o “feminismo liberal” e o “feminismo do microcrédito” — e o capitalismo. O potencial futurista de ação transformadora do movimento feminista é reconhecido de forma convoluta, impermanente e em constante disputa com os elementos regressivos que também foi capaz de reproduzir.

Nossa caracterização até aqui procurou localizar, no pensamento recente de Nancy Fraser, os dois gumes — tensão entre capitalismo e feminismo — que afiam a sua relação cortante com os feminismos, com especial atenção ao potencial de ação política contra hegemônica deste movimento em um cenário de crise do capitalismo financeirizado. Todavia, cabe destacar que a aproximação de Fraser com a fortuna crítica do referido movimento não se limita a uma associação programática estrita, baseada unicamente em um horizonte compartilhado sobre o desejo de “libertação das mulheres”; ela também orienta sua teoria crítica do capitalismo, exigindo uma realização que propomos denominar como aliança metodológica. Em outras palavras, o desafio de Fraser não se restringe a descrever como as sociedades capitalistas são atravessadas por múltiplos eixos de dominação, que vão muito além do que uma análise puramente econômica pode revelar; consiste, também, em conceber essas relações estruturantes como parte de uma ordem social institucionalizada única e abrangente: a do capital.

Para delinear essa associação, procuraremos reorientar a face de *Jano* da crítica feminista, identificando, ao olhar para o passado das discussões sobre marxismo e feminismo

ou, mais especificamente, entre produção e reprodução, a face do presente-futuro — referimo-nos à crise do neoliberalismo e seu potencial transformador — que orienta aquilo que nossa autora nomeia de “questão de apresentação.”³⁰⁵ Tal questão de apresentação está ligada à como Fraser enquadra sua crítica ao capitalismo, preocupando-se em polemizar com teorizações que reproduzam os sistemas “duplos e triplos” de explicação, que concebem os elementos de gênero e *raça* como categorias separadas ou historicamente autônomas, sem considerar as conexões profundas que as integram ao funcionamento do capitalismo. Essa abordagem fragmentada obscurece como essas dimensões operam juntas na estruturação das relações sociais dentro do sistema capitalista.

Uma perspectiva unitária, por sua vez, permite compreender gênero e *raça* não como aspectos suplementares a serem integrados à tradição crítica da economia política, mas como elementos constitutivos e interdependentes do ordenamento social capitalista. Tal abordagem amplia a crítica ao capitalismo ao evidenciar que este não se sustenta apenas pela exploração econômica dos trabalhadores assalariados para obtenção de lucro, mas também por meio de formas de dominação específicas baseadas em gênero e *raça*, incorporadas para fortalecer interesses produtivos e a ideologia dominante. Desse modo, mesmo desigualdades que aparentam ser externas à economia são estruturadas de forma a garantir a perpetuação da lógica capitalista, com impactos profundos em outras esferas da vida social. Assim, torna-se fundamental adotar uma “teoria unificada na qual todos os modos de opressão (gênero, ‘raça’, classe) estejam ancorados numa única formação social.”³⁰⁶

Nossa intenção de destacar o aspecto unitário de sua teorização recente contrasta com leituras reducionistas que interpretam sua categorização dos feminismos apenas em sua externalidade, focando nas mudanças diagnósticas em que esse movimento contestatório está inserido — e no papel “prescritivo” que a autora assume. Da mesma forma, diverge de interpretações que tendem a inflar o elemento programático, em sentido estrito, de sua associação com os feminismos, desconsiderando o lastro teórico compartilhado que oferece um novo olhar sobre as categorias marxianas. Nossa tarefa fica menos simples se recuperarmos o já citado *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história* onde Fraser estabelece que seu interesse não recai sobre as Teorias feministas em específico, nem sobre grupos sociais ou eventos delimitados, mas sim sobre a segunda onda do feminismo como “um monumental

³⁰⁵ Nancy Fraser utiliza essa expressão em uma entrevista concedida à Verso Books em 2023, intitulada *Nancy Fraser on Capitalism, Gender Oppression, Marxism, and the Post-Left Populist Moment*, disponível em formato de vídeo.

³⁰⁶ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, p.129.

fenômeno social que marcou uma época.”³⁰⁷ Entretanto, ao reorientarmos a face de *Jano* de sua crítica, podemos encontrar na segunda onda do feminismo não apenas o marcante fenômeno social que nossa autora busca destacar, mas uma pertinente forma de enquadramento crítico legado pelas Teorias feministas socialistas e marxistas.

4.3.1 Casamentos e Divórcios entre Feminismo e Marxismo

Em *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union*, a economista norte-americana Heidi Hartmann oferece uma contribuição central ao debate sobre a relação entre patriarcado e capitalismo, tema marcante da segunda onda feminista.³⁰⁸ Nesse contexto, a tradição marxiana é vista como uma ferramenta valiosa para tornar visíveis as relações de gênero hierarquizadas nas sociedades capitalistas. No entanto, também se revela um obstáculo, devido à tendência de silenciar a violência de gênero em seus quadros políticos e teóricos, além de subordinar a opressão das mulheres às questões de classe. A metáfora do casamento infeliz tematiza essas ambivalências ao esclarecer o aspecto crítico dessa aliança à luz da lógica do casamento heterossexual, conforme condicionado pela lei inglesa, onde a medida do casamento: é o homem. Da mesma forma, a medida da relação entre marxismo e feminismos: é o marxismo. Ainda que datado de 1979, o artigo de Hartmann nos permite acessar temas relevantes para nosso propósito, pois questiona a aliança entre o marxismo — capaz de informar uma crítica contundente ao capitalismo — e os feminismos. Do ponto de vista analítico, o texto suscita reflexões importantes: há alguma especificidade na opressão das mulheres? Essa especificidade é um tema secundário para a crítica ao capitalismo, subordinada à dinâmica da exploração de classes?

Segundo Hartmann, repensar essa aliança significa retomar uma intuição de Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, onde o teórico alemão afirma que a história humana é moldada por duas formas de produção socialmente determinadas: a produção de meios de subsistência (material) e a produção de seres humanos para a recomposição da força de trabalho (reprodutiva). O ponto de tensão, para Hartmann, é que essa intuição não foi aprofundada em reformulações posteriores do marxismo, o que fez com que suas categorias — como “classe” e “trabalho” — acabassem se tornando “cegas ao gênero” (*sex*

³⁰⁷ Nancy Fraser (2009), *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, p. 33.

³⁰⁸ De acordo com a periodização de Fraser em *Fortunes of Feminism*, o debate remonta ao primeiro ato do feminismo da segunda onda, entre 1960 e 1980.

blind).³⁰⁹ Isso ocorre porque, embora reconheça a criação de hierarquias dentro da força de trabalho, o marxismo falha em explicar quem ocupa as posições de desvantagem, uma vez que a economia política apenas refletiria as leis de desenvolvimento do capital, essencialmente indiferentes ao gênero. Portanto, o remédio para esse casamento infeliz — considerando que não se levou a cabo a preocupação feminista de investigar a base material da opressão das mulheres — seria justamente inserir mais um sistema àquele do capital: o patriarcado. Diferentemente de abordagens trans históricas³¹⁰, Hartmann concebe o patriarcado como um sistema de hierarquização historicamente situado — estamos tratando, por exemplo, de um “patriarcado capitalista” — que não apenas tem suas expressões refuncionalizadas, mas também suas próprias estruturas modificadas à medida que o modo de produção se altera.³¹¹

A abordagem de Hartmann, assim como o modelo dos sistemas duais em geral, não passou sem contestação, sendo confrontada por diversas autoras em uma coletânea de artigos que criticam a perspectiva do “divórcio” entre marxismo e feminismo.³¹² No campo da Teoria Crítica, Iris Young, que contribui para a coletânea com o texto *Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of the Dual Systems Theory*, oferece contribuições significativas ao debate, apresentando duas críticas centrais que abordam tanto a eficácia da autonomização do patriarcado quanto as implicações dessa abordagem para os rumos da crítica marxista³¹³. Em primeiro lugar, a filósofa argumenta que, embora a opressão das mulheres preexista ao capitalismo — ou seja, não tenha sido criada propriamente em termos capitalistas —, isso não justifica tratar o patriarcado como uma estrutura independente. Seu argumento contrapõe a estrutura patriarcal à divisão de classes, que, embora também historicamente verificável em outros modos de produção, como o feudalismo, não é autônoma em relação ao capitalismo. Em segundo lugar, a autora aponta que as teorias de sistemas duais permitem que a teoria marxista

³⁰⁹ Nossa tradução considera a versão atualizada das investigações feministas, baseando-se nas dinâmicas de gênero em vez da diferenciação sexual à qual Hartmann se refere.

³¹⁰ Cinzia Arruzza, ao retomar o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo no contexto do feminismo norte-americano, contrapõe a posição favorável ao duplo sistema de Hartmann — historicamente situada — à abordagem psicanalítica de Juliet Mitchell, que entende o patriarcado como uma estrutura ideológica e psicológica a-histórica, apenas refuncionalizada pelo modo de produção. Essa retomada é pertinente, pois contextualiza o cenário intelectual em que Fraser formula sua posição política e teórica no interior do feminismo crítico, já perceptível desde os debates sobre reconhecimento e redistribuição.

³¹¹ ARRIZZA, C. Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo? *Lutas Sociais*, n. 27, 2011, p. 162.

³¹² Veja: SARGENT, L. (org.). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Cambridge: South End Press, 1981.

³¹³ Essa discussão foi repaginada no contexto pós-socialista, assumindo a linguagem da disputa entre redistribuição e reconhecimento, como afirma Arruzza. Iris Young atua criticamente em ambos os contextos de discussão, tendo, neste último, criticado Fraser por reproduzir o modelo dual. Em contraste, Fraser afirma que a dupla conceitual supracitada está sendo diferenciada apenas de forma analítica, no que diz respeito às diferentes demandas de injustiça suscitadas neste momento histórico, que apontam para injustiças estabelecidas em uma gramática econômica (exploração, marginalização econômica) e simbólica (dominação cultural, hierarquização social e de status). Cf. Cinzia Arruzza (2011), *Rumo a uma “União queer”*, pp. 164-167.

cristalize suas categorias, tornando-as praticamente inalteradas. Isso ocorre porque, ao assumir que as categorias marxistas seriam irremediavelmente “cegas ao gênero”, a solução apresentada é simplesmente adicionar uma teoria das relações de gênero à teoria marxista, sem realizar revisões mais profundas nas categorias dessa tradição. Além disso, um resultado implícito, mas diretamente ligado ao caráter fragmentário dessa abordagem, é o aprofundamento da separação entre os âmbitos da economia e da cultura, da política e do social. Nesse modelo, o capitalismo corresponderia ao primeiro, enquanto o patriarcado estaria associado aos últimos, gerando uma hierarquização entre relações de classe e de gênero que, apesar de serem relacionais, são tratadas de forma autônoma. Na visão de Young, o caminho mais promissor seria uma revisão substancial do marxismo, que permitisse a construção de um quadro analítico capaz de compreender “as relações sócio-materiais de uma formação social histórica particular como um sistema único no qual a diferenciação de gênero é um atributo central.”³¹⁴

Uma abordagem unitária foi formulada dois anos mais tarde por Lise Vogel, em *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*.³¹⁵ É pertinente destacar que, considerando a periodização de Fraser, a publicação de Vogel é marcada pela ascensão do neoliberalismo em países do norte global, como os Estados Unidos, que enfraqueceu a luta dos trabalhadores vinculados ao registro marxista e reduziu os diálogos com essa tradição de pensamento. Não parece acidental que o pensamento de Vogel tenha sido amplamente retomado apenas recentemente, por autores e autoras da chamada Teoria da Reprodução Social (TRS), já que o feminismo socialista, naquele momento, “se agarrou a uma existência precária, às margens da vida intelectual e política.”³¹⁶ É nesse contexto precário que a autora insere sua crítica às discussões sobre o aspecto material da opressão das mulheres. Diferentemente de Hartmann, que encontra seu ponto de partida nas contribuições tradicionais de Engels, Vogel retoma de forma mais ampla o trabalho de Marx — especialmente os volumes de *O Capital* — para analisar não apenas o lugar das mulheres, mas também o da família e da reprodução da força de trabalho. Com base nessa análise, a socióloga americana desenvolve uma abordagem inovadora, destacando³¹⁷: i. a ênfase no trabalho de reprodução social, em vez do trabalho

³¹⁴ YOUNG, I. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, L. (org.). *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Cambridge: South End Press, 1981, p. 50 tradução nossa.

³¹⁵ Em *Capitalismo em Debate*, Fraser elogia a obra de Vogel, embora, como de costume, sua recepção não seja isenta de críticas. Cf. Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo e debate*, pp. 47-48.

³¹⁶ FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero: introdução à edição de *Marxismo e a opressão das mulheres* na série Historical Materialism. In: VOGEL, L. *Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 55.

³¹⁷ Nos valem os de uma divisão organizada por Bárbara Araújo Machado, que se propõe a explorar não três, mas quatro elementos distintivos da abordagem de Vogel, incluindo em sua análise a “relação entre reprodução

doméstico; **ii.** a divisão promovida pelo capitalismo entre os espaços de produção e reprodução da força de trabalho e; **iii.** a adoção de uma perspectiva unitária.³¹⁸

Ao adotar a noção de reprodução social como alicerce para uma teoria unitária, Vogel busca ir além de explicações empíricas limitadas à situação das mulheres, como aquelas que se concentram na divisão sexual do trabalho, propondo uma abordagem abrangente sobre o desenvolvimento das sociedades capitalistas. Em sua perspectiva, é necessário retomar a ideia marxista de que o motor da história está na tensão entre classes exploradoras e exploradas. Essa luta, por sua vez, não se restringe à disputa por recursos econômicos, mas abrange o controle sobre as condições materiais e sociais que tornam possível a produção; este último seria um elemento crucial para entender as estruturas sociais e as opressões, incluindo as de gênero. Seu interesse pela reprodução da força de trabalho está inserido nessa correlação, visto que ela garante a manutenção e reposição de trabalhadores, indispensáveis para a continuidade do sistema capitalista. Nesse sentido, a autora nos convida a repensar noções tradicionais sobre o conceito de trabalho, que não pode ser entendido de forma naturalizada ou reduzido à sua importância no setor produtivo — frequentemente visto como o palco privilegiado da luta de classes — que opõe o trabalhador assalariado, que produz valor, ao capitalista ávido por lucro. Em suma, sua contribuição enfatiza que as sociedades capitalistas não são autossuficientes, dependendo de mecanismos que garantam tanto sua produção quanto sua reprodução. Essa dependência reforça a necessidade de expandir a crítica para além do espaço do trabalho formal, reconhecendo a interconexão entre a reprodução social e a sustentação do sistema capitalista como um todo. Desse modo, a contribuição de Vogel promove mudanças importantes nas categorias de Marx, que são melhor visualizadas a partir do artigo de Johanna Brenner e Barbara Laslett, *Social Reproduction and Women's Self-Organization*.

Em seu *O Capital*, livro I, Marx conceitua a reprodução social como a perpetuação das relações capitalistas, pois a produção capitalista “encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadorias, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e, do outro, o assalariado.”³¹⁹ Em outras palavras, trata-se da reprodução incessante das próprias condições de produção, das relações de classe e da força

biológica e a opressão de gênero”. de ser um ponto provocativo do trabalho de Vogel, com relevância para sua recepção contemporânea, esse elemento não será comentado em sua amplitude. Cf. ARAÚJO MACHADO, B. A Teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, v. 15, n. 3, 2023, p. 36.

³¹⁸ Bárbara Araújo Machado (2023), *A teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético*, pp. 36-40.

³¹⁹ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo II. Tradução de Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 673.

de trabalho com a qual o capital se nutre em sua ferrenha busca pela valorização do valor. Portanto, o funcionamento de seu modo de produção determina o modo de reprodução.³²⁰ Isso não significa, porém, que todo aspecto da reprodução social, compreendida como os processos pelos quais o conjunto do sistema se reproduz em sua totalidade, produza valor por si só, de modo que o Estado, a família, a cultura, a ideologia, etc., âmbitos que também fazem parte da reprodução das condições de produção capitalista, não estão, eles mesmos, vinculados à relação social entre pessoas que produzem mercadorias, ou seja, o valor. A conceituação de Marx em torno da reprodução social, desse modo, se apresenta ora relacionada com a perpetuação da relação salarial, ora com a reprodução de um modo de vida determinado pelas relações de produção.

No contexto da dubiedade do conceito e de seu subdesenvolvimento no que diz respeito à reprodução da força de trabalho especificamente, na década de 1990, Johanna Brenner e Barbara Laslett sugerem uma distinção terminológica entre “reprodução societal” e “reprodução social” que ajuda a definir esse novo campo de estudos, oferecendo uma espécie de coesão interpretativa, além de destacar a contribuição sobre a qual se inclina a crítica feminista marxista inicial. Enquanto o termo “reprodução societal” indica a reprodução de um sistema inteiro de relações sociais sobredeterminadas pelo modo de produção, a “reprodução social” se refere ao domínio amplo da renovação e da manutenção da vida, que comporta três elementos: a reprodução geracional da força de trabalho, a reprodução cotidiana da força de trabalho e a reprodução das necessidades de cuidado.³²¹ Vale ressaltar que, na definição de Brenner e Laslett, a reprodução societal abrange a reprodução social, de modo que as relações de classe, em sua especificidade, definem os contornos da realização da reprodução social. Assim, o campo da reprodução social vem “destacar a centralidade do trabalho de manutenção da vida e de reprodução da próxima geração como uma parte do trabalho necessário³²² no interior de todo o processo de reprodução societal.”³²³ Ainda, sob a ótica da reprodução societal, a reprodução social é a reprodução da classe trabalhadora em sua totalidade, não apenas

³²⁰ Nas palavras de Marx: “se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução.” Cf. Marx (1984), *O capital* – v I, p. 660.

³²¹ Essa divisão compreende a contribuição de Vogel, ressaltamos, porém, que ela passará por ampliações em releituras posteriores. Ver: CARRASCO, C. A economia Feminista: Um Panorama sobre o Conceito de Reprodução. In: Dossiê Economia Feminista. *Revista Temáticas*, Campinas, 26, (52): 23-30, ago./dez. 2018.

³²² Para Marx, no contexto exploratório das sociedades de classe, o tempo de trabalho disposto pelos trabalhadores produtivos pode ser dividido entre trabalho necessário e trabalho excedente. O trabalho necessário seria o tempo de trabalho gasto para a reprodução das necessidades básicas, físicas e subjetivas, do/a trabalhador/a. Já o tempo de trabalho excedente seria aquele realizado para além do escopo de suas necessidades, voltado para produção de excedente a ser expropriado pela classe dominante.

³²³ BRENNER, J.; LASLETT, B. Social reproduction, and women’s self-organization: considering the US welfare state. *Gender and Society*, v. 5, n. 3, 1991, pp. 383-384 tradução nossa.

daqueles que se encontram no setor produtivo, incluindo, portanto, crianças, idosos, entre outros que não estão diretamente incorporados na produção de valor.

Segundo Cinzia Arruzza, foram as feministas marxistas e socialistas que destacaram o fato de que não só da perpetuação da relação salarial vive os processos de reprodução social, pois certamente os/as trabalhadores/as não brotam do chão, como cogumelos, prontos para vender sua força de trabalho ao capitalista. O processo de reprodução deve, portanto, também abordar:

[...] manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional [...] a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, [...] e todo caminho até as questões de sexualidade.³²⁴

Essa contribuição emerge no trabalho de Vogel, que argumenta ser essencial compreender não apenas como ocorre a exploração do trabalho produtivo, mas também como se dá a produção da produção do mais-valor, atribuindo centralidade aos processos que atendem às necessidades “[...] contínuas dos portadores da força de trabalho como indivíduos humanos, [...] assim como processos que reponham trabalhadores que morreram ou foram retirados da força de trabalho viva.”³²⁵ Embora o espaço doméstico e a família tenham historicamente concentrado essa função, sua contribuição nos permite repensar essas instâncias no contexto mais amplo da organização e sustentação das sociedades capitalistas. Em decorrência de sua escolha metodológica, a autora argumenta que a base da opressão das mulheres não está localizada no espaço familiar, embora este tenha desempenhado um papel central na subordinação das mulheres nessas sociedades. Para Vogel, a origem da opressão reside na capacidade das mulheres de contribuir para a reprodução geracional dos trabalhadores. Sua abordagem visa destacar que a concepção da família como o principal espaço de opressão das mulheres, sustentada por um patriarcado trans histórico que coloca homens contra mulheres, falha em captar o nível de abstração necessário para compreender a persistência da desigualdade de gênero no capitalismo. Além disso, essa visão implica uma fetichização da família, ao tratá-la como o núcleo da reprodução social total, restringindo a renovação da força de trabalho às suas dinâmicas internas de substituição geracional. Em contraposição a essa perspectiva, Vogel destaca que a manutenção da força de trabalho pode ser realizada por outras instituições, como campos de trabalho ou instalações coletivas, e que sua geração pode ocorrer por meio da

³²⁴ ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015, p. 55.

³²⁵ VOGEL, L. *Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 236.

imigração ou escravização, além de, quando historicamente possível, ser compartilhada com o Estado.

Nesse cenário, a mistificação da importância do trabalho de reprodução social em geral, e do trabalho doméstico em particular, não decorre da dissociação entre os âmbitos público e privado como reflexo de um patriarcado a-histórico. Pelo contrário, essa divisão constitui uma "superestrutura ideológica" que reflete a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Esse entendimento evidencia que a opressão das mulheres está ligada à distinção entre os aspectos visíveis e invisíveis que sustentam as sociedades capitalistas, uma vez que trabalho produtivo e reprodutivo são tratados de maneira diferenciada. O primeiro é visível e controlado nas fábricas, enquanto o segundo é invisível e relegado ao âmbito privado da família. Nas palavras de Vogel:

O impulso do capitalismo para aumentar a mais-valia por meio do aumento da produtividade, especialmente via industrialização, força uma severa separação espacial, temporal e institucional entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista. Os capitalistas devem organizar a produção para que, cada vez mais, ela esteja sob seu controle direto em oficinas e fábricas [...]. Ao mesmo tempo, o salário medeia tanto os processos de manutenção diária quanto os de reprodução geracional, complementado ou, algumas vezes, substituído por benefícios estatais. [...] Essas duas características – a separação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico e o pagamento de salários – são materializadas no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para a realização do trabalho doméstico.³²⁶

A introdução da obra de Vogel nos permite identificar os esforços iniciais para o desenvolvimento de uma compreensão integrada das relações de opressão no capitalismo. Defendendo a ideia de um "casamento" entre feminismo e marxismo, a autora propõe a expansão das categorias de Marx por uma perspectiva feminista, estabelecendo as bases teóricas dessa união. Essa proposta será revisitada e aprimorada em formulações posteriores, na tentativa de superar as limitações observadas no trabalho de Vogel, como sua forte influência althusseriana e a dificuldade de integrar a questão racial em sua análise; além da necessidade de responder aos novos desafios impostos pela ascensão do neoliberalismo. A recepção da autora no Brasil, como demonstrado por Rhaysa Ruas e Bárbara Araújo, busca superar essas limitações, trazendo à tona as contribuições das feministas negras para as leituras da TRS.³²⁷ Nosso interesse em retomar a obra de Vogel, por sua vez, se alinha com a necessidade de delimitar as origens feministas marxistas em torno de uma abordagem unitária, que não apenas reconheça o caráter sistêmico da exploração do trabalho assalariado, mas também examine os

³²⁶ Lise Vogel (2022), *Marxismo e a opressão às mulheres*, pp. 350-351.

³²⁷ RUAS, R. Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, 2021; ARAÚJO MACHADO, B. A Teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, v. 15, n. 3, 2023.

contextos e as estruturas subjacentes que tornam essa exploração viável, ampliando a compreensão das relações sociais e econômicas que sustentam o sistema capitalista.

4.3.2 A Teoria da Reprodução Social (TRS)

Ao longo da última década, testemunhamos o surgimento de uma série de estudos críticos feministas voltados para a reprodução social, impulsionados por um interesse renovado na teoria marxista, em resposta às implicações destrutivas do neoliberalismo. Esse cenário desencadeou a financeirização massiva da reprodução social e da vida, originando fenômenos paradigmáticos como a crise econômica de 2007-2008 e a "crise do cuidado". A orientação dessas investigações, embora não estritamente coordenadas, são comumente referenciadas como TRS. Nesse contexto, como sugere Vivian Rodríguez-Rocha, há uma necessidade crescente de que os estudiosos da reprodução social se concentrem sobre questões persistentes no feminismo marxista contemporâneo, tais como "a produção do valor, as relações entre exploração e opressão, a corporificação e subjetividade de sujeitos de classe, e a teorização dos elementos da reprodução social em geografias heterogêneas e desiguais."³²⁸

A obra *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*, organizada por Tithi Bhattacharya, tem como objetivo delinear os contornos gerais da TRS, reunindo contribuições de autores como David McNally, Cinzia Arruzza e Susan Ferguson, entre outros. Um ponto de destaque é a inclusão de uma versão revisada do artigo *Contradictions of Capital and Care*, de Nancy Fraser, originalmente publicado em 2016 na *New Left Review*, reforçando a aproximação de nossa autora com essa linha teórica. Bhattacharya defende a articulação entre a crítica da economia política e as contribuições do feminismo marxista, buscando recuperar aspectos frequentemente negligenciados da teoria marxiana e aprofundar a compreensão das conexões entre as relações sociais econômicas e extraeconômicas. A TRS distingue-se por propor uma teoria unitária do capitalismo, que integra as categorias de classe, gênero e *raça*, rejeitando modelos baseados em sistemas duplos ou triplos que tratam patriarcado e capitalismo como estruturas autônomas.

Ademais, os textos reunidos por Bhattacharya questionam as abordagens tradicionais que restringem a reprodução social ao domínio feminino, propondo uma perspectiva feminista socialista que entende as opressões como interdependentes e historicamente situadas. Para isso,

³²⁸ RODRÍGUEZ-ROCHA, V. Social reproduction theory: state of the field and new directions in geography. *Geography Compass*, v. 15, n. 8, e12586, 2021, p. 1 tradução nossa.

é essencial superar a concepção de uma contradição primária, como a oposição entre trabalhadores e capitalistas no setor produtivo, considerada o único campo legítimo de transformação, e revisitar criticamente teorias fragmentárias de opressão — incluindo, em especial, uma crítica ao conceito de interseccionalidade. No que diz respeito ao neoliberalismo, as contribuições da coletânea concentram-se na forma como essa fase do sistema capitalista exacerba a exploração e a precarização do trabalho em geral, e do trabalho reprodutivo em particular, invisibilizando ainda mais sua centralidade para a manutenção do capitalismo. Nesse sentido, a perspectiva unitária é destacada como ferramenta crítica capaz de revelar essa dinâmica, uma vez que a crise da reprodução social gerada pelo neoliberalismo não é um subproduto, mas uma contradição central do capitalismo contemporâneo.

Segundo Arruzza, a adoção de noções que consideram a opressão patriarcal e racial como autossuficientes, com a intenção de explicar a persistência das discriminações sofridas sob o domínio do capital, “equivale a recorrer a um *deus ex machina* teórico ou a pressupor precisamente aquilo que precisa ser explicado — uma petição de princípio, portanto.”³²⁹ Embora essa perspectiva tente desnaturalizar e politizar a experiência de sofrimento de corpos generificados e racializados, ela, de acordo com uma concepção unitária, não é capaz de fornecer uma explicação robusta das dinâmicas entre exploração capitalista e opressão de gênero. É a partir dessa perspectiva que David McNally critica a interseccionalidade, argumentando que, embora destaque o entrecruzamento de gênero, *raça* e classe, essa abordagem falha em fornecer uma explicação integrada das relações sociais que os constituem. Em consonância com os estudiosos da TRS, defende-se que o capitalismo não deve ser compreendido apenas como um conjunto de leis econômicas, mas como uma ordem social complexa, cujas relações centrais envolvem exploração, dominação e alienação. A partir dessa perspectiva, a vida social é entendida em sua multidimensionalidade, a qual se torna obscurecida quando se presume que suas partes possam ser tratadas como ontologicamente autônomas. Ao situar relações de opressão, como a racial, no contexto da totalidade social capitalista, McNally afirma:

O racismo tem características específicas que nos permitem distinguir, em primeira instância, do sexismo. Mas essas distinções não fornecem definições exaustivas. Eles fornecem um ponto de partida do qual o pensamento desdobra as relações internas de partes com outras partes e com o sistema orgânico como um todo. O racismo, em outras palavras, pode ser entendido como uma totalidade parcial com características únicas que devem, em última análise, ser apreendidas em relação às outras totalidades parciais que compõem o todo social em seu processo de transformação. Cada totalidade parcial, cada sistema parcial dentro do todo, possui características únicas (e uma certa “autonomia relativa” ou, melhor dizendo, autonomia relacional). O “sistema coração-pulmão”, por exemplo, constitui uma totalidade parcial dentro

³²⁹ Cinzia Arruzza (2015), *Considerações sobre gênero*, p. 43.

do organismo humano como um todo. Mas nenhuma parte (ou totalidade parcial) é ontologicamente autônoma em si. Cada parte é (parcialmente) autônoma e dependente, (parcialmente) separada e ontologicamente interconectada. Consequentemente, ninguém pode ser adequadamente compreendido como uma unidade autossuficiente fora de sua condição de membro de um todo vivo. Naturalmente, o todo orgânico é constituído em e através de suas partes – são estas partes que lhe dão determinação e concretude – mas ele não é redutível a suas partes. É algo maior e mais sistemático que uma mera soma aditiva. [...] Uma totalidade concreta alcança a concretude (“determinação”) através das diferenças que a compõem. Ao mesmo tempo, cada uma dessas diferentes partes carrega o todo dentro dela; como elementos da vida, sua reprodução é impossível fora do todo vivo.³³⁰

Nos *Grundrisse*, Marx descreve o concreto como “[...] a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade.”³³¹ A ideia de “unidade da diversidade”, compreende o sentido do materialismo segundo o qual a TRS procura se estabelecer, onde o real é entendido como síntese de múltiplas determinações concretas que são simultaneamente distintas e interligadas, formando um todo contraditório.³³² A totalidade social, portanto, é composta por relações sociais concretas que adquirem seu sentido sistemático ao se relacionarem entre si. O conceito de totalidade de Marx, como relido por essa tradição, nos permite perceber as relações específicas dentro do capitalismo sem que elas sejam homogêneas, respeitando suas distinções, mas sempre dentro de uma estrutura que as unifica contraditoriamente. Nesse sentido, McNally nos lembra que a compreensão das relações sociais, como a racial, só pode ser realizada a partir de sua articulação com as outras relações que estruturam a totalidade social capitalista. Mesmo que o patriarcado e a supremacia branca existam antes da globalização do capitalismo, é o próprio sistema que reconfigura essas hierarquias e as incorpora em seu funcionamento, solidificando-as. Entretanto, isso não implica que as partes do sistema sejam simples expressões do todo, mas que há uma lógica que articula e organiza essas relações dentro de uma totalidade histórica contraditória. Compreendida dialeticamente, uma narrativa totalizante não exclui necessariamente as diferenças entre suas partes constitutivas, permitindo uma explicação das dinâmicas contraditórias do capitalismo a partir de suas interações e interdependências.³³³

Entender o capitalismo como uma totalidade histórica contraditória é uma das principais contribuições dessa linha de pensamento para os feminismos, pois revela que o capitalismo

³³⁰ MCNALLY, D. Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, T. (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press, 2017, pp. 105-106 tradução nossa.

³³¹ MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer; Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 54.

³³² Veja: RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*. 2021.

³³³ O sentido de dialética trabalhado por essa tradição pode ser examinado no próprio texto de McNally, mas também no de Bárbara Araújo Machado (2023).

articula diversas relações sociais em torno de uma lógica comum de valorização e acumulação de capital, sem, contudo, eliminar suas particularidades. O sentido compartilhado da unificação estrutural e institucional de opressões e hierarquias sociais, por sua vez, são feito opacos na medida em que essa unificação se apresenta em uma realidade fragmentária.³³⁴ A separação entre reprodução e produção, materializada pela especialização das atividades em trabalho produtivo e reprodutivo, reforça a ideia de que essas esferas podem ser compreendidas isoladamente, desconsiderando suas interconexões. Em contrapartida, a ênfase na unificação permite desnaturalizar tais divisões no tecido social, ampliando a percepção das relações de poder e exploração que as sustentam. A identificação do papel da opressão racial e de gênero no processo de especialização do trabalho e na divisão institucional entre público e privado possibilita a construção de suas bases compartilhadas. Contudo, a institucionalização dessas opressões não ocorre de forma homogênea ou imutável, apresentando variações e dinâmicas específicas que demandam investigação, evidenciando a necessidade de preservar a ideia de “totalidade parcial” como horizonte analítico. Além disso, a existência de um eixo unificador não implica que as totalidades parciais sejam completamente subordinadas sem resistência; pelo contrário, contradições internas à formação social capitalista podem entrar em tensão com os fundamentos totalizantes do capital e gerar crises internas.

Nesse contexto, o conceito de "determinação" em Marx não se refere à redução da sociedade a uma relação de causa e efeito com a "economia", seguindo a metáfora infraestrutura-superestrutura, mas sim a noção de que a forma como a produção e a distribuição de riqueza são organizadas estabelece os limites e as possibilidades para outras áreas da vida social. Esse processo, como já afirmava Vogel (2020), não ocorre de forma solitária, sendo mediado por lutas sociais em torno do controle dos (des)caminhos da produção, o que implica em uma abordagem dialética e historicamente situada. A crítica a modelos explicativos que fomentam a fragmentação da realidade social, portanto, responde a preocupações mais amplas, na medida em que a reprodução incessante das relações não consegue explicar os processos contraditórios característicos do capital. Como destaca Cinzia Arruzza (2015), “[...] na medida em que tudo determina tudo o mais, a noção de determinação perde sua função explicativa.”³³⁵

Quando expandida além de suas delimitações mais restritas, a noção de reprodução social torna-se uma ferramenta analítica capaz de oferecer um novo acesso à realidade

³³⁴ A noção fragmentária da realidade social não se resume à separação entre produção e reprodução; como vimos no primeiro capítulo, essa noção também diz respeito à separação entre economia e política, por exemplo. O resultado dessa divisão é a exclusão dos conteúdos sociais e políticos da "esfera econômica", o que acaba por invisibilizar a persistência do capital no poder público e sua tendência de crise, conforme destaca Fraser (2018).

³³⁵ Cinzia Arruzza (2015), *Considerações sobre gênero*, pp. 36-37.

socioeconômica. Ao enfatizar a relação intrínseca entre o econômico e o social, essa perspectiva contesta a separação artificial entre produção e reprodução, evidenciando a complexidade das dinâmicas do tecido social e suas crises. Ademais, abrange diversas tarefas e atividades, como os trabalhos de cuidado, que não se limitam ao âmbito doméstico. Essa ampliação ocorre não apenas pela superação do espaço físico do lar, mas também pela incorporação de diferentes necessidades, integrando a crítica da economia política às sobreposições entre classe e opressão social. Dessa forma, a perspectiva revitaliza as lutas feministas em dois sentidos: **i.** demonstra que a produção capitalista depende da fragmentação dos laços sociais para selecionar um tipo específico de trabalhador ou trabalhadora — o/a produtivo/a — cuja inclusão no sistema visível de produção é condicionada por hierarquizações sociais específicas. Tais hierarquias, longe de serem neutras, são moldadas por relações de poder heteropatriarcais, coloniais, raciais e capitalistas, que se interconectam e se sustentam mutuamente. Em suma, a TRS busca demonstrar como certas formas de opressão e hierarquização social moldam a forma como a exploração do trabalho ocorre nas sociedades capitalistas; **ii.** introduz uma inovação nas análises feministas da reprodução social, ao reconhecer os trabalhos de cuidado doméstico como parte essencial dos processos de reprodução, mas ampliando o escopo para incluir os cuidados realizados fora do ambiente doméstico. Isso rompe com a dicotomia público-privado, canalizando as lutas feministas para um horizonte mais amplo de transformação social, que aborda tanto as condições de vida das mulheres — e outros grupos vulnerabilizados — quanto a insustentabilidade do sistema capitalista como um todo.³³⁶

Enquanto lente analítica, a crítica feminista postulada nos permite acessar de maneira singular as formas de exploração, especialmente as que atingem os corpos feminizados, que permeiam as sociedades capitalistas, ao lançar luz sobre o terreno oculto da produção capitalista — a reprodução social. Isso promove uma ruptura com a gramática privatizante e de acumulação do neoliberalismo, abrindo espaço para uma crítica — e uma agenda — que se desdobra em defesa da sustentabilidade do tecido social, tendo como norte o fim da despossessão.³³⁷ A estratégia de pensar a economia — e sua fronteira na vida social — em

³³⁶ A TRS se distingue de abordagens como as de Silvia Federici ao afirmar que o trabalho reprodutivo não gera valor; ou seja, a reprodução não está inserida nas cadeias de mercado enquanto produtora de mercadorias. Em contrapartida, as feministas autonomistas enfatizam a reprodução social como um elemento crucial para a criação de valor, e dirigem duras críticas à perspectiva marxista por não reconhecer o trabalho doméstico como produtor de valor, considerando-o, assim, desvalorizado em relação ao trabalho fabril. Ainda, pensar o trabalho doméstico como gerador de valor fortalece as demandas feministas autonomistas por reconhecimento e remuneração do trabalho reprodutivo — uma iniciativa que não responde às demandas abrangentes da TRS. Para uma análise crítica dessas duas posições teóricas, ver: MEZZADRI, A. A Value Theory of Inclusion: Informal Labour, the Homemaker, and the Social Reproduction of Value. *Antipode*, Issue 4, v. 53, 2021; FERGUSON, S. *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2020.

³³⁷ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, p. 45.

setores “visíveis” e “invisíveis” não é nova, sendo a figura do terreno oculto uma elegante denominação de Marx para abordar a dinâmica ocultada da produção, sustentáculo da esfera visível da relação capitalista, a circulação de mercadorias. A inovação da crítica feminista reside na demarcação do diferencial de exploração, especialmente sob a perspectiva concreta das mulheres, revelando o lugar ocupado por esses corpos nas relações sociais, de modo a visibilizar dinâmicas até então obscurecidas nos processos de produção capitalista. Consequentemente, esse esforço não se caracteriza como uma versão “guetificada” ou “particularista” do pensamento de Marx, mas como uma nova perspectiva a respeito da economia política — não restrita a uma visão produtivista — e das lutas sociais. Esse último elemento marca os trabalhos recentes da TRS, que procura articular uma ideia ampliada de classe trabalhadora, que não se limita à imagem estática do homem assalariado fabril. Nas palavras de Battacharya:

[...] a classe trabalhadora, para o marxista revolucionário, deve ser percebida como todos da classe produtora que tenham participado, ao longo de sua vida, da *totalidade da reprodução da sociedade* - independentemente do trabalho ter sido pago pelo capital ou se permaneceu não-pago.³³⁸

Bhattacharya argumenta que o potencial de universalização desse aporte analítico reside na construção de um projeto de futuro anticapitalista com alcance global. Esse projeto não se limita a confrontar as desigualdades de gênero nos limites do Estado-nação, nem a contestar as diferenças de *raça* e gênero entre trabalhadores por meio de apelos morais que os incentivem a “‘fazer a coisa certa’ e adotar posturas feministas e antirracistas, sem oferecer razões concretas para tal.”³³⁹ Em vez disso, a TRS enfatiza a necessidade de abordar as relações sociais desiguais em sua totalidade, superando as dicotomias entre produção e reprodução social, bem como entre infraestrutura e superestrutura. Na perspectiva dessa tradição, embora os homens brancos da classe trabalhadora possam usufruir de certas vantagens sociais decorrentes das hierarquias de gênero e *raça*, sua condição de explorado, alinhada à precarização dos meios de reprodução da vida em geral, revela destinos interligados que levam à subordinação e à desumanização de trabalhadores racializados, assim como de mulheres brancas e racializadas. Portanto, é a partir da compreensão dessa precariedade compartilhada que se torna possível estabelecer termos mais amplos tanto para a solidariedade — em torno de uma pauta comum anticapitalista, capaz de desafiar a exploração econômica e as hierarquias de gênero e *raça* — quanto para estratégias políticas voltadas a uma luta unificada.³⁴⁰

³³⁸ BHATTACHARYA, T. *Social Reproduction Theory*: remapping class, recentering oppression. London: Pluto Press, 2017, p. 102 tradução e grifo nosso.

³³⁹ Tithi Battacharya (2017), *Social Reproduction Theory*, pp. 14-15 tradução nossa.

³⁴⁰ A noção de solidariedade, encontrada nos escritos de Vogel, é analisada mais de perto por Ferguson. Ver: FERGUSON, S. *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2020, pp. 110-114; 134-137.

O registro crítico que acompanha a empreitada feminista do “casamento” encontra ecos no trabalho de Fraser, especialmente em seu livro com Rahel Jaeggi, *Capitalismo em debate*, no qual se revisita a discussão sobre os sistemas duplos e triplos, reafirmando a relevância de uma unificação teórica entre opressão e exploração para uma crítica do capitalismo verdadeiramente abrangente. A partir dessa perspectiva, a contribuição de Iris Young permite contextualizar os elementos centrais do debate para a última subseção. De modo geral, as formas autonomizadas de associar a dominação das mulheres — assim como a de corpos feminizados e racializados — à ampla escala social em que estão inseridas podem aprofundar o divórcio entre críticas estruturais, voltadas a explicar as raízes da ordem social capitalista, e críticas às hierarquizações regressivas presentes no tecido social, estas frequentemente ligadas a movimentos políticos de “identidade”. O resultado dessa dissociação é a produção de críticas monovalentes, incapazes de mobilizar reivindicações contundentes de justiça social em um contexto de avanço global da precarização capitalista. O oposto — isto é, uma crítica ao capitalismo que ignore os elementos de racialização e generificação — também se configura como crítica monovalente. O desafio, como observa Young, consiste na elaboração de uma abordagem unificadora.

4.3.3 Fraser e a Reprodução social: perspectivas unitárias

Em seus textos anteriores, Fraser analisa a problemática aliança entre feminismo e neoliberalismo por meio da lente polanyiana, que destaca as tensões entre mercado e sociedade, também descritas pela autora como conflitos entre capitalismo e feminismo. Contudo, a crise do capitalismo neoliberal abre espaço para uma reconfiguração das potencialidades críticas e políticas dos feminismos, além de renovar a urgência de pensar uma teoria crítica do capitalismo e suas crises. Nesse contexto, Fraser sugere uma convergência com a teoria marxista, uma tradição de pensamento que poderia oferecer bases para uma crítica integrada ao capitalismo e, ao expandir seu alcance em direção aos terrenos ocultos, seria capaz de incluir os ideais do “feminismo, do multiculturalismo, do pós-colonialismo, do pensamento ecológico e da ‘virada cultural’ (*cultural turn*).”³⁴¹ Sua adesão crítica à tradição marxiana se torna mais clara em textos subsequentes, como *Por trás do laboratório secreto de Marx – por uma concepção expandida do capitalismo* e *Por que dois “Karls” é melhor do que um: integrando Polanyi e Marx numa teoria crítica da crise atual*. Embora seja possível identificar uma

³⁴¹ Nancy Fraser (2011b), *Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo*, p. 618.

conexão entre seu pensamento e o feminismo marxista, especialmente sob a ótica metodológica da TRS, é essencial destacar que essa adesão não é absoluta. Assim, torna-se relevante incorporar a leitura de Marx que Fraser considera produtiva em sua obra mais recente, atentando para as premissas compartilhadas entre as abordagens, assim como suas diferenças.

Como vimos anteriormente, Fraser retoma a investigação dos terrenos ocultos de Marx, que identifica nas formas de acumulação e exploração do trabalho assalariado as bases da produção de riqueza no capitalismo. No entanto, a autora propõe expandir esse quadro, estabelecendo uma abordagem complementar à de Marx. Seu objetivo não é apenas analisar a produção capitalista e sua tendência sistêmica à crise como uma contradição intraeconômica, mas também revelar as condições de fundo e os diferentes domínios que estruturam esse ordenamento social. Em sua argumentação, nossa autora sustenta que o capitalismo se mantém por meio da separação da economia de outras dimensões fundamentais, como a reprodução social, a política e a natureza. Essa fragmentação possibilita a apropriação indireta desses elementos pelo capital, mascarando sua dependência dessas esferas. Longe de serem naturais, essas divisões são construções históricas que garantem a acumulação capitalista ao transferir custos para além do setor produtivo, que não são restaurados, remunerados ou distribuídos de forma equitativa.

Com base nesse entendimento, podemos considerar que a noção de reprodução social assume uma orientação metodológica para Fraser. Ela não apenas representa uma condição de fundo essencial às sociedades capitalistas, mas também se revela como um espaço repleto de contradições, que exigem uma explicação sistemática e podem indicar estratégias de ação verdadeiramente transformadoras. Todavia, a associação de Fraser não se limita a Marx — com sua ênfase nas dinâmicas de exploração do trabalho, formal ou informal. Ao integrar Polanyi em sua análise, Fraser evidencia distinções significativas em seu ponto de partida teórico, especialmente em comparação com a abordagem anteriormente apresentada no contexto da TRS.

A TRS, a partir da perspectiva feminista marxista, enfatiza o caráter “doméstico” do trabalho socialmente necessário e assalariado ao expandir o conceito de reprodução social. Em virtude disso, evidencia-se que a reprodução da força de trabalho fora dos espaços produtivos tradicionais constitui um pilar essencial para a sustentação do capitalismo, na medida em que este se caracteriza pela exploração do trabalho, conforme revelado por Marx em sua investigação dos terrenos ocultos. O lado subterrâneo dessa análise é identificado na abordagem feminista marxista na figura da reprodução social, pois as condições de existência e manutenção do trabalho assalariado — e, conseqüentemente, do lucro a ser expropriado — realizam-se por

meio da institucionalização da separação entre produção e reprodução. As implicações dessa ênfase na reprodução social, bem como a consequente expansão da categoria “trabalho” para abarcar não apenas sua relação com o setor produtivo, levam as autoras a considerar não a mercadoria, mas o trabalho humano como força motriz do capital, responsável não apenas pela criação de mercadorias, mas também pelo sustento e manutenção da vida dos trabalhadores e da sociedade em geral.

Nessa orientação, tanto a abordagem de Nancy Fraser quanto a da TRS rejeitam a perspectiva da comodificação total das sociedades capitalistas, afirmando a dependência do sistema de lógicas e processos abertos, que envolvem a ação de indivíduos, instituições — como a família — e frações de classe articuladas, cujos efeitos não são totalmente determinados pela mercantilização, embora muitas dessas ações sigam de fato a mesma lógica de acumulação. Além disso, ambas reconhecem que a busca incessante por autovalorização e a exploração do trabalho — considerados a “parte sistêmica” do capital — definem os limites da sociabilidade em geral, como evidenciado no conceito de “tempo excedente” trabalhado por Fraser ou na relação entre “reprodução social” e “reprodução societal”, mencionada em subseções anteriores. De todo modo, a escolha de Fraser de iniciar seu artigo *Por trás do laboratório secreto de Marx* destacando o “tempo excedente” — como indicativo da relação mais ampla entre mercado e sociedade — em vez de focar no “tempo socialmente necessário” associado ao trabalho assalariado, que ganha nova dimensão na perspectiva feminista marxista, aponta para uma diferença conceitual mais ampla entre as abordagens.³⁴² Isso ocorre porque, em seus textos, como *Contradições entre capital e cuidado* e *Capitalismo em Debate*, a centralidade da categoria “trabalho” não comporta os mesmos contornos da crítica feminista marxista.³⁴³ Em nossa visão, essa diferença vem dos diálogos da autora com a Teoria Crítica — que promove a distinção entre trabalho e interação, por exemplo.

Embora Fraser se distancie do subtexto conservador presente no trabalho maduro de Habermas, a contribuição do autor sobre como a posição social e a experiência dos indivíduos não se reduzem à inserção no sistema produtivo — ou, no caso da reprodução social, ao improdutivo — ainda lhe é útil.³⁴⁴ Esse reconhecimento torna-se particularmente relevante ao considerarmos que tais práticas se situam em um contexto democrático. Há, certamente, concordância da filósofa norte-americana com a perspectiva feminista marxista quanto ao fato de que a reprodução social constitui um trabalho, gera estratificação de classes — daí a

³⁴² Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto de Marx*, p. 709.

³⁴³ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 48.

³⁴⁴ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 196-198.

importância de uma luta de classes expandida — e produz injustiças refletidas em hierarquizações de gênero e *raça*.³⁴⁵ Entretanto, Fraser insiste em politizar esse conceito, abrangendo dimensões como intersubjetividade e cultura. Não à toa, sua noção de reprodução social pode ser comparada ao conceito de mundo-da-vida de Habermas. Ainda assim, parece sensato preservar o caráter distinto das abordagens, já que a clivagem de classe e o papel do trabalho não aparecem no pensamento do filósofo alemão da mesma forma. Sob esse enfoque, o uso do termo reprodução social aproxima Fraser do empreendimento feminista, tratando-o como parceiro teórico na investigação dos terrenos ocultos — um aceno à postura interdisciplinar indispensável em tempos de crise multidimensional.

Nesse cenário, Fraser busca ampliar a noção de reprodução social, incorporando não apenas sua relevância para a reprodução de seres humanos para o trabalho no capitalismo, mas também aspectos como socialização, subjetivação, construção e reconstrução da cultura, bem como as múltiplas camadas de intersubjetividade. Essas camadas englobam solidariedades, significados sociais e horizontes de valor que moldam a forma como vivemos e nos expressamos. Sob essa ótica, sua abordagem não se limita ao enquadramento feminista marxista; pelo contrário, a autora expande seu escopo para integrar diferentes perspectivas, fortalecendo esse corpus conceitual de maneira ampliada. Assim, além de dialogar com as concepções habermasianas, Fraser aponta para a necessidade de associá-las a *insights* de autores como Foucault, Bourdieu e os novos hegelianos. Tal articulação permite compreender a reprodução social não apenas em relação à ampliação da categoria trabalho ou à base da opressão das mulheres, mas também em direções sensíveis à subjetivação, ao *habitus* e à dimensão ética da cultura. Nas palavras da autora:

À diferença das feministas-marxistas, que associam essa atividade exclusivamente à esfera doméstica do lar³⁴⁶, vejo-a ocorrer em diversos lugares, incluindo, como acabo de mencionar, vizinhanças, associações da sociedade civil e agências estatais [...]. Penso que uma compreensão completa da reprodução social precisa integrar as preocupações de feministas marxistas e socialistas com aquelas das teorias de subjetivação, *habitus*, cultura, mundo da vida e eticidade.³⁴⁷

No que diz respeito ao potencial de crise da reprodução social, nossa autora resgata a amplitude conceitual indicada ao identificar não apenas o aprofundamento das relações de trabalho informais, que marcam o fenômeno da feminização da economia, e a “lacuna do

³⁴⁵ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 49-50.

³⁴⁶ Ainda que abordagens unitárias subsequentes, como a TRS, tenham ampliado a análise da reprodução social para além do espaço do doméstico, se levarmos em conta sua ênfase no “aspecto doméstico” do trabalho necessário, podemos dizer que ainda há validade na afirmação de Fraser, que está atenta a reprodução social para além dos limites do trabalho formal e informal, produtivo e improdutivo, para abarcar a cultura e a intersubjetividade em seu escopo.

³⁴⁷ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 48-49.

cuidado”, que sobrecarrega especialmente as mulheres racializadas e pauperizadas com os trabalhos de cuidado, realizados em um contexto marcado pela dívida e baixos salários. A autora também admite que, quando observada pela lente polanyiana, a reprodução social revela algo mais: às necessidades vitais — tanto humanas quanto não-humanas, considerando que a acumulação capitalista não se restringe à esfera reprodutiva humana, mas avança sobre a natureza — são decisivas para a manutenção de um estado de coisas mais amplo, do qual sua correlação estrita com o trabalho formal ou informal não dá conta de explicitar. Nesse sentido, Fraser argumenta que, sem reprodução social, “[...] não pode haver qualquer cultura, qualquer economia, qualquer organização política.”³⁴⁸

Em se tratando das lutas feministas em torno do domínio da reprodução social, Fraser identifica, em *Cannibal Capitalism*, uma série de demandas que ilustram a postura integrativa que adota, buscando associar as preocupações feministas marxistas e ampliá-las a partir de outras lentes de análise. As reivindicações que destaca estão relacionadas ao equilíbrio entre família e trabalho, tendo em vista as modificações no regime laboral com a ascensão do neoliberalismo, mas também abrangem movimentos comunitários por moradia, segurança alimentar, renda básica, direitos dos imigrantes e jornadas de trabalho reduzidas. O que une essas diversas demandas, segundo nossa autora, é a exigência de uma reorganização das fronteiras entre produção e reprodução. Trata-se de buscar “[...] arranjos sociais que poderiam possibilitar que pessoas de todas as classes, gêneros, sexualidades e *raças* combinassem atividades de reprodução social com um trabalho seguro, interessante e bem remunerado.”³⁴⁹ Reconhecendo que a ênfase na produção em detrimento da reprodução é profundamente problemática, como apontam as abordagens feministas marxistas, Fraser sustenta que a solução requer a reestruturação da relação entre essas duas dimensões. Essa reconfiguração implica preservar tanto a emancipação quanto a reprodução social, entendida como essencial não apenas ao trabalho produtivo, mas à própria integridade do tecido social. Em outras palavras, as atividades de reprodução social não se limitam a complementar a produção econômica, mas constituem a gramática que torna possível a sociabilidade e a sobrevivência coletiva.

A partir dessas três contribuições da autora a respeito da reprodução social — que perpassam seu vínculo estrutural, tendência a crises e lutas sociais — podemos delinear mais dois elementos distintivos de sua abordagem, que é a associação com o economista austro-húngaro, Karl Polanyi, e a influência da reflexão normativa. A TRS amplia a visão marxista tradicional ao compreender o capitalismo não apenas como um subsistema econômico. No

³⁴⁸ Nancy Fraser (2020b), *Contradições entre capital e cuidado*, p. 262.

³⁴⁹ Nancy Fraser (2022a), *Cannibal Capitalism*, p. 71 tradução nossa.

entanto, sua contribuição isolada não atinge o refinamento normativo necessário para abarcar plenamente a noção de institucionalidade utilizada por Fraser — que não se restringe à separação entre produção e reprodução, mas também envolve a natureza e a política. Nossa autora busca alinhar-se à perspectiva polanyiana para superar dois problemas. O primeiro é o “separatismo crítico”, que, devido à divisão disciplinar, é incapaz de captar a multidimensionalidade das crises do capitalismo, pois as analisa de forma fragmentada, ignorando o caráter entrelaçado das contradições deste ordenamento social. O segundo problema refere-se à fragmentação normativa³⁵⁰ no âmbito da ação social, em que os movimentos tendem a considerar apenas a “sua versão” de justiça social como a mais adequada para enfrentar os desafios contemporâneos. Para Fraser, a injunção do triplo movimento contribui para superar essa limitação, oferecendo um quadro que possibilita a articulação de um movimento mais amplo, capaz de sustentar uma posição contra hegemônica. Todavia, a reflexão normativa realizada não se resume a esse aspecto. Podemos resgatar a concepção do capitalismo como uma totalidade contraditória, anteriormente atribuída à TRS, para esclarecer elementos dessa divergência.

A TRS se alinha a uma noção de totalidade assumidamente marxiana, dotada de uma orientação organicista que enfatiza a ordem capitalista em seu caráter social.³⁵¹ À primeira vista, a categoria abrangente das relações sociais que envolvem gênero e *raça* permite identificar a posição dessas relações na estrutura institucional das sociedades capitalistas, considerando seu (não)lugar na produção e na divisão entre o público e o privado, especialmente à luz da separação institucional entre produção e reprodução, o que tem implicações significativas em instituições como a família e a sociedade civil. Essa correlação, contrastada com as implicações destrutivas do neoliberalismo, parece fundamentar a agenda da TRS em direção a uma luta social em larga escala, orientada por um caráter classista das demandas sociais. No entanto, os esforços dessa tradição concentram-se sobretudo na expansão das categorias marxianas — como “classe” e “força de trabalho” —, relegando a um segundo plano uma análise mais aprofundada das formas pelas quais essas relações se articulam com outras mediações, a exemplo das instituições políticas e de suas implicações intersubjetivas. Vale ressaltar que, mesmo quando fazem alusão às instituições, as feministas marxistas tendem a tratar o aparato

³⁵⁰ Veja: REICHOLD, Anne. Structures of Normativity in Nancy Fraser’s Critical Theory of Crisis. In: *Wege aus dem Kapitalismus?* Autorengespräche mit Colin Crouch, Nancy Fraser, Claus Offe, Wolfgang Streeck und Joseph; SMAIL, Rapic (Org.), Munich: Verlag Karl Alber, 2023.

³⁵¹ Veja: McNALLY, D. Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory. In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017.

administrativo-jurídico de forma simplificada, sem avançar para os aspectos comunicativos da sociedade civil — isto é, a esfera pública em termos habermasianos. Dessa forma, não conseguem tematizar a dimensão linguística que Fraser considera fundamental para diagnosticar as fissuras do neoliberalismo, bem como para sustentar a persistência desse horizonte em seu ideal de socialismo democrático.

No pensamento recente de Fraser, essas diferentes mediações — entre domínios intraeconômicos e extraeconômicos — são centrais não apenas estruturalmente, para dimensionar sua perspectiva com relação à crise, mas também no que diz respeito às possibilidades de ação social. Um exemplo concreto dessa importância aparece em nossa discussão do feminismo de segunda onda em três atos, na medida em que, mesmo em face à crise do capitalismo financeirizado, nossa autora não é categórica ao afirmar uma oposição anticapitalista unificada como um horizonte predeterminado apenas em vista de nossa miséria compartilhada. Sua cautela é traduzida em argumentos que abordam a adaptabilidade do capital às críticas progressistas — sendo capaz, portanto, de retorcer valores e práticas sociais em seu benefício — até as mudanças históricas nas lutas feministas, que, se reconstruídas, podem apontar para dois caminhos: o da comodificação neoliberal ou o da proteção social transformada (emancipação). Na visão de Fraser, essa última permitiria uma unificação capaz de integrar o que aparece “organicamente” na análise da TRS, na qual as demandas sociais incorporam simultaneamente um teor anticapitalista, no sentido de ser contrária à comodificação, e uma noção de proteção social emancipatória, voltada contra hierarquizações sociais persistentes, como o sexismo.

Uma contribuição importante da TRS para o pensamento de nossa autora é sua capacidade de demonstrar, de forma concreta, como uma luta de fronteiras que tematiza a separação entre produção e reprodução pode assumir um caráter classista. Como vimos anteriormente, a análise de Fraser sobre a ação social considera não apenas as lutas de classe “tipo Marx”, associadas às disputas pelo controle da produção de mercadorias e com um viés redistributivo, mas também as lutas “tipo Polanyi”, que questionam as fronteiras entre produção e reprodução, política e economia, natureza e sociedade. Essa perspectiva leva a autora a argumentar que as lutas estruturais desencadeadas pela crise não se restringem aos conflitos entre capital e trabalho no campo da produção, mas abrangem disputas em torno da “dominação de gênero, da ecologia, do imperialismo e da democracia.”³⁵² Nessa direção, a perspectiva ampliada da luta de classes da TRS antecipa conceitos apresentados por nossa autora

³⁵² Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto de Marx*, p. 728.

atualmente, ao reconhecer que a luta social não se limita ao ponto de produção, abrangendo também outras demandas e atores historicamente marginalizados na tradição marxista. Além disso, o ideal de solidariedade aparece em suas análises de forma "proto-normativa", como um valor político na orientação para uma luta ampliada contra o capitalismo.³⁵³

A diferença entre as abordagens, como mencionado, reside no plano teórico em que se insere a teoria da crise e do capitalismo de nossa autora. Ao expandir a noção polanyiana de sociedade para incluir a política, a reprodução social e a natureza, Fraser atribui a essas dimensões potenciais conflitos, que se interconectam e se exacerbam mutuamente. Desse modo, a relação entre produção e reprodução é apenas uma parte de um quadro mais amplo de contradições que podem apontar para a ação social transformadora. Essas ações, por sua vez, precisam ser resgatadas em sua unidade. A contribuição de Fraser, portanto, toma a forma de uma "teoria unitária" não apenas no plano de uma teoria do capitalismo que integra, de maneira estrutural, as questões de gênero e *raça*, mas também assume um plano normativo. A fragmentação normativa assume um caráter estrutural, ao evidenciar a incapacidade da Teoria Crítica de desenvolver uma teoria da crise unificada que abarque as contradições da ordem social institucionalizada vigente. Contudo, os limites da fragmentação não se restringem ao campo mais amplo da teoria das crises, repercutindo diretamente na ação social, na medida em que as lutas se apresentam dispersas. Mesmo no contexto de crise do capitalismo financeirizado, onde a insustentabilidade da comodificação irrestrita se torna evidente, as lutas permanecem isoladas, dificultando a formação de uma oposição unificada e coordenada ao sistema.

Para enfrentar esse desafio, nossa autora propõe uma análise normativamente orientada do movimento triplo, que tematiza os movimentos gerais da ação social: a comodificação de áreas extraeconômicas necessárias para a manutenção do setor produtivo; o princípio da comodificação, por sua vez, é contestado por lutas em torno da proteção social; e o terceiro movimento, da emancipação, busca mediar ambos ao indicar negativamente os fundamentos de nossa não liberdade, isto é, o capital, além das injustiças que podem persistir, mesmo quando parte da premissa da proteção social. Nesse cenário, o principal desafio para os movimentos sociais não é apenas delinear os limites da comodificação ou transformar a proteção social a partir de perspectivas parciais, como a de gênero, negligenciando crises ecológicas ou políticas subjacentes. Em vez disso, o objetivo deve ser a construção de uma coalizão unificada, capaz de articular um horizonte normativo compartilhado entre lutas ecológicas, antirracistas, feministas e anti-imperialistas. Assim, a superação das opressões de gênero está

³⁵³ Nancy Fraser (2015), *Por trás do laboratório secreto de Marx*, p. 726.

intrinsecamente vinculada à superação da divisão entre produção e reprodução, bem como entre outras esferas que caracterizam o capitalismo como uma ordem social institucionalizada. Essa interconexão evidencia que as questões de gênero não podem ser tratadas isoladamente.³⁵⁴

Na teoria unitária de Fraser, os princípios do movimento triplo não servem apenas para diagnosticar as contradições entre comodificação e proteção social, como discutimos nas tensões entre feminismo e capitalismo, mas também apontam para um caminho de ação transformadora ampla, voltado à construção de um horizonte compartilhado de justiça. Essa inovação tem implicações diretas para nossa proposta de reorientação da face de *Jano* da crítica feminista. Embora os argumentos de ambas as tradições se alinhem em sua questão de apresentação — ou seja, o reconhecimento de que o capitalismo depende da hierarquização das opressões de gênero e *raça*, de modo que ambas não podem ser tratadas de forma isolada, mas como totalidades parciais dentro de uma mesma ordem social — a contribuição de nossa autora amplia as discussões feministas dentro do marxismo com sua noção de ordem social institucionalizada, proporcionando um acesso mais abrangente às dinâmicas de crise do momento presente. A partir dessa abordagem, a face de *Jano* da crítica feminista adquire novas dimensões, podendo indicar, a partir dos registros da segunda onda, uma visão crítica das discussões entre capitalismo e gênero que orientam, em parte, a coalizão metodológica em torno da reprodução social. Por outro lado, para Fraser, o futurismo associado à reprodução social vai além da esfera de gênero, sendo capaz de integrar outras lutas de fronteira em uma direção anticapitalista. Assim, princípios como cuidado e solidariedade podem surgir como um vocabulário comum entre diferentes lutas sociais, com vistas à transformação dos arranjos institucionais vigentes.

Embora obras como *Capitalismo em Debate* e *Capitalismo Canibal* não levem em consideração a divisão espaço-temporal delineada por Fraser para dar conta da segunda onda do feminismo em três atos, mas adote uma periodização propriamente baseada nos regimes capitalistas — a saber, o capitalismo mercantil, o capitalismo liberal-concorrencial, o capitalismo administrado pelo Estado e o capitalismo neoliberal —, a relevância do movimento feminista persiste, como discutido neste capítulo. Sua visão ampliada da reprodução social, por exemplo, ganha destaque principalmente no livro *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*, escrito em colaboração com importantes representantes da TRS, como Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya. Neste manifesto, escrito a seis mãos, as diferenças discretas entre as abordagens são dispensadas para dar lugar a uma coalizão política mais ampla, sendo capaz de evidenciar

³⁵⁴ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, p. 188.

as potencialidades críticas do movimento feminista diante de temas tão diversos como opressão de gênero, opressão racial, destruição ambiental, sexualidade e democracia. Na referida obra, ao ser articulado teoria e prática política, busca-se afirmar alianças solidárias com outros movimentos anticapitalistas, de modo não apenas a “interpretar o mundo, mas também transformá-lo.”³⁵⁵

Convém notar que, embora estejamos resgatando o aspecto normativo do triplo movimento como um diferencial de nossa autora em relação à abordagem feminista marxista da TRS, de modo a ampliar o que compreendemos como “teoria unitária”; o pensamento recente de Fraser não se desenvolve nos limites de uma teoria da justiça³⁵⁶, na qual se poderia recorrer a recursos normativos bem delimitados. Como vimos neste capítulo, a partir de uma lente feminista, o próprio diagnóstico de tempo da autora aponta para tendências de desintegração das fronteiras institucionais da sociedade em relação à economia. Além disso, observamos como as reações críticas aos conflitos sociais podem ser distorcidas de forma a alimentar não a emancipação, mas a mercantilização da vida social. Nesse contexto, a ênfase neoliberal no desempenho e no sucesso pessoal, por exemplo, acaba moldando as manifestações sociais e políticas aos problemas funcionais do capitalismo.

Em resposta à apropriação neoliberal da nossa revolta, Fraser propõe o que podemos interpretar como um apelo por uma utopia realista, voltando-se para um “socialismo democrático.”³⁵⁷ Esse movimento visa superar os retrocessos democráticos e a violência promovida pelo capitalismo financeirizado, ao mesmo tempo em que valoriza a importância da solidariedade entre as lutas sociais em torno das fronteiras que institucionalizam esse ordenamento social. A emancipação, portanto, não está enraizada em princípios de justiça *a priori*, mas vinga nas práticas de resistência nas fronteiras entre economia e política, produção e reprodução, natureza e sociedade. Com isso queremos dizer que vingar remete a vingança popular contra a comodificação, mas não apenas. Nesses termos, se tomarmos como ponto de

³⁵⁵ O manifesto feminista para os 99% é construído em 11 teses, fazendo referência às Teses de Feuerbach escritas por Marx, responsável por essa expressão.

³⁵⁶ Fraser reconhece que, em sua crítica ao capitalismo, o aspecto teórico-normativo, embora presente, não ocupa o primeiro plano, estando a autora “trabalhando em uma linha mais próxima à crítica funcionalista.” Cf. Bueno et al. (2017), *Para uma crítica das crises do capitalismo*, pp. 169-170. Apesar de Nathalie Bressiani e Felipe Silva (2021, p. 224) identificarem de maneira competente os elementos normativos “escondidos” em *Capitalismo em Debate*, que contemplariam “participação, autonomia e política”, parece-nos que o que aproxima a abordagem de Fraser da perspectiva do feminismo marxista da TRS é seu apelo mais amplo a um destino anticapitalista, realizado por meio de uma luta em larga escala que, por sua vez, é animada por atores sociais diversos. Daí optarmos por adaptar a ideia de um “enraizamento realista” para uma “utopia realista”. Estamos cientes de que este termo normalmente remete ao rawlsianismo; de todo modo, o emprego que fazemos dele em nosso texto é mais modesto.

³⁵⁷ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, p.109.

partida a amplitude agitadora do *feminismo para os 99%*, notamos que o movimento feminista converge como parceiro político-metodológico, em direção à ampliação da imaginação política, que privilegie uma vida não monetizada, capaz de resistir à imposição dos imperativos da acumulação capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após transcorrido nosso percurso em torno da última fase do pensamento de Nancy Fraser, temos um quadro mais completo de como a autora rearticula influências da Teoria Crítica e das Teorias feministas para elaborar uma perspectiva teórica unitária. Este trajeto evidencia a centralidade da metáfora da unificação³⁵⁸, com a qual a autora enfrenta a crise contemporânea. Sua abordagem se opõe tanto ao separatismo crítico, que trata as crises como ocorrências isoladas, quanto à tentativa de reduzir todas as contradições à esfera econômica. Em vez disso, nossa autora propõe uma integração dos domínios econômico, político, da reprodução social e da natureza, tratando-os como expressões contraditórias de um único ordenamento social. Ao destacar o caráter unitário de sua teorização, evita-se a fetichização da multidimensionalidade³⁵⁹, que poderia ser vista como um conjunto de relações dispersas, sem uma lógica estrutural comum. Assim, Fraser nos convoca a compreender essas dimensões não como isoladas, mas interdependentes, compondo uma totalidade social que exige uma análise integrada. Ainda, sua perspectiva unitária permite uma avaliação dos potenciais emancipatórios, ao revelar as interconexões entre lutas sociais diversas. Essa abordagem oferece um caminho para construir alianças mais sólidas que contemplem tanto a complexidade estrutural do capitalismo quanto as injustiças perpetradas nesse ordenamento social.

No contexto da teoria das crises, Fraser adota uma crítica funcional inspirada nos dois “Karls”, Marx e Polanyi. De Marx, nossa autora retoma a visão de que o capitalismo contém contradições internas que geram crises recorrentes, enfatizando seu caráter autoexpansivo e

³⁵⁸ A metáfora da unificação, tal como mobilizada, ilustra sobretudo o compromisso crítico que identificamos como traço distintivo dos esforços recentes de Fraser: reunir fenômenos aparentemente desconectados em um corpo teórico que busca evidenciar sua imbricação estrutural no ordenamento capitalista. Esse gesto manifesta-se, por exemplo, na maneira como a autora concebe domínios qualitativamente distintos como dimensões funcionais do capitalismo que, embora atravessados por normatividades diferenciadas, permanecem integrados a ele. É precisamente dessa tensão entre diferenciação normativa e funcionalidade estrutural que emerge a possibilidade de um impulso emancipatório. Também é relevante ter em vista que a ambição frankfurtiana de formular uma teoria englobante e a contribuição feminista marxista de inscrever relações discretas como totalidades parciais do capitalismo convergem na tarefa de recompor a unidade do que aparece como fragmentário, por carregar consigo um ônus explicativo e não somente descritivo desses fenômenos. A metáfora, portanto, também age como uma mediação heurístico-histórica dessa orientação.

³⁵⁹ Nancy Fraser (2019), *Por que dois “Karls” é melhor do que um*, p.1.

suas tendências de acumulação de capital. De Polanyi, é extraída a crítica à “mercadorização fictícia” das condições de fundo, que permitem o funcionamento do sistema. No entanto, ao tratar esses elementos como mercadorias, o mercado compromete a sustentabilidade mais ampla das condições necessárias para a vida social, assim como as próprias bases que sustentam sua realização. De um lado, o economista austro-húngaro permite à nossa autora denunciar o caráter “canibal” do capitalismo, enquanto, de outro, nos revela que não podemos ser mercadorias até o fim, pois esses arrimos de fundo não obedecem apenas às “leis do mercado”, mas assumem uma gramática de reprodução e valores normativos próprios, que podem influenciar a posição complacente dos sujeitos enquanto participantes deste ordenamento social contraditório. Nesse cenário, a importância da metáfora da unificação pode ser visualizada não apenas por meio da integração de uma heterodoxa gama de autores, mas também ao se desfazer da querela fundacionista da crítica entre economia ou política, que foi responsável por consagrar os problemas de gênero crítico entre os frankfurtianos. Para explicar os males heterogêneos contemporâneos, que se manifestam nas crises democrática, ecológica e do cuidado, é necessário integrar ambos os *insights*, que destacam o imperativo sistêmico da autovalorização do capital e a mercadorização das condições de fundo, considerando-os como aspectos estruturais igualmente cruciais. Em outras palavras, é necessário que nos ocupemos das fronteiras entre economia e política ou, para utilizar a terminologia de Polanyi, entre mercado e sociedade.

A abordagem multidimensional das crises induz uma teorização expandida do que consideramos por capitalismo, visto que este não pode ser reduzido a um subsistema econômico, mas deve ser compreendido em termos estruturais mais amplos, a partir da consideração de suas condições de fundo. Essa ideia desafia a metáfora tradicional de que seria possível desdobrar unicamente da economia, enquanto infraestrutura, todos aqueles desenlaces superestruturais. Em vez de uma relação unidirecional e linear entre infraestrutura e superestrutura, Fraser oferece uma leitura em que essas dimensões — o plano econômico e suas condições de fundo — se interpenetram e se sustentam mutuamente. Essa assunção atravessa sua concepção expandida de capitalismo, passando a entendê-lo como uma ordem social que se sustenta na demarcação institucional de fronteiras entre a política e a economia, a produção e a reprodução, a natureza e a sociedade. No tocante à ação social, ao identificar essas fronteiras como construções históricas contestáveis, Fraser aponta para seu potencial de transformação por meio da ação coletiva e do engajamento político. Tais lutas, por sua vez, são conceituadas como lutas de fronteira.

Em sua análise, nossa autora reconhece que, além das lutas sediadas no setor produtivo, que versam sobre a distribuição da mais-valia gerada pela exploração do trabalho assalariado e a transformação nas relações de propriedade, também existem as lutas de fronteira, que respondem às distorções presentes nas dimensões não monetizadas da vida. Lutas relacionadas à reprodução social, aos bens públicos, à ecologia etc. têm o potencial de articular reivindicações legítimas e ideais de vida boa que vão além das questões tradicionais da luta de classes, como a exploração e o desemprego. Um exemplo expressivo dessas múltiplas formas de contestação consta em sua releitura da noção marxiana de “terreno oculto”, que coloca lado a lado a exploração do trabalho assalariado e a expropriação — compreendida como a apropriação coercitiva do trabalho não livre de sujeitos racializados. Portanto, concebido de forma ampla, o capitalismo abarca uma visão expandida da classe trabalhadora, visualizada não apenas pelas lentes do salário, e uma compreensão alargada de luta de classes, que procura pôr em relevo divisões entre grupos e as desigualdades de poder associadas a essas separações.³⁶⁰ Nossa autora identifica tanto as lutas de classes quanto as de fronteira como forças centrais de resistência, embora seu foco esteja mais na ampliação da compreensão geral das lutas sociais do que na análise pormenorizada das ações específicas de cada uma delas.

Com isso, voltamos à metáfora da unificação, pois Fraser, ao analisar as diferentes formas de manifestação social, observa que, de maneira geral, estas sustentam estruturalmente o capitalismo; em contrapartida, revelam potenciais renovados para ações transformadoras. Assim, a autora supera a “escolha infernal” entre novos movimentos sociais e a luta de classes, afastando-se tanto das abordagens que diluem a questão da classe — frequentemente negligenciada no diagnóstico do capitalismo tardio — quanto daquelas que a reduzem a uma demanda única, centrada nas reivindicações tradicionais dos trabalhadores assalariados. As implicações de sua proposta se expandem quando analisadas à luz de sua reinterpretação do duplo movimento de Polanyi, no qual busca reconceituar a tensão entre comodificação e proteção social, sugerindo uma articulação que vai além da simples coexistência dessas forças. Desse modo, a teoria da autora conecta as possibilidades de ação social a objetivos emancipatórios, visualizando a integração das diversas lutas em um projeto anticapitalista compartilhado. Não se trata, portanto, apenas de mudanças pontuais, mas da necessidade de reimaginar as próprias bases institucionais que sustentam o sistema, de modo a “se desvincularem da dominação, ampliar a autonomia coletiva e tornar as formas de vida que o estruturam menos antagônicas umas em relação às outras.”³⁶¹

³⁶⁰ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, pp. 187-188.

³⁶¹ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em Debate*, p. 193.

Nesse sentido, Fraser apresenta uma solução própria para a contradição apontada por Rúrion Melo entre autorrealização e ideal emancipatório “totalizante”. A filósofa reformula os termos da discussão ao levantar questionamentos tanto sobre a fragmentação normativa, que restringe a autorrealização a um fim em si mesmo, quanto ao criticar certas perspectivas totalizantes que negligenciam a complexidade da vida social, propondo uma abordagem que combina unidade e diversidade em direção a um projeto emancipatório de larga escala. Desse modo, aquilo que parecia uma limitação intransponível, capaz de intensificar os problemas de gênero crítico entre os frankfurtiana, é ressignificado na leitura recente de nossa autora, que não hesita em “pensar a sociedade como ‘totalidade.’”³⁶² Importa ressaltar que, apesar das críticas dirigidas a certos aspectos do legado habermasiano, reconhecemos que o pensamento do autor ainda oferece elementos importantes para a análise de Fraser — seja ao incorporar a noção de crise de legitimação, seja por se manter, como ele, comprometida com uma teoria social capaz de diagnosticar bloqueios estruturais à emancipação, sem abdicar da aposta em processos democráticos de transformação.

Quanto aos feminismos, sublinhamos seu papel histórico no pensamento de Fraser, visto que o movimento é central para revelar os desdobramentos de seu diagnóstico contemporâneo e segue atraindo extensa atenção analítica da autora. Nos seus textos mais recentes, Fraser propõe uma releitura do feminismo da segunda onda, que não mais se limita à ampliação da democracia nos modelos de Bem-estar social (*westfaliano*), mas se concentra na tensão com o capitalismo. A ascensão do neoliberalismo inaugura um novo cenário, no qual a autora identifica um alinhamento entre a gramática dos movimentos sociais e a lógica de mercado — fenômeno denominado “neoliberalismo progressista”. Essa coalizão insuspeita pretende conferir um verniz civilizatório a políticas antipopulares, revelando que a “compra de tempo” ocorre não apenas no campo econômico, mas também no sociocultural. A dureza de suas reflexões busca expor o avanço de um feminismo burguês que permite a mulheres — sobretudo de países do norte global e financeiramente favorecidas — normalizar sua inserção no setor produtivo sem considerar o subtexto econômico nem os impactos sociais mais amplos, como o aumento da precarização e o endividamento privado de mulheres racializadas e imigrantes.

Contudo, diante da crise de legitimidade dessa forma de hegemonia política e das contradições que se ampliam, como evidenciado pela “crise do cuidado”, a autora antevê uma oportunidade de reconectar as críticas mais radicais do movimento feminista a um projeto emancipatório abrangente. Nesse processo, os feminismos não só revelam a exacerbação da

³⁶² PINZANI, A. Teorias políticas tradicionais e teoria crítica. *Lua Nova*, São Paulo, n. 102, 2017, p. 85.

crise sob uma perspectiva de gênero, mas também ampliam sua aplicabilidade. Questões como o cuidado e a estabilidade funcional da reprodução social são apresentadas como ferramentas capazes de criar novas alianças solidárias, com potencial para reverberar em diferentes lutas e esferas sociais. Dessa forma, nossa autora amplia a compreensão sobre o movimento feminista, sugerindo que ele pode ir além dos limites do gênero para abordar uma variedade de questões sociais interconectadas, unidas não apenas pela ordem contraditória do capitalismo, mas também pela premissa das crises, que são multidimensionais. Nosso objetivo, ao vincular a autora à fortuna crítica do referido movimento, foi destacar sua relevância tanto política quanto metodológica no pensamento de Fraser. Para tanto, reinterpretamos sua análise do movimento feminista, caracterizando-a como uma crítica de face de *Jano*, com o intuito de resgatar os debates da segunda onda do feminismo sobre as relações entre marxismo e feminismo, bem como entre produção e reprodução social.

A partir desse resgate, identificamos o surgimento da demanda por uma teoria unitária que amplie categorias centrais do marxismo, como “força de trabalho” e “classe”, visando oferecer uma explicação estrutural para a persistência das hierarquias de gênero e, em formulações atualizadas, de *raça* nas sociedades capitalistas. Sob essa ótica, salientamos as recentes contribuições da TRS, frisando como Fraser adota suas premissas para compreender o capitalismo, ao rejeitar a ideia de que as opressões de gênero e de *raça* possam ser entendidas de forma independente da estrutura social em que estão enraizadas. No entanto, sua adesão à TRS não é integral, sendo apontadas diferenças entre as abordagens. Em suma, buscamos elucidar o vínculo de Fraser com a fortuna crítica feminista, tratando-o não como uma contribuição periférica à crítica social, mas como um elemento de igual importância para a compreensão das dinâmicas do capitalismo em seu pensamento. Por conseguinte, nosso enfoque reforça não apenas a relevância dos feminismos em seu diagnóstico das crises, mas também a necessidade de integrar essa perspectiva em uma teorização crítica ao capitalismo, tornando-a capaz de abarcar as múltiplas dimensões de dominação e exploração que compõem esse ordenamento social.

As contribuições de Nancy Fraser para a teorização do capitalismo contemporâneo e suas crises são inegáveis; porém, sua abordagem não está isenta de limites. Assumindo a própria divisão proposta pela autora, podemos identificar esses possíveis limites em termos estruturais e de ação social. Para examinar a crítica estrutural, recorreremos à análise minuciosa de Gareth Dale sobre a contribuição de Polanyi, na qual ele distingue duas interpretações conflitantes de seu pensamento, classificadas, segundo Iván Szélenyi, como Polanyi flexível (*soft Polanyi*) e Polanyi rígido (*hard Polanyi*). A interpretação flexível considera Polanyi como defensor de um

capitalismo regulado, de modo que a noção de “duplo movimento” passa a ser entendida como um mecanismo autocorretivo, capaz de moderar os excessos do mercado e promover um modelo de capitalismo controlado por meios externos, como políticas sociais. Em contraste, a leitura rígida interpreta Polanyi como defensor do socialismo, vinculando sua teorização à ideia de que a vida econômica deve ser subordinada ao controle democrático. Essa proposta se concretizaria por meio da desmercadorização da terra (superação da propriedade privada), do trabalho (superação do trabalho abstrato) e do dinheiro (superação da lógica do lucro). Nessa vertente, somente por meio da desmercadorização daquilo que foi tratado como mercadoria seria possível desfazer a ilusão de um mercado autorregulado e ultrapassar o princípio da troca. Em nosso primeiro capítulo, revisamos as críticas de Fraser e de Rahel Jaeggi, apresentadas em *Capitalismo em Debate*, às teorias que defendem a imposição de controles externos sobre a economia. As autoras rejeitam essa abordagem, e a própria Fraser concebe em seu projeto um horizonte socialista próximo ao revelado pela leitura de um Polanyi rígido. Coloca-se a questão: em que fundamentos se apoiaria esse socialismo?

É interessante observar que, ao retomar a tese da “mercadorização fictícia” em seus primeiros diálogos com Polanyi, Fraser demonstra incertezas quanto à categorização do economista austro-húngaro, uma vez que este não considera que a mercantilização possa oferecer aos sujeitos um espaço de liberdade negativa.³⁶³ Ainda, em *Capitalismo em Debate*, Fraser revela-se contrária à ideia de eliminar as fronteiras entre economia e política, associando a experiência do “socialismo real” — com seu modelo de Estado-partido centralizador — a um cenário indesejável.³⁶⁴ Sua hesitação em delinear características específicas de uma sociedade pós-capitalista decorre da convicção de que tais definições devem ser deixadas à imaginação e ao desejo dos próprios participantes. No entanto, a autora oferece uma contribuição avaliativa das condições aceitáveis para uma mudança estrutural, baseando-se em três eixos normativos: o princípio da *não dominação*, a *sustentabilidade funcional* e a *democracia*.³⁶⁵ Esses eixos exigem que qualquer alternativa ao capitalismo respeite: **i.** a ausência de subordinação estrutural — seja de gênero, *raça*, classe ou localização geográfica; **ii.** a funcionalidade sustentável, evitando dinâmicas que desestabilizam a sociedade; e **iii.** a promoção da democracia, assegurando espaços para reflexão crítica e ajustes institucionais pelos próprios participantes. Apesar disso, não há ausência de subordinação em uma sociedade que depende da exploração

³⁶³ Nas palavras da autora: “[...] A mercantilização pode gerar efeitos emancipatórios, ao dissolver modos de dominação externos ao mercado e criar a base para novas solidariedades mais inclusivas e igualitárias.” Cf. Fraser (2012), *Can society be commodities all the way down?* p. 6 tradução nossa.

³⁶⁴ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, pp. 191-193.

³⁶⁵ Nancy Fraser (2020a), *Capitalismo em debate*, pp. 197-198.

e expropriação do trabalho; não há sustentabilidade em um sistema que opera pela lógica da acumulação e da autovalorização ilimitada; tampouco há democracia efetiva quando as decisões são relegadas às “leis do mercado”. Embora essas considerações façam parte da análise crítica das sociedades capitalistas proposta pela autora, falta clareza em seus critérios para enfrentar o que há de estrutural nesse ordenamento, limitando o impacto de sua proposta. Assim, Fraser parece oscilar entre uma orientação socialista “rígida” e um interior normativo “flexível”, o que pode tornar sua inovação menos radical do que aparenta. Seguindo a linha de nossa autora, defendemos que o socialismo deve ser incorporado ao discurso transformador não como uma idealização do passado, mas como um horizonte que oferece novas perspectivas de futuro. Contudo, ele não pode se limitar a uma gestão humanizada do mercado, devendo ser capaz de enfrentar suas contradições fundamentais tanto no âmbito social quanto no econômico.

No campo da ação social, Fraser oferece uma análise persuasiva das crises multidimensionais do capitalismo, estabelecendo conexões entre fenômenos que, à primeira vista, parecem díspares. Contudo, sua expectativa de que as lutas sociais possam convergir em torno de uma direção anticapitalista comum revela-se pouco plausível, sobretudo porque a autora privilegia as semelhanças que os aproximam, sem dedicar atenção suficiente às divergências que os separam. Essa lacuna compromete a possibilidade de uma convergência ampla e efetiva, tanto entre diferentes grupos quanto entre sujeitos integrantes de um mesmo coletivo. Um exemplo elucidativo da relevância das diferenças internas a um grupo é fornecido pela contribuição de Lise Vogel sobre a reprodução social. Como discutido no último capítulo, Vogel reconhece a importância política da solidariedade na construção de uma luta abrangente; entretanto, enfatiza uma distinção analítica crucial: apenas as mulheres da classe subordinada estão diretamente envolvidas na manutenção da força de trabalho explorável, essencial para o funcionamento da sociedade capitalista. Dessa forma, a opressão das mulheres pertencentes às classes dominantes está vinculada ao “papel essencial relacionado à reposição geracional dos membros individuais”³⁶⁶ de sua própria classe, bem como à transmissão de propriedade.

Essa distinção, fundamentada na clivagem de classe, evidencia o papel da herança na dinâmica familiar, o que pode gerar tendências conservadoras entre aquelas que ocupam posições voltadas à proteção da riqueza e da propriedade privada. Por sua vez, a crítica de Fraser à relação tensa entre capitalismo e feminismo, ao focar na transição do modelo de salário familiar fordista para a “família de dois salários”, trata prioritariamente da desvalorização do trabalho e da ação das mulheres no âmbito da reprodução, mas não aprofunda como a ordem

³⁶⁶ Lise Vogel (2022), *Marxismo e a opressão das mulheres*, pp. 341-342.

neoliberal institui uma nova lógica de descendência — especialmente no que se refere à transmissão da riqueza familiar.³⁶⁷ Desse modo, a representação das mulheres da classe dominante como entusiastas de um “feminismo burguês” não revela, de forma adequada, a ideologia subjacente a essas ações, tampouco oferece elementos suficientes para compreender sua eventual decadência — ou persistência — no contexto de uma crise de legitimação. Tal questão pode ser abordada sob uma ótica normativa, uma vez que ainda carecemos de critérios bem definidos para tratar dessas distinções. Como avaliar o caráter regressivo ou afirmativo de determinadas ações sociais? Devemos considerar sua propensão à convergência ou à fragmentação? Existe uma prioridade normativa para as demandas de natureza classista? Até o momento, essas questões permanecem em aberto.

De forma alternativa, podemos explorar as diferenças entre grupos a partir da valiosa contribuição de W.E.B. Du Bois, que, com perspicácia, antecipa o diagnóstico de Fraser sobre a possibilidade de convergência das lutas sociais, mas avança ao oferecer uma explicação para o fracasso dessa coalizão.³⁶⁸ Em *Black Reconstruction in America*, o sociólogo norte-americano revisita as transformações ocorridas nos Estados Unidos durante a Guerra Civil e o período da Reconstrução, no final do século XIX. Sua obra adquire o estatuto de teoria crítica ao destacar as possibilidades de transformação radical que poderiam ter emergido da união entre trabalhadores brancos e negros recém-libertos. Du Bois observa que, embora as demandas desses grupos não fossem idênticas, ambos partilhavam uma posição comum como integrantes da força de trabalho essencial aos projetos de reestruturação. No entanto, a cooperação entre eles não vingou. O autor argumenta que as hierarquias raciais funcionaram como um dispositivo contra-revolucionário, promovendo dissensão e fragmentando as solidariedades emergentes. Ainda que pauperizado e vulnerável, o proletariado branco desfrutava de privilégios como acesso a espaços exclusivos, moradias segregadas e direito ao sufrágio, elementos que reforçam as linhas de distinção racial. Essas concessões simbólicas, descritas pelo autor como o “salário público e psicológico” da branquitude, fortaleceram a ideia de uma superioridade racial. Com isso, a possibilidade de uma coalizão emancipatória foi desarticulada.

³⁶⁷ Em entrevista concedida a Bruna Della Torre, intitulada, a partir de uma tradução livre de sua contribuição recente, *A Sagrada Família: Neoliberalismo e Neoconservadorismo na Extrema-Direita Hoje*, Melinda Cooper argumenta que o conceito de reprodução social não deve se restringir apenas ao valor do trabalho das mulheres para as sociedades capitalistas. A autora defende que esse conceito também deve abranger o papel das mulheres na transmissão vertical da riqueza, considerando as dimensões genealógicas da família, da *raça* e da nação. Ver: DELLA TORRE, B. A sagrada família: neoliberalismo e neoconservadorismo na extrema-direita hoje. Entrevista com Melinda Cooper. *Marxismo Feminista*, 30 jun. 2020.

³⁶⁸ Agradeço ao colega Heitor Lurine Guimarães (UNICAMP), que está investigando o pensamento de Du Bois e sua interseção com Fraser, por compartilhar este argumento comigo.

A contribuição de Du Bois torna-se relevante tanto em relação a Fraser quanto a outras correntes teóricas que buscam desenvolver uma teoria unitária, como a TRS, ao destacar que, embora a revelação dos estratos mais profundos do capitalismo — ou seja, a demonstração de como essa ordem social depende intrinsecamente de hierarquizações, como as de gênero e *raça* — seja fundamental, ela, por si só, não é suficiente. O autor aponta para a necessidade de um exame detalhado, que ultrapasse a simples identificação das desigualdades estruturais, investigando de que maneira esses elementos, no plano prático-normativo, são combinados para legitimar o discurso hegemônico. Nesse sentido, a perspectiva do sociólogo norte-americano reforça a importância da posição de Fraser que, ao formular sua própria teoria unitária, integra crítica funcional e reflexão normativa, ao mesmo tempo em que esclarece as limitações da autora quanto ao emprego desses elementos no âmbito da ação social.

Por fim, embora este estudo tenha procurado examinar a reconfiguração da relação de Fraser tanto com a Teoria Crítica quanto com os feminismos, com o objetivo de delinear os contornos da teoria unitária proposta pela autora na fase recente de seu pensamento, não pretendemos afirmar que tal tarefa foi realizada de forma exaustiva. Contudo, ao entendermos a teoria unitária sob a ótica da Teoria Crítica como uma crítica interna ao capitalismo, fundamentada em uma reflexão normativa, e sob a perspectiva das Teorias Feministas da Reprodução Social como uma estrutura analítica que reconhece as hierarquizações de gênero e *raça* como elementos intrínsecos ao funcionamento do capitalismo, buscamos iluminar essas conexões. De todo modo, enfatizamos que a autora realiza uma contribuição significativa para a semântica de nosso tempo histórico ao articular a multidimensionalidade da crise contemporânea com um projeto emancipatório que acolhe a diversidade das lutas sociais, sem perder de vista a necessidade de uma resposta unificada. Essa resposta se dirige, em última instância, a uma única ordem social identificável: o capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 31 dez. 2024.
- ARRUZZA, C. Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo? **Lutas Sociais**, n. 27, p. 159–170, 2011.
- AZMANOVA, A. Crisis? Capitalism is Doing Very Well. How is Critical Theory? **Constellations**, v. 21, n. 3, p. 351–365, 2014.
- ARAÚJO MACHADO, B. A Teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 3, 2023.
- BHATTACHARYA, T. **Social Reproduction Theory**: remapping class, recentering oppression. London: Pluto Press, 2017.
- BOLTANSKY, L.; CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRESSIANI, N. Crítica do capitalismo em Nancy Fraser: retomando a perspectiva da teoria da ação a partir de Jürgen Habermas? In: COSTA, C. S. da; SOSA MÁRQUEZ, L. A.; RADMANN ZUCCO, P.; REITER, R. L. (Orgs.). **Habermas 90 anos: ensaios**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020.
- BRESSIANI, N. A.; SILVA, F. G. A teoria da justiça de Nancy Fraser: reflexão normativa e diagnóstico do capitalismo. In: WEBER, T.; CARVALHO COSTA, J. de (Orgs.). **Filosofia do direito: teorias modernas e contemporâneas da justiça**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2021.
- BURAWOY, M. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics & Society**, v. 31, n. 2, p. 193–261, jun. 2003.
- BURAWOY, M. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies. **Global Labour Journal**, v. 1, n. 2, maio 2010.
- BLACKBURN, R. Debates on slavery, capitalism and race: old and new. In: BARGU, B.; BOTTICI, C. (org.). **Feminism, capitalism and critique: essays in honor of Nancy Fraser**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.
- BRENNER, J.; LASLETT, B. Social reproduction, and women’s self-organization: considering the US welfare state. **Gender and Society**, v. 5, n. 3, p. 313–333, 1991.
- FLECK, A.; CAUX, L. P. de. Pollock e os frankfurtianos (posfácio). In: **Crise e transformação estrutural do capitalismo: artigos na revista do Instituto de Pesquisa Social**

1932–1941. Tradução de Amaro Fleck e Luiz Philipe de Caux. Florianópolis: Nefiponline, 2019.

FLECK, A. Revisitar Polanyi? Notas sobre uma tentativa de atualização crítica. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 21, n. 36, p. 295–316, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/6332>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FRASER, N. (1987) Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução de Nathanael da Costa Ceixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987 [FRASER, N. What's critical about critical theory? The case of Habermas and the gender. **New German Critique**, n. 35, p. 97-131, 1985].

FRASER, N. (2007) Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2007 [FRASER, N. Mapping the feminist imagination: from redistribution to recognition to representation. **Constellations**, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., v. 12, n. 3, p. 295-307, 2005].

FRASER, N. (2009) O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História. Tradução de Anselmo da Costa; Sávio Cavalcante. **Revista Mediações**, Londrina, v. 14, p. 11–13, 2009 [FRASER, N. Feminism, capitalism and the cunning of history. **New Left Review**, n. 56, Mar./Apr. 2009].

FRASER, N. (2011a) Marketization, social protection, emancipation: toward a neo-Polanyian conception of capitalist crisis. In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (Orgs.). **Business as usual: The roots of the global financial meltdown**. New York: New York University Press, 2011.

FRASER, N. (2011b) Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. Tradução de Natália Luchini. **Revista Direito GV**, n. 7, p. 617–634, 2011 [FRASER, N. Marchandisation, protection sociale et émancipation: les ambivalences du féminisme dans la crise du capitalisme. **Revue de l'OFCE**, Paris: Presses de Sciences Po, n. 3, p. 11-28, 2010].

FRASER, N. (2012) Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis. **FMSH-WP-2012-18**, Paris, 2012.

FRASER, N. (2013a) A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. **New Left Review**, n. 81, 2013.

FRASER, N. (2013b) **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. New York: Verso, 2013.

FRASER, N. (2015) Por trás do laboratório secreto de Marx. **Direito & Práxis**, v. 6, n. 10, p. 704–728, 2015 [FRASER, N. Behind Marx's hidden abode: for an expanded conception of capitalism. **New Left Review**, n. 86, p. 55-72, Mar./Apr. 2014].

FRASER, N. (2016) Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson. **Critical Historical Studies**, v. 3, n. 1, p. 163–178, 2016.

FRASER, N. (2018) Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. Tradução de J. I. R. de Sousa Filho. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 23, n. 2, p. 153–188, 2018 [FRASER, N. Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism. **Critical Historical Studies**, v. 2, n. 2, p. 157-189, 2015].

FRASER, N. (2019) Por que dois “Karls” é melhor do que um: integrando Polanyi e Marx numa teoria crítica da crise atual, 2019. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2019/02/por-que-dois-karls-c3a9-melhor-do-que-um-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024 [FRASER, N. Why two Karls are better than one: integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the current crisis. Jena: DFG-Kollegforscher*innengruppe Postwachstumsgesellschaften, Universität Jena, 2017 (**Working Paper**)].

FRASER, N.; JAEGGI, R. (2020a) **Capitalismo em Debate**: uma Conversa na Teoria Crítica. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020 [FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalism**: a conversation in critical theory. Medford: Polity Press, 2018].

FRASER, N. (2020b) Contradições entre capital e cuidado. Tradução de J. I. R. de Sousa Filho. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020 [FRASER, N. Contradictions of capital and care. **New Left Review**, v. 100, p. 99-117, 2016].

FRASER, N. (2020c) **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução de Gabriel Landi. Autonomia Literária, 2020 [FRASER, N. **The Old Is Dying and the New Cannot Be Born**: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond. New York: Verso Books, 2019].

FRASER, N. (2022a) **Cannibal Capitalism**: How Our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet – and What We Can Do About It. New York: Verso, 2022.

FRASER, N. (2022) Epilogue: Macrophage: Why COVID Is a Cannibal Capitalist Orgy. In: **Cannibal Capitalism**: How Our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet — and What We Can Do About It. New York: Verso, 2022.

FRASER, N. (2022b) UM FUTURO PARA O MARXISMO. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, n. 29, 2022 [FRASER, N. A future for Marxism. **New Politics (New Series)**, v. VI, n. 4, p. 95-98, 1998].

GOMES, D. F. L. A Hesitação de Jürgen Habermas: Capitalismo, democracia e crise. **Revista Dissertatio**, Pelotas, v. Suplementar, n. 13, p. 179–212, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/24905>. Acesso em: 30 jul. 2024.

HABERMAS, J. **Legitimation crisis**. Tradução Thomas McCarthy. Cambridge: Polity Press, 1992 [HABERMAS, J. **Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973].

JAEGGI, R. O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 20, n. 2, p. 13–36, 2015.

LÖWY, M. Habermas e Weber. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v. 1, n. 9, p. 79–86, 1999.

MCNALLY, D. Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, T. (Org.). **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression**. London: Pluto Press, 2017.

MELO, R. Teoria Crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, v. 24, n. 62, 2011.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PEREIRA, L. da H. A tensão entre capitalismo e democracia em Habermas: do pós-guerra aos dias de hoje. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 22, n. 38, p. 279–309, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7464>. Acesso em: 16 jan. 2024.

POLLOCK, F. Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações (1941). In: **Crise e transformação estrutural do capitalismo: artigos na revista do Instituto de Pesquisa Social 1932–1941**. Tradução de Amaro Fleck e Luiz Philipe de Caux. Florianópolis: Nefiponline, 2019.

PETRY, F. Conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, n. 22, p. 11–30, 2013.

REICHOLD, A. Structures of Normativity in Nancy Fraser's Critical Theory of Crisis. In: SMAIL, R. (Org.). **Wege aus dem Kapitalismus?** Autorengespräche mit Colin Crouch, Nancy Fraser, Claus Offe, Wolfgang Streeck und Joseph. Munich: Verlag Karl Alber, 2023.

SILVA, G. F. Nancy Fraser e um drama feminista em três atos. In: **Vozes Femininas na Filosofia**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2018.

SILVA, G. F. Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos. In: NOBRE, M. **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

SPECK, S. Kritische und feministische Theorie: Plädoyer für eine neue Liaison. **Feministische Studien**, v. 36, n. 1, p. 59–67, 2018.

STREECK, W. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Tradução de Marian Toldy; Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUSA FILHO, J. I. R. **A crítica do capitalismo de Jürgen Habermas: história, sistematização, crítica e uma proposta de reconstrução**. Tese (Doutorado em Filosofia) – PPGFil-USFC. Florianópolis, 2021.

TEN BRINK, T. Economic Analysis in Critical Theory: The Impact of Friedrich Pollock's State Capitalism Concept. **Constellations**, v. 22, p. 333–340, 2015.

WOOD, M. E. The Separation of the Economic and the Political in Capitalism. **New Left Review**, v. I, n. 127, May–June 1981.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão das mulheres**: rumo a uma teoria unitária. Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

YOUNG, I. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, L. (org.). **Women and Revolution**: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism. Cambridge: South End Press, 1981.

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANTONIO, R. J. Immanent critique as the core of critical theory: its origins and developments in Hegel, Marx and contemporary thought. **British Journal of Sociology**, v. 32, n. 3, p. 330-345, set. 1981.

BECKER-SCHMIDT, R. Abstraktionsprozesse in der kapitalistischen Ökonomie – Ausblendungen in der Selbstrepräsentation von Männlichkeit. Dunkelfelder in der Kritik herrschender Care-Ökonomie. In: AULENBACHER, B.; RIEGRAF, B.; THEOBALD, H. (Hrsg.). **Sorge**: Arbeit, Verhältnisse, Regime Soziale Welt, Sonderband 20. Baden-Baden: Nomos, 2014. p. 89–106.

BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX-XX). Tradução de Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BRESSIANI, N. **Economia, cultura e normatividade**: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRESSIANI, N. Nancy Fraser (verbete). **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 4, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/2024/10/01/nancy-fraser/>. Acesso em: 20 out. 2024.

BUTLER, J.; BRETAS, A. Meramente cultural. **Ideias**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 227–248, 2017.

CARRASCO, C. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 23-30, ago./dez. 2018.

CAUX, L. P. de **A imanência da crítica**: os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana. São Paulo: Edições Loyola, 2021.

CYFER, I. Teoria crítica e feminismo: discutindo a relação. In: VITALE, D.; NAGAMINE, R. (org.). **Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 16-35.

DALE, G. Social democracy, embeddedness and decommodification: on the conceptual innovations and intellectual affiliations of Karl Polanyi. **New Political Economy**, v. 15, n. 3, p. 369–393, set. 2010.

DU BOIS, W. E. B. **Black reconstruction in America: toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America**. New York: Routledge, 2017.

ENGSTER, F. Subjectivity and its crisis: commodity mediation and the economic constitution of objectivity and subjectivity. **History of the Human Sciences**, v. 29, n. 2, p. 77-95, 2016.

FERGUSON, S. J. **Women and work: feminism, labour, and social reproduction**. London: Pluto Press, 2020.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero: introdução à edição de Marxismo e a opressão das mulheres na série Historical Materialism. In: VOGEL, L. **Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária**. Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FLECK, A. Necessária, mas não suficiente: sobre a função da crítica da economia na teoria crítica tardia de Theodor W. Adorno. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 21, n. 2, p. 13-29, 2016.

FLECK, A. Afinal de contas, o que é teoria crítica? **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, Natal, v. 24, n. 44, p. 97-127, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/12083>. Acesso em: 20 out. 2023.

FRASER, N. (1995) From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age. **New Left Review**, v. 1, n. 212, p. 68-93, 1995.

FRASER, N. (1997) **Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition**. New York; London: Routledge, 1997.

FRASER, N.; HONNETH, A. (2003) **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York: Verso, 2003.

GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução de Luiz Sérgio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**. 1. ed. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981].

HABERMAS, J. Entre filosofia e ciência: marxismo como crítica. In: HABERMAS, J. **Teoria e práxis**: estudos de filosofia social. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2013. p. 351-430.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Denílson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2014.

HARTMANN, H. The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. In: SARGENT, L. (org.). **Women and revolution**: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism. Cambridge: South End Press, 1981.

HARVEY, D. The enigma of capital and the crisis this time. In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (ed.). **Business as usual**: the roots of the global financial meltdown. New York: New York University Press, 2011.

HEINRICH, M. Indivíduo, personificação e dominação impessoal na crítica da economia política de Marx. **Zero à Esquerda**, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2021/12/02/michael-heinrich-individuo-personificacao--dominacao-impessoal-na-critica-da-economia-politica-de-marx/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. Tradução de Edgard Afonso Malagodi; Ronaldo Pereira Cunha. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

INGRAM, J. Teoria crítica e pós-colonialismo. Tradução de Mariana Fidelis; Simone Fernandes. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, Campinas, v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, 2020.

JAY, M. **A imaginação dialética**: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

MARQUES, V. O velho está morrendo e o novo sempre vem. In: FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução de Gabriel Landi. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, tomo II. Tradução de Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer; Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. Edição eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAU, S. O poder econômico do capital: sobre valor e classe. **Zero à Esquerda**, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2022/02/01/o-poder-economico-do-capital-sobre-valor-e-classe-soren-mau/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

MARTINS, F. M. D. S. O "A acumulação do capital de Rosa Luxemburgo" e a sua teoria da reprodução do capital social total: apontamentos sobre método e revolução. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 15, n. esp., p. 1–39, 2022.

MORTARI, C. A “Nova Leitura de Marx”: um mapeamento de suas premissas e desenvolvimentos. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 62, p. 11-40, 2022.

MEZZADRI, A. A value theory of inclusion: informal labour, the homeworker, and the social reproduction of value. **Antipode**, v. 53, n. 4, p. 1073-1092, 2021.

NOBRE, M. (org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

NOBRE, M. Max Horkheimer: a teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, M. (org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

O’KANE, C. On Frankfurt School, critical theory, and political economy. **Journal of the History of Ideas Blog**, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.jhiblog.org/2024/01/10/on-frankfurt-school-critical-theory-and-political-economy/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

PINZANI, A. Uma vida boa é uma vida responsável: o neoliberalismo como doutrina ética. In: RAJOBAC, R.; BOMBASSARO, L. C.; GOERGEN, P. (org.). **Experiência formativa e reflexão**: homenagem a Naja Hermann. Caxias do Sul: Educus, 2016.

PINZANI, A. Teorias políticas tradicionais e teoria crítica. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 57-91, 2017.

PINZANI, A. Habermas and capitalism: an historic overview. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 27, n. 2, p. 11-28, 2022.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POSTONE, M.; BRICK, B. Friedrich Pollock and the “primacy of the political”: a critical reexamination. **International Journal of Politics**, v. 6, n. 3, p. 3-28, 1976.

RENAULT, E. Taking on the inheritance of critical theory: saving Marx by recognition? In: SCHMIDT AM BUSCH, H.-C.; ZURN, C. F. (org.). **The philosophy of recognition**: historical and philosophical perspectives. Lanham: Lexington Books, 2010.

RODRÍGUEZ-ROCHA, V. Social reproduction theory: state of the field and new directions in geography. **Geography Compass**, v. 15, n. 8, e12586, 2021.

RUAS, R. Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/vWvRLYxpS7r4hgYqs7xNFSt/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SCHMIDT AM BUSCH, H. C. Can the goals of critical theory be achieved by the theory of recognition? In: SCHMIDT AM BUSCH, H. C.; ZURN, C. F. (org.). **The philosophy of recognition: historical and philosophical perspectives**. Lanham: Lexington Books, 2010.

SCHOLZ, R. Marxismo – Feminismo – Teoria Crítica hoje ... e a Crítica da Dissociação-Valor: sobre a problemática insistência em experiência, práxis, empiria, sujeito, classe e "realidades vividas" das mulheres na decadência do patriarcado capitalista. Tradução de Boaventura Antunes. **Obeco**. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/>. Acesso em: 21 set. 2024.

SARGENT, L. (org.) **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and feminism**. Cambridge: South End Press, 1981.

SONTAG, S. **Doença como metáfora e Aids e suas metáforas**. Tradução de Paulo Henriques Britto e Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SOUZA, L. G. C. de. **Reconhecimento, redistribuição e desreconhecimento: um debate com a teoria crítica de Axel Honneth**. Florianópolis: EdUFSC, 2019.

SOUSA FILHO, J. I. R. Para uma crítica política do capitalismo – a partir de Rahel Jaeggi. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 22, n. 4, p. 213-233, 2017.

SPECK, S. Una historia feminista del Instituto de Investigación Social de Frankfurt. **Constellations**, n. 16, Dossiê: Relaciones de género, sexualidad y capitalismo en la teoría crítica de la sociedad, p. 72-96, 31 dez. 2024.

WOOLF, V. Sobre estar doente. In: WOOLF, V. **O sol e o peixe: prosas poéticas**. Tradução de Tomaz Tadeu. Edição eletrônica. São Paulo: Autêntica, 2015.

YOUNG, I. M. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 9, p. 1-22, dez. 2012.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021.

FONTES COMPLEMENTARES: ENTREVISTAS E MATÉRIAS DE JORNAL

BUENO, A.; BRESSIANI, N.; SILVA, F.; TEIXEIRA, M.; CYFER, I.; MARIN, I. Para uma crítica das crises do capitalismo: entrevista com Nancy Fraser. **Perspectivas**, São Paulo, v. 49, p. 161-185, jan./jun. 2017.

DELLA TORRE, B. A sagrada família: neoliberalismo e neoconservadorismo na extrema-direita hoje. Entrevista com Melinda Cooper. **Marxismo Feminista**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2020/06/30/a-sagrada-familia-neoliberalismo-e-neoconservadorismo-na-extrema-direita-hoje/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DELLA TORRE, B. As frankfurtianas: Regina Becker-Schmidt e a teoria crítica feminista. **Blog da Boitempo**, 28 out. 2021. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/28/as-frankfurtianas-regina-becker-schmidt-e-a-teoria-critica-feminista/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DELLA TORRE, B. As frankfurtianas: “A crítica imanente continua sendo uma ferramenta analítica inestimável” – entrevista com Susan Buck-Morss. **Blog da Boitempo**, 24 mar. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/03/24/as-frankfurtianas-a-critica-imanente-continua-sendo-uma-ferramenta-analitica-inestimavel-entrevista-com-susan-buck-morss/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FAZIO, G.; TARABORRELLI, A. “I am not a Post-Marxist: I am a Neo-Marxist”: interview with Nancy Fraser. **Rivista Italiana di Filosofia Politica**, n. 4, p. 99-122, 2023.

FRASER, N.; FERRARESE, E.; SAGRADINI, L.; NEUMANN, A. (2013c) Pour une imagination radicale. **Variations**, n. 18, 2013. Disponível em: <https://www.variations-journal.org/varia/variations-18/>. Acesso em: 20 set. 2024.

FRASER, N. (2022c) Three faces of capitalist labor: uncovering the hidden ties among gender, race and class. Palestra organizada por **Critical Theory in Berlin**, Berlim, 14-16 jun. 2022. Disponível em: https://criticaltheoryinberlin.de/en/benjamin_lectures/2022/. Acesso em: 25 abr. 2024.

FRASER, N.; BUDGEN, S. (2023) Entrevista com Nancy Fraser: Nancy Fraser on capitalism, gender oppression, Marxism, and the post-left populist moment. **Verso Books [YouTube]**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PNeAvN5eZ0A>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MEDEIROS, J. A teoria de tudo: Nancy Fraser detalha como o capitalismo incorpora novas lutas sociais para se reinventar, mas desaponta ao prever o socialismo do século 21. **QuatroCincoUm**, São Paulo, 1º set. 2024. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/resenhas/as-cidades-e-as-coisas/a-teoria-de-tudo/>. Acesso em: 14 Set. 2024.

TARDÁGUILA, C. Protestos se espelham no Movimento 15M da Espanha. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 maio 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/protestos-se-espelham-no-movimento-15m-da-espanha-12491145>. Acesso em: 25 abr. 2024.